

ETIENNE BALDEZ LOUZADA BARBOSA

**UMA TEIA DE AÇÕES NO PROCESSO DE  
ORGANIZAÇÃO DA INSPEÇÃO DO ENSINO  
NO PARANÁ (1854 – 1883)**

CURITIBA  
2012

ETIENNE BALDEZ LOUZADA BARBOSA

## UMA TEIA DE AÇÕES NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA INSPEÇÃO DO ENSINO NO PARANÁ (1854 – 1883)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gizele de Souza

CURITIBA  
2012

Catálogo na Publicação  
Aline Brugnari Juvenêncio – CRB 9ª/1504  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Barbosa, Etienne Baldez Louzada

Uma teia de ações no processo de organização da inspeção  
do ensino no Paraná (1854-1883) / Etienne Baldez Louzada  
Barboza. – Curitiba, 2012.  
300 f.

Orientadora: Profª. Drª. Gisele de Souza  
Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação,  
Universidade Federal do Paraná.

1. Educação – Paraná – 1854-1883. 2. Escolas públicas –  
Paraná. 3. Inspeção escolar – Paraná. I. Título.

CDD 370.98162



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



## PARECER

Defesa de Dissertação de **ETIENNE BALDEZ LOUZADA BARBOSA** para obtenção do Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, DRª GIZELE DE SOUZA, DRª DIANA GONÇALVES VIDAL, DRª VERA LUCIA GASPAR DA SILVA e DR. MARCUS LEVY BENCOSTTA, arguíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: **"UMA TEIA DE AÇÕES NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA INSPEÇÃO DO ENSINO NO PARANÁ (1854-1883)"**.

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DRª GIZELE DE SOUZA	<i>Gizele de Souza</i>	aprovada
DRª DIANA GONÇALVES VIDAL	<i>Diana Gonçalves Vidal</i>	aprovada
DRª VERA LUCIA GASPAR DA SILVA	<i>Vera Lucia Gaspar da Silva</i>	aprovada
DR. MARCUS LEVY BENCOSTTA	<i>Marcus Levy Bencostta</i>	aprovada

Curitiba, 11 de dezembro de 2012.

*Paulo Vinicius B. Silva*

**Prof. Dr. Paulo Vinicius Baptista da Silva**  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação

Prof. Dr. Paulo Vinicius Baptista da Silva  
Coordenador do Programa de  
Pós-Graduação em Educação  
13-01-2013: 135 120

*Dedico a*  
*Renato, Renan e Renata,*  
*pelo respeito, reunião diária*  
*e revolução em minha vida.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus todas as possibilidades, livramentos, amizades e conhecimentos que me foram concedidos durante a pesquisa e o desenvolvimento deste trabalho.

Há quase dois anos comentei em uma reunião do grupo de pesquisa da professora Dra. Gizele de Souza que, para mim, escrever era uma batalha, uma guerra onde a “inteligência e a razão, paixão e desordem”, utilizando as palavras de Arlette Farge (2009:119), se debatem, sendo a escrita caracterizada como o ponto estratégico que perpassa o campo de batalha em busca do equilíbrio. Hoje, ao final de algumas centenas de páginas escritas, confirmo que, ainda, travo batalhas diárias *ao correr do teclado* (não mais ao correr da pena, como no século XIX).

Estas batalhas só foram vencidas devido à orientação constante da professora Gizele de Souza. A cada versão que enviava e voltava com anotações, a lápis, no canto da folha, eu vibrava. Ter um leitor que te questiona e te orienta é como ter o escudo e a espada na mão. E eu tenho que agradecer a três Gizeles: *a orientadora*, que era assertiva em suas questões, de pulso firme quanto a prazos, mas que prezou pela minha independência na escrita; *a pesquisadora*, que me inseriu nos debates de textos e fontes feitos pelo seu grupo de estudos e pesquisa; e *a amiga* que me recebia em sua família todas as vezes que vinha à Curitiba e partilhava dos momentos cotidianos em torno da mesa, com o talento culinário do professor Paulo.

Agradeço aos professores Diana Vidal, Vera Lúcia Gaspar da Silva e Marcus Levy Bencostta por aceitarem o convite para compor a minha banca e pelas leituras criteriosas. Em específico: à Diana, por ler, de um só fôlego, o texto da qualificação, enviar o parecer e sugerir aprofundamentos, dentre eles, quanto à questão de circulação de ideias, pessoas e objetos; à Vera, pelas discussões sobre cultura material escolar e pela alegre acolhida todas as vezes que nos encontramos; ao professor Levy, por todas as suas marcações minuciosas e pela paciência em ser meu leitor desde o primeiro seminário de dissertação (três vezes). As proposições e comentários desses professores possibilitaram uma revisita ao texto com um novo olhar.

À professora Nádia Gaioffato Gonçalves agradeço pelas manhãs de discussão no Seminário de Pesquisa I – que traduzia o “ofício do historiador” para um grupo de mestrandos com graduação em Pedagogia, Enfermagem e História.

À professora Dulce Regina Baggio Osinski manifesto meu agradecimento pelas discussões no Seminário Especial de História, Modernidade e Educação, bem como pelos encontros gastronômicos na cantina.

Não poderia deixar meu reconhecimento à professora Gizele de Souza, que ministrou o Seminário de Pesquisa II, pela ênfase dada à pesquisa e historiografia da educação brasileira, bem

como à cultura material escolar. Suas aulas eram densas, com muitas leituras, mas que muito me ajudaram a conhecer um pouco mais a história da educação no Brasil.

Mesmo distante, envio meu agradecimento ao professor Dr. Adrian Ascolani pela troca das experiências entre a inspeção na Argentina e no Paraná, durante as aulas de História da Educação na América Latina, ministradas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Esses momentos reforçaram a minha intenção de tratar da circulação de ideias desses inspetores, já vislumbrando outros projetos.

Aproveitando o ensejo dos professores, agradeço àqueles que também estiveram mais perto e lutando batalhas semelhantes: os meus colegas no mestrado. Grupo pequeno, alegre, batalhador. Obrigada à Mariana, pelas duas leituras que fez do meu texto, com apontamentos tão válidos sobre a história do Paraná. Agradeço também à Jaqueline (Jaque), pela amizade que começou no momento da entrevista na seleção do mestrado, mesmo distante posso sentir suas vibrações a meu favor. À Melissa e Márcia sou grata pela doçura e alegria dos momentos de reencontro. Ao João, o único rapaz do grupo, agradeço pelos momentos em que debatíamos os textos antes ou depois das aulas. E, finalmente, agradeço imensamente à amiga Ana Lygia, por também me acolher em sua casa e em sua vida, pelas referências e fontes trocadas, pelos quitutes que fazia para me receber.

Também sou grata às meninas e menino do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação (NEPIE-UFPR): por todas as trocas que tivemos ao longo desse trabalho (textos, experiências, amizades). De modo especial à Joseane Silva (pela certeza de saber que ela estava lá, quando e se eu precisasse); à Alessandra Giacomiti (pelos muitos brigadeiros ao redor dos livros); à Franciele França (pelas idas e vindas de arquivos e congressos juntas; por todas as vezes que me auxiliou com impressão, encadernação e entrega dos meus textos em Curitiba, quando eu estava no Rio de Janeiro; pela troca que agora, depois de seis anos juntas, já é feita no olhar). E retribuo, multiplicado infinitas vezes, o meu *tante grazzie* ao *amico* Juarez Anjos, que alcei ao cargo de irmão do meio. Meu anjo invertido. Obrigada pelas horas de conversas pessoalmente e ao telefone sobre livros, comidas, fontes, arquivos, congressos, filmes, família. Obrigada por tudo.

Desses estendo o agradecimento a todos os amigos que me acompanharam de perto e de longe, mas que se fizeram presente desejando força e boa sorte, em especial a: Ana Lúcia, Alzira, André, Claudinha, Camila Grassi, Eliane, Evellyn, Fabiana Munhoz, Fabiana Thomé, Jordana, Keila e Noemi.

A batalha foi vencida graças às armas, encontradas nos arquivos. Aos funcionários e arquivistas que me receberam ao longo dos anos, só me resta agradecer (e muito). No Arquivo Público do Paraná agradeço ao Teodoro e todos os estagiários que o ajudaram a atender as minhas demandas por fontes. À Ana Paula e Roseli (a minha Rose) pela amizade que construímos desde

as primeiras visitas ao Arquivo e por me ensinar muito dessa organização dos documentos, compreendendo e até decifrando as minhas anotações, tentando localizar o que pedia. Graças a vocês as horas exaustivas, “em que se copiam textos, pedaço por pedaço, sem transformar sua forma, sua ortografia, ou mesmo sua pontuação” (FARGE, 2009:23), foram mais alegres e dinâmicas.

Aos funcionários do Círculo de Estudos Bandeirantes agradeço pelo esforço em disponibilizar os documentos requisitados e pelas conversas com a Lúcia e o professor Ferrarini. Do mesmo modo agradeço ao Diego (estagiário) que me atendia na biblioteca do Museu Paranaense, antes dela fechar durante um bom tempo do mestrado. Aos funcionários da seção de periódicos e obras raras, da Biblioteca Nacional, agradeço pela gentileza e prontidão para me ajudar a encontrar qualquer menção sobre a inspeção no Paraná em jornais cariocas.

Todo esse trajeto só foi percorrido porque tive um apoio, ou melhor, uma força que me empurrava adiante, mesmo naqueles momentos em que elaborar um simples parágrafo parecia quase impossível. Esta força veio da minha família. Agradeço, primeiramente, ao meu esposo e companheiro de vida, Renato, por acreditar nos meus sonhos e comprar os meus projetos como se fossem os seus. A meus filhos, Renan e Renata, por acatarem meus gritos de socorro e pelas brincadeiras diárias. Sou grata à minha mãe pela disponibilidade em me auxiliar, quando precisava. Aos meus irmãos, Victor e Ralph, por compreenderem minhas ausências (recorrentes) e pelo interesse pelo meu trabalho, que gerou algumas discussões que foram pertinentes para a escrita do mesmo. Sou grata aos meus avós, Ivone e Álvaro, por sempre desejarem boa sorte, pela força que emanam e pelas conversas sobre a visita do inspetor à sua escola, interessantes mesmo sendo da década de 1940. Em meio aos muitos familiares que estavam na torcida durante todo esse período, destaco os meus sobrinhos, em especial ao Arthur, Felipe, Júlio, Pedro Henrique e Suelen (presenças constantes em minha vida), meus tios, Lincol, Ezimavete, Sônia (exemplo de professora), Ivonete e minha prima Taís. Enfim, agradeço a minha grande família pelos momentos que me tiraram da batalha, por perceberem que o meu limite estava próximo.



## RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo geral investigar a organização da inspeção do ensino no Paraná por meio dos seus sujeitos, na segunda metade do século XIX, entre os anos de 1854 a 1883. Em 19 de dezembro de 1853 ocorre oficialmente a emancipação do Paraná como comarca da província de São Paulo sendo nomeado, meses depois, o primeiro Inspetor Geral de Instrução Pública da província paranaense, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, tendo como responsabilidade inicial organizar as mudanças na estrutura da inspeção do ensino. Em 1883 foi publicado o Regulamento do Ensino Obrigatório, que inseriu a Superintendência do Ensino Obrigatório na estrutura da inspeção, ocasionando uma reformulação nas funções dos inspetores, que passaram a dividir o espaço com os superintendentes de ensino. No decorrer desses vinte e nove anos entre a indicação do primeiro inspetor geral e a reformulação da estrutura da inspeção, vinte e cinco sujeitos passaram pela direção da inspetoria de instrução pública paranaense, sendo Moysés Marcondes de Oliveira e Sá, filho de Jesuíno, um deles. Voltando o foco para os diferentes sujeitos que organizaram a estrutura da inspeção e instrução pública primária durante esse período (professores, inspetores, presidentes da província), é possível identificar algumas ideias que orientavam as reformas da inspeção no campo da instrução pública primária e o que circulava em jornais da província sobre a inspeção, bem como perceber indícios de representação da infância nos documentos trocados pela inspetoria. As fontes utilizadas foram: legislação educacional, relatórios de presidentes, inspetores e professores, comunicações governamentais, jornais e cartas da família Marcondes. No primeiro capítulo, buscou-se compreender as ações dos inspetores gerais e presidentes da província, por meio de propostas e reformas para o ensino, e o impacto dessas ideias na organização da instrução pública primária. No capítulo seguinte, o escopo foi perceber que países e referências os inspetores gerais e presidentes de província elegem para corroborar as suas proposições para a instrução pública primária. No terceiro capítulo, a intenção recaiu em identificar a atuação dos Conselhos de Instrução, que compunham a estrutura da inspeção do ensino paranaense, bem como perceber as representações sobre a infância nos documentos trocados entre professores, inspetores e presidentes de província.

Palavras Chaves: Inspeção – Infância – Instrução Primária – Século XIX – Paraná.

## **ABSTRACT**

The present dissertation aims to investigate the organization of the inspection of education in the state of Paraná through its subjects during the second half of the nineteenth century, namely, the period between 1854 and 1883. The official emancipation of Paraná as a district of the province of São Paulo occurs on December 19<sup>th</sup>, 1853. Months later, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá was designated as the first General Inspector of Public Education of the province of Paraná, with the initial responsibility of organizing the changes in the structure of inspection of education. In 1883 the Regulation of Compulsory Education was published, inserting the Superintendence of Compulsory Education in the structure of inspection, leading to a reformulation in the functions of the inspectors, who began to share space with the superintendents of education. During these twenty-nine years between the appointment of the first general inspector and the reformulation of the structure of inspection, twenty-five individuals were appointed as directors of the public education inspection office of the province of Paraná, with Moysés Marcondes de Oliveira e Sá, son of Jesuíno, among them. Focusing the different subjects who have organized the structure of inspection and elementary public education during that period (teachers, inspectors, presidents of the province), it is possible to identify: some ideas that guided the reforms of inspection in the field of elementary public education; what was said in the newspapers of the province about inspection; how to perceive evidences of representation of childhood in the documents exchanged by the inspection office. The following sources were used: educational legislation, reports of presidents, inspectors and teachers, government communications, newspapers and letters of the family Marcondes. The first chapter aimed to understand the actions of the general inspectors and presidents of the province through proposals and reforms to the education, and the impact of these ideas in the organization of elementary public education. The following chapter focused on the perception of what countries and references the general inspectors and presidents of provinces elect to corroborate their propositions to the elementary public education. The third chapter aimed to identify the role of the Education Councils that composed the structure of the inspection of education in the province of Paraná, as well as to perceive the representations about childhood in the documents exchanged between teachers, inspectors and provincial presidents.

**Keywords:** Inspection – Childhood – Primary Education – 19<sup>th</sup> Century – Paraná.

*Os historiadores, escreveu Aristóteles (Poética, 51b), falam do que foi (do verdadeiro), os poetas, daquilo que poderia ter sido (do possível). Mas, naturalmente, o verdadeiro é um ponto de chegada, não um ponto de partida. Os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fíctício que é a trama do nosso estar no mundo*

(Carlo Ginzburg [2007:14])

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Litographiade J.H. Elliot .....	30
FIGURA 2 – Litographie J.H.Elliot (b).....	39
FIGURA 3 – Quadro do Presidente Polidoro César Burlamaque .....	109
FIGURA 4 – Mapa Escolar do professor Antonio Ferreira da Costa (1861).....	115
FIGURA 5 – Mapa do superintendente Coriolano Silveira da Motta (1883) .....	125
FIGURA 6 – Solar dos Marcondes.....	131
FIGURA 7 – Termo de Visita de Joaquim Antonio dos Santos Souza .....	171
FIGURA 8 – Termo de Visita do Vigário Achilles Saporiti.....	172
FIGURA 9 – Mapa da Província do Paraná (década de 1870) .....	185
FIGURA 10 – Prédio do Instituto Paranaense e Escola Normal (1876) .....	210

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Comissões para inspeção das escolas públicas e particulares da comarca paranaense (1846-1854) .....	41
QUADRO 2 – Inspetores da Instrução Pública nomeados no ano de 1854 .....	56
QUADRO 3 – Plano e Divisão do Ensino prescrito pelo Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta .....	69
QUADRO 4 – Compêndios propostos pelo Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta . .....	70
QUADRO 5 – Deputados e Suplentes que exerceram o cargo de Inspetores da Instrução Pública .....	77
QUADRO 6 – Leis de Orçamento da Instrução Pública 1856-1857 .....	78
QUADRO 7 – Salário dos professores da instrução pública 1856-1857 .....	80
QUADRO 8 – Responsáveis pela inspeção da instrução pública primária – 1851 a 1857 .....	89
QUADRO 9 - Diferenças entre as competências dos Inspetores Gerais da Instrução Pública nos regulamentos de 1851 e 1857.....	93
QUADRO 10 - Estrutura da inspeção da instrução pública primária – 1857 a 1883.....	110
QUADRO 11 - Estatística da Frequência nas escolas (1861-1870).....	117
QUADRO 12- Função da Inspeção e Superintendência do Ensino .....	121
QUADRO 13 – Mapas de Frequência .....	126
QUADRO 14 - Chefes das Superintendências do Ensino Obrigatório .....	128
QUADRO 15 - Biblioteca dos Marcondes de Oliveira e Sá .....	132
QUADRO 16 – Livros citados pelo Inspetor Geral .....	136
QUADRO 17 – Países de Referência e suas Práticas Modelares.....	141
QUADRO 18 – Países e Propostas de Referência para a Instrução Paranaense .....	151

QUADRO 19 – Os sujeitos apontados como referência para a instrução .....	154
QUADRO 20 – Subinspetores de instrução pública primária (1864) .....	176
QUADRO 21 – Mapa das Escolas Primárias em 1856 .....	184
QUADRO 22 – Distância das Paróquias para Curitiba.....	186
QUADRO 23 – Da mobília de cada escola de primeiras letras.....	187
QUADRO 24 - Distribuição de Utensílios para as escolas .....	188
QUADRO 25 – Verba para aluguel, materiais e mobília para as escolas .....	192
QUADRO 26 – Os Conselhos da Inspeção e Instrução pública na Legislação Paranaense ..	212
QUADRO 27 - Conselhos Literários (1859).....	217
QUADRO 28 – Integrantes do Conselho de Instrução (1874).....	219
QUADRO 29 – Os sujeitos que integravam o Conselho Literário .....	227
QUADRO 30 – Pedidos de subvenção (1878 a 1882) .....	229
QUADRO 31 – Professores e os pedidos de vitaliciedade ao Conselho Literário .....	234
QUADRO 32 – Compêndios indicados para a aprovação do Conselho Literário .....	240
QUADRO 33 – A idade que determinava o ingresso à escola.....	245

## **LISTA DE SIGLAS DAS FONTES E DOS ARQUIVOS CONSULTADOS**

AL - Assembleia Legislativa

APMCM - Arquivo Público Municipal Casa da Memória – Curitiba – PR

BAPPR - Boletim do Arquivo Público do Paraná

BCEB - Biblioteca do Círculo de Estudos Bandeirantes – Curitiba – PR

BCEPR - Biblioteca do Colégio Estadual do Paraná – Centro de Memória – Curitiba – PR

BHEA/UFPR - Biblioteca de Humanas, Educação e Artes da Universidade Federal do Paraná

BMP - Biblioteca do Museu Paranaense – Curitiba – PR

BN - Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro - RJ

BPPR - Biblioteca Pública do Paraná – Curitiba – PR

CDPR - Coletânea da Documentação Paranaense

CM - Casa da Memória – Curitiba - PR

DEAP-PR - Departamento do Arquivo Público do Paraná – Curitiba

DGIP - Diretor Geral de Instrução Pública

FFLCH/USP - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

IGIP - Inspetor Geral de Instrução Pública

IGIPPR - Inspetoria Geral de Instrução Pública do Paraná

MLFC – Memorial Lysímaco Ferreira da Costa – Curitiba.

RIIPPR - Regulamento de Inspeção da Instrução Pública da Província do Paraná

ROIPPR - Regulamento Orgânico da Instrução Pública do Paraná

## SUMÁRIO

<b>AO CORRER DA PENA .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO I – INSPEÇÃO: A “MOLA REAL” DA INSTRUÇÃO PÚBLICA .....</b>	<b>39</b>
<b>1. A Inspeção moldada pelos seus sujeitos .....</b>	<b>39</b>
<b>2. “Inspeccionar, instruir, dirigir”: propondo mudanças para a instrução e inspeção ....</b>	<b>63</b>
2.1. Reformas na Instrução Pública Primária Paranaense: os Inspetores e os Regulamentos	82
2.2. Superintendentes e Inspetores "sob a bandeira da frequência imperativa" .....	111
<b>CAPÍTULO II – VISITADORES DO ENSINO: O OLHAR DOS INSPETORES SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA.....</b>	<b>130</b>
<b>1. “Não marchamos na retaguarda das outras províncias do Império”: representações da instrução e inspeção .....</b>	<b>130</b>
<b>2. A “marcha da escola”: acerto de compasso entre inspetores e professores .....</b>	<b>168</b>
2.1. O que dizem os inspetores sobre a “mobília e utensis para as escolas” .....	183
2.2. Impasses na Instrução: o ônus e o bônus de receber a visita do inspetor .....	196
<b>CAPÍTULO III – CONSELHOS PARA A ORGANIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA PÚBLICA PARANAENSE .....</b>	<b>210</b>
<b>1. Os modelos e propostas de Conselhos pensados pelos partícipes da inspeção e instrução pública .....</b>	<b>210</b>
<b>2. Reuniões do Conselho Literário: acordos em torno do ensino.....</b>	<b>226</b>
<b>3. Os Inspetores pensam a estrutura da instrução e a quem se destina a escola .....</b>	<b>242</b>
<b>A TEIA QUE SE FECHA NO ÚLTIMO CORRER DA PENA .....</b>	<b>255</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>263</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>284</b>
<b>APÊNDICE 1: RELAÇÃO DOS INSPETORES/DIRETORES GERAIS DE INSTRUÇÃO (1854-1883).....</b>	<b>301</b>



## INTRODUÇÃO

### “AO CORRER DA PENA”<sup>1</sup>

*A inspeção do ensino é o governo da instrução e, ou torna-se imediata, constante e diária, traduzindo-se pela vigilância do inspetor de paróquia, ou mediata, acidental e periódica, resumindo-se às vezes, como acontece atualmente, na atenção única e insuficiente do inspetor geral.*

(André de Pádua Fleury [1866:24])

A preocupação com a organização e prática da inspeção do ensino na segunda metade do século XIX fez parte das discussões de presidentes de província e dos envolvidos com a instrução pública no Paraná. Tomando a proposição deixada por Marc Bloch e Lucien Febvre de que não existe história sem um problema, volto o olhar para estas discussões passadas e formulo uma questão: como se organizava e funcionava a inspeção do ensino no Paraná dos Oitocentos? Essa questão serviu como *fio condutor* para a operação historiográfica que, alicerçada em fragmentos de fontes, aqui quer dar a ver as ações voltadas para a instrução pública primária pensadas pelos sujeitos que integravam a inspeção do ensino.

A escolha desse tema não foi casual e, sim, construída e reformulada no decorrer da minha caminhada como bolsista<sup>2</sup> no Programa de Iniciação Científica nos quatro anos da graduação em Pedagogia. Durante esse período, pesquisando sobre a história da educação da infância nos séculos XIX e XX, pude observar em jornais e documentos oficiais (ofícios, correspondências e relatórios trocados entre os integrantes da instrução pública primária) algumas propostas direcionadas à escolarização da criança. Dentre estas, a organização da inspeção do ensino paranaense e suas iniciativas para a instrução pública primária durante a segunda metade do século XIX se configurou como tema que deu origem a este trabalho.

Sabe-se, como pontua Arlette Farge (2009), “que não há sentido unívoco para as coisas do passado”, que a história é sempre uma aproximação e, dessa forma, admite-se uma apreensão de grande parte do objeto pesquisado. Mas esse conhecimento jamais se dá na

---

<sup>1</sup> Termo utilizado em algumas correspondências de governo paranaense durante o período pesquisado e nome de uma seção do jornal Dezenove de Dezembro, do Paraná. Também é o título da seção onde eram publicadas as crônicas de José de Alencar no jornal Correio Mercantil (03/09/1854 a 08/07/1855) e no jornal Diário do Rio (07/10 a 25/11/1855) no Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Bolsista pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), atuando no projeto intitulado História, Cultura e Escolarização da Infância, coordenado pela professora doutora Gizele de Souza.

totalidade, uma vez que o encontro com o outro acontece por intermédio dos fragmentos que nos foi permitido encontrar. Como reforça a autora, a pesquisa em arquivos não é simples. Os homens que nesses documentos encontramos não estão ali por inteiro, e o “real do arquivo torna-se não apenas vestígio, mas também ordenação de figuras da realidade; e o arquivo sempre mantém infinitas relações com o real” (FARGE, 2009, p.35).

Michel de Certeau (2002), ao refletir sobre a escrita da história, evidencia que essa é uma operação que acontece por combinação entre um lugar social, práticas e escrita (CERTEAU, 2002, p.66) e dentro dessa última, tomando cuidado com o que classificou como “figuração ambivalente do passado e do futuro” (CERTEAU, 2002, p.91), “o passado é, inicialmente, o meio de representar uma diferença” (CERTEAU, 2002, p.93). Esse passado é marcado pelo distanciamento entre aquele que escreve e o outro de quem só se tem indícios, rastros, cabendo ao historiador buscar os silêncios e brechas deixadas por esta presença. A história é o encontro com o outro que se descobre após se ter deteriorado ao ponto de sobram pequenos sinais que permitam uma aproximação com a sua realidade; indícios que o historiador, que trabalha sempre no presente, não deixa de considerar, mesmo sabendo que o passado não pode ser modificado. Porém, “o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (BLOCH, 2001, p.75). Ainda segundo Certeau (2002), a operação historiográfica torna presente uma situação vivida ao mesmo tempo em que representa aquilo que falta, “uma relação de reciprocidade entre a lei e seu limite engendra, simultaneamente, a diferenciação de um presente e de um passado” (CERTEAU, 2002, p.93).

No encontro com a inspeção da instrução pública primária no Paraná e sua organização procuro compreender, inicialmente, *as formulações para o ensino feitas por sujeitos distintos entre 1854 a 1883 – presidentes de província, inspetores, professores e autores de textos publicados na imprensa – que modificaram e deram diferentes sentidos para a própria inspeção escolar.*

Demarcado o objeto, esta pesquisa teve como escopo de investigação a organização e ações da Inspetoria Geral de Instrução Pública no Paraná na segunda metade do século XIX. A delimitação cronológica se estende de 1854 a 1883. O início do recorte (1854) se deve à organização da inspeção da instrução pública com a nomeação de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá como primeiro Inspetor Geral da província. No ano de 1883 é organizado o

Regulamento de Ensino Obrigatório<sup>3</sup>, que desencadeou uma reformulação na estrutura da inspeção do ensino paranaense, criando nesta a Superintendência do Ensino Obrigatório. Em um espaço de vinte e nove anos, vinte e cinco sujeitos<sup>4</sup> ocuparam o cargo de inspetor geral na província e um deles, coincidentemente ou não, foi Moysés Marcondes de Oliveira e Sá, filho do primeiro inspetor. O fato de que pai e filho, em tempos díspares, estiveram à frente da inspetoria me incitou a tentar compreender se suas proposições para a inspeção e instrução pública primária se assemelhavam ou não. Haveria uma continuidade de pensamentos, orientações? Essa é uma das questões que buscarei identificar.

Os inspetores aqui são percebidos como indivíduos que produziam ideias para a instrução, bem como tutelavam as propostas de ensino. Condizente com o que pontua Moysés Kuhlmann Jr. (2010) quando escreve sobre os intelectuais como categoria social e histórica, “as representações, os discursos e os artefatos simbólicos que configuram a realidade são produzidos e imaginados por pessoas reais, e têm efeito sobre a vida das pessoas reais, que nascem, crescem, amam, sofrem e morrem” (KUHLMANN JR, 2010, p.87). Escrever sobre a inspeção e seus sujeitos é também narrar as ações desses dentro da instrução pública, quais sejam na formulação de legislação específica, no que propunham como formação de professores, métodos e organização da materialidade escolar; pois dessas questões dependem a sua prática.

Diante disso, procurei dar conta de três grandes eixos de discussão, frente aos assuntos que aparecem nos relatos dos inspetores: a organização da inspeção do ensino e da legislação para a instrução pública na província; os problemas que os inspetores relatam ao exercer a sua função (materialidade escolar, matrícula e frequência dos alunos e a relação com os sujeitos que compunham a instrução pública primária — professores, pais, presidentes da província e alunos) —; as referências que os inspetores citavam e a *representação*<sup>5</sup> de infância.

Durante o período aqui compreendido foram publicados sete regulamentos, sendo o primeiro o Regulamento de Ordem Geral para as escolas (1857), o segundo o Regulamento de Inspeção da Instrução Pública (1857), outros dois intitulados de Regulamento da Instrução Pública Primária (1871 e 1874), um Regulamento Orgânico da Instrução Pública (1876) e

---

<sup>3</sup> Ressalta-se que a instituição da obrigatoriedade do ensino na província já estava em pauta anteriormente com a lei nº 17 de 14 de setembro de 1854 e com o Regulamento de 08 de abril de 1857; com a lei nº 381, de 06 de abril de 1874 e o Regulamento para o Ensino Obrigatório de 06 de julho de 1877.

<sup>4</sup> Ver essa relação no quadro disposto no APÊNDICE 1.

<sup>5</sup> Com o referencial teórico pautado na História Cultural, este estudo se ancora principalmente em Roger Chartier com os conceitos de representação, apropriação, lutas de representação e circulação.

dois Regulamentos para o Ensino Obrigatório (1877 e 1883). Essa legislação é fruto de um consenso social e aparece, dentro da estrutura da inspeção, como prática, evidenciando um duplo movimento: centraliza o debate em torno de legislações específicas para a inspeção e instrução pública ao mesmo tempo em que constitui a inspeção do ensino, por meio de sua discussão.

Neste trabalho, a legislação citada é compreendida como construção social, reforçando ainda que ela “não funciona como espelho da realidade, nem a realidade se constitui em reflexo da lei. A efetivação das normas se encontra associada a forças diversas que terminam por definir possibilidades, limites e ajustes” (GONDRA e SCHUELER, 2008, p.56) e também como *representação*, tomando como base um dos significados atribuídos por Roger Chartier a esse conceito como um conjunto de “representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem” (CHARTIER, 1994, p.104).

Um recuo proposital permite perceber que após a Independência do Brasil a organização de legislações sobre a instrução pública foi pensada com pelo menos dois objetivos aparentes: colaborar para a manutenção da ordem e, ao mesmo tempo, instruir a população. Alguns trabalhos de pesquisadores da história da educação têm demarcado que, durante o período imperial, o ato de legislar sobre a educação acabou por contribuir para o fortalecimento do Estado, fazendo “valer, no Império Brasileiro, o império da lei” (INÁCIO, *et.all*, 2006, p.11). A historiadora Cynthia Veiga (2007) aponta que a educação foi centralizada pelo Estado e que,

depois da independência, a institucionalização da escola pública gratuita e obrigatória passou a representar um elemento de afirmação do novo governo do Brasil – ou seja, era um ato político com o objetivo de organizar e dar coesão à nova sociedade nacional (VEIGA, 2007, p.131).

A escola, ou melhor, a instrução dada de forma escolarizada aparece como o espaço e a prática que permitem, além da transmissão do conhecimento, a formação do indivíduo civilizado e a construção de uma identidade nacional. Ao escrever sobre a instrução no Império, Luciano Mendes de Faria Filho (2009) demarca que a estrutura do Estado Nacional foi pautada por práticas de atuação sobre a população e que, dentre essas, destacam-se duas que estavam intimamente ligadas: “um novo modo de inserção do Estado no campo da instrução elementar” e a “elaboração de leis como estratégia de ordenação” (FARIA FILHO, 2009, p.19). A instrução, termo utilizado quando se refere ao conhecimento passado de forma

escolarizada<sup>6</sup>, estaria associada a uma perspectiva de *prevenção* e ao *tema de civilização*, destacados por José Gonçalves Gondra (2009) como “idioma mais geral empregado para justificar a universalidade da instrução” e que se tomava como referência geral os modelos de países “representados como exemplo de desenvolvimento, ilustração e polidez” (GONDRA, 2009, p.65).

Diana Silva (2006) ao escrever sobre as escolas públicas de Mariana, MG, nas primeiras décadas do século XIX, destaca a preocupação de se constituir o Império ao mesmo tempo em que se tentava evitar a colisão de diversos setores e que se preocupava com os modelos dos estados europeus. Segundo a autora: “é desta forma que a escola ganha cada vez mais espaço em torno das estratégias de organização do Estado Imperial”, sendo uma instituição “capaz de inserir na criança alguns dos princípios em torno da educação, do amor e do respeito por tudo aquilo que realmente seria necessário para aprender, para que no futuro tivéssemos bons cidadãos” (SILVA, 2006, p.2). Em recente trabalho sobre as crianças na história da educação, Veiga (2010) observa que ao se pensar uma escolarização para todas as crianças, monopolizada pela ação do Estado, criou-se uma “interdependência social” entre professores e alunos (VEIGA, 2010, p.32). A autora pontua que

(...) a difusão da escolarização para todas as crianças se apresentou como um novo lugar de socialização da infância como prévia da organização das coletividades do futuro. A monopolização da escola pelo Estado se apresentou como fator fundamental de desenvolvimento do imaginário de coesão social pela socialização da infância (VEIGA, *ibidem*).

Servindo como um espaço de socialização da infância, a escola e seus sujeitos tomaram para si a responsabilidade em propagar a moral e a honra na formação dos alunos, sentimentos que marcaram os discursos que tinham como objetivo a produção do aluno civilizado. Nota-se que a ideia em torno da instrução acabava por distingui-la como uma ferramenta importante no direcionamento do progresso da nação. Maria Cristina Gouvêa e Mônica Jinzenji (2006) explicitam que esse pensamento está em consonância “com os ideais iluministas, no qual se acreditava na instrução como meio para civilizar essa população (pobre), possibilitando a sua submissão às leis e a almejada ordem, contribuindo para o fortalecimento do Estado Imperial” (GOUVÊA e JINZENJI, 2006, p.116).

No cenário paranaense, a inspeção e seus inspetores, como um ramo da instrução pública, faziam coro com ideias do período, nas quais a instrução pública era considerada

---

<sup>6</sup> Faria Filho (2009) demarca que o termo educação, no século XIX, tinha um significado distinto de instrução, sendo “empregado para referir-se a um amplo projeto, muito além da escola, de produção de sujeitos que,

como um alicerce para o progresso da província e da nação. O inspetor geral, João Manuel da Cunha (1875), escreveu ao presidente da província que “ler, escrever e contar é o patrimônio dos filhos dos povos assaz grandes para marcharem na senda do progresso até o porto da civilização” (CUNHA, 17/03/1875, p.3). Esta *representação* da instrução como meio para chegar à civilização também pode ser encontrada em outros documentos trocados entre presidentes da província, inspetores e professores, durante o período.

Fernand Braudel (2007), antes de tratar da história das civilizações e do método do historiador das civilizações, escreve que há de se levar em consideração a diferença entre civilização, termo que acaba por colocar em discussão como várias matizes da humanidade inteira, e civilizações, lugares que podem ser localizados no espaço e no tempo (BRAUDEL, 2007, p. 236). Há uma dificuldade em se estabelecer um conceito fechado para civilização, que é uma questão cara para os *Annales*. Entretanto, o percurso que Braudel (2007) realiza em seu estudo, trabalhando com a *origem* e *fortuna* de duas palavras, civilização e cultura, permite que nos aproximemos do sentido de civilização e ser civilizado, tão utilizados nos documentos paranaenses do século XIX. Segundo o autor, cultura e civilização são palavras que têm como berço a França, apontando sua materialização impressa por volta de 1766, mas enfatizando que já era utilizada antes. Ele reforça:

Em todo o caso, nasce muito tempo após o verbo e o particípio, *civilizar* e *civilizado*, que são discerníveis desde os séculos XVI e XVII. Foi preciso, realmente, inventar, fabricar o substantivo *civilização*. Desde o nascimento, designa um ideal profano de progresso intelectual, técnico, moral, social. A civilização são as “luzes” (BRAUDEL, 2007, p.239).

O termo passa a exprimir quase como sinônimo o desenvolvimento e o progresso: formar o homem civilizado era moldar o homem moderno, cortês, erudito, moralizado. Kuhlmann Jr (1998) reforça que a “segunda metade do século XIX e início do século XX foram marcados pela crença no progresso e na ciência, mobilizando as nações ocidentais a se adaptarem aos novos instrumentos e processos produtivos” (KUHLMANN JR, 1998, p.26). Em trabalho que investiga as ações da Inspetoria Geral de Instrução Pública em Santa Catarina (1874-1888), Elaine Marcílio (2006) sustenta que o termo civilização, nesse período, “estava relacionado ao comportamento urbano, à polidez nas atitudes, ao modo de vida, à construção de uma estrutura mental moderna e, acima de tudo, à busca por organizar o Estado” (MARCÍLIO, 2006, p.25).

---

civilizados, viessem a assumir e dar continuidade, em diferentes lugares da “escala social”, à obra de construção da nação e de prosperidade do país” (FARIA FILHO, 2009, p.21).

Jacques Le Goff (2003), em estudo sobre como o sentido de antigo/moderno foi se constituindo e modificando no Ocidente, escreve que na metade do século XIX o que era apenas uma oposição cultural que com as Luzes ganhou a cena intelectual “transforma-se com o aparecimento do conceito de modernidade” (LE GOFF, 2003, p.173). Ampla é a literatura que abarca a discussão crítica de modernidade (BERMAN, 2007; HABERMAS, 1990; TOURAINE, 1998; entre outros). A modernidade como aquilo que está por vir, como a busca, mas se atendo ao fato de que a condição para a sua existência é haver uma ideia de tradição para que seja refutada. A modernidade entendida como movimento, que tem a percepção do tempo vivido como um momento de transição, como uma experiência para o futuro, acaba por encontrar terreno fértil nas províncias brasileiras na segunda metade do século XIX, com a chegada da imprensa, da locomotiva e do barco a vapor, a construção de estradas, organização urbana e administrativa e a chegada da eletricidade. Mesmo que essas mudanças não tenham chegado ao mesmo tempo e do mesmo jeito em todas as províncias, a circulação tanto dos sujeitos quanto das notícias impressas permite indicar que havia uma ideia compartilhada do que era ser moderno e acompanhar as tendências apontadas.

Demarco que ao tentar identificar nos relatórios dos inspetores o que apontavam como moderno para a instrução e inspeção do ensino paranaense, entendo-o, tal como assinala Le Goff (2003), como “a tomada de consciência de uma ruptura com o passado” (LE GOFF, 2003, p.178), mas que “mesmo entre os partidários dos modernos permanece a ideia de velhice e decadência como curva explicativa da história” (Ibidem, p.184). Esse moderno está mais atrelado ao progresso, ao desenvolvimento crescente e linear que levaria a sociedade, por meio da instrução, a equiparar-se com o que se via nas sociedades *civilizadas*. Basicamente o moderno é identificado por meio das ações que acabavam por se opor ao que até então se tinha estabelecido para a instrução pública primária na província e a modernidade como a mobilidade que vem da moda, daquilo que circulava no período e, como demarca Carlos Eduardo Vieira (2007), “a modernidade não se caracterizou como um período histórico com rígidas fronteiras espaciais e temporais e seu conceito é polissêmico, sendo o termo trabalhado por vários “referentes históricos, filosóficos, políticos e estéticos” (VIEIRA, 2007, p. 380).

Se existia essa relação muito próxima entre educação como meio para a civilização e uma crença no progresso e na ciência, que proposições para o ensino partiam da inspetoria

paranaense? Como os inspetores se *apropriavam*<sup>7</sup> das normatizações legais e das propostas para a educação que circulavam em jornais, revistas, relatórios de presidente e de inspetores gerais do Paraná e de outras províncias brasileiras? São perguntas que, se respondidas, auxiliar-nos-iam a entender o processo de organização da inspeção no Paraná e o que os seus partícipes entendiam como moderno, progresso e civilização.

Entretanto, faz-se necessário deixar aqui uma ressalva de que esse *processo civilizador* que lançava mão do aparato educativo não era engendrado como um plano racional e regular, pensado por um governo ou por seus gestores em prol de um monopólio de civilização. Não havia um acordo entre os partícipes da instrução, mesmo que tácito, de um processo civilizador por meio do ensino. As relações foram acontecendo e se moldando na medida em que ocorriam as mudanças. Norbert Elias (1993) demonstra que o processo civilizador, utilizando-se do controle social e do autocontrole, “constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica” (ELIAS, 1993, p.193) e não foi pensado individualmente, nem planejado com muita antecedência. Segundo o autor, “a civilização não é razoável, nem racional, como também não é irracional. É posta em movimento cegamente e mantida em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se veem obrigadas a conviver” (ELIAS, 1993, p.195).

Veiga (2007) pontua que a educação em diferentes países do ocidente entre os séculos XVIII e XIX é centralizada pelo Estado e se apresenta como “um verdadeiro projeto de civilização, instrumento para fundar uma sociedade harmônica e cujos conflitos pudessem ser racionalmente equacionados” (VEIGA, 2007, p.80).

Juarez dos Anjos (2011) demarca que:

A grande virada que se processa ao longo do Império é de que tal responsabilidade é tomada para si pelo Estado, que garante como direito o acesso à instrução primária aos cidadãos brasileiros e delega às províncias a efetivação desse processo (ANJOS, 2011, p.22).

A primeira lei imperial sobre a instrução foi a Lei Geral do Ensino, de 15 de outubro de 1827, que determinou a abertura de escolas de primeiras letras nas cidades, vilas e lugares mais populosos, bem como a adoção do método do ensino mútuo<sup>8</sup>. Instituído o Ato Adicional

---

<sup>7</sup> A percepção dessa apropriação é condizente com o pensamento de Roger Chartier (2002), voltada para os seus usos e interpretações. Segundo o autor, a apropriação “tem por objetivo uma história social das interpretações remetidas para suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas que as produzem” (CHARTIER, 2002, p.26). Nesse sentido, é pertinente saber o que é dito e quem o diz, como também procurar entender como se diz.

<sup>8</sup> Lei Geral do Ensino, de 15/10/1827, artigos 1º e 2º.



(1834), esse deu autonomia às províncias nos assuntos sobre a instrução pública, modificando o panorama legal. As medidas sobre instrução, que até então eram aprovadas primeiro pela Assembleia Geral do Império e ratificadas pelo Imperador ou pelo Ministro do Império, com a promulgação desse ficaram a cargo das províncias.

André Paula Castanha (2007) reforça que “o Ato Adicional trouxe benefícios à instrução pública, pois diminuiu a burocracia facilitando o processo de criação, inspeção e difusão de escolas. Além disso, possibilitou a experimentação de novas ideias nas províncias” (CASTANHA, 2007, p.15). O autor destaca em sua tese que havia uma influência no campo educacional, irradiada pelo grupo conservador localizado no Rio de Janeiro, através de princípios gerais que acabavam por circular entre as províncias e servindo como norteadores das legislações (CASTANHA, 2006, p.187). Aqui faço uma ressalva, pois, apesar da circulação de ideias e práticas educativas, a instrução não era a mesma no extenso território nacional. Nesse sentido, José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler (2008) mostram que apesar do binômio educar a população e instruí-la, que aparece como projetos e ações essenciais dentro desse Estado em formação, ele “não foi uniforme, indiferenciado ou contínuo, o que resultou na desigualdade de condições educacionais entre as Províncias” (GONDRA e SCHUELER, 2008, p.36). Com esse cuidado em observar tanto as semelhanças quanto as diferenças, voltemos para a inspeção do ensino no Paraná<sup>9</sup>.

No prefácio do livro *A Herança Imaterial*, de Giovanni Levi, o historiador Jacques Revel chama atenção para a escolha do individual quando se busca a compreensão das experiências sociais de um determinado período. Para esse autor, a escolha pela trajetória do indivíduo “permite destacar, ao longo de um destino específico – o destino de um homem, de

---

<sup>9</sup> Sobre o início da inspeção do ensino no Brasil, José Ricardo Pires de Almeida (1989) aponta para o cargo de Diretor de Estudos, especificado pelo rei e publicado pelo Alvará de 7 de julho de 1759, com quatro características/funções: “haverá um Diretor de Estudos o qual será pessoa que eu for servido nomear, pertencendo-lhe fazer observar tudo o que se contém neste alvará e sendo-lhe todos os professores subordinados na maneira abaixo declarada; o mesmo Diretor terá cuidado de averiguar, com especial exatidão, o progresso dos Estados para me poder dar, no fim de cada ano, uma relação fiel do estado deles a fim de evitar os abusos que se foram introduzindo, propondo-me, ao mesmo tempo, os meios que lhe parecerem mais convenientes para o adiantamento das escolas; quando algum dos professores deixar de cumprir com suas obrigações que são as que se lhe impõe este alvará e as que há de receber nas instruções que mando publicar, o Diretor o advertirá e o corrigirá. Porém, não se emendando mo fará presente, para o castigar com a privação do emprego que tiver e com as penas que forem competentes; e, porquanto, as discórdias provenientes de contrariedade das opiniões que, muitas vezes, se excitam entre os professores só servem para distraí-los das suas verdadeiras obrigações e de produzirem na mocidade o espírito de orgulho e discórdia, terá o Diretor todo cuidado em extirpar as controvérsias e de fazer que entre eles haja uma perfeita paz e uma constante uniformidade de doutrina de sorte que todos conspirem para o progresso de sua profissão e aproveitamento dos seus discípulos” (ALMEIDA, 1989, p.32). Florentino Rosalvo, ao discorrer sobre o ensino em São Paulo observa que a criação do cargo de *inspetor de estudos*, proposto pelo Ministro do Império, “deveria evoluir, mais tarde, para o de inspetor geral da instrução pública e inspetor escolar” (ROSALVO, 1954, p.164).

uma comunidade, de uma obra –, a complexa rede de relações, a multiplicidade dos espaços e dos tempos nos quais se inscreve” (REVEL, 2000, p.17). Com o olhar orientado para o indivíduo, busquei nesse recorte temporal os sujeitos que organizaram as mudanças na estrutura da inspeção do ensino no Paraná, tentando responder algumas inquietações aqui já tratadas e acrescentando a essas outras: havia uma representação de infância nos documentos enviados pelos ou para os inspetores?

O livro de Philippe Ariès (1981), *História Social da Criança e da Família*, mesmo com a crítica posterior à sua publicação — por trabalhar com fontes que tratavam de crianças de famílias abastadas e por considerar o sentimento de infância atrelado à modernidade — acaba se tornando um marco para trabalhos na história da infância por ter aberto uma seara para a discussão do tema e por mostrar como a ideia que se tem de infância foi sendo historicamente forjada. No caso de uma representação de infância entre os séculos XII e XVIII, o autor destaca que:

(...) a primeira idade é a infância que planta os dentes, e essa idade começa quando nasce e dura até os 7 anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado enfant (criança), que quer dizer não falante, pois nessa idade a pessoa não pode falar bem nem formar perfeitamente suas palavras. (ARIÈS, 1981, p.36)

Ariès (1981) evidencia que durante muito tempo as crianças participaram do mundo adulto sem distinções, sendo por eles consideradas como adultos em miniatura: “no mundo das fórmulas românticas, e até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido (...)” (ARIÈS, 1981, p.51). Entre os séculos XVI e XVIII o autor, por meio da iconografia que pesquisou, observa o surgimento e estabelecimento de dois sentimentos de infância: um que chamou de *paparicação* (em linhas gerais, um cuidado exagerado, onde a criança era fonte de beleza, ingenuidade, distração e afeto) e outro que ia contra essa atenção exagerada e que tudo permitia, mostrando que a criança deveria ser educada e disciplinada.

Segundo Paulo Vinícius Silva e Gizele de Souza (2008), “é de fato o sociólogo francês que sublinhou as modificações da infância vindas atravessadas a partir do final do século XIV” e a ele devem-se os créditos sobre as representações e descrições da criança a partir dos trezentos (SILVA e SOUZA, 2008, p. 02). Os autores evidenciam que a obra de Ariès se baseia sobre duas hipóteses: “que a sociedade tradicional não representava de fato a criança e na sociedade medieval, o ‘sentimento de infância’ não existia” e que graças ao processo de escolarização da criança e à instituição do colégio aliada à mudança profunda no contexto de família, a separação da criança do universo adulto já na época moderna se torna mais visível.

O nascimento da vida privada que corresponderia a um desejo de intimidade e de identidade que a organização da antiga sociabilidade não era capaz de satisfazer, uma vez que o afeto entre os pais e filhos se manifestaria graças à importância crescente da educação das próprias crianças. (SILVA e SOUZA, 2008, p.04)

Colin Heywood (2004) identifica um cuidado com a infância já na Idade Média, quando a Igreja se preocupava com a educação das crianças (monastérios) e que nos séculos XVI e XVII já existia “uma consciência de que as percepções de uma criança eram diferentes das dos adultos” (HEYWOOD, 2004, p.36-37). A infância já era alvo de diversos estudos no século XVIII, como as obras de John Locke e Jean Jacques Rousseau, autores que são citados nos relatórios de presidentes e inspetores gerais de instrução pública da província do Paraná, na segunda metade do século XIX. Ana Maria Mauad (2007) sustenta:

O século XIX ratifica a descoberta humanista da especificidade da infância e da adolescência como idades da vida. Os termos criança, adolescente e menino, já aparecem em dicionários da década de 1830. Menina surge primeiro como tratamento carinhoso e, só mais tarde, também como designativo de “criança ou pessoa do sexo feminino que está no período da meninice”. Criança, neste momento, é a cria da mulher, da mesma forma que os animais e plantas também possuem as suas crianças. Tal significado provém da associação da criança ao ato de criação, onde criar significa amamentar, ou, como as plantas não amamentam, alimentar com sua própria seiva. Somente com a utilização generalizada do termo pelo senso comum, já nas primeiras décadas do século XIX, que os dicionários assumiram o uso reservado da palavra “criança” para a espécie humana (MAUAD, 2007, p.140).

Com a preocupação em localizar e compreender que infância era representada e que práticas eram pensadas pelos inspetores para o seu processo de escolarização, tive o cuidado de considerar, tal como escreveu o historiador Jacques Gélis (1991), que “a evolução do sentimento da infância não se manifesta de maneira linear” e, portanto, o *interesse* e a *indiferença* que marcaram os momentos de relação da infância com o *progresso* e a *civilização*, “coexistem no seio de uma mesma sociedade, uma prevalecendo sobre a outra em determinado momento por motivos culturais e sociais que nem sempre é fácil distinguir” (GÉLIS, 1991, p. 328).

Demarcado esse cuidado, a intenção se volta em perceber como as proposições dos partícipes da instrução pública se adequam ou não à infância por eles representada, em uma relação de *interdependência* dentro das diferentes estruturas da sociedade, em uma *rede de funções*, como pontua Norbert Elias (2009), onde cada indivíduo desempenha uma função em relação a outro e, dessa forma, cada pessoa está *presa* porque vive “em permanente dependência funcional de outras, ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos das cadeias que a prendem” (ELIAS, 2009, p.23). A hipótese é de que essa relação de interdependência tenha agido como motor para as permanências ou mudanças na organização da inspeção primária. A criança, assim

como a família, os professores, os inspetores e presidentes de província, teria sua função social na estrutura da instrução pública primária.

A infância aqui é compreendida como *categoria social* e as crianças como “atores sociais, portadores e produtores de cultura” (SARMENTO e GOUVEA, 2008, p.7), “considero a criança como sujeito social individual, que carrega desde o nascimento as expectativas sociais e que na relação indivíduo-sociedade aqui firmada, o indivíduo não é sucumbido pela sociedade, mas é constituído por ela” (SOUZA, 2006, p.2) e como sujeito histórico, tal como afirma Kuhlmann Jr. (1998).

Pensar a criança na história significa considerá-la como sujeito histórico, e isso requer compreender o que se entende por sujeito histórico. Para tanto, é importante perceber que as crianças concretas, na sua materialidade, no seu nascer, no seu viver ou morrer, expressam a inevitabilidade da história e nela se fazem presentes, nos seus mais diferentes momentos. A compreensão da criança como sujeito histórico exige entender o processo histórico como muito mais complexo do que uma equação do primeiro grau, em que duas variáveis de estrutura explicariam tudo o mais. (KUHLMANN JR, 1998, p. 32)

Manuel Sarmiento e Maria Cristina Gouvea (2008) demonstram que ao entender dessa forma a infância e a criança abre-se a fronteira de estudos e percepção das crianças como “membros ativos da sociedade e como sujeitos das instituições modernas em que participam (escola, família, espaços de lazer, etc.)” (SARMENTO e GOUVEA, 2008, p.09). Compreendidas assim, talvez seja possível perceber o lugar desses sujeitos na instrução pública paranaense, na segunda metade do Oitocentos. Reforça-se que, mais do que identificar a estrutura da inspeção, a intenção aqui é aproximar-se dos sentidos dados pelos inspetores e do modo como eles se organizam para a escolarização da infância.

A materialidade da instituição escolar (tudo que se referiria ao espaço da escola, como mobília, material didático, utensílios diversos e de escrita) acaba por nos auxiliar na compreensão da prática da inspeção, pois nos permite perceber a ação desta mediante as demandas apontadas pelos professores. Esses materiais encontrados nos documentos, “se não se apresentam imediatamente como registros documentais do passado, portam vestígios das práticas escolares instituídas historicamente” (VIDAL, 2005, p.04). Dominique Julia (2001) define o uso desses materiais atrelado às normas às quais os professores devem acatar para utilizar esses dispositivos pedagógicos como integrantes de uma *cultura escolar*,

(...) como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (JULIA, 2001, p.10).

O que os inspetores gerais paranaenses demarcam como necessário em uma escola de primeiras letras acaba por dizer muito de suas concepções e ideias sobre a instrução

pública primária, podendo ser identificado qual o método que era prescrito, a organização do espaço da sala de aula e distribuição ou não de materiais fornecidos pelo governo aos alunos.

Com o objetivo de compreender melhor quem são esses sujeitos (inspetores), o que faziam e o lugar que circulavam suas ideias, faz-se necessário também olhar para a província do Paraná de uma forma mais alargada, entendendo a inspeção na relação com outras esferas, não somente pelo viés educacional, uma vez que todos os assuntos e as demandas acabam se entrelaçando e construindo uma rede de interdependência.

A província paranaense foi a última a ser criada<sup>10</sup>, sendo escolhida como capital a cidade de Curitiba<sup>11</sup>. Em 1853 havia na cidade 308 casas construídas, “o centro da vila era iluminado por 30 lampiões de azeite de peixe. Mas, no ano da instalação da província, existiam apenas dois em funcionamento” (WACHOWICZ, 2010, p.89). Sobre a emancipação da província, Romário Martins (1982) escreve que essa “nos encontrou, mal saídos da mentalidade da vida sertaneja de 1693. As casas de Curitiba, em regra eram de taipa ou pedras secas, de um só pavimento quase todas sem assoalho de madeira mas de terra socada” (MARTINS, 1982, p.23)<sup>12</sup>. No *Mapa Estatístico da População do Paraná* (1854), elaborado pelo chefe de polícia Antonio Manoel Fernandes Júnior, a população total da província era de

<sup>10</sup> Lei nº 704, de 29 de agosto de 1853.

<sup>11</sup> Essa escolha foi feita após terem sido amplamente discutidos pelas autoridades da província dois outros locais: Paranaguá e Guarapuava. Os argumentos a favor de Curitiba foram expostos pelo presidente Zacharias Góes de Vasconcellos na Assembleia Legislativa, sendo: a cidade ficava na região central da província e era mais populosa. Segundo Pastre (2009), contribuindo para isso, com o crescimento do comércio de animais e a exportação da erva-mate, essa região passou a despertar o interesse do poder central, sendo a emancipação uma concessão estratégica do governo imperial para aplacar o descontentamento dos liberais com a excessiva interferência do poder central nas províncias, bem como contra os impostos cobrados pelas exportações. Porém, mais do que pelo fator econômico, a concessão ocorre pela ameaça separatista, sugerida pela Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, que despertara a atenção do governo imperial para o risco de alargamento da onda revolucionária até o Paraná e, daí, para a própria província de São Paulo (PASTRE, 2009, p.18).

<sup>12</sup> A obra desses dois autores, Romário Martins e Ruy Wachowicz, dentre outros, tem sido revisitada por historiadores paranaenses preocupados com a historiografia regional do Paraná. Nos dois casos, é possível observar uma preocupação com a construção de um “espírito paranaense”. O trabalho de Romário Martins é um exemplo daqueles que lutaram para manter uma tradição paranaense, cujo movimento foi chamado de Paranismo — “definido nominalmente apenas em 1927, foi o resultado de um longo processo de formulação de uma imagem do Paraná posteriormente a sua emancipação política, ocorrida em 1853, e à grande onda imigratória verificada entre 1860 e 1880. (...) Esse movimento se concretiza no Paraná pela exaltação dos valores locais e o desenvolvimento de uma simbologia baseada em elementos nativos como o pinheiro paranaense e o pinhão, simplificados até serem transformados em logotipos” (CAMARGO, 2007, p.08 e 15). O departamento de História da UFPR organizou um seminário para a revisão da historiografia do estado, em 1964, e o professor Brasil Pinheiro Machado, em conjunto com outros professores do departamento, examinou a obra História do Paraná, de Romário Martins, concluindo que a referida “é fundamental para o historiador do Paraná uma vez que ela abriu caminhos e apontou rumos, tal como Varnhagem, para a História do Brasil” (ATA DA REUNIÃO DE 1964, 2009, p.292). Apesar da crítica quanto ao desconhecimento da geografia e dos indígenas do Paraná, o trabalho de Romário Martins ainda é considerado como relevante para a área. Como os trechos dos livros dos dois autores aqui citados só trazem o aspecto físico de Curitiba, não há a necessidade de mais ressalvas quanto ao seu trabalho e utilização neste estudo.

67.268 habitantes, sendo na capital 6.791, distribuídos em 27 quarteirões (VASCONCELLOS, 1854, mapa nº14). A imagem representada abaixo, feita por John Henry Elliot, “tirada da estrada do Arraial ou talvez do Alto da Glória” (REVISTA DO PARANÁ, 30/10/1887, p.06), relativa ao ano de 1855, se configura como uma representação aproximada da cidade curitibana.



LITOGRAFIA DE J.H.ELLIOT<sup>13</sup>  
(FONTE: Revista do Paraná, 1887, p.04)

A tela pintada, como uma *representação*, corrobora com os escritos que descrevem a capital da província como uma vila, poucas casas, ainda sem iluminação, com ruas de chão, em meio à vegetação. Durante a segunda metade do século XIX, situações como porcos na rua, iluminação pública (ou falta dela), lama nas ruas, etc., são esmiuçadas nas páginas do jornal Dezenove de Dezembro. Magnus Roberto de Mello Pereira (1996) descreve e analisa com propriedade o caminho que o Paraná trilha, desde as primeiras posturas municipais, passando pela constituição da indústria e comércio (com conflitos entre a burguesia do mate e os produtores autônomos; moralização do comércio da carne verde, feijão, farinha, milho) a presença de pessoas não morigeradas (escravos, pretos, pardos, mulatos e outros), até chegar a um plano de controle das construções (regras de arquitetura) e aos impasses que as festas (fandangos, etc.) causavam entre os membros da sociedade. Apesar de todos os problemas, Pereira (1996) ressalta:

---

<sup>13</sup> Segundo Carneiro (1975) o original de J.H.Elliot, em aquarela, está desaparecido (CARNEIRO, 1975, p.46). Sobre a obra de Elliot ver CARVALHO, 2010.

Curitiba e algumas outras cidades da província deixavam, pouco a pouco, de ser aqueles povoados acanhados descritos por Saint-Hilare no começo do século. Vilarejos que permaneciam quase sempre vazios, e que adquiriam aspecto movimentado somente nos dias de ofícios religiosos, com a presença dos proprietários rurais e suas famílias. Principalmente a partir da década de 1850, com o *boom* dos engenhos de mate, formou-se nas cidades paranaenses uma camada populacional tipicamente citadina. Em Curitiba, o processo foi acentuado com a instalação do governo provincial. Além dos industriais e comerciantes de mate, com seus empregados burocráticos e trabalhadores jornalheiros, ganharam as cidades os profissionais liberais e funcionários públicos. Na onda da economia ervateira, expandiu-se o comércio varejista, dando espaço a muitas outras personagens urbanas (...) (PEREIRA, 1996, p.111).

Discorrendo sobre a situação da instrução pública no Paraná, Maria Cecília Marins Oliveira (1986) evidencia que essa era deficiente e precária, existindo “somente em centros mais desenvolvidos” e, quanto ao ensino de primeiras letras, a maioria das crianças ficava sujeita “à instrução recebida da família” (OLIVEIRA, 1986, p.19). À época da emancipação, havia uma população de 62.000 habitantes e, nesta, apenas 615 alunos frequentavam as aulas públicas (ANDREAZZA e TRINDADE, 2001, p.61). Nesse momento, a instrução na província seguia as determinações da lei nº 34, de 16 de março de 1846 e do regulamento de 08 de novembro de 1851, da província paulista.

Esse espaço de quase quatro anos que antecede a publicação do Regulamento de Inspeção da Instrução Pública no Paraná abarcou um período de reestruturação da província, não somente no que se referia à instrução pública e inspeção do ensino, com a nomeação do primeiro Inspetor Geral de Instrução Pública (IGIP), mas também à reformulação política, econômica, cultural e social. Sob a liderança do primeiro presidente, Zacarias Goes de Vasconcellos, pensou-se a construção de estradas que ligassem a capital ao litoral, a divisão judiciária<sup>14</sup>, o mapeamento e organização da guarda, propondo que seja criada para a força policial “uma companhia de 67 praças” e “uma seção de cavalaria”, a criação da secretaria do governo, a ampliação do Correio<sup>15</sup> e a efetivação de um contrato com a tipografia de Cândido Martins Lopes para a publicação do expediente da presidência.

Gondra e Schueler (2008) evidenciam que a historiografia clássica representou durante um bom tempo a educação no século XIX sob o signo do atraso e das trevas. Porém, cada vez mais historiadores têm “produzido um novo olhar sobre o Oitocentos,

---

<sup>14</sup> Criação de três comarcas na província: uma na marinha (Paranaguá, Guaratuba, Antonina e Morretes) e duas nos Campos Gerais, sendo a segunda comarca formada pela Capital, São José dos Pinhais e Príncipe; e a terceira formada por Castro e Guarapuava.

<sup>15</sup> Nomeou o bacharel José Cândido da Silva Muricy como administrador, orientando para a criação de três novas agências em: Guarapuava, Campo Largo e São José dos Pinhais.

caracterizando-o como um período fértil de debates, iniciativas e práticas educativas” (GONDRA e SCHUELER, 2008, p.19).

A publicação do *Regulamento de Inspeção da Instrução Pública no Paraná*, de 24/04/1857, depois de um período em trâmite, acaba por materializar no texto legal uma necessidade social e é tomada neste estudo como fonte que “nos possibilita compreender a importância da legislação e da ação legislativa na configuração do campo pedagógico no Brasil” (INÁCIO, *et.all.*, 2006, p.11). E, nesse caso, no Paraná. No ano de sua instituição há uma vitalidade cultural, econômica e política na província e, como orienta Anjos (2010), uma leitura atenta do jornal *O Dezenove de Dezembro*, revela alguns fragmentos da vida paranaense às vésperas da aprovação do regulamento.

O sistema de correios funcionava com regularidade, o que garantia boa comunicação entre a capital e as vilas da província, bem como com outras regiões do império. De maneira igualmente regular a população da capital era atendida em audiências semanais pelo presidente da província, o chefe da polícia e os juizes municipais, de Direito e de Órfãos. Nas principais vilas a população também mantinha contato próximo com as lideranças locais, como atestam as correspondências publicadas com frequência no jornal. Vilas vinham sendo elevadas à cidades, como Castro e Antonina, indicando tendências de urbanização para a Província. (...) Por ocasião dos julgamentos, os trabalhos das sessões do júri eram divulgados, dando visibilidade à aplicação da justiça sobre os crimes cometidos no Paraná. Os anúncios revelam os interesses da população e grande circulação de impressos (...). Feitos por subscrição, esses impressos, juntamente com o jornal, ajudavam a divulgar opiniões e posições sobre diversos assuntos e dentre eles, as expectativas da população e dos dirigentes locais em torno da instrução pública na Província (ANJOS, 2010, p.7).

No período delimitado por este estudo, a instrução pública aparece no jornal gradualmente, com notícias sobre a criação de cadeiras, exame de professores, relatórios de visita de inspetores, anúncio de livros escolares e ofícios enviados pelo presidente da província ao inspetor geral da instrução pública. Ao longo do Oitocentos, a instrução pública foi inserida nos relatórios dos presidentes da província paranaense como uma importante base para as mudanças sociais, econômicas e políticas. O presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa classificou a instrução como “um dos mais importantes instrumentos de prosperidade pública” (LISBOA, 1871, p.01), o que contribui para essa representação da educação como uma ferramenta utilizada para se alcançar algo. Esse “instrumento” era ministrado nas escolas, que, aqui vale registrar, eram aulas/cadeiras avulsas regidas por um só mestre que atendia alunos de diferentes classes e idades distribuídos em bancos, geralmente em uma sala de sua própria residência ou, em alguns casos, em casa alugada para esse fim, que poderia receber ou não auxílio do governo provincial. Na legislação da província paranaense predominou a indicação do método simultâneo, que permitia o professor ter um monitor/aluno-mestre que o auxiliaria nas lições com os alunos.



A instrução pública primária nas províncias brasileiras, durante o século XIX, compõe ou é o objeto de investigação de diversos trabalhos de história da educação<sup>16</sup>, demonstrando um crescimento de pesquisas sobre o Oitocentos. A inspeção do ensino ou inspeção escolar, como um órgão dentro da estrutura do ensino e com papel central na sua organização e manutenção, aparece mais em dissertações e teses, com publicações pontuais de suas pesquisas em congressos e revistas da área, o que permite aferir que o tema se mantém em solo fértil para investigações. No Paraná, o papel da inspeção e a experiência da escola primária podem ser encontrados nos trabalhos de Lilian Anna Wachowicz (1984), Maria Cecília Marins de Oliveira (1986), Ariclê Vechia (2004), André Paula Castanha (2006), Maria Elisabeth Blanck Miguel (2004, 2006), Elvira Mari Kubo (1982), entre outros.

Os estudos que contemplam outras províncias, como a de Santa Catarina, de São Paulo, do município da Corte (Rio de Janeiro) e Mato Grosso demarcam a inspeção do ensino como ferramenta do Estado para moldar os professores, alunos, enfim, a sociedade, nos modelos de civilidade traçados por aqueles que estavam no poder.

Em seu estudo sobre a ação da inspeção em Santa Catarina, Elaine Cristina Marcílio (2006) relata que era papel da inspetoria geral catarinense fazer com que a população escolar tomasse conhecimento das leis e as obedecesse e desenvolver um comportamento civilizado e elaborar mapas estatísticos, que seriam enviados posteriormente ao Presidente (MARCÍLIO, 2006, p.31). Ao final do trabalho, a mesma autora conclui que a ação do “órgão inspetor” pouco havia avançado desde a sua criação e que a “elite dirigente” que esteve à frente da inspeção, buscava “educar/controlar os segmentos que participassem do ensino primário e secundário, público ou particular, no intuito de tornar a província um território civilizado, como vinha sendo difundido na Corte” (MARCÍLIO, 2006, p.185).

Rosemeri Gonçalves (2004) em estudo sobre a inspeção, no mesmo estado, localiza “a inspeção escolar como claro mecanismo de controle e direcionamento desse ensino [ensino público elementar], em conformidade com os anseios elitistas de civilização” (GONÇALVES, 2004, p.01). Na província Paraíba do Norte, a criação do cargo de Diretor Geral da Instrução Pública, no regulamento de 15/01/1849, possibilitou a “regulação e a fiscalização das cadeiras de primeiras letras” e, dentre estas responsabilidades, estava a “efetivação do controle sobre os professores”, garantido por meio da legislação e pela “estrutura administrativa que tinha

---

<sup>16</sup> No levantamento da bibliografia sobre a inspeção do ensino no Brasil, durante o século XIX, realizei a leitura dos trabalhos apresentados no GT 02 (História da Educação) da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPED; os dez últimos anos da Revista Brasileira de História da Educação (SBHE);

como centro a presidência da província e homens de sua responsabilidade como representantes desse poder nas localidades” (PINHEIRO, CURY, ANANIAS, 2010, p.242).

Ao analisar textos legislativos da província paulista, Valdeniza Barra (2004) destaca o *Regulamento da Instrução Pública*, de 06 de novembro de 1851, como sendo aquele que abarca o papel específico do Inspetor Geral:

O inspetor geral era responsável pela articulação entre os demais segmentos deste ramo de instrução. Tanto tinha de informar ao Presidente da Província e ao Conselho de Instrução sobre as informações por estas instâncias solicitadas como tinha de instruir aos inspetores de distritos e professores acerca de seus deveres. Tanto nomeava como multava e até demitia os inspetores de distrito que tivessem uma conduta omissa. E os próprios distritos eram frutos de uma divisão apresentada e proposta por ele mesmo. A ele competia a cartografia anual do estado da instrução pública. (BARRA, 2004, p.183)

Em outro trabalho, a mesma autora demarca a similaridade entre o ato de inspecionar e os de vigilância e punição. Segundo Barra (2006), de acordo com a legislação em vigor:

a organização do serviço público da instrução paulista tinha como princípio a ação da vigilância e a previsão de punições para professores numa relação na qual o serviço de inspeção era produzido em oposição às práticas não permitidas ao professor (BARRA, 2006, p.6189).

Célia Maria Giglio (2006) ao escrever sobre a inspeção na província paulista observa que esta era formada por aquilo que a autora chamou de “milícias pacíficas”, “numa verdadeira cruzada civilizatória” (GIGLIO, 2006, p.351). A inspeção que “governa a docência” (BORGES, 2008, p.13) e que é formada por diferentes sujeitos, desde bacharéis, padres, médicos, etc., no município da Corte Imperial (RJ), é investigada por Angélica Borges (2008), que conclui:

(...) a presença de diferentes instâncias da sociedade nas engrenagens da fiscalização de professores, instituída pelo governo imperial, como a ordem médica, jurídica, eclesiástica, militar e mesmo a docente, apontam a existência de relações de poder na organização da sociedade e dos saberes que determinam os investimentos e intervenções no exercício da docência (BORGES, 2008, p.278).

Em trabalho conjunto, Dimas Neves e Angélica Borges (2006) analisam a Reforma Couto Ferraz, do Município Neutro da Corte, em 1854 e a Reforma Augusto Leverger, da província do Mato Grosso, do mesmo ano. Destacam o controle feito “pelo exercício do olhar” e observam que

(...) os Inspetores Gerais da instrução, tanto na Província de Mato Grosso quanto da Corte Imperial, trazem um histórico de chefias de polícia, portanto, experiência com a vida pessoal que “poderia ou deveria” ser importante na “vigilância contínua” de

professores e alunos. Essa é a representação dos “intelectuais” que construíram essas reformas (BORGES e NEVES, 2006, p.5246).

Durante o século XIX os debates e as ações em torno do projeto de organização do ensino foram pensados por muitos sujeitos, mesmo que nem sempre na mesma direção e na mesma intensidade. Os inspetores gerais, à frente das inspetorias do ensino, configuravam-se como os responsáveis por pensar as ações para a instrução ou, pelo menos, como um elo entre as necessidades da escola e o governo provincial. Segundo o trabalho de Rui Afonso da Costa (2006), o inspetor era o “representante do olhar direto do poder sobre a escola” e cabia a ele examinar os materiais didáticos, o cumprimento de programas, os métodos, a frequência, enfim, tudo que se caracterizasse como parte integrante do sistema de ensino (COSTA, 2006, p.371).

Os estudos que investigam a organização, a função prescrita e a prática da inspeção durante o Oitocentos abarcam em suas análises a perspectiva da inspeção atrelada à vigilância<sup>17</sup> com ações passíveis de punições. Concordo que esta seja uma das facetas mais marcantes da inspeção que, como o significado da palavra já demarca, é a ação de olhar, de vistoriar, de superintender (BUISSON, 1929, p.847). Mas esta característica já me parece bem esmiuçada pelos historiadores da educação e ela também pode ser identificada na legislação da província paranaense, no *Regulamento de Inspeção e Instrução Pública da Província do Paraná*, de 24 de abril de 1857, pelos verbos “inspecionar”; “organizar”; “fiscalizar”; “admoestar” e “multar”. Todavia, nessa mesma documentação legal outras funções podem ser identificadas para a inspeção, tais como “dirigir”, “instruir”, “propor” e “relatar”.

Esses exemplos dados têm aqui um objetivo pontual que é servir como base para uma inquietação: não seria redundante e restritivo pensar somente no papel da inspeção como vigilância e repressão? Que outros aspectos podem ser destacados da ação dos sujeitos que estiveram à frente da inspetoria? Se, como sustenta Le Goff (1990), “elaborar um fato é construí-lo” (LEGOFF, 1990, p.31), o presente trabalho realiza esta construção a partir dos sentidos das histórias já contadas, dos problemas levantados e das hipóteses.

Desse modo, o *foco* da pesquisa, desenhado no embate com a empiria e a teoria, é **compreender quais eram os sentidos dados para a inspeção, propostos pelo Inspetor Geral** – que à frente da estrutura da inspeção e da instrução pública “é um homem como nós, (...) mas é também muito diferente de nós” (GINZBURG, 2007, p.09) – **e pelos funcionários da Inspetoria do Ensino (inspetores, conselhos, superintendentes e professores); e**

**entender como se dava a prática daquele que inspecionava, com suas questões, impasses e recomendações.** A hipótese é que durante o desempenho de suas atribuições os inspetores gerais desenvolviam *estratégias* que ajudavam a consolidar o modelo de instrução pensado por eles próprios, pelos seus pares e pelos governantes. Os inspetores gerais não só participavam como eram autores e protagonistas importantes na teia de ações para a instrução.

Ao escrever sobre o trabalho nos arquivos escolares, Dominique Julia (2001) pondera que o “historiador sabe fazer flecha de qualquer madeira” (JULIA, 2001, p.17). Se esta capacidade já é uma característica comumente usada pelos pesquisadores, acrescento modestamente que depois de feita a flecha faz-se necessário acertar o alvo. Com esta preocupação elegi, para análise e discussão, documentos encontrados nos seguintes acervos: Biblioteca Pública do Paraná, na Divisão de Documentação Paranaense (DDPAR); Arquivo Público do Paraná (APPR); Colégio Estadual do Paraná (CEPR); Círculo de Estudos Bandeirantes da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (CEB/PUCPR); Museu Paranaense; Casa da Memória de Curitiba (CM); Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e Biblioteca Nacional (BN).

Em uma observação histórica, como orienta Bloch (2001), “não existe outra máquina de voltar no tempo senão a que funciona em nosso cérebro, com materiais fornecidos por gerações passadas” (BLOCH, 2001, p.74). Quanto a esses materiais, aqui foram divididos em três blocos. A primeira divisão se ateve aos documentos oficiais, como relatórios dos presidentes da província e de inspetores gerais da instrução pública do Paraná, correspondência de governo e legislação paranaense para as escolas primárias, que foram disponibilizados pelo Arquivo Público do Paraná. A análise envolveu o vocabulário encontrado, as relações visíveis entre os remetentes e destinatários, tentando, assim como orienta Bloch (2001), “também extorquir as informações que eles não tencionavam fornecer” (BLOCH, 2001, p.95) e compreender as negociações e escolhas desses sujeitos e atores da inspeção e instrução pública primária na província do Paraná.

A segunda parte contempla os jornais e periódicos pesquisados – *O Dezenove de Dezembro*, *O Paranaense*, *Província do Paraná*, *Echo do Paraná*, *O Domingo* – são, respectivamente, da Biblioteca Pública, Museu Paranaense e Biblioteca Nacional. Durante a leitura dos mesmos, o olhar se voltou para as demandas da instrução e inspeção pública primária que circulavam na província e que eram apontadas pelos inspetores, presidentes e

---

<sup>17</sup> Pelo menos no que concerne ao aspecto da vigilância, os trabalhos citados utilizam como referencial a obra de Michel Foucault.

professores, atendo-se como possibilidade de investigação a que “a circulação de ideias envolve relações sociais específicas entre pessoas que exercem funções intelectuais e de caráter administrativo e político, em diferentes lugares institucionais” (KUHLMANN JR, 2007, p.113).

O último bloco se divide entre as cartas trocadas entre parentes e amigos de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, que contemplam três gerações<sup>18</sup> da família Marcondes, e o livro *Pai e Patrono*, escrito por Moysés Marcondes de Oliveira e Sá<sup>19</sup>. Com o auxílio desse material, busquei compreender que sentidos esses dois homens que foram inspetores gerais do ensino em períodos díspares davam para a inspeção e instrução pública, bem como para a educação da infância, considerando que “tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH, 2001, p.79).

Os documentos aqui especificados são tomados objetivando-se a apreensão da prática da inspeção por intermédio dos vestígios (GINZBURG, 2007; LEGOFF, CHARTIER, REVEL, 2005). Como sustenta Pesavento (2004), ir atrás de vestígios é “ir além daquilo que é dito, ver além daquilo que é mostrado” ou ainda, pensando nos detalhes, ir atrás daqueles “que cercam a cena principal, analisa cada elemento em relação ao conjunto” (PESAVENTO, 2004, p.64).

Para o questionamento dessa documentação lancei mão do conceito de *prática escriturística*, na perspectiva proposta por Michel de Certeau, entendendo os relatórios de visita às escolas não só como um documento que relata, narra, mas como uma escrita que tem um lugar, um modo de falar e de se estruturar para além do que foi relatado, possuindo um sentido, uma *função estratégica* (CERTEAU, 1994, p.226). Em face disso, fez-se necessário conhecer a função regulamentada do inspetor para a comparação desse papel prescrito com a prática formalizada nos termos de visita às escolas, realizados *a posteriori*.

Descrito o processo inicial do trabalho, destaco que a dissertação se divide em três capítulos: o primeiro, intitulado *INSPEÇÃO: A MOLA REAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA*, tem por objetivo compreender as ações dos inspetores gerais por meio de propostas e reformas para o ensino e o impacto destas ideias na organização da instrução pública primária paranaense.

---

<sup>18</sup> José Caetano de Oliveira, pai de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, que por sua vez, era pai de Moysés Marcondes de Oliveira e Sá.

<sup>19</sup> Uma edição mais antiga desse livro, ainda sem a data de publicação, encontra-se no acervo do Colégio Estadual do Paraná, com dedicatória de Dário Veloso à biblioteca do Ginásio Paranaense, em 1932.

No segundo capítulo, denominado *VISITADORES DO ENSINO: O OLHAR DOS INSPETORES SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA*, o escopo é perceber que países e referências os inspetores gerais elegem para corroborar as suas proposições para instrução pública primária.

O esforço do terceiro capítulo, *CONSELHOS PARA A ORGANIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA PÚBLICA PARANAENSE*, recai em identificar a atuação do Conselho de Instrução e como seus sujeitos pensavam a estrutura do ensino e as ações voltadas para a escolarização da infância, bem como perceber que representações sobre a infância e sua escolarização são identificadas na fala dos partícipes da instrução primária no Paraná.

Caminheemos agora para a busca de fragmentos que sejam reveladores de práticas cotidianas dos inspetores e responsáveis pela instrução pública primária, tentando perceber as “operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de ‘táticas’ articuladas sobre os ‘detalhes’ do cotidiano” (CERTEAU, 1994, p.41).

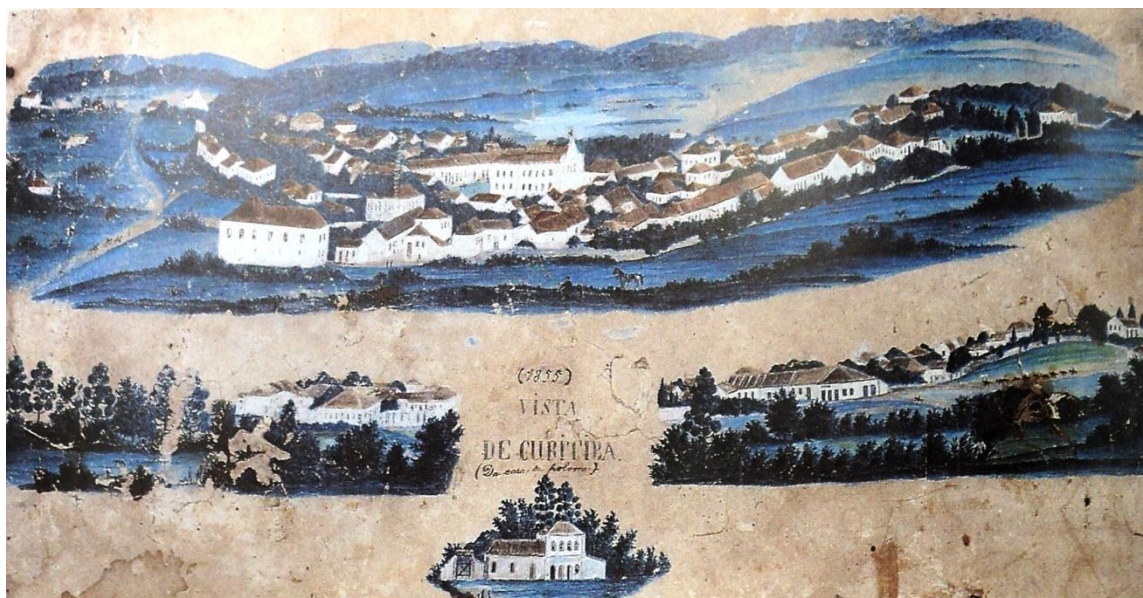
## CAPÍTULO I

### INSPEÇÃO: A “MOLA REAL” DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

*Guardei a lembrança, uma noite, perto da Bahia, de ter sido envolvido por um fogo de pirilampos fosforescentes; suas luzes pálidas reluziam, se extinguíam, brilhavam de novo, sem romper a noite com verdadeiras claridades. Assim são os acontecimentos: para além do seu clarão, a obscuridade permanece vitoriosa.*

Fernand Braudel (2007:23)

#### 1. A INSPEÇÃO MOLDADA PELOS SEUS SUJEITOS



LITOGRAFIA DE J.H.ELLIOT (B)  
(FONTE: Pintores da Paisagem Paranaense, 1982)

A imagem acima é mais uma tela que foi pintada pelo viajante americano John Henry Elliot e que representa a cidade de Curitiba, em 1855. Podemos observar como a maioria das construções circundava a Igreja Matriz e que não eram muitas, como já observado na figura do mesmo pintor aqui utilizada anteriormente. Apesar de retratar a cidade, em tese no mesmo ano, é possível identificarmos que esta é uma imagem invertida em comparação à outra se direcionarmos o nosso olhar para a torre da Igreja. Essa era a cidade que há um pouco mais de um ano havia sido alçada a capital da província e era dela que partiriam todas as orientações oficiais para a organização da instrução pública. O Paraná, como comarca da província de São Paulo, conquistou sua emancipação em 1853, quando foi sancionada a lei nº

704, de 29/08/1853, que criou a província. O território paranaense e toda a sua administração deixam de ser do encargo da província paulista e, com isso, a necessidade de se repensar e organizar toda a estrutura administrativa ganha corpo nos relatos das autoridades paranaenses. Marionilde de Magalhães (2001) demarca que os primeiros governantes da província do Paraná deram ênfase a dois projetos: “o fortalecimento da economia e a instrução das camadas subalternas” (MAGALHÃES, 2001, p.24). Ainda segundo a autora, as elites paranaenses tinham como desafio aproximar os paranaenses para a sua administração, “motivo pelo qual incluem em sua pauta a instrução pública; com ela não apenas a mão de obra seria melhor formada, mas também o governo conquistaria maior visibilidade frente aos governados” (MAGALHÃES, 2001, p.24). Nesse momento de transição política, onde a instrução pública é alçada a ferramenta de governo, a inspeção do ensino ainda estava organizada segundo a legislação paulista (lei nº34, de 16/03/1846) e a responsabilidade pela inspeção das escolas e exame dos alunos cabia às comissões de inspeção.

Segundo a lei nº 34 de 16/03/1846, art. 25, haveria uma comissão de inspeção formada por três pessoas, sendo uma delas sacerdote, em cada lugar que houvesse escola pública ou particular. Para fazer parte desta comissão, o sujeito deveria residir na cidade, vila ou freguesia em que se encontrava a escola, sendo nomeado pelo presidente ou pela câmara municipal. Competia às comissões: inspecionar as escolas públicas e particulares; verificar o número de alunos que frequentavam as escolas; examinar a salubridade do local e se os professores seguiam o que estava determinado na legislação vigente; enviar trimestralmente ao governo informações sobre o estado e funcionamento das aulas; assistir aos exames anuais dos alunos; fazer advertências aos professores, exigindo desses os esclarecimentos que julgarem necessários e dar atestados aos professores para que esses cobrassem seus salários (Lei nº 34, de 16/03/1846, art.26, §1 a 8). Maria Luiza Marcílio (2005) reforça que com esta lei, na província paulista foi definido o programa de ensino para as escolas de primeiras letras e que a inspeção estaria à cargo das Câmaras Municipais, que nomeavam a comissão inspetora. Entretanto, não havia remuneração para os sujeitos que inspecionavam as escolas e “a maior parte das comissões nomeadas nunca atuou” (MARCÍLIO, 2005, p.68). Dentre estas poucas comissões que atuaram estavam as do Paraná, como consta em termos de visita, encontrados por Fabiana Munhoz (2012). Mesmo após a emancipação da província paranaense, a administração da instrução pública continuou sendo feita pelas comissões e pelas câmaras municipais (agora com a anuência do presidente da província do Paraná), sendo discriminada no quadro abaixo, a composição das sete comissões de inspeção existente:



LOCAL <sup>20</sup>	INTEGRANTES DA COMISSÃO
Curitiba	José Borges de Macedo Padre João de Abreu Sá Sottomaior Dr. Augusto Lobo de Moura
Castro	Joaquim Gomes de Oliveira Luiz Antonio de Sá Ribas João Antonio de Sá Ribas
São José dos Pinhais	Manoel Alves Pereira Júnior Reverendo Francisco de Paula Prestes Reverendo Ignácio Almeida Faria e Souza
Campo Largo	Joaquim José Ferreira Padre José Joaquim Ribeiro da Silva Francisco Pinto Azevedo Portugal
Palmeira	Domingos Ignácio de Araújo Reverendo Gregório Alexandre Vieira José Caetano de Oliveira
Paranaguá	Joaquim Candido Correia Simão José Henriques Deslandes Dr. Filastro Nunes Pires Reverendo Padre Domingos Leite Mesquita
Morretes	José Fernandes Correia Manoel de Oliveira Cercal Comendador Antonio José de Araújo

QUADRO 1: COMISSÕES PARA INSPEÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES  
DA COMARCA PARANAENSE – (1846-1854)

(FONTE: Memória sobre o ensino e a educação no Paraná [1690-1933])

No quadro, localizamos vinte e dois sujeitos que integravam as comissões de inspeção no período do Paraná Comarca. Esses senhores faziam parte da Câmara Municipal de suas cidades e muitos deles eram comerciantes ou fazendeiros, funções estas que lhes davam a condição monetária para sobrevivência, uma vez que seu trabalho na comissão de inspeção não era remunerado. José Borges de Macedo, por exemplo, lutou durante a década de 1840 pela emancipação da província. Anos antes foi eleito pela Câmara Municipal como prefeito de *Villa de Curitiba* (21/07/1835) e no ano que foi inspetor do ensino, exerceu seu ofício em conjunto com as funções do cargo de juiz de órfãos e presidente da Câmara (MACEDO, 1984; CARNASCIALI, 1965; CASA DA MEMÓRIA, 1835-2004). Poderia listar a função de cada um durante o período de transição do Paraná comarca para província, mas o interessante é identificar esses senhores como peças chaves tanto para os assuntos políticos e administrativos no geral quanto para a inspeção da instrução pública, pois alguns

<sup>20</sup> Com objetivo de facilitar a leitura e tentar localizar as vilas e cidades citadas neste trabalho, optei por informar a região e a distância de Curitiba, com base em dados atuais. Castro: centro-sul, na região conhecida como Campos Gerais, a 159km da capital; São José dos Pinhais: região metropolitana de Curitiba, a 7km; Campo Largo: região metropolitana de Curitiba, a cerca de 30km; Palmeira: região dos Campos Gerais, a 70km; Paranaguá: litoral, a 91km e Morretes: localizado entre a Serra da Graciosa e o litoral, a 73km.

desses sujeitos ou seus descendentes acompanharam as tentativas de reorganização de uma estrutura administrativa para a inspeção nos anos posteriores: Augusto Lobo de Moura foi inspetor geral em 1857 e interinamente em 1861 e inspetor de distrito de Curitiba em 1859 e 1861; João Antonio de Sá Ribas foi inspetor de Iguassu<sup>21</sup> em 1854 e inspetor de distrito em Curitiba em 1858; Manoel de Oliveira Cercal foi inspetor de distrito de Campo Largo em 1854, 1858 (também em Palmeira) e 1859 e José Borges de Macedo (filho) foi subinspetor da Colônia de Assungui de 1869 a 1871. Por meio das ações dos inspetores do ensino, sejam os que foram contemplados no quadro acima ou os que ainda serão citados ao longo deste estudo, a inspeção foi sendo engendrada, moldada como mola que ajudou a compor e dar definições próprias para a instrução e para novas disposições de funções.

Essas comissões permanecem sete meses após a emancipação da província, até ocorrer uma mudança na estrutura da inspeção no Paraná, por meio da lei nº 17, de 14/09/1854. Deixam de existir as comissões inspetoras que foram criadas pela lei paulista de 1846 e, segundo a nova lei da província paranaense, haveria um Inspetor Geral da Instrução, responsável tanto pela instrução primária quanto secundária, que seria nomeado pelo presidente da Província, “que o conservará enquanto bem servir”; além desse, haveria um inspetor da instrução do distrito em cada lugar onde houvesse uma escola – pública ou particular – e pontuava ainda que as atribuições dos inspetores seriam delimitadas em Regulamento próprio a ser feito futuramente pelo Governo.

A atenção se volta para a figura desse primeiro inspetor geral, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, nomeado pelo presidente da província e que teve como trabalho inicial moldar a inspeção do ensino no Paraná. Sua atuação como político, homem público e administrador aparece ao longo da segunda metade do século XIX nos jornais da província e em um desses periódicos há o relato de uma homenagem feita a ele vinte e sete anos depois de ter sido inspetor geral.

No dia 20 de agosto de 1881, no jornal Dezenove de Dezembro, a *Viagem do Sr. Conselheiro Marcondes à Marinha do Paraná* ganha destaque, com a descrição do grande baile dado para Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e sua família sete dias antes, no qual contou com a presença de quinhentas pessoas e “as cidades vizinhas enviaram comissões que vieram felicitar o importante paranaense, a quem a província deve os mais assinalados serviços” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1881, p.3). A queima de fogos de artifício, com

---

<sup>21</sup> Iguassu, hoje conhecida como Araucária, está integrada à região metropolitana de Curitiba, a 27km da capital.

“12 dúzias de foguete”, anunciou a chegada do conselheiro Jesuíno e acompanhantes. A descrição dos presentes é feita da seguinte maneira:

João Manoel Ribeiro Vianna, representando a municipalidade de Antonina, falou em nome de 93 cidadãos que assinaram. José Justino de Mello falou pelo clube Demótico Antoniense, cujo conselheiro era sócio honorário. Firmino Manuel de Paula o cumprimentou em nome da Santa Casa de Misericórdia. Cônego José Jacintho de Linhares representou a comissão de Morretes (...). A ambos felicitamos – ao povo que soube honrar ao eminente cidadão – e a este que soube merecer seu entusiasmo, seu respeito e a mais eloquente manifestação de sua gratidão *por um passado que é honra da província* (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1881, p.3 – *grifos meus*).

No primeiro olhar para essa festa em homenagem ao Conselheiro Jesuíno Marcondes, nossa atenção se prende aos emissários de instituições distintas que ali estavam presentes, unindo saúde (Santa Casa de Misericórdia) e representações políticas (Municipalidade de Antonina, Comissão de Morretes e Clube Demótico Antoniense). Essas presenças nos indicam não somente uma rede de relações importantes, como também o poder político que esse sujeito dispunha na província, que, como tal, pode ter contribuído nas ações que visavam organizar a vida na sociedade paranaense como um todo. Gondra (2009) chama a atenção “para a presença de três forças que participaram da construção do Brasil e do debate a respeito da educação no século XIX no Brasil: o Estado, as Igrejas e a Sociedade Civil (grêmios, sociedades, academias)” (GONDRA, 2009, p.49). Representantes dessas três forças estavam presentes na homenagem à Jesuíno.

Mas quem é esse cidadão cujo passado era “honra da província”? Até o ano dessa publicação do jornal, 1881, o Conselheiro Jesuíno esteve à frente de diferentes cargos na província paranaense, desde advogado com escritório na capital, passando pelo assento na Assembleia Provincial na função de procurador da Tesouraria Provincial, presidente da Câmara Municipal de Curitiba, deputado geral e vice-presidente da Câmara dos Deputados, secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e Inspetor Geral de Instrução Pública, vice-presidente da província até ministro da Agricultura de D. Pedro II. Em função do objeto, o foco de análise se volta para o período em que era inspetor.

Em 20 de setembro de 1854, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, morador da freguesia de Palmeira, advogado formado na Faculdade de Pernambuco, homem de viagens internacionais e deputado, foi nomeado formalmente Inspetor Geral da Instrução Pública (IGIP) do Paraná por ato presidencial. Porém, o relatório do vice-presidente Theófilo Ribeiro Rezende (1854) permite indicar que já ocupava o cargo meses antes, uma vez que apresentou em maio do mesmo ano o relato sobre o estado da instrução pública da província. Segundo o presidente:

O inspetor geral da instrução pública, bacharel Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá apresentou em 23 de maio seu relatório sobre o estado da instrução pública da província. Diz ele, que apesar de haver recebido consideráveis melhoramentos desde a instalação da mesma província, continua, todavia em grande atraso... (REZENDE, 1854, p.33).

Sua indicação para o cargo pode ter sido motivada por ser ele representante de uma família de proprietários de terra e comerciantes de gado que constituía uma poderosa oligarquia que se estendeu durante todo o período provincial (WESTPHALEN, 1996, p.58) ou devido a sua formação como bacharel<sup>22</sup> e atuação política.

Com 17 anos, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá deixou a pequena freguesia de Palmeira, sua família e iniciou a sua formação, tão diferente dos passos do pai fazendeiro<sup>23</sup>, no curso preparatório em São Paulo. Dois anos depois, embarcou para Pernambuco, recebendo em Olinda o diploma de bacharel em ciências jurídicas e sociais (NICOLAS, 1954, p.64). Essa trajetória garantiu que, ao retornar à província paranaense anos depois, não voltasse para a direção da fazenda e negócios da família, mas para um cargo público. Se tomasse o desejo do pai como condutor de sua formação, teria se dedicado ao magistério<sup>24</sup>. Entretanto, recebeu o apoio paterno para suas *pretensões diplomáticas* (OLIVEIRA, 20/12/1848). Como Gondra e Schueler (2008) demarcam, “nas faculdades de Direito, os bacharéis obtinham não apenas a formação para atuarem como juristas e advogados, mas também eram formados na aprendizagem do poder”, uma vez que ao concluírem o curso, integravam a política – presidentes da província, deputados, senadores, diplomatas – e cargos da justiça – juízes, promotores públicos e chefes de polícia (GONDRA e SCHUELER, 2008, p.29).

Nesse retorno de Pernambuco e, portanto, antes de assumir a Inspeção do Ensino, encontramos-lo, no dia 18 de outubro de 1853, apresentando sua candidatura a deputado geral

---

<sup>22</sup> Segundo o Regulamento Paulista de 08/11/1851, em vigor ainda na província do Paraná, seria nomeado para o cargo de Inspetor Geral “algum lente do Curso Jurídico ou do Colégio das Artes” (art.5º). A formação no Curso Jurídico era feita, no Brasil, nos cursos de Olinda (depois Recife) e no de São Paulo, criados em 1827.

<sup>23</sup> Seu pai era José Caetano de Oliveira, alferes (cargo militar que, atualmente, é correspondente à segundo-tenente), fazendeiro em Palmeira e barão do Tibagi.

<sup>24</sup> Em carta dirigida ao filho, José Caetano de Oliveira expõe o seu desejo que o filho seguisse a carreira de magistério, mas aceita suas justificativas para não fazê-lo: “(...) Eu, meu filho, desde que em uma me disseses que já andavas cansado de ser estudante, vi que esse dito vinha a dar em não quererdes, por motivos agora me ponderais, receber esse grau. Quando vos disse que vos preparásseis para isso, não desconhecia que só servia esta dignidade para poderdes opor-vos a uma cadeira de lente; porém, a visto do que sofrestes em São Paulo, queria que voltásseis a nossa Província habilitado mesmo para isso, para que vossos antagonistas conhecessem que, se um dia vos tentásseis por uma cadeira dessas, estaríeis habilitado a obtê-la. As razões, porém, que me ponderais são admissíveis, e por forma alguma desejo que vos sacrifiqueis; e por isso vos digo que vos deveis preparar para seguirdes vossas pretensões diplomáticas, logo que possais obter esse emprego, visto que, por mim, não posso obtê-lo, por terem caído os nossos amigos da política que adotamos, e estarem na política presente homens que me são desafetos (...)” (OLIVEIRA, 20/12/1848).

aos eleitores de Castro. Entre as suas propostas, evidenciava que “a instrução pública precisará ser montada, de modo a ser útil tanto aos filhos dos pobres, como aos dos ricos, para a criação de cidadãos prestáveis” (MOYSES MARCONDES<sup>25</sup>, 2009, p.35). Como acontece geralmente em um discurso político, o candidato pode ter expressado em sua fala um misto de seu pensamento com as ideias que circulavam e que eram tidas como necessárias ou coerentes por grande parte da população, com vistas a impressionar e com isso ser aceito pelos eleitores. Nesse trecho, aparece o apelo de que a instrução pública precisaria ser organizada, “montada”, como um projeto de formação de um novo tipo de indivíduo para a recém criada província.

Seu filho, Moysés Marcondes de Oliveira e Sá, também na condição de inspetor geral décadas depois, precisamente em 1883, relembra no livro *Pai e Patrono* a chegada do primeiro presidente da província e a escolha de seu pai como inspetor. “Com a proficiência desse estadista<sup>26</sup>, foi-se montando a máquina administrativa. A Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá foi confiada a Inspetoria de Instrução Pública” (MARCONDES, 2009, p.3). Assim que assumiu o cargo de inspetor geral e a chefia da Inspetoria de Instrução Pública oficialmente, em 22 de setembro de 1854 (LIVRO 124, 1854), Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá enviou uma circular aos professores, informando como, a partir daquele momento, estava organizando os documentos, ofícios, enfim, as correspondências que eram enviadas à inspetoria e fazendo um apelo de como o magistério deveria ser entendido.

Tendo sido, em portaria de 20 de setembro corrente, nomeado Inspetor Geral de Instrução Pública, assim comunico a VM, prevenindo-o de que, em cumprimento dos artigos terceiro e undécimo do regulamento de 08 de novembro de 1851, sua correspondência, em matéria de seu cargo, deve ser dirigida ao Inspetor Geral de Instrução Pública, ou por seu intermédio, cumprindo que seus ofícios e requerimentos venham já informados pelo respectivo inspetor de distrito. (...) O magistério é um verdadeiro sacerdócio para aqueles que sabem compreender que, ensinar é plantar no coração e no espírito da inocência, os princípios que enobrecem o homem neste mundo, e lhe abrem as portas do outro. Conto, pois que VM, colocando-se na altura de sua missão, preencherá seus deveres com abnegação, honestidade e exatidão que ela reclama (JESUÍNO MARCONDES, 1854, p.5).

Ele usava do regulamento paulista<sup>27</sup>, ainda em vigor na província paranaense, para corroborar o seu pedido, prática essa que se repetiria na maioria das solicitações feitas por inspetores e professores, posteriormente. A circular enviada por Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá logo no primeiro dia à frente da inspetoria do ensino também demonstra que ele

---

<sup>25</sup> Optei por colocar o primeiro nome também na referência, pois, ao longo do texto, lidaremos com documentos escritos tanto pelo pai (Jesuíno) quanto pelo filho (Moysés).

<sup>26</sup> Referindo-se ao primeiro presidente da província, Zacarias Goes e Vasconcellos.

<sup>27</sup> Regulamento de 08 de novembro de 1851 – Para a instrução pública.

agia de forma condizente com o que estava regulamentado como papel do inspetor geral: instruir professores e inspetores de distrito<sup>28</sup>. Por iniciativa sua, ou motivado por discursos sobre a instrução que circulavam entre as províncias durante o Oitocentos, ele chamou a atenção dos professores para as qualidades que deveriam ter – abnegação, honestidade, exatidão – o modo como seria visto o magistério – como um sacerdócio, ou seja, como um dom sagrado instituído – e o objetivo esperado: “plantar os princípios”. Treze anos depois, o inspetor geral Ernesto Francisco de Lima Santos reforça que o professor “é o órgão pelo qual se exerce a ação moralizadora do poder sobre o tenro coração dos meninos”, devendo ser “educado” e ter “uma moralidade exemplar”, concluindo que “é ele quem se apresenta à infância como uma imagem das virtudes públicas e particulares, como laço moral entre governados e o governo” (SANTOS, 1867, p.04). Observa-se que existia uma permanência nas qualidades esperadas de um professor e nos objetivos de sua ação. André Castanha e Marisa Bittar (2009) demarcam que na legislação da Corte e das províncias do Paraná, Mato Grosso e Rio de Janeiro, havia um conjunto de virtudes que eram necessárias para que um professor fosse caracterizado como bom. Porém, destas, “ganharam mais relevância a pureza dos costumes e a profissão como um sacerdócio, ou vocação” (CASTANHA e BITTAR, 2009, p.04).

Em 1878, o inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta também representava o magistério como um sacerdócio e como responsável pelo desenvolvimento das crianças em prol da nação: “como o pároco que exerce a magistratura religiosa, o juiz, a magistratura civil, o professor na paróquia exerce a magistratura moral. Só dele, da escola, podemos esperar a modificação e o aperfeiçoamento do caráter nacional” (MOTTA, 1878, p.68). A forma como os inspetores gerais se posicionaram é uma *representação*, construída a partir de informações e conceitos que já circulavam, de leituras possíveis da sua realidade e também da disputa sobre a legitimidade de um olhar e de um pensamento sobre outros, “onde o que está em jogo é a ordenação, logo a hierarquização da própria estrutura social” (CHARTIER, 1988, p.23).

---

<sup>28</sup> Ao todo são 17 atribuições do Inspetor Geral, dispostas no art.4º do Regulamento de 08/11/1851: instruir os professores e inspetores de distrito; prestar informações ao Conselho de Instrução Pública e ao presidente; assistir as seções do Conselho de Instrução Pública; manter a disciplina nas escolas e fazer observar as leis e as suas instruções sobre o ensino; assistir aos exames e concursos; conceder licença aos professores, avisando ao presidente; propor a criação, remoção, reunião, supressão e divisão das escolas primárias e secundárias; propor multa, suspensão, remoção ou demissão de professores; repreender professores omissos e multá-los; conceder licença para abertura de escolas particulares; multar escolas particulares ou fechá-las se não seguirem o regulamento; visitar as escolas ou fazer com que um membro do Conselho de Instrução Pública o faça; dar forma e modelo para a escrituração dos livros de móveis, utensílios e matrículas das escolas; organizar tabela de mobília e utensílios que cada escola deveria ter; propor nomeação e demissão de inspetores de distritos e apresentar ao presidente um relatório anual enviado até o dia 01 de dezembro.

Ao tratar da formação de professores em Portugal, Antonio Nóvoa (1992) retoma o percurso histórico de formação profissional docente no país durante o Oitocentos, demonstrando que lá havia uma representação semelhante do magistério:

Ao longo do século XIX consolida-se uma imagem do professor, que cruza as referências ao magistério docente, ao apostolado e ao sacerdócio, com a humildade e a obediência devidas aos funcionários públicos, tudo isto envolto numa auréola algo mística de valorização das qualidades de relação e de compreensão da pessoa humana (NÓVOA, 1992, p. 16).

As circulares enviadas pelo inspetor geral Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá não foram aceitas tranquilamente por todos os atores que compunham o quadro da instrução pública na província. O professor de primeiras letras<sup>29</sup> de Castro, João Lopes de Barbosa Albuquerque, exercendo o cargo interinamente, responde de forma irônica, vinte dias depois (13/10/1854):

(...) Bem vindo seja o nobre lidador, que qual novo Hércules saberá enfardar a todos quantos pigmeus o acometerem. Bem vindo seja, abroquelado com o amor da pátria o homem predestinado que soe consignar uma gratificação dando vida ao cargo que ocupa, esquecido até então por falta desse estímulo (ALBUQUERQUE, 1854, p.5).

No dia 19 de outubro de 1854 Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá escreve ao presidente da província relatando o acontecido, dizendo que não conhece o professor e nem o seu trabalho, mas que “a simples leitura do ofício (...) convencerá a V.Ex. de que o mesmo transmuda uma ironia pedantesca e grosseira que, em certos lugares sobe de ponto, até quase tocar ao insulto” (JESUÍNO MARCONDES, 1854, p.06). A resposta vem rápida e, vinte e quatro horas depois, o presidente Zacarias Goes e Vasconcellos exonera o professor. Se Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá fez campanha política em Castro anos antes, possivelmente ambos se conheciam e as tensões políticas entre esses dois senhores é que também se somavam às próprias tensões que se estabeleciam agora com a organização da instrução.

Ainda na mesma data, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá também escreve se queixando de que o inspetor de Palmeira, “parece não querer continuar a servir debaixo de minha direção, recusando-se, até, a receber uma circular que dirigi aos inspetores de distrito,

---

<sup>29</sup> O termo “professor de primeiras letras” é recorrente na documentação escolar, conferindo o lugar de onde fala esse sujeito: um docente da escola de primeiras letras. Segundo a lei de Instrução Pública de 15/10/1827 as escolas de primeiras letras: existiriam em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos em que forem necessárias (art.1º); seriam de ensino mútuo nas capitais das províncias e também nas cidades, vilas e lugares populosos delas em que era possível estabelecerem-se (art.4º); os professores ensinariam a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos, preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil (art.6º) e onde os castigos praticados seriam os propostos pelo método Lancaster (art.15).

quando tive a honra de começar a exercer as funções de meu cargo” (MARCONDES, 1854, p.6). O carteiro que traz a circular de volta justifica que “o dito Sr. não quis receber e que dissera que ele foi inspetor quando esta província pertencia a São Paulo e disse mais que não recebia porque o ofício era dirigido pelo Sr. Dr. Jesuíno” (BORGES, 1854, p.6).

O referido inspetor, que é do mesmo lugar em que a família de Jesuíno Marcondes vivia, não pode ser desconsiderado. O carteiro, porta-voz dessa recusa do inspetor em receber a circular enviada pelo seu superior, escreve que o inspetor de Palmeira exerceu o cargo desde quando o Paraná ainda era comarca de São Paulo. Portanto, há alguns meses, se considerarmos o ano da emancipação (dezembro/1853) ou anos. Seria esse inspetor o reverendo Gregório Alexandre Vieira, que já havia pertencido à comissão de inspeção de Palmeira? Dos integrantes desta comissão – Domingos Ignácio de Araújo era tio e padrinho de Jesuíno e José Caetano de Oliveira era seu pai – ele era o único que não tinha parentesco com o novo inspetor geral. Em 1855, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá escreve ao presidente Theófilo R. de Resende propondo nomes de inspetores de distrito para Castro (porque estava vago o lugar de inspetor) e Palmeira, porque “não queria continuar a servir o atual” (IIP139.6, p.247), chamado Felisberto de Oliveira Ribas. Talvez não por acaso, esse último inspetor tivesse o mesmo sobrenome de um dos fundadores da Freguesia de Palmas, Joaquim Manuel de Oliveira Ribas, e de uma família que também detinha o poder dos grandes fazendeiros e comerciantes de gado. Por isso, poderia ter conflitos comerciais e políticos com o também fazendeiro e agora inspetor geral, Jesuíno. Há a necessidade de se inventariar e localizar a trajetória e a relação desses inspetores com Jesuíno Marcondes, considerando que ocuparam lugares importantes na construção da inspeção. Contudo, podemos aferir que os impasses pessoais ou políticos entre os sujeitos marcavam sua interferência para a efetiva reorganização da inspeção paranaense.

Se o presidente da província exonerou o inspetor de Palmeira que se recusava a receber ordens de Jesuíno, tal como fez com o professor, não podemos afirmar. Mas a pista que nos leva a entender que as reclamações proferidas pelo inspetor geral eram acatadas pelo presidente da província pode ser dada por meio do suporte onde estas correspondências foram publicadas: o jornal oficial da província, *O Dezenove de Dezembro*. É lendo nos rastros deixados pela inspeção no jornal que conseguimos formular hipóteses e construir narrativas históricas, procurando naquilo que se apresenta muitas vezes como natural ou um ínfimo detalhe conhecer e compreender o objeto estudado, atendo-se, como sustenta Ginzburg, à idéia de que o “conhecimento histórico é indireto, indiciário e conjectural” (GINZBURG, 2007, p.157).



O que chamou a atenção ao encontrar esse debate no jornal não foi somente uma possível relação de ascendência do inspetor pelo presidente da província, mas o lugar que a notícia, intitulada como “O proceder de um professor interino – Circular aos professores”, ocupou nesse jornal, em destaque e tomando a metade de duas páginas do mesmo, o que até então não havia sido destinado à instrução pública nessa mesma folha.

Muitas correspondências do governo – deliberações das câmaras municipais, sistema de eleições, trabalho dos correios, correspondências trocadas entre os funcionários da província com delegados de polícia, juízes de órfãos, tesouraria, divisão administrativa e judiciária – incluindo as da instrução pública, eram publicadas no jornal *Dezenove de Dezembro* ao longo da segunda metade do século XIX<sup>30</sup>. Quando o assunto era o ensino, as publicações giravam em torno dos relatórios de presidentes e inspetores, concursos para cadeiras, exames de alunos, compra de material para escolas, abertura de cadeiras e exoneração, licença e contratação de funcionários. Sobre a importância da imprensa, foi publicada uma transcrição<sup>31</sup> no jornal.

A imprensa fazendo chegar até nós os acontecimentos mais notáveis da história da humanidade em todos os tempos, cumpre não só os preceitos impostos a sua criação, como realiza o sonho de glória de Guttemberg. A emancipação dos povos, deve-se em grande parte a imprensa. Foi ela que, espalhando por toda a parte a resolução dos problemas dos grandes pensadores, fora despertar nas mais obscuras oficinas os direitos dos homens. (Dezenove de Dezembro, 14/09/1871, p.4)

A imprensa era tomada como palco de legitimação de lugares, não só como um lugar que informa, mas como um lugar, no caso da instrução pública, que foi conferindo e conformando a relação do inspetor geral com o presidente e dos dois com os professores e inspetores. O meio de comunicação paranaense foi se conformando como veículo de estreita vinculação entre as diferentes instâncias políticas, representando a vontade das mesmas, sendo esta representação dada “por meio do debate público, no qual a emissão da opinião de pessoas

---

<sup>30</sup> Estas correspondências eram publicadas alguns dias depois de sua confecção, sendo assim, era recorrente que um ofício ao Inspetor Geral fosse publicado até uma semana depois do presidente ou o secretário da província ter enviado. O governo da província pagava à Tipografia de Candido Martins Lopes 60 mil réis por mês para impressão dos atos oficiais no jornal (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 10/06/1854, p.03). Na primeira edição do jornal, anunciou-se que este tinha como programa “informar o público do procedimento do governo da província, e das diversas autoridades dela, mediante a publicação de seus atos oficiais, apontar e discutir com a devida circunspeção as medidas que mais consentâneas forem ao engrandecimento da província, aceitando nesse sentido, para dar luz à imprensa, escritos e informações de quem quer esteja no caso de lhes ministrar, abstendo-se completamente de questões políticas” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 01/04/1854, p.02). Em seu primeiro ano de circulação o jornal veiculou, em períodos espaçados, ações referentes à instrução pública na província, como a nomeação e exoneração de professores e inspetores; ordem de pagamento de salário para professores e indenização pela compra de materiais para escolas.

<sup>31</sup> O ato de transcrever notícias que saíam em jornais e periódicos de outras províncias, bem como notícias de alguns jornais internacionais é comum durante o período.

privadas é julgada entre os cidadãos, com o objetivo de realizar pressão sobre o poder público” (MAGALHÃES, 2001, p.14).

Examinando a “relação entre o próprio texto, o objeto que comunica o texto e o ato que o apreende” (CHARTIER, 1992, p. 221), essa compilação e publicação dos ofícios trocados a partir da circular enviada pelo inspetor geral pode ter tido várias intenções, como tornar pública a correspondência da instrução e servir como aviso aos professores e inspetores de distrito de que insubordinações seriam coibidas, entre outras. Mesmo sabendo que “ler é uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores ou dos produtores dos livros” (Ibidem, p.214) e, portanto, a simples publicação da correspondência, mesmo com intenção de servir como um exemplo de má conduta, não garante que a leitura seja feita dessa forma. Ainda assim, a circulação ampliada desse debate por meio desse suporte proporcionou que o leitor, *conduzido* ou *encurralado*, ficasse inscrito no texto.

No jornal *Dezenove de Dezembro* também eram publicados os relatórios dos presidentes da província. Desde a emancipação da comarca do Paraná da província de São Paulo em 1853, após amplo embate parlamentar<sup>32</sup>, os presidentes<sup>33</sup> da província paranaense realizavam o relato de sua gestão e o apresentavam na abertura da Assembleia Legislativa Provincial ou, no caso de substituição, ao próximo presidente. Esses relatórios contemplavam a situação da província, abarcando questões sobre divisão geográfica e política, comunicação, obras públicas, segurança, saúde e instrução pública. Omar Schneider (2011) chama atenção para as características peculiares desses relatórios, que “são construídos tomando-se por base outras documentações, especialmente as que são enviadas aos presidentes por seus subordinados, os diretores das instâncias administrativas da província” (SCHNEIDER, 2011, p.244). Outro ponto que pode ser observado no conteúdo dos mesmos relatórios de presidentes é a representação do social. Essa era determinada pelos interesses do grupo que a delimitou. Portanto, era construída a partir de discussões, diferentes pontos de vista, impasses, e pode ser vista como *lutas de representação*, que têm “tanta importância como as lutas

---

<sup>32</sup> WACHOWICZ (2010:141) escreve que o “o governo imperial solicitou novamente todas as informações necessárias às câmaras municipais da comarca e, em 1843, o projeto começou a ser discutido no legislativo. A luta parlamentar, discussão e aprovação do projeto duraram, entretanto, dez anos. A maioria dos deputados paulistas procurava entravar ou retirar o projeto a qualquer custo. Seu principal temor era que São Paulo não pudesse subsistir sem a contribuição da comarca de Curitiba”.

<sup>33</sup> Os presidentes da província eram indicados pelo Gabinete do Governo e nomeados pelo Imperador, tendo como “condição” para ocupação deste cargo o destaque em sua atuação na Câmara ou o destaque dado pelo Ministério. Outra regra era de que o partido com a pasta do Império é que administrava as províncias. Assim, quando o ministério era formado por liberais, todos os presidentes eram liberais. O mesmo se dava com os Conservadores. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá era Liberal.

econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe ou tenta impor a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio” (CHARTIER, 1988, p.17).

Logo no primeiro ano da província, os projetos - que podem ser observados por meio do relatório do presidente, o baiano Zacarias Goes e Vasconcellos - envolveram a organização da corporação legislativa e dos funcionários públicos, construção e manutenção de estradas, aumento da produção agrícola (trigo e erva mate), instalação de uma tipografia, recrutamento de comissários municipais para propagação de vacinas e modificação da inspeção do ensino. Os sentidos atribuídos pelo relatório às mudanças propostas eram impregnados pelo sentimento de progresso. Segundo Elton Machado (2006), em estudo sobre os discursos de presidentes da província paranaense, o que se buscava durante o período era a instituição de reformas, possibilitadas por avanços científicos, objetivando o desenvolvimento e o progresso material. O mesmo autor pontua que era necessário “modificar hábitos e costumes da população, ou seja, romper com as tradições da sociedade em favor de uma concepção diferente, onde explicações só poderiam ser concebidas pelo instrumento da razão” (MACHADO, 2006, p.9). Esta modificação aparece atrelada à instrução da população – que seria dada, na maior parte, por intermédio da escola – e à concepção de desenvolvimento no sentido de avanço, “pela ideia de um progresso linear que privilegia sistematicamente o moderno” (LE GOFF, 2003, p.184).

O recém eleito presidente evidenciava em seu relatório que a legislação paulista “imitando a lei francesa de 28 de junho de 1833” (lei Guizot<sup>34</sup>) já foi alterada na província paranaense, “com sobeja razão”, no que concerne à inspeção. A legislação à qual Zacarias Goes e Vasconcellos se referia era a lei nº 310, de 16/03/1846, e nela a inspeção seria realizada por uma Comissão de Inspeção, composta por três cidadãos, residentes do lugar (um nomeado pelo governo, dois pela Câmara Municipal, sendo que um deveria ser sacerdote).

---

<sup>34</sup> Aqui o presidente se referia a lei francesa organizada pelo francês e político François Pierre Guillaume Guizot: Loi Guizot Sur L’Intruction Primaire, de 28/06/1833. Guizot ingressou na vida política vinte e cinco anos após a Revolução Francesa (1789) e dentro do movimento político e legislativo liderado por ele tentou restaurar o apelo positivo dos princípios de igualdade e liberdade, da Revolução; “construindo uma filosofia política coerente em torno de três conceitos, de soberania da razão, de capacidade política e de representação cognitiva. O conceito de soberania da razão permitiu não abandonar a noção subjetivista de soberania, que foi fundadora na tradição francesa constituindo-a num lugar efetivamente vazio de poder (o conceito de soberania da razão é, além disso, suscetível de ser declinado em registros indiferentemente espiritualistas ou racionalistas – soberania de Deus ou soberania de verdade” (FURET e OZOUF, 1989, p.963). Pensando nos programas voltados para o ensino, o apelo legal era ensinar as bases da razão, da justiça, de verdade e cidadania, sob os alicerces da educação moral e religiosa das crianças. A Lei Guizot foi organizada em quatro capítulos: Da Instrução Primária e Seu Objeto (Título I); Das Escolas Primárias Privadas (Título II); Das Escolas Públicas Primárias (Título III) e Das Autoridades Responsáveis pela Instrução Primária (Título IV).

Ele não diz minuciosamente em que “imita” a lei francesa e em que “altera”<sup>35</sup>, mas cotejando ambas, a de 1846 e a francesa, pode-se notar semelhanças no modo de organização da estrutura da inspeção com o disposto na *Loi Guizot Sur L'Instruction Primaire 1833* (Lei Guizot, 28/06/1833), que institui Comissões para inspecionar o ensino, seja local ou de distrito<sup>36</sup>.

Há de se ressaltar que a organização do sistema de ensino francês é diferente do que se propôs no Paraná e no Brasil na segunda metade do Oitocentos<sup>37</sup>. As escolas públicas primárias francesas eram mantidas, em parte ou por completo, pelas comunas, pelos departamentos ou pelo Estado (art.8). As comunas eram organizações territoriais semelhantes às cidades, os Departamentos eram formados pela junção de diversas dessas cidades e o Estado era representado pelo governo ou pela Coroa Francesa, tudo centralizado. Na estrutura brasileira, havia a Corte Portuguesa no Rio de Janeiro e as províncias do Império legislavam sobre a instrução em seu território (cidades, vilas, freguesias, bairros) sem a centralização do governo Imperial. Na parte do financiamento, cabia à província manter as escolas públicas primárias em seu território.

Tal como na legislação francesa, a instrução primária compreendia a instrução moral e religiosa, a leitura, a escrita, o cálculo, o sistema legal de pesos e medidas, modificando apenas o idioma, que na França era os elementos da língua francesa e no Brasil os elementos da língua portuguesa. Ao retomar esta comparação entre a legislação francesa e a brasileira/paranaense, no que concerne à instrução pública primária, na segunda metade do século XIX, Oliveira (2005) delimita que

---

<sup>35</sup> A produção no campo da História da Educação no Paraná vem identificando semelhanças da legislação paranaense com a reforma proposta pelo ministro Couto Ferraz na Corte, que seguia modelos franceses e que teria sido tomada como norteadora para outras províncias (OLIVEIRA, 1986; WACHOWICZ, 1984; VECHIA, 2004; OLIVEIRA, 2005). Segundo Oliveira (1986), “o plano de Guizot contribuiu, entre outras ideias, para a divisão do curso primário em elementar e superior, com seus respectivos currículos, e o de Fallaux com aquelas relativas à organização e inspeção escolar” (OLIVEIRA, 1986, p.31).

<sup>36</sup> Lei Guizot, 28/06/1833 - Título IV: Das Autoridades Atendentes da Instrução Primária, artigos: 17 a 25. Haveria uma Comissão Local de Inspeção, próxima de cada escola elementar, composta pelo prefeito ou adjunto, presidente, um vigário e uma ou várias pessoas de notoriedade nomeadas pela Comissão Comunal (art.17).

<sup>37</sup> Gabriel de Broglie (1990), citado por Ricardo Vélez Rodríguez (1999), ao discorrer sobre a estrutura administrativa do ensino na França, reforça: “o ensino primário é organizado em um sistema coerente. Em cada comuna, um instrutor e uma escola; em cada povoado de seis mil habitantes ou em cada capital de cantão, uma escola primária superior segundo o modelo alemão, em cada departamento uma Escola Normal de instrutores. Para gerir o conjunto, o Conselho Comunal, integrado pelo Maire, pelo padre ou pastor e por três conselheiros municipais com a incumbência de vigiar pela salubridade e a disciplina nos estabelecimentos. O Conselho de Bairro, integrado pelo subprefeito, pelo juiz, pelo padre e pelo conselheiro geral, empossa o instrutor e exerce sobre ele o poder disciplinar. Enfim, a comissão departamental expede os certificados de habilitação dos mestres e dos diretores de escolas. O ministro e o inspetor acadêmico dispõem de inspetores primários para supervisionar o conjunto de estabelecimentos públicos e privados” (BROGLIE, 1990, p.161-162, apud RODRIGUES 1999, p.8).

a necessária reestruturação dos quadros institucionais, com eles a reorganização do ensino, mantiveram-se sob a influência da legislação francesa, preconizada de educação popular, em vista da importância social que a instrução passou a adquirir com os ideais da Revolução Francesa. A tentativa foi a de criar um sistema de ensino para todo o país, fundamentado no plano de Condorcet de 1792, Guizot, 1833 e o de Fallaux, de 1850 (OLIVEIRA, 2005, p.4).

Ao mesmo tempo em que o presidente Zacharias Goes de Vasconcellos apontava que a legislação paulista se pautou na francesa, como crítica (“mutilando por tal modo o pensamento de Guizot que dificilmente o reconhecemos na cópia”) ele reforçava a necessidade de ser realizada uma compilação da legislação paulista, até então publicada:

Sendo muito rara e difícil de obter-se a coleção das leis da província de São Paulo, e, por outro lado, diminuta a parte de suas disposições aplicáveis às circunstâncias desta província, parece urgente proceder-se a uma compilação dessas disposições, que se ponha ao alcance de todos os cidadãos, isentos, assim, do ônus, para alguns, invencível, de folhear tantos *volumes de leis de uma província, que já não é a sua, para daí colher alguns poucos preceitos, porque ainda se devem reger. Uma comissão de pessoas idôneas daria, em pouco tempo, conta desse trabalho, e far-se-ia com isso um grande benefício* (VASCONCELLOS, 1854, p.101- *grifos meus*).

Não se tem a confirmação se essa comissão realizou o seu propósito. Sabe-se por meio de documentos que durante o ano de 1854 existiram diferentes comissões, como para angariar fundos para a Igreja Matriz, confecção do Regulamento da Força Policial, demarcação dos limites das cidades, para examinar o “compêndio de gramática” do professor João Baptista Brandão de Proença e para elaborar o Regulamento da Instrução Pública (CODICE, 0606, s/p). Desses grupos, o que nos interessa à primeira vista é o que foi formado com o objetivo de “confeccionar” o novo regulamento da província. Esse era composto por Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, Padre Agostinho Machado Lima e Dr. Antonio Manoel Fernandes Júnior, nomeados em 07 de outubro de 1854.

Em resposta ao convite feito pelo presidente, o inspetor geral Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá agradeceu a incumbência que lhe foi dada, de “nomear uma comissão para organizar o regulamento de que trata a lei provincial, nº17 de 14/09/1854 sobre a instrução pública, fazendo eu dela parte” e assegurou que empregaria o “maior zelo em coadjuvar a elaboração de tão importante tarefa” (IIP546, 07/10/1854). Da mesma forma, Padre Agostinho Machado Lima sustentou:

(...) e suposto me não reconheças com as habilitações necessárias para o bom desempenho dessa comissão, mas, confiado nas inteligências e capacidades dos outros membros que a compõe, farei o que me for possível para coadjuvar naquilo que estiver ao meu alcance, agradecendo igualmente a V. Ex<sup>a</sup> a honra e confiança de uma tal nomeação (IIP576, 14/10/1854).

Quatro meses depois, o presidente Zacarias Goes de Vasconcellos informa, em seu relatório, que nomeou uma “comissão de pessoas idôneas” para apresentar um projeto de

regulamento para a instrução e que aguardava o retorno da mesma “a fim de, auxiliado com o fruto de suas lucubrações e experiência, tratar da organização do mencionado regulamento” (VASCONCELLOS, 1855, p.59). No jornal *Dezenove de Dezembro* saiu um informativo de que uma comissão “composta por cidadãos bacharéis” foi nomeada para organizar o regulamento de instrução pública (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 04/11/1854, p.02). Durante a segunda metade do XIX, na província, a presença de padres e vigários exercendo o papel de inspetores de distrito, paroquiais e subinspetores, é uma constante, motivado ainda pelo destaque das ações da Igreja no ensino. Essas “pessoas idôneas”, citadas pelo presidente, ocupavam cargos dentro da estrutura administrativa da província, sendo Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá o inspetor geral do ensino, bacharel em Direito, Padre Agostinho Machado Lima, o inspetor da instrução pública da capital, bacharel em Teologia, e Antonio Manoel Fernandes Júnior, o chefe de polícia da capital e bacharel em Direito.

A necessidade de pensar o primeiro regulamento da província é uma ideia que foi ganhando força nos ofícios de inspetores da instrução pública que continuavam em exercício após a emancipação. Antes de ser nomeado o primeiro Inspetor Geral da província e de ser criada a Inspetoria do Ensino, esses inspetores esboçavam suas dúvidas quanto à organização e função da inspeção e dos seus cargos durante o tempo em que uma legislação própria não era instituída. Dois meses após a emancipação, o inspetor de instrução pública de Vila de Guarapuava, vigário Antonio Braga Júnior, escreve ao presidente Zacarias Goes e Vasconcellos expondo suas dúvidas:

Tendo sido nomeado pelo Exmº Governo da Província de São Paulo em portaria de 03/02/1853 para o cargo de Inspetor de Instrução Pública deste distrito, e havendo Leis e Regulamentos concernentes a esta Repartição, promulgados pela Assembléia Provincial respectiva, eu vou consultar a V.Excª, se dada a separação desta parte daquela província, e não existindo Inspetor Geral e outros empregados da mesma repartição, criados por aquelas leis, se isto não obstante, eu devo considerar-me ainda como Inspetor com os mesmos deveres em que não tinha ainda verificado a separação? (IIP12.6, 04/02/1854).

Lê-se a resposta escrita em azul, acima do cabeçalho: “afirmativamente”. O que indica que o inspetor deveria continuar exercendo suas funções tal qual estava acostumado. Mas essa inquietação do inspetor permite-nos perceber duas questões que se foram configurando como necessárias dentro da instrução pública: a reorganização da inspeção e uma regulamentação desse novo ordenamento.

Talvez movido por essas inquietações de inspetores e professores, o presidente escreve ao professor mais antigo, da capital, João Baptista Brandão de Proença<sup>38</sup>, pedindo para ele expor suas ideias “a respeito do ensino primário nesta província em relação às disposições da lei de instrução pública em vigor” (BAPPR, 1979, p.47). Sobre a legislação, o professor pontua:

a lei provincial de 16 de março de 1846, em vigor nesta província, que em muitas de suas disposições imitou a lei francesa de 28 de junho de 1833, regularizando as escolas primárias no que havia nesse serviço de mesquinho pela legislação anterior, estabelece em disposições neste sentido mui apropriadas para a maior parte de seus fins, todavia, nas atuais circunstâncias desta nascente província, *penso que não poderá ser adotada sem reforma de algumas de suas disposições* (BAPPR, 1979, p.48 – *grifos meus*).

O professor escreve ainda sobre a obrigatoriedade, cita exemplos de países da “cultura Europa”, posiciona-se sobre a necessidade de aumento dos salários de professores e da importância dos inspetores de distrito na observância se os pais que não enviavam seus filhos à escola estavam realizando em casa “a necessária instrução religiosa e intelectual” (Ibidem, p.48) de seus filhos. Nas passagens supracitadas, observamos três demandas em torno da reformulação da inspeção paranaense: uma oriunda da administração do governo provincial (presidente), outra referente àqueles que integravam a estrutura da inspetoria (inspetores) e, por fim, a que representava o corpo docente. O poder de propor uma reforma na legislação não é individual, único ou estático, mas, sim, diluído nas relações que os sujeitos construíram. O conjunto de relações existentes em torno da instrução e inspeção pública primária foi moldando essa necessidade de se rediscutir a legislação na província e não a exigência hierárquica. Como ressalta José Augusto Albuquerque (2005), “a ação individual do chefe de governo é menos decisiva do que a do mestre-escola. Foi por isso que todos os Estados modernos forjaram sua nação através da instrução pública, e não pela vontade do rei” (ALBUQUERQUE, 2005, p.109).

Pensando nessas relações que se alteram, percebemos que quase um mês depois de ser publicada a lei nº 17 de 14/09/1854 as ações do inspetor geral na organização da instrução e da inspeção, com a anuência do presidente da província, são cada vez mais aparentes. Do jornal *Dezenove de Dezembro* os funcionários da província e leitores em geral tomam ciência de que “Conselheiro presidente da província, conformando-se com a proposta do Inspetor Geral de Instrução Pública, resolve elevar ao número de 20 os distritos de instrução circunscritos às respectivas povoações” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1854, p.02) e que

---

<sup>38</sup> Dava aulas em Curitiba desde 1837.

foram nomeados inspetores para São José dos Pinhais (Padre João Baptista Bello), Campo Largo (Manoel de Oliveira Cercal), Iguassu (João Antonio de Sá Ribas), Rio Negro (Padre Joaquim de Sá Maior), Palmas (Antonio de Oliveira Ribas) e Castro (Padre Damaso José Correa).

No livro de registros de funcionários públicos da província paranaense, entre os anos de 1854 e 1857, encontramos mesmo antes da lei nº 17, que criou os cargos de inspetor geral e inspetores de distrito (ID), uma estrutura já semelhante (senão igual) a essa, o que evidencia uma tentativa de organizar a inspeção do ensino, demitindo ou concedendo exonerações pedidas aos inspetores ou às comissões de inspeção.

INSPETOR GERAL	INSPETORES/ LOCAL	DATA NOMEAÇÃO
Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (nomeado em 18/04/1854)	Padre João Baptista Ferreira Bello – São José dos Pinhais	13/04/1854
	Manoel de Oliveira Cercal – Campo Largo	13/04/1854
	João Antonio de Sá Ribas – Iguassu	13/04/1854
	Padre João de Abreu Sotto Maior – Rio Negro	13/04/1854
	Augusto de Oliveira Ribas – Palmas <sup>39</sup>	13/04/1854
	Padre Damaso José Corrêa – Castro	13/04/1854
	João Ladislau José Assis F. Mello - Paranaguá	16/04/1854
	Agostinho Machado Lima – Curitiba	30/04/1854
	Padre Antonio de Araújo – Guarapuava <sup>40</sup>	27/05/1854
	Franco José Rodrigues – Curitiba	01/06/1854
	José Dias Barbosa – Antonina <sup>41</sup>	01/06/1854
	Manoel Franco Corrêa Júnior – Morretes	01/06/1854

QUADRO 2: INSPETORES DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NOMEADOS NO ANO DE 1854.  
(FONTE: Título de Padres da Religião Protestante - 1863<sup>42</sup>)

Mesmo que levassem alguns dias da data da nomeação até a posse efetiva do cargo, ainda assim esses sujeitos teriam exercido a função meses antes da publicação da lei nº17. Ainda que excluíssemos essa possibilidade, a organização acima nos permite identificar que

<sup>39</sup> Palmas: região centro-sul, a 296 km da capital.

<sup>40</sup> Guarapuava: região centro-sul, a 247 km da capital.

<sup>41</sup> Antonina: no litoral paranaense, a 90 km da capital.

<sup>42</sup> O livro tem esse título e trata nas primeiras folhas sobre os padres. Mas ao virar o livro ao contrário e começar de trás para frente, encontramos a organização dos funcionários públicos da província: tesouraria geral, barreiras e registros, inspetores da instrução pública, professores públicos e comissões. Talvez fosse interessante pensar que esta disposição não foi um simples aproveitamento de material (folhas do caderno), mas uma forma de retratar também essa presença da Igreja, pelos seus sujeitos, na estrutura política administrativa da província paranaense. Caberia uma outra pesquisa.



existia um movimento, senão uma discussão, em torno da organização de uma estrutura para a inspeção, que foi oficializado com a publicação da lei, mas que existia pelo menos no papel, anteriormente à publicação da mesma. É pertinente ressaltar que a ideia de inspecionar o ensino não era uma novidade, uma vez que já existiam as comissões de inspeção e inspetores na província, de acordo com algumas das disposições do regulamento paulista de 08/11/1851. Dos recém nomeados, João Antonio de Sá Ribas já havia feito parte da comissão inspetora do Curado de Jundiquera e o Padre João de Abreu Sotto Maior da comissão inspetora de Rio Negro<sup>43</sup>, ambos em 1847.

Para além da inspeção que ganha espaço dentro da organização da instrução pública e da questão da legislação, essa lista com os nomes e datas das nomeações permite perceber também que existia uma preocupação com a renovação do quadro de inspetores e que o Estado, com uma operação perspicaz, aproveitou o trabalho e o inspetor que já havia exercido essa função à frente das comissões inspetoras. As nomeações desses inspetores, segundo publicado no jornal *Dezenove de Dezembro*, foram feitas pelo presidente Zacarias “em concordância com proposta do Inspetor Geral” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1854, p.03), evidenciando uma distribuição oportuna dessa disposição da inspeção, colocando nesses cargos alguns daqueles que já tinham experiência para tal.

A posição do presidente em agir em concordância com o que propôs o inspetor geral é recorrente nas questões referentes à instrução pública promulgadas pelo governo e publicadas no jornal *Dezenove de Dezembro*, em seção específica<sup>44</sup>. No primeiro ano exercendo a função de inspetor geral, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá recebia suas incumbências por ofícios enviados pelo presidente ao portador, ou pelos atos oficiais publicados no jornal. Dessa forma, a informação chegava a um número maior de leitores, além daquele que se destinava efetivamente.

E graças a essa estratégia do governo da província paranaense ficamos a par de outro papel dos inspetores gerais durante o período: a circulação de documentos sobre a instrução, entre as províncias. O presidente escreveu a Jesuíno: “o diretor geral dos estudos da província da Bahia requisitou-me a remessa de todos os atos que forem publicados pela instrução pública desta província: ordeno que o mesmo seja atendido” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1854, p.2). Além de organizar a inspeção do ensino na província paranaense, cabia aos

---

<sup>43</sup> Rio Negro: região sul do estado do Paraná, a 103 km da capital.

<sup>44</sup> Intituladas ao longo do período aqui abarcado como: “Governo da Província”, “Expediente da Presidência” ou “Expediente do Presidente”.

inspetores gerais também enviar os atos oficiais sobre instrução, como leis, regulamentos, decretos e estatutos, a outras províncias sempre que requisitado<sup>45</sup>.

Durante os dois anos que esteve à frente da inspetoria do ensino, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá teve que se ausentar muitas vezes, em viagens para a Corte ou para Palmeira, lugar de residência de sua família. Nesses momentos, os professores e inspetores escreviam diretamente ao presidente, sempre pontuando a ausência do inspetor geral. O professor da capital, João Baptista Brandão de Proença, escreveu que “não estando atualmente em exercício o Sr. Inspetor Geral de Instrução Pública, vou por isso requerer a V.Exa. os utensílios que constam na relação juntos para a escola”(IIP118.6, de 13/02/1855), justificando o motivo do pedido ser feito diretamente ao presidente ou, como reforçava o inspetor de Guarapuava, Padre Antônio Braga de Araújo, que no dia 04 de março de 1855 ainda estava sem o inspetor geral (IIP122.6, de 04/03/1855). Quanto ao pedido de material feito pelo professor, é atendido pela portaria homologada pelo presidente (IIP119.6, de 16/04/1855), sem a necessidade de passar pelo inspetor geral. De forma recorrente, o presidente da província, na ausência do inspetor geral, comunicava-se e resolvia problemas sem a anuência da inspetoria, numa correlação de forças e colaboração mútua na administração da instrução pública primária.

Nesse momento de conformação do Paraná como província, o presidente e o inspetor geral são peças importantes para discutir a reorganização da inspeção e por meio de suas falas podemos enxergar fragmentos da relação desses sujeitos em prol do desenvolvimento de uma *forma escolar*<sup>46</sup> para o ensino primário na província. Como em uma balança, nas situações envolvendo contratação de professores e inspetores, compra e distribuição de materiais, licenças, livros utilizados nas escolas e organização da estrutura da inspeção, o peso das decisões era equivalente. O presidente da província ora acatava o que o inspetor geral propunha, ora tomava decisões em resposta direta a professores e inspetores, dando pareceres e encaminhamentos, como aconteceu em resposta aos mapas escolares enviados pela professora de Paranaguá, Alzira Paula da Costa Lobo: “agradeço a remessa do mapa estatístico da sua aula, pelo qual fico ciente do estado de adiantamento em que se acham suas alunas” (IIP173.22, de 31/12/1855).

---

<sup>45</sup> Uma investigação dos pedidos e envios de materiais sobre instrução pública primária entre as províncias durante o século XIX seria pertinente para entender a circulação não só desses documentos como das ideias pedagógicas. O que era compartilhado entre as províncias? Os ofícios são uma constante na correspondência de governo.

<sup>46</sup> VINCENT, LAHIRE, THIN (2001).

O inspetor geral Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá abriu o caminho da inspeção do ensino na província paranaense. Reforçava a necessidade de envio dos mapas trimestrais de frequência dos alunos aos professores, nomeava inspetores, visitava escolas da província, solicitava ao presidente móveis e materiais para as escolas e emitia pareceres sobre o estado da instrução pública primária e seus funcionários. Em um desses comentários, enviados por ofício, ao presidente escreveu que faltava “habilitação de professores em Curitiba” (AP 0016, 1855, p.124) e que o inspetor de Palmas, Antônio de Oliveira Ribas, solicitou que ele informasse ao presidente o seu pedido de demissão, afirmando que “naquele distrito dificilmente se achará um homem capaz, que não se ache nas mesmas circunstâncias, porque a vida de fazendeiro obriga-os a viagens periódicas para trazerem seus animais ao mercado” (IIP113.6, de 11/05/1855). É interessante observarmos que o inspetor de distrito que recebe o elogio tem o mesmo sobrenome do inspetor de distrito de Palmeira, Felisberto de Oliveira Ribas, que se recusava a servir ao atual inspetor geral no ano de 1855. Parentes ou não, a fala do inspetor geral expressa uma dificuldade: encontrar sujeitos capazes que estivessem dispostos a exercer a função de inspetor da instrução pública primária na província. Talvez seja esse o motivo principal para o aproveitamento de policiais como inspetores, fora a possível interpretação que esses, por já exercerem o papel de fiscalizadores, pudessem também fazer às vezes de inspetores de ensino. Nesse sentido, encontramos Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá pedindo ao presidente que a polícia o ajude a inspecionar as escolas particulares, com a seguinte justificativa:

Não podendo o Inspetor de Instrução Pública deste distrito, em razão das grandes distancias, averiguar, porei a existência desses fatos, venho rogar à V.Exa. que sirva ordenar à polícia que me preste este concurso, para que, por intermédio dos Inspetores de Quarteirão, seja eu informado com individuação do número dessas escolas, lugares em que funcionam e dos nomes dos que as dirigem, a fim de que possa eu cuidar da repressão de semelhante abuso (IIP140.22, 04/06/1855).

Analisando os seus posicionamentos podemos perceber algumas das necessidades prementes para o desenvolvimento da instrução pública e da inspeção do ensino na província: a formação dos professores e a dificuldade de encontrar inspetores com o mínimo de competência para exercer a função e que não estejam já comprometidos em outros trabalhos e responsabilidades, problema esse que também era dos inspetores gerais, uma vez que o próprio Jesuíno exerceu ao mesmo tempo, durante um período, o cargo de inspetor geral e de procurador fiscal<sup>47</sup>. Essas duas questões mais a remuneração de professores e inspetores,

---

<sup>47</sup> Deixou a função de procurador fiscal em 1856 (AP0025, 1856, p.5).

atreladas à organização legal do ensino, fazem eco nas discussões posteriores de presidentes, inspetores e professores.

O lugar do inspetor geral como braço direito do presidente é uma *representação* que se foi conformando durante o período de desenvolvimento da inspeção. No que concerne à instrução pública primária, a centralidade de atuação da inspeção do ensino é evidenciada em diferentes relatórios presidenciais<sup>48</sup> paranaenses, começando pelo do primeiro presidente que, ao discorrer sobre a matéria, pontuava que “o Inspetor Geral da Instrução é uma entidade tão indispensável no ramo do serviço a que me refiro” (VASCONCELLOS, 1854, p.14). Vinte e nove anos depois, o presidente Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, ao escrever sobre a instrução e sua obrigatoriedade, pontua que “falta também a esse ensino um elemento, que até certa conta o poderia retificar, a inspeção; sem ela, doutrinam quantos tem ilustrado esse assunto, não há sistema que valha” (BELLO, 1883, p.34).

Esse papel da inspeção e, consequentemente, de seus sujeitos, não é apenas de apoio às deliberações dos presidentes da província; é um lugar deliberativo, interventor e de uma instância de consulta. Depende de sua rede de relações, habilidade política, técnica, cumprimento de tarefas ou não, o que faz com que a inspeção tenha a ver menos com o cargo de inspetor e mais com o desempenho do sujeito.

A *representação* da inspeção como ferramenta central para o bom desempenho da instrução pública repercutia também nos relatórios, correspondências de governo e jornais de outras províncias na segunda metade do Oitocentos. Na província de Santa Catarina, no jornal *O Cruzeiro do Sul*, uma metáfora demonstrava a representação do poder da inspeção: “a instrução é uma árvore (...); a seiva que alimenta esta árvore, desde a raiz até a última folha é o inspetor-geral” (CRUZEIRO DO SUL, 1858, p.2). Tão interessante quanto esta analogia, é o relato expedido pelo ministro do Império Luis Pedreira Couto Ferraz, do município da Corte (RJ), em 1857, sobre o trabalho realizado pelos funcionários da inspeção: “tanto o Inspetor Geral como o Conselho Diretor deste ramo do serviço público continuam a prestar valiosos serviços no desempenho de suas funções. O mesmo direi dos delegados da inspeção. Folgo de reconhecer tais serviços” (COUTO FERRAZ *apud* MOACYR, 1936, p.73).

À frente da inspetoria do ensino, o inspetor geral era responsável por todo o trâmite relativo à instrução pública e era o elo de comunicação com o presidente para assuntos

---

<sup>48</sup> Nos trinta e sete relatórios analisados, entre os anos de 1854 e 1883, a inspeção escolar é mencionada, de forma específica, em dezesseis, e a importância de suas ações em questões envolvendo a instrução pública – professores, materiais, frequência, matrícula de alunos, aplicação de exames, método, etc. – perpassam todos os relatos de governo.

escolares e reformas do ensino. Sua atuação é passível de análise em estudos que se debruçam sobre aspectos da instrução, ao longo do século XIX, nas províncias, como o de Dimas Santana Souza Neves (2009) que ao escrever sobre Joaquim Gaudie Ley, primeiro Inspetor Geral de Mato Grosso<sup>49</sup>, aponta o crescimento desse sujeito como político e administrador público, bem como o seu papel para o fortalecimento do Estado Imperial na província, evidenciando que a reforma da instrução pública em 1854, “levada a cabo também por suas ideias, pode ser considerada uma das mais notórias atividades realizadas e que teve a contribuição deste personagem da história educacional da região” (NEVES, 2009, p.112).

O historiador Carlos Monarcha (1999), em estudo sobre a Escola Normal da Praça, de São Paulo, ao lançar mão da ótica do inspetor geral Diogo de Mendonça Pinto e de suas representações de sociedade moralizada, justa e civilizada, na qual a instrução pública pautada no desenvolvimento moral, sentimental e intelectual seria a mediadora do processo civilizatório, coloca em evidência o papel de destaque do inspetor geral na produção de teorias e práticas de ensino. Já na província de Santa Catarina, segundo Rosemeri Conti Gonçalves (2004), existiu “um movimento de constituição da inspeção escolar em forma de ação institucionalizada como parte integrante do projeto de construção de uma nação civilizada, na perspectiva burguesa possível da época” (GONÇALVES, 2004, p.01). Há um consenso que circula entre as províncias, durante a segunda metade do século XIX, do *lugar* central da inspeção e inspetores gerais à frente da instrução pública.

No Paraná, em 1860, o presidente José Francisco Cardoso apresentou à Assembleia Legislativa seu relatório e nesse se dedicou a analisar a atuação da inspeção na província: “(...) direi alguma coisa sobre a inspeção do ensino, que na frase de alguém, é a mola real de toda a instrução primária” (*grifos meus*). Continua logo depois afirmando que na “verdade, senhores, a experiência demonstra nos países cultos que sem ela não medram com vantagem os estabelecimentos de instrução” (CARDOSO, 1860, p.42).

É importante perceber, na fala das autoridades provinciais, tanto o papel que era atribuído à inspeção – de ser responsável pelo bom andamento da instrução e ponte entre ela e o governo – quanto às possíveis qualidades e funções, dispostas de forma implícita, na fala do presidente José Francisco Cardoso ao tomar a inspeção como *mola real*. Parece que, assim tomada, a inspeção seria responsável, tal como uma mola, pelo impulso/movimento da instrução ao mesmo tempo em que seria a resistência que manteria a estrutura do ensino de

---

<sup>49</sup> Segundo Neves (2009), foi o primeiro Inspetor Geral, em 06/11/1849 e em 1859 ainda exercia a mesma função.

pé, independente das pressões, concorrendo sempre para um fim maior: o seu desenvolvimento pleno. O predicado que acompanha essa mola, real, eleva a inspeção ao que seria a realeza da instrução, o que torna o cargo daquele que a dirige, o Inspetor Geral, o ponto máximo dentro da estrutura do ensino, lidando diretamente com o presidente.

Entretanto, a aproximação com a documentação nos permite compreender que o processo de organização e institucionalização da inspeção na província paranaense não se fez sem conflitos. Outro fator observado é que ser inspetor geral também não era ter poder e direção sobre todos os aspectos da instrução pública e que, muitas vezes, o seu procedimento frente ao cargo era questionado por aquele que, hierarquicamente, era seu superior, o presidente da província. No relatório de Agostinho Ermelino de Leão (1866), o Inspetor Geral foi exonerado, pois, segundo o vice-presidente, era “notório o estado de desorganização em que se achava a repartição central deste importante ramo” (LEÃO, 1866, p.10). No livro de correspondência entre o presidente e o Inspetor Geral as ações para a instrução e inspeção do ensino são tomadas “em concordância com o inspetor geral”; “como proposto pelo inspetor geral”; em discordância; como autorização ou como um “comunicado ao inspetor geral” (CODICE 0951).

Nos relatos dos presidentes a inspeção aparece ora de forma elogiosa ora com críticas e sugestões para o seu melhor desempenho. O Inspetor Geral João Pereira Lagos, citado pelo presidente Adolpho Lamenha Lins (1876) em seu relatório, dizia que a inspeção, “tal como tem sido exercida nesta província, não pode concorrer para o aperfeiçoamento da instrução popular” (LINS, 1876, p.50).

Em 1867, o presidente Polidoro Cesar Burlamaque pontuava: “a inspeção geral é boa, mas a local é péssima” e que dentre as principais causas que dificultavam o desenvolvimento do ensino primário estavam “a má organização da inspeção e a incúria e pouco zelo dos subinspetores” (BURLAMAQUE, 1867, p.35 e 28 – a). Anos antes, o presidente José Joaquim do Carmo (1864) apontava que uma reorganização da inspeção fazia parte da discussão sobre instrução pública e que não assegurava que a criação de inspetorias de distritos mantidas pela província fosse ineficaz, “mas a falta de pessoal com as habilitações que considero indispensáveis em tais casos, e o aumento de despesa, que necessariamente havia de trazer, não são, a meu ver, fatos para desprezar” (CARMO, 1864, p.8).

Sobre as funções e os cargos da inspeção, o Inspetor Geral Bento Fernandes de Barros (1871) afirmava que o inspetor geral só conseguia inspecionar bem as escolas da capital e que a única inspeção constante era feita de forma administrativa por subinspetores: “compreende-se bem que não pode esperar outra coisa de funcionários nomeados dentre os

habitantes dos pequenos lugares, que não tem nem a instrução nem o interesse para servir bem o cargo, e que facilmente se convertem em puros ecos dos inspecionados” (BARROS, 1871, p.21).

As críticas ou sugestões à inspeção, quando feitas por presidentes e inspetores, abarcavam a organização de uma estrutura que pudesse, de forma coerente, exercer a sua função. Como já vimos até agora, após a emancipação da comarca do Paraná, a legislação referente à instrução em vigor ainda era a da província de São Paulo e que o primeiro inspetor geral fazia parte de uma comissão nomeada para pensar o regulamento. As primeiras questões envolvendo o papel do inspetor geral giraram em torno da organização de uma estrutura para inspeção do ensino, delimitação da prática docente e de utensílios para o funcionamento das escolas. São os inspetores que nos ajudarão a entender outros aspectos de sua prática e a organização de uma legislação específica para a inspeção<sup>50</sup>.

## **2. “INSPECIONAR, INSTRUIR, DIRIGIR”: PROPONDO MUDANÇAS PARA A INSTRUÇÃO E INSPEÇÃO**

Durante o espaço de treze anos (1858 a 1871), Bento Fernandes de Barros foi nomeado três vezes inspetor geral interino – em substituição de Joaquim Ignácio Silveira da Motta (2 meses, em 1858 e 1859) e de José Lourenço de Sá Ribas (2 meses em 1860) – e em 14 de julho de 1870 foi alçado à Inspetor Geral, exercendo a função durante sete meses. Nascido em Fortaleza, era bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Olinda, Pernambuco, formado em 1853. Em sua carreira pública na província paranaense exerceu várias funções: chefe de polícia (1859), juiz de direito de Guarapuava (1871), inspetor do tesouro provincial e advogado da Câmara Municipal de Curitiba, em 1874 (NICOLAS, 1954, p.113). Também foi inspetor de distrito da Capital durante o ano de 1857. Todos esses cargos políticos permitem indicar que ele tinha o conhecimento necessário da estrutura administrativa da província, ocupando lugares centrais. E foi no exercício de um desses cargos, como Inspetor Geral, que enviou o relatório do estado da instrução na província ao presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa, reforçando a importância do ensino primário para o desenvolvimento de toda a instrução na província:

Por isso, ainda que faltando-me as luzes e o tempo suficientes, tratei de apreciar sob suas mais largas faces a questão do ensino primário, base da educação popular, que é

---

<sup>50</sup> Regulamento de Inspeção da Instrução Pública do Paraná, de 24/04/1857.

e será ainda por muitos anos em nosso país a questão primeira e vital até que o curso dos fatos lhe dê a solução que reclama (BARROS, 1871, p.2).

Segundo o inspetor geral Bento Fernandes de Barros a inspeção do ensino era fundamental para a configuração e ordenamento da instrução pública e ela deveria “ter em sua organização os elementos necessários para verificar o estado intelectual e moral das escolas, dar vigor às leis e regulamentos a que são sujeitas, e fazer penetrar nelas as ideias da autoridade encarregada de dirigi-la” (BARROS, 1871, p.21). A menção de reformas do ensino é recorrente em seu relato, cabendo à inspeção conduzir o desenvolvimento pleno da educação popular e as mudanças na legislação. O Inspetor Geral reforçava que “a questão não é simplesmente de difundir o ensino no seio das massas. Essa difusão pressupõe certas reformas em nosso sistema de educação popular” (BARROS, 1871, p.5).

Essa preocupação com reformas da instrução aparece nos relatórios de outros inspetores paranaenses e acaba por condizer com o que aponta Faria Filho (2003) ao discorrer sobre o processo de escolarização em Minas Gerais. Segundo o autor, “produzir a legislação e defender as reformas do serviço da instrução foram, e são, fundamentalmente as maneiras de produzir o fenômeno educativo escolar como componentes das políticas de Estado” (FARIA FILHO, 2003, p.82). Ao sinalizar que cabia às autoridades encarregadas de dirigir a instrução darem *vigor às leis e regulamentos a que são sujeitas* as escolas demonstra que o inspetor geral corrobora ainda a ideia de que o controle do ensino passava pelo crivo não só dos inspetores gerais como também dos presidentes da província e, como demarca Faria Filho (2003), “são formas, também, de buscar prever e controlar a escolarização a partir dos saberes dominados pelos gestores dos bens públicos”<sup>51</sup>.

A necessidade de leis e regulamentos não aparecia só pela sua reformulação ou construção, como também pela sua materialidade, que permitia a sua circulação entre os integrantes do sistema de educação. Em 2 de abril de 1864 o Inspetor Geral interino, Joaquim José do Amaral, escreveu ao presidente José Joaquim do Carmo pedindo autorização para imprimir “os regulamentos de instrução pública de 1857 e 1858”, explicando que era para “poder satisfazer as incessantes exigências dos subinspetores e mesmo dos professores que desejam saber das suas atribuições e deveres” (AP0182, 1864, p.184).

O inspetor geral ficou à frente do cargo por dois meses, substituindo José Lourenço de Sá Ribas, que saiu para tomar assento na Assembleia Legislativa. Enquanto esteve no cargo propõe exoneração do subinspetor da Freguesia Porto de Cima, Manoel Gonçalves

---

<sup>51</sup> Ibidem.



Marques, “visto não cumprir com seus deveres”<sup>52</sup>; informa falta de alunos no Liceu<sup>53</sup>; “caça” licença de professor<sup>54</sup> e concede licença para professores, nomeia subinspetores para Príncipe e Porto de Cima, pede esclarecimentos sobre férias escolares<sup>55</sup> e solicita, duas vezes, os regulamentos. Em resposta ao seu pedido, três dias depois o presidente pergunta quantos exemplares dos regulamentos ele desejava e, no dia 18 de abril, remete a coleção dos mesmos (AP 0182, 18/04/1864, p.206).

Por que o inspetor reforça tanto a necessidade de serem-lhe enviados os regulamentos? Uma das possibilidades explicativas é que na construção e circulação da legislação está em jogo o próprio debate sobre instrução, onde normatizar era dar forma a esse ensino, no sentido positivo. Ao reiterar a necessidade do regulamento, o inspetor geral Joaquim José do Amaral deixava entrever a importância desse para a própria distinção dos deveres dos professores, alunos e inspetores e constituição do seu ofício, referendados pela legislação. O debate em torno da legislação se intensifica nas correspondências trocadas entre presidentes, inspetores e professores e isso pode ser creditado ao momento em que a inspeção se organiza, pensando o ensino e o lugar do inspetor nessa nova estrutura.

Quanto ao pedido de esclarecimento sobre o período de férias escolares, feito pelo inspetor geral Joaquim José do Amaral, o presidente responde:

Em solução a consulta que V.M faz em ofício de 15 do corrente, *declaro-lhe que a inteligência que se deve dar ao artigo 5º do Regulamento de 08 de abril de 1857 é a que naturalmente resulta de sua letra e espírito: se o artigo diz: 1º dia útil depois da Páscoa e não depois de Domingo de Páscoa, é claro que não quer que os trabalhos escolares comecem na 2ª feira imediata ao Domingo da Ressurreição, mais sim que continuam as férias até o 1º dia útil da semana de Páscoa. E isto é tanto mais razoável quanto é certo que limitado ao preceito da comunhão à Páscoa da Ressurreição, milita esse preceito segundo o decreto do papa Eugênio IV (...)* (CODICE 0951, 1860, p.62 – *grifos meus*).

A escrita do presidente, feita com tons de ironia ou impaciência diante de uma pergunta para a qual, em sua opinião, já estava clara a resposta, não conseguiu dar conta do que o Inspetor Geral perguntava: sobre as férias escolares. As “férias gerais” eram de 8 de dezembro a 6 de janeiro, “e de domingo de ramos até o primeiro dia útil depois da Páscoa, dias santos e feriados por lei, considerando-se neste número as quintas-feiras, quando não houver outro dia impedindo a semana” (REGULAMENTO DE ORDEM GERAL, 08/04/1857, art.5º). Tudo indica que o Inspetor Geral perguntava sobre os feriados que

---

<sup>52</sup> AP 0182, p.168, 20/04/1864.

<sup>53</sup> AP 0182, p.176.

<sup>54</sup> AP 0182, p.169 a 175.

<sup>55</sup> AP 0182, p. 182, 15/04/1864.

coincidiam com a quinta-feira, pois a Páscoa<sup>56</sup>, mencionada pelo presidente, já havia passado. Portanto, a resposta dada não conseguia elucidar a dúvida do inspetor. Porém, ela esboça uma faceta do trabalho dentro da inspeção, uma ligação permanente entre o inspetor e o presidente da província.

A intensa atuação de Joaquim José do Amaral em tão pouco tempo como inspetor geral indica certa familiaridade com a parte organizacional da instrução pública, como também nos dá pistas de como era a prática do inspetor geral e de como se estruturavam suas tarefas. Sua experiência anterior como secretário do governo<sup>57</sup> ajuda-nos a entender esse conhecimento prévio, uma vez que nessa função, organizava a correspondência do presidente e tomava ciência não só da estrutura da inspeção e instrução pública como também das questões que dela eram procedentes.

Esses sujeitos, nos meandros dos setores técnicos, organizavam materiais e colocavam para circular os ofícios, seja pelo jornal ou pelos correios. E, apesar de não assinarem nenhuma reforma, na relação que desenvolviam com os outros partícipes da educação, os lugares que eles passavam e os vínculos que estabeleciam, eram pessoas decisivas na organização, proposição e implementação de determinadas ideias, justamente pelo *lugar* que ocupavam e pela *apropriação* que faziam.

Em dois meses exatos como inspetor geral, Joaquim José do Amaral tomou ciência de que o subinspetor da Freguesia de Porto de Cima não cumpria com seus deveres e propôs sua exoneração, que foi aceita pelo presidente. Em contrapartida, ele acata ao pedido de exoneração feito pelo subinspetor de Príncipe, Firmino José dos Santos Lima:

(...) e como vê cada vez mais se torna para mim penoso, visto que exerço o cargo de 1º suplente do Juiz Municipal e delegado de polícia e moro a três léguas de distância desta vila, verão porque novamente insisto pela minha demissão e espero em V.S. serei atendido. (...) Pedi dispensa várias vezes sem que se tenha atendido minha súplica (AP 0182, 1864, p.121).

A autonomia do inspetor geral pode ser uma característica sua, porém permite indicar que, mesmo exercendo o cargo como substituto e por pouco tempo, uma pessoa não precisava

---

<sup>56</sup> Em 1864 a Páscoa poderia ter ocorrido de acordo com três calendários: ortodoxo (01/05/1864); Juliano (19/04/1864) e ocidental (27/03/1864). O Brasil, e consequentemente a província paranaense, seguia o calendário ocidental. Isso pode ser comprovado com o noticiário publicado no dia 26/03/1864 (sábado) no jornal Dezenove de Dezembro: “Semana Santa. A matriz desta capital solenizou os sagrados mistérios da Paixão e Morte do Redentor com a pompa compatível com os recursos de que pôde dispor. O mau tempo não deu lugar a que saísse a procissão do enterro. Amanhã terá lugar a festa da ressurreição” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1864, p.3).

<sup>57</sup> No dia 22/03/1864, Joaquim José do Amaral foi exonerado, conforme sua solicitação, do cargo de Secretário do Governo. O presidente Sebastião Gonçalves da Silva agradece a ele pela: “lealdade, inteligência e zelo de que V.S deu provas durante o tempo que tão dignamente exerceu o referido cargo” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1864, p.3).

apenas supervisionar e preencher a cadeira enquanto o dono de direito não estava, mas podia e devia dar continuidade às ações inerentes ao cargo. Quando saiu da Inspeção do Ensino, escreveu novamente ao presidente relatando o estado em que deixava a repartição:

(...) *Cumpro com meu dever imperioso* levando ao conhecimento de V. Ex. um fato, que se deu nesta repartição, não só para tirar de mim toda e qualquer responsabilidade, como também para que jamais a mim taxe de não cumpridor dos meus deveres. *Tomando conta desta Inspeção o meu 1º passo foi exigir do secretário a apresentação dos livros a fim de que eles fossem examinados por mim.* Desculpas mais desculpas apareceram e apesar dos meus constantes esforços foi impossível, por onde se conclui evidentemente que o registro está atrasadíssimo e seus livros escriturados em tal desordem que os títulos de 1864 estão registrados anteriormente aos títulos de 1863, alguns dos quais estão por letra do bedel do Lyceu, que exerceu de maneira pior possível. Se por acaso V. Ex. algum dia tiver de examiná-los, peço a v. Ex. que não lance sua censura para o atual inspetor que apenas exerceu lugar a dois meses e que mais fez efetiva a sua autoridade, não só por ser interino, como também por outras circunstâncias (AP 0182, 1864, p.265 – *grifos meus*).

Nesse ofício se evidencia uma rotina do trabalho do inspetor geral: assim que tomava posse, procurava informações sobre o andamento da repartição, lia os livros, ofícios enviados por professores, subinspetores e, ao final, “cumpria com seu dever imperioso” e enviava um relatório para o presidente da província. Esse procedimento é observado no trabalho de outros inspetores gerais que o antecederam, caracterizando uma prática que já se consolidava. Mas quando a Inspeção Geral de Instrução Pública do Paraná (IGIPPR) teve essa estrutura – sala, secretário, livros – organizada? Essa era uma disposição comum após a emancipação? Já vimos que não. Quando foi nomeado o primeiro inspetor geral, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, ainda não havia um lugar específico para a Inspeção, estando ainda por organizar todo o trabalho da inspeção. Voltemos então alguns anos nos *rastros*<sup>58</sup> deixados pela prática dos inspetores, com o objetivo de compreender como esta foi se construindo.

Em 1858, encontramos o presidente Francisco Liberato Mattos tecendo elogios para o atual Inspetor Geral, que vinha se dedicando à “reforma do ensino” e “cujos esforços deram a minha administração a glória de marcar a época do renascimento da instrução pública na província do Paraná” (MATTOS, 1858, p.58). O Inspetor Geral a quem o presidente da província se refere é Joaquim Ignácio Silveira da Motta. Baiano, filho de desembargador, formou-se em Medicina na Alemanha (NEGRÃO, 1935, p. 76). Dois anos antes da emancipação da comarca paranaense, ele era chefe de polícia e em 1852 exerceu o cargo de diretor do Liceu de Curitiba e de inspetor do ensino em Curitiba. É ele que voltou para a

---

<sup>58</sup> Segundo Ginzburg (2007), em um trabalho historiográfico, o tempo, a cronologia, seria o fio da história e é ele que nos orienta na busca pelos *rastros* deixados para trás (GINZBURG, 2007, p.07).

inspeção do ensino no ano de 1856, agora como Inspetor Geral de Instrução Pública, e ficou na função até o ano de 1859.

Na coluna *Ao correr da pena*, no jornal *Dezenove de Dezembro*<sup>59</sup>, encontramos palavras elogiosas devido à sua escolha para ocupar o cargo: “(...) consta-nos que está nomeado o Sr. Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta: e o que representava este? Quem não vê dominar no ânimo de S. Ex. o princípio da justiça, a atenção unicamente para com o mérito?” E, linhas abaixo, quando ele é apontado como responsável pela cadeira de Filosofia do Liceu, junto com outras quatro nomeações<sup>60</sup>, é exaltado com os outros professores.

Justiça ao mérito; escolha que honra ao que escolhe e aos escolhidos: e bem haja quem sabe compreender o quanto é honrosa essa ocupação literária; bem haja S. Ex. que vai procurar as *inteligências distintas* para galardoá-las, para fazê-las tornarem-se o mais possível proveitosas ao nosso país (Dezenove de Dezembro, 1856, p.01-grifos meus).

Notam-se, nesses pequenos trechos, que à sua imagem e futura função estão atreladas características que o fazem merecedor dessas nomeações e que oportunizam perceber uma representação já construída de um homem com *princípio de justiça* e de uma *inteligência distinta*. Alguns anos depois, o vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes (1858) reforça a sua atuação como inspetor geral.

Quando uma repartição se acha dirigida por um chefe da qualidade e do merecimento do atual Inspetor Geral da Instrução Pública entendo que se lhe deve, por distinção, ceder o lugar, deixando-o expor por si mesmo o estado dos negócios que por ela correm (CARVALHAES, 1858, p.38).

No dia 15 de fevereiro de 1871, o presidente da província do Paraná, Venâncio José de Oliveira Lisboa, esboça em seu relatório para a Assembleia Legislativa o panorama do ensino e relembra saudosamente o trabalho do “primeiro”<sup>61</sup> inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta, dizendo: “(...) depois que ele deixou a inspetoria, tudo se conspirou contra a sua obra, e hoje só nos restam seus eloquentes roteiros” (LISBOA, 1871, p.03).

---

<sup>59</sup> O jornal *Dezenove de Dezembro* tem o início de sua circulação após a emancipação do Paraná (19/12/1853), por isso o nome escolhido, a partir de 01 de abril de 1854. De propriedade de Cândido Martins Lopes - que já havia sido proprietário de uma tipografia em Niterói (RJ) e que recebeu o apoio do primeiro presidente da província paranaense, Zacarias Goes e Vasconcellos para a instalação do mesmo - o jornal acaba se constituindo como uma das ferramentas do governo paranaense para fazer circular suas proposições políticas na província, uma vez que recebe verba específica para publicar a seção do governo. Neste trabalho o jornal não é objeto, por isso a opção de não problematizar a sua relação com a administração pública. Sobre o jornal *Dezenove de Dezembro* ver CARNEIRO (1950; 1975); PILOTTO (1976); CORRÊA (2006).

<sup>60</sup> Junto com ele foram nomeados: Francisco Januário da Gama Cerqueira (História e Geografia); Laurindo Abelardo de Brito (Retórica); José Candido da Silva Murici (Química e Física ou Aritmética e Geometria) e João Manoel da Cunha (Latim).

<sup>61</sup> Lembrando que o primeiro inspetor geral após a emancipação da província foi Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá.

Para além do caráter laudatório, essas falas de presidentes e as esboçadas no jornal auxiliam-nos na busca pela compreensão da inspeção do ensino paranaense e seus sujeitos, dando uma pista de que no período de atuação desse inspetor geral em específico possa ter ocorrido uma transformação significativa que repercutiria uma década depois. Mas que mudança seria essa que ainda ecoava anos após a atuação do inspetor geral? Que proposições fez para a instrução pública e para a inspeção?

O fato de ter sido ele a elaborar os primeiros regulamentos da província paranaense, publicados em 1857, pode nos auxiliar na investigação e a procura pelas respostas a essas indagações se dá na esperança de que o inspetor geral ou qualquer outra pessoa tenha deixado *vestígios documentados* (LEVI, 2000, p.45). Como orienta Giovanni Levi (2000), deve-se considerar nessa busca que “durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais” (Ibidem).

A instrução pública e a inspeção foram construídas por sujeitos que, ao exercerem suas funções, possivelmente se depararam com impasses, tensões e desenvolveram estratégias para contornar ou superar os problemas. Sete meses após ter sido Joaquim Ignácio Silveira da Motta nomeado inspetor geral é publicada a Instrução Geral de 27 de dezembro de 1856 (Instruções contendo o plano e divisão do ensino nas escolas de primeira ordem) elaborada por ele e sancionada pelo vice-presidente José Antonio de Carvalhaes. Nela as escolas foram divididas em três classes, com dois bancos nas primeiras classes, de acordo com o desenvolvimento dos alunos, e um banco na terceira classe, podendo ser modificada “em uma ou em todas por ordem especial do Inspetor Geral” (Instrução Geral, art.1º, 1856, p.44). A estrutura esboçada pode ser observada no quadro abaixo.

1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe
<p>- sem mesa; - com 2 bancos em frente à cadeira do professor, com meia hora de lição e explicação no quadro preto:</p> <p>→1º Banco: conhecer, memorizar e decorar as letras fazendo, ao final, a junção das letras e formação de sílabas. Os alunos procuram nas cartas as letras, sílabas ou palavras que o professor escrever.</p> <p>→2º Banco: soletrar e decompor as palavras em sílabas, conhecer</p>	<p>- com mesa; - com 2 bancos, as explicações feitas pelo professor sobre pontuação, conjugação de verbos e aritmética serão dadas no quadro preto, com meia hora de duração:</p> <p>→1º Banco: leitura de impresso e manuscrito, exercícios de memória, cálculos pela soma de números dígitos, diminuição e multiplicação, tabuada de Pitágoras. Escrever com traços finos e grossos sobre o papel e doutrina cristã duas vezes por</p>	<p>- ao começar a lição da terceira classe despedem-se os alunos da primeira; - com um banco, as explicações de ortografia, aritmética e geometria prática feitas pelo professor no quadro preto, com duração de meia hora, sendo que os alunos trazem as lições escritas de casa, fazendo-as na escola para análise gramatical:</p> <p>→ Banco: ensina-se leitura metódica de prosa e verso, escrita <i>ad libitum</i> tirada do livro que se lê na classe ou</p>

números e fazer linhas retas e curvas no quadro preto	semana.  →2º Banco: leitura, aritmética, noções de quantidade e unidade, regra da numeração, teoria e prática das quatro operações, catecismo de moral cristã, doutrina da religião do Estado duas vezes por semana, noções de moral civil e conjugação de verbos.	determinada pelo professor para exercício de ortografia e análise das partes da oração, aritmética, teoria prática e de quebrados, regra de três, gramática e análise, leitura de poesia e geometria prática (as noções mais gerais).
Nas escolas femininas a divisão será a mesma, com três classes, com a diferença de que se omitem as noções de linhas na primeira classe, assim como outras noções geométricas na terceira classe. Na segunda classe ensina-se aritmética, somente teoria e prática de somar e diminuir e na terceira classe a multiplicar e repartir. O tempo de ensino é menor em cada banco, sendo vinte minutos para cada um e o da terceira classe com meia hora, a fim de que os 40 minutos que restam para preencher o tempo legal da escola, sejam empregados no ensino de trabalho de agulha.		

QUADRO 3: PLANO E DIVISÃO DO ENSINO PRESCRITO PELO INSPETOR GERAL  
JOAQUIM IGNÁCIO SILVEIRA DA MOTTA  
(FONTE: Instrução Geral de 27 de Dezembro de 1856)

Essa divisão favorecia não só os professores como também os inspetores, que a utilizavam nas visitas de inspeção para comprovar se estava sendo seguida devidamente pelos mestres e para a aplicação de exames aos alunos. Em relatório feito ao presidente, o inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta expressa a necessidade de se adotar os mesmos livros nas escolas: “alguma coisa tenho feito para acabar com esse estado arbitrário, e imprimir no ensino o caráter de uniformidade, que lhe convém” (MOTTA, 1856, p.25). Em suas proposições, indica alguns livros que deveriam ser adotados para as três classes.

LIVROS PRESCRITOS
- Gramática de Coruja (1ª Classe - “para ligar e combinar as palavras e saber delas fazer uso e emprego”)
- Lições de História do Brasil, de Coruja (2ª Classe – para “auxiliar o progresso intelectual dos alunos com o moral” e “apanhar a cadeia de sucessos mais notáveis que hão ocorridos desde as primeiras peregrinações da civilização na nossa terra”)
- Compêndio de Aritmética de Manoel Augusto de Figueiredo (2ª e 3ª Classe - “empregado da tesouraria de fazenda da província” paranaense, cujo livro contém “os rudimentos necessários para o ensino nas escolas primárias”)
- Poesias do Padre Caldas (Para as “classes mais adiantadas”, com o propósito de “exercitar a leitura animada, com entonação e metrificação da voz”)
- Catecismo de Fleury (2ª Classe - para moral religiosa - “adotado pela Assembleia paulistana e traduzido pelo Conselheiro Manoel Joaquim Amaral Grugel”)
- Cartilha do Pimentel (2ª e 3ª Classe – para moral e doutrina religiosa)
- Obra de Ottoni (3ª Classe – geometria prática – “porém, seria conveniente que se publicasse alguma coisa em proporções mais pequenas, que segundo o método físico preconizado por J.J.Rousseau fosse habituando as crianças pequenas a conhecer exatamente as primeiras ideias, sem se meter nas mais complicadas abstrações geométricas, que dificilmente serão concebidas por crianças”)

- Caligrafia de Cirylo Dilermando da Silveira (2ª Classe)
- Compêndio de Ventura (2ª Classe – Caligrafia)

QUADRO 4: COMPÊNDIOS PROPOSTOS PELO INSPETOR GERAL JOAQUIM IGNÁCIO  
SILVEIRA DA MOTTA

(FONTE: Relatório do Inspetor Geral, de 31/12/1856, p.25 e 26)

Tão interessante quanto analisar os livros selecionados pelo inspetor geral é perceber, nas justificativas elencadas por ele, a preocupação com a educação da infância, com o cuidado de adaptar o conhecimento de acordo com a idade e capacidade dos alunos. A historiadora italiana Egle Becchi (1998), ao analisar a infância no século XVIII na Europa, assinala que existia um binômio importante entre cultura e natureza e que uma nova pedagogia da infância se manifestava em conjunto com a pedagogia que Rousseau se empenhava em definir (BECCHI, 1998, p.11). A autora demarca que no século XIX a criança aparece mais na cena social, até devido ao aumento dos nascimentos e diminuição das taxas de mortalidade infantil na Europa, e a passagem para a ideia do não adulto fica mais evidente. Não só as crianças passam a ser mais abastadas numericamente, mas se configuram como sujeitos de ações sociais. A questão da criança na escola passa a exigir uma documentação que atenda mais, que diga mais acerca da e para a criança (BECCHI, 1998, p.13-14). Gondra (2007) reforça que “a presença da infância na cena social também vai ter um rebatimento nas reflexões relativas aos espaços específicos destinados à criança, na casa, na rua, no trabalho e na escola” (GONDRA, 2007, p.224).

A preocupação com os espaços escolares e com os materiais e móveis necessários para a sua composição também foi demarcada pelo inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta, pontuando que esses eram escassos na província e fornecendo duas listas com o que deveria conter em cada escola<sup>62</sup>. No segundo ano à frente da inspetoria do ensino, o inspetor geral apontava suas dificuldades em apresentar um relatório sobre o estado da instrução pública ao presidente:

As proporções do trabalho são muito superiores aos recursos de que disponho; e além disso tenho sido contrariado, por tantas circunstâncias embaraçosas do plano que me havia traçado, e contrariado tanto no físico quanto no moral, que mal poderei dar ideias ligeiras daquelas especialidades cujo complexo é essencial para habilitar a formar-se um juízo sobre a marcha da repartição ao meu cargo (MOTTA, 1858 p.2).

Podemos perceber algumas dessas “circunstâncias embaraçosas” que enfrentou se nos ativermos a uma das questões que ele defendeu durante sua gestão: a formação e

---

<sup>62</sup> Essas listagens serão abordadas no segundo capítulo.

remuneração do professor, que, segundo o Inspetor Geral, “tem nas suas mãos o bem e o mal; é o obreiro do futuro” mas cuja atividade “não é devidamente aquilatada”, sendo assim, “para tornar a educação e instrução popular de utilidade prática, é necessidade de primeira ordem formar essa milícia intelectual e elevá-la a altura do sacerdócio a que se destina” (MOTTA, 1878, p.27 e 28). Os baixos salários dos professores foi um dos destaques do artigo intitulado “Os professores públicos”, publicado no jornal *Dezenove de Dezembro*, que reforçava: “entre nós bem pouca atenção da parte do governo tem eles merecido, bem mal remunerados são, e infelizmente bem pouco considerados” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1856, p.2). Esse debate já aparecia na província desde a sua emancipação e, nas palavras do professor Proença, deveria ter na província “justiça” com os ordenados, “não só remunerar o trabalho, a dedicação, a assiduidade a que são obrigados os professores da instrução primária, como se prestem a formação de um pecúlio para casos imprevistos” (BAPPR, 1879, p.49).

Aumentar a verba destinada ao pagamento de professores esbarrava na dificuldade de conseguir a mesma, que deveria caber dentro do orçamento anual, votado e aprovado pelos deputados da província, na Assembleia Legislativa (AL). Assim como o orçamento anual, os deputados também deveriam aprovar o regulamento para a instrução pública e, conseqüentemente, os salários dos professores que estivessem discriminados na referente legislação. Tudo nos leva a pensar que essa foi uma forte razão para que o projeto de regulamentos, enviado por Joaquim Ignácio Silveira da Motta ao presidente em 09 de dezembro de 1856, tenha sido publicado somente no ano posterior, apesar do vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes (1857) justificar: “não pude, aprovar ainda os regulamentos sobre a inspeção da instrução pública, e sobre a ordem geral das escolas, organização do professorado e ensino privado, por demandarem maior exame, que ainda não me foi possível fazer” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 25/02/1857). No jornal *Dezenove de Dezembro*, um mês antes de o projeto ser regulamentado, havia tensão e momentos de impasse entre os deputados quando discutiam o orçamento:

Um *incidente desagradável* teve lugar na sessão da assembléia legislativa provincial do dia 2 deste mês. Achava-se com a Palavra o Sr. Dr. Francisco José Correa na discussão do projeto de Lei do orçamento, e, passando a falar sobre as verbas destinadas para a instrução pública, entrou em diversas considerações sobre a conveniência de serem ou não, elevados os vencimentos dos professores de instrução primária. *Ponderou-lhe o senhor presidente que estava fora da ordem e falando contra o vencido, visto que em data de 25 do mês passado fora aprovado e remetido a sanção um projeto em que a Assembléia, reconhecendo a conveniência desta medida, autorizou o governo a elevar os vencimentos de tais empregados.* Contra essa observação do Sr. Presidente manifestaram-se vivas reclamações por parte do orador apoiado por alguns senhores Deputados. Houve um momento de desordem e confusão, em que todos falavam, sem que pudessem ser ouvidas as vozes da presidência, que procurava restabelecer o sossego. Sendo afinal consultada a casa sobre a procedência das reclamações suscitadas pelo Sr. Dr. Correa, declarou



esta unanimemente que *o orador se achava fora da ordem*. O Sr. Dr. Correa que expressamente havia manifestado a resolução de não tomar mais parte alguma nos trabalhos da assembléia, caso lhe fosse desfavorável na decisão de seu apelo, retirou-se efetivamente, declarando que o fazia por se achar inteiramente tolhida a liberdade de discussão em consequência da *ditadura que exercia o Sr. Presidente da assembléia* (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1857, p.7- *grifos meus*).

O *incidente desagradável* que teve início com o deputado Francisco José Correa, *fora da ordem e falando contra o vencido* que era o aumento dos salários de professores, teve como desfecho a retirada estratégica do deputado reclamante. O presidente da Assembleia em 1857, que “tolhia a liberdade por meio de sua ditadura”, era Joaquim Ignácio Silveira da Motta, deputado provincial e inspetor geral afastado<sup>63</sup>. E o fomento dessa discussão foi o aumento dos vencimentos dos professores, proposto pelo “deputado provincial” e que em 18 de fevereiro de 1857 foi “aprovado em 3ª discussão” e sancionado pela AL. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 25/02/1857).

Um aspecto que podemos observar no debate sobre o orçamento é a ordem em que apareceu enquanto questão a ser discutida pelos deputados. Vindo ao final dos trabalhos legislativos e sem opção de ser contestado, mesmo que naquele momento estivesse em pauta na casa a “discussão do projeto de Lei do orçamento”, é um indício de que, nesse caso, a Assembleia Legislativa se preocupou mais em analisar, propor e produzir leis para a instrução pública do que em pensar na demanda de recursos públicos que seria necessária para a sua concretização. Percebe-se uma dicotomia no debate dos deputados: de um lado parece que o assunto sobre o orçamento ainda estava por ser definido, possivelmente baseado na verba disponibilizada pelos cofres públicos, e de outro, é discutido como aprovado previamente, já com os recursos necessários e, portanto, *fora da ordem* o deputado que se opunha. A acalorada discussão continuou mesmo após a retirada de Francisco José Correa:

Sete Deputados aderiram às declarações e protestos do Dr. Correa, e após ele se retiraram da casa, dirigindo-se todos imediatamente ao palácio do governo, onde o Sr. Dr. José Mathias Ferreira de Abreu, por si e em nome dos seus colegas, declarou ao Exmo. Snr. Vice-Presidente que se haviam retirado da assembléia unicamente porque achavam-se privados do direito de discutir, e não porque negassem à administração da província o apoio que lhe haviam prestado e continuariam a prestar, se lhes fosse possível conservarem-se em seus postos. Estamos informados de que por esta ocasião o Snr. Comendador Guimarães protestara a S. Excia. que voltariam todos à Assembléia, no caso de deixar o senhor Dr. Mota de comparecer às sessões, passando a direção dos trabalhos ao Sr. Comendador Roseira. O Exmo. Snr. Vice-presidente da Província respondeu-lhes que lamentava sinceramente as ocorrências que acabavam de ter lugar e como amigo de todos os snrs. Deputados faria quanto em si coubesse para conseguir o restabelecimento da harmonia no seio da assembléia, mas que não lhe era possível nem como amigo, nem como governo

---

<sup>63</sup> Em 07 de janeiro de 1857 solicitou ao presidente da província a sua substituição no cargo de IGIP porque era membro da Assembleia Legislativa (IIP252.22). Foi substituído por Bento Fernandes de Barros, de 08/01 a 15/03/1857.

exigir que o Sr. Dr. Mota renunciasse ao lugar de presidente da assembléia, para o qual fora espontaneamente eleito pela maioria dos seus colegas” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1857, p. 7).

Fica claro que oito deputados, contando com Francisco José Correia que iniciou a referida altercação, foram contra o posicionamento do presidente da Assembleia achando também que estavam *privados do direito de discutir*, mesmo a casa tendo declarado, *unanimemente* que essa discussão já fazia parte do passado. Conseguiu então Joaquim Ignácio Silveira da Motta aprovar o aumento dos salários dos professores e, consequentemente, confirmar a publicação dos regulamentos que tanto mencionava quando era inspetor geral de instrução pública?<sup>64</sup> Seguimos com a leitura do jornal em busca do final dessa disputa:

Consta-nos que os srs. Deputados dissidentes recolhem-se brevemente a seus lares. A Assembléia, entretanto, continua a funcionar, tendo para isso chamado três suplentes, porque, além dos oito srs. Deputados a que nos referimos, deixaram também de comparecer mais dois. Os suplentes chamados foram os Srs. Lourenço de Sá Ribas, comendador Joaquim José Pinto Bandeira e padre João de Abreu Sá Sotto-Maior. Os deputados que se retiraram da Assembleia foram os Srs. Dr. Francisco José Correa, José Mathias Ferreira de Abreu, Antonio Candido Ferreira de Abreu, comendador Manoel Antonio Guimarães, coronel Modesto Gonçalves Cordeiro, comendador Manoel Gonçalves de Moraes Roseira e Antonio Alves de Araújo e tenente Coronel Caetano José Munhoz. Deixaram de comparecer na sessão seguinte os Srs. Drs. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e José Mathias Gonçalves Guimarães. Acha-se hoje composta a Assembléia dos Srs. Drs. Joaquim Ignácio Silveira da Motta, Laurindo Abelardo de Brito, comendador João de Oliveira Franco, tenentes-coronéis Manoel de Oliveira Franco e Manoel José da Cunha Bittencourt, comendador Antonio Alves de Oliveira, tenentes-coronéis Francisco de Paula Ferreira Ribas e Manoel Antonio Ferreira, major Francisco Pinto de Azevedo Portugal e os três suplentes ultimamente convocados” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1857, p.7).

O trecho acima nos indica como ficou a disposição dos deputados na Assembleia Legislativa: oito contra o aumento do orçamento para a instrução pública e doze a favor, considerando o acréscimo dos três suplentes que foram convocados. O presidente da província, José Antonio Vaz de Carvalhaes, em 11 de março de 1857 se pronuncia sobre o ocorrido, informando ao Ministério do Império que o deputado Francisco Corrêa havia sido advertido pelo presidente da Assembleia Legislativa e, contrariado, retirou-se, sendo seguido pelo “comendador Guimarães e seus genros”, dirigindo-se imediatamente ao palácio do governo, declarando que “vinham protestar contra a ditadura do presidente da Assembleia”,

---

<sup>64</sup> Em seu relatório como IGIP, em 31/12/1856 menciona que está aguardando a aprovação dos regulamentos que propôs para a inspeção e para a instrução pública primária e secundária da província: “uma reforma nas condições, que indico, penso que trará melhor fruto à instrução pública da província: a sua realização pende da deliberação de V. Ex., que se acha autorizado a expedir os regulamentos precisos, e a cuja presença fiz subir dois projetos, um dos quais regula esta matéria” (inspeção de distrito) e “No regulamento que está sujeito à deliberação de V. Ex. fixei as horas para abertura e encerramento das escolas...” (MOTTA, 1857, p. 34 e 39).

ao que respondeu: “que por nenhum título podia me exigir daquele presidente que se retirasse do posto em que o tinha colocado o voto da maioria de seus colegas” e finalizou:

Levando estes fatos ao alto conhecimento de V.Exa., e narrando-os com toda a imparcialidade, tenho em vista prevenir o Governo Imperial contra qualquer notícia infiel e interessada que possa por ventura ser dada pela imprensa ou por outro qualquer modo sobre acontecimentos que se passaram tais quais eu tenho a honra de as expor a V.Exa. Devo, antes de concluir, fazer lembrar a V.Exa. que o Comendador Guimarães foi competidor do Dr. Motta na candidatura à presidência e derrotado nessa sua pretensão procurou sempre desforrar-se sendo um dos meios empregados para isso o açulamento do Dr. Correa, que insultando diariamente o Dr. Motta, presidente da Assembleia, provocam cenas de escândalo no intuito de destruir a harmonia que hoje reina entre os liberais e conservadores ligados pelo desejo de apoiarem a minha administração... (CARVALHAES apud HORYLKA<sup>65</sup>, 1973, p.191).

Fica evidente na fala acima que havia um receio por parte do presidente da província de que o ocorrido na Assembleia Legislativa tivesse outros desdobramentos na Corte. Mais do que uma desavença partidária, o presidente aponta que essa era uma briga provocada por motivos pessoais, devido à não eleição do deputado Guimarães à presidência da Assembleia. Esse relato, mesmo se dizendo imparcial, ratifica o poder de Joaquim Ignácio Silveira da Motta e ainda nos permite observar a rapidez com que circulavam as notícias entre as províncias (por jornal ou pelas pessoas), o que fazia com que o presidente se manifestasse de antemão.

O que circulou no jornal *Dezenove de Dezembro* já é do nosso conhecimento e, nos atendo aos nomes dos deputados listados no mesmo, verificamos o de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, que havia sido o primeiro inspetor geral da província e que ainda continuava exercendo cargos públicos centrais que determinavam, como nesse caso, o rumo da instrução pública paranaense. Ele não compareceu à sessão seguinte da Assembleia Legislativa e, novamente pela correspondência do presidente com o governo imperial, sabemos que o mesmo estava no Rio de Janeiro, o que fez com que o dirigente paranaense redigisse dois documentos: um “reservado” e outro informando o desfecho da desavença na Assembleia. No primeiro, o assunto era a ida de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, como pode ser observado abaixo, e, no segundo, reforça novamente que “o antagonismo principiou com a candidatura destes dois senhores à cadeira da presidência e continuou pelos esforços que cada

---

<sup>65</sup> Claury Horylka foi diretora da extinta Biblioteca Estadual da Guanabara, no Rio de Janeiro, e organizou as *Correspondências do Presidente da Província do Paraná com o Ministério do Império (1853-1860)*, localizadas no acervo da Biblioteca Nacional, especialmente para a publicação no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Infelizmente, o acervo da Biblioteca Nacional tem outra codificação para os documentos e, até o momento, não consegui localizá-los, mesmo apresentando a coletânea da autora. Existe uma gaveta só de documentos relativos ao Paraná, que tenho pesquisado, entretanto, como são vários e muitos deles com caligrafia rebuscada, não localizei os que Horylka citou.

um deles faria para chamar a si a direção da Assembleia” e conclui: “finalmente em tudo isto nada mais havendo do que uma questão do ciúme entre dois membros proeminentes do partido conservador” (CARVALHAES apud HORYLKA, 1973, p.193).

(...) não devem ser aceitas sem maior exame as informações, que sobre a administração da província e marcha dos negócios dela prestar na Corte o Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, deputado eleito do Paraná. O Dr. Marcondes retira-se despeitado com o Governo da Província por atribuir-lhe a não passagem em 1ª discussão de um seu projeto apresentado à Assembleia, em que propunha a impressão do Registro do Rio Nero<sup>66</sup>, medida somente favorável aos tropeiros entre os quais conta grande número de parentes, e muito prejudicial aos cofres da província (CARVALHAES apud HORYLKA, 1973, p.192).

O presidente desqualifica Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, já se prevenindo caso o mesmo fizesse alguma menção ao fato ocorrido na Assembleia. Isso evidencia um movimento estratégico do presidente, mas também nos apresenta a força que poderia ter uma fala do antigo inspetor geral e representante dos liberais paranaenses, bem como dos fazendeiros dos Campos Gerais, na Corte. Tal como ele, outros inspetores de instrução pública durante o período também participaram da vida pública, econômica e política da província, muitos deles ao mesmo tempo em que eram inspetores, e nesses fragmentos de outras práticas e relações entre os “atores sociais” observamos vestígios de como a trama da inspeção e instrução pública foi construída em paralelo com a “interpenetração entre a vida profissional e vida pessoal” desses sujeitos (VIDAL, 2010, p.718-719).

Olhando com atenção redobrada e seguindo *o fio do nome* dos outros deputados, investigando os lugares que esses senhores ocuparam ou ocupavam na província, fora o assento na Assembleia Legislativa e a possível disputa partidária entre Liberais e Conservadores<sup>67</sup>, somos contemplados com uma informação que pode ter sido um dos fatores

---

<sup>66</sup> O Registro do Rio Negro era uma estrutura fiscal, criada em 1831, que cobrava impostos sobre os animais que percorriam o caminho da região sul até as províncias de São Paulo e Minas Gerais. A rota, que ficou conhecida como Caminho das Tropas, era frequentada por condutores, proprietários e fiadores de tropas (responsáveis pela entrada de animais soltos, desde muars (bestas), cavalos e éguas. Entre os anos de 1856/1857 passaram 70.997 animais pelo registro do Rio Negro, o que gerava um diferencial nos tributos da província paranaense (SUPRINYAK, 2008; LAVALLE, 1974; WESTPHALEN, 1995). Segundo Suprinyak (2008), “dentre as 70 localidades registradas, as três mais relevantes foram paranaenses (Castro, Lapa e Ponta Grossa)” e “além disto, uma parcela significativa das tropas (10%) registrou apenas a indicação genérica “Campos Gerais” reforçando ainda mais o predomínio desta região como principal centro de invernagem das tropas” (SUPRINYAK, 2008, p. 04).

<sup>67</sup> Segundo a historiadora Altiva Pilatti Balhana *et al* (1969) a divisão política e partidária paranaense ocorria também, em sua maioria, de acordo com uma divisão regional e econômica, sendo conservadores os produtores da erva mate e comerciantes do litoral, enquanto os liberais advinham, em sua maioria, das famílias proprietárias de fazendas de gado (BALHANA et al, 1969, p.149). O Partido Liberal foi fundado na província paranaense em 1831 e o Partido Conservador em 1837. Durante esta discussão na Assembleia Legislativa em torno do orçamento, Manuel Francisco Correia e Manoel Antonio Guimarães pertenciam a famílias que no litoral controlavam o comércio de importação e exportação da erva mate, enquanto Jesuíno Marcondes de

que contribuíram para o aumento do ordenado dos professores e do orçamento para a instrução pública ter sido aprovado: dos doze presentes, oito já haviam exercido a função de inspetor do ensino desde a emancipação da província, como pode ser observado no quadro abaixo:

<b>Nome do Deputado/Suplente</b>	<b>Função na Inspetoria/Ano</b>
Joaquim Ignácio Silveira da Motta	Inspetor Geral– 1856 a 1859
Laurindo Abelardo de Brito	Inspetor de Castro - 1855
Manoel de Oliveira Franco	Inspetor da Capital <sup>68</sup> - 1854
Antonio Alves de Oliveira	Inspetor de Príncipe <sup>69</sup> - 1856
Francisco de Paula Ferreira Ribas	Inspetor de Castro - 1854
José Lourenço de Sá Ribas	Inspetor Geral – 1856
Joaquim José Pinto Bandeira	Inspetor da Capital - 1856
Padre João de Abreu Sá Sotto Maior	Inspetor de Rio Negro - 1854

QUADRO 5: DEPUTADOS E SUPLENTES QUE EXERCERAM O CARGO DE INSPETORES DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

(FONTE: Título de Padres da Religião Protestante – 1863)

Ainda sobre a função exercida, dos oito deputados que reclamaram e foram embora da Assembleia Legislativa, apenas Antonio Alves de Araújo havia sido inspetor<sup>70</sup> e dos que não compareceram, José Mathias Gonçalves Guimarães foi inspetor da Capital em 1856 e Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá foi o nosso já conhecido primeiro Inspetor Geral da província. Tinha-se ou pelo menos se esperava, com essa disposição, um ambiente propício para a discussão sobre instrução pública, uma vez que muitos deputados vivenciaram em algum momento de suas carreiras os problemas enfrentados para o desenvolvimento do ensino na província. Não só o presidente da Assembleia Legislativa era também o Inspetor Geral, como os deputados haviam sido inspetores do ensino, o que possibilita que o nosso olhar se volte para esse lugar de correlação de forças, onde os sujeitos ocupam ora um lugar de estratégia, ora um lugar de tática. Aqui é possível perceber que não é o inspetor e nem a função a qual ocupa que define o poder, mas a relação que mantém com os sujeitos que estão ao seu lado no momento das decisões.

Alguns dias depois, o deputado-presidente da Assembleia Legislativa, Joaquim Ignácio Silveira da Motta, encerrou os trabalhos da casa e seu discurso - agradecendo o apoio

---

Oliveira e Sá era um dos representantes dos comerciantes de gado da região dos Campos Gerais (WESTPHALEN, 1996, p.58).

<sup>68</sup> Curitiba.

<sup>69</sup> Lapa.

<sup>70</sup> Antonina, 1857.

recebido, a atitude dos deputados e prestando conta do que foi ratificado pela Assembleia – foi publicado no jornal.

A deficiência de pessoal nas condições de bem exercer o ensino primário e de disseminá-lo pela população de um modo conveniente, foi por vós atendida, não só proporcionando melhor retribuição aos professores, como as classes de onde devem ser tirados depois de haverem recebido uma educação pedagógica que melhor se casa com as atuais circunstâncias da província. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1857, p.04)

Com isso, encerravam-se os trabalhos dos deputados e o impasse do orçamento, acrescentando um ganho para a instrução pública. A partir daquele momento, mesmo com a saúde abalada, Joaquim Ignácio Silveira da Motta voltava a ser o inspetor geral<sup>71</sup> e a província paranaense ganha a aprovação dos regulamentos (instrução pública e inspeção), já que as verbas solicitadas já estavam garantidas pelos cofres provinciais. Essa atuação política do inspetor geral possibilita entender como a inspeção se constitui, por meio de múltiplas atuações de sujeitos que, deixando ou não de exercer um cargo na inspetoria do ensino, possuem um repertório e uma capacidade política de discussão entre determinados setores na província que permitiam ganhos para a instrução pública e, conseqüentemente, para a inspeção.

Para entendermos melhor o resultado dessa discussão lançamos mão da comparação do orçamento da instrução pública no momento que Joaquim Ignácio Silveira da Motta assumiu a repartição com o aprovado pelos deputados, baseado no projeto de sua autoria (Quadro 06).

<b>Lei nº12 – 30/04/1856</b> <b>254:250\$000</b>	<b>Lei nº30 – 12/03/1857</b> <b>400:235\$000</b>
Inspetor Geral – 1:200\$000	Inspetor Geral – 1:200\$000
Prof. de latim, inglês e francês – 7:400\$000	Professor de línguas estrangeiras – 7:400\$000
Dezenove professores de 1ª letras – 5:600\$000	Dezenove professores 1ª letras – 5:600\$000
<i>Nove professoras de 1ª letras – 3:600\$000</i>	<i>Nove professoras de 1ª letras – 3:660\$000</i>
Gratificação aos professores da Capital, Morretes e Colônia Thereza – 520\$000	Professor 1ª letras que foram novamente providos vitaliciamente – 5:000\$000
Aluguel de casas para diferentes escolas – 622\$000	Aluguel de casas para diferentes escolas – 620\$000
Aluguel de casas para os professores cujas aulas foram freqüentadas por mais de 25 alunos a 4U000 por cada um que exceder – 400\$000	Subvenção ao colégio de educação para o sexo masculino – 1:200\$000
Aluguel da casa para o liceu – 480\$000	Para começar a fundação de asilos – 6:000\$000
Utensílios e preparos para as aulas – 1:600\$000	Utensílios e móveis para as escolas – 2:600\$000
Subvenção para o colégio de educação para o sexo feminino – 1:200\$000	Subvenção ao colégio de educação para o sexo feminino – 1:200\$000

<sup>71</sup> No dia 15/03/1858 ele escreve ao presidente Francisco Liberato de Mattos: “tenho a honra de comunicar a V. Ex. que, posto ainda me ache sofrendo de grave enfermidade de que fui cometido, assumo o exercício das funções do meu cargo de Inspetor Geral de Instrução Pública que havia interrompido durante a sessão da Assembleia Legislativa da Província, da qual sou membro” (IIP408.46).

<i>Gratificação a 28 professores de 1ª letras até 200 rs, que o governo fica autorizado a conceder em atenção aos serviços que prestarem – 3:400\$000</i>	<i>Gratificação a professores até 200U000 rs. que o governo continua autorizado a conceder em atenção a seus serviços – 3:520\$000</i>
	Subvenção para a escola de música da Capital – 400\$000
	Gratificação ao secretário de Instrução Pública – 600\$000
	Gratificação aos três inspetores de distrito – 1:080\$000
	Gratificação a 10 alunos mestres na razão de 10 a 15U000 rs. mensais – 1:500\$000
	Gratificação a 8 professores adjuntos a 25U000 rs. mensais – 2:400\$000

QUADRO 6: LEIS DE ORÇAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA 1856-1857  
(FONTE: Coletânea da Documentação Educacional Paranaense de 1854 a 1889)

Em um primeiro olhar, percebemos que o aumento no orçamento destinado à instrução pública no intervalo de quase um ano foi de 57,42% ou 145:985\$000<sup>72</sup>. Fechando o nosso foco nesse aumento, que foi alvo do debate dos deputados da Assembleia Legislativa, observamos: que novas categorias foram criadas e contempladas (verba para asilos subvenção para escola masculinas subvenção para a escola de músicas gratificações para o secretário de instrução, inspetores de distrito, alunos mestres e professores adjuntos, o que dá um total de 11:980\$000); que pouco se voltou para mobiliário escolar (aumento de 1:000\$000) e que houve apenas um pequeno acréscimo nos salários das professoras (60U) e gratificação a professores que prestam serviço ao governo (120U), dando um total de 180U. Antes da aprovação desse orçamento para a instrução paranaense, o inspetor geral escrevia ao presidente sobre o salário dos professores:

No Regulamento que submeti a V.Exa. propus que se desse a cada professor de cidade, 800U000 de ordenado e 200U000 de gratificação e aos das vilas e outros lugares 600U000 de ordenado com a mesma gratificação. Como meio de garantir o futuro das famílias propus o adiantamento da soma precisa para entrada do Monte Pio. (...) Prometam-se as garantias que indico, aos professores, e poder-se-á ir convidar pessoal de fora em quanto a nossa educação pedagógica não tiver sido completada. (MOTTA, 1857, P.20)

Segundo o proposto pelo inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta (1857), a diferença no salário dos professores viria do ordenado fixo, de acordo com o lugar em que davam aula (cidades, vilas, freguesias, colônias, etc.) e não da gratificação, que continuaria a

<sup>72</sup> A moeda utilizada durante o período desse estudo era o réis. Essa unidade monetária, vinda da palavra real (de realeza), teve sua origem em Portugal, em 1430, e foi utilizada por todas as colônias portuguesas do século XVI ao XIX. Um conto de réis correspondia a mil vezes o valor de um mil réis. Sendo assim, 1 conto era igual a mil réis ou um milhão de réis, representado por 1:000\$000. O valor era dado em relação ao ouro, mantendo-se, com poucas variações durante o século XIX, o valor de 1\$600 a 1\$200 por oitava de ouro (22 quilates) ou 1/8 de onça, como era nomeada a medida. Para mais detalhes ver: BRITO (1980); SOUZA (1994); AMATO, NEVES e RUSSO (2004;2007); GOMES (2007) e GURGEL (2008).

mesma. Esta dinâmica do salário do professor ser de acordo com o local em que dava aula também acontecia em outras províncias durante o período, como aponta Sarah Durães (2007), em estudo sobre a remuneração dos professores na província mineira:

Durante toda a segunda metade do século XIX, diferentes critérios participaram da determinação da remuneração do corpo docente. Alguns deles estiveram presentes durante todo esse período; outros existiram por um determinado tempo. Em linhas gerais, a remuneração do trabalho docente era determinada em função do sexo do professor, da situação funcional – se efetivo, substituto, vitalício ou interino –, da localização da escola – rural, urbana, distrito, freguesia e vila –, do grau em que atuava o professor ou professora, do número de alunos, do tempo de atuação e outros (DURÃES, 2007, p.151).

Essas mesmas condições faziam com que os salários dos professores no Paraná oscilassem dependendo do caso em que se encontrava o mestre. Com a aprovação da lei do orçamento, percebemos que o salário pensado pelo inspetor para os professores não era dado a todos no mesmo valor. O número de professores e professoras de 1ª letras era o mesmo nos dois anos (19 e 09, respectivamente), recebendo em 1856, no primeiro orçamento, 12:600\$000 e no segundo ano, 12:780\$000. Convertidos esses números nos salários de cada professor, temos o quadro abaixo:

1856	1857
19 professores = 5:600\$000 = 294\$730 cada	19 professores = 5:600\$000 = 294\$730 cada
9 professoras = 3:600\$000 = 400\$000 cada	9 professoras = 3:660\$000 = 406\$660 cada
Gratificação para 28 professores = 3:400\$000 = 121\$420 cada	Gratificação para professores = 3:520\$000 = 125\$710 cada

QUADRO 7: SALÁRIO DOS PROFESSORES DA INSTRUÇÃO PÚBLICA 1856-1857  
(FONTE: Coletânea da Documentação Educacional Paranaense de 1854 a 1889)

Visto dessa forma, o salário das professoras era maior que os dos professores, pelo menos no que estava previsto na lei do orçamento da província. Mas os ofícios de professores e professoras pedindo aumento de salário e de presidentes de província e inspetores corroborando essa necessidade nos informam que não havia essa diferença a favor das professoras, muito pelo contrário. Somando os salários dos professores e professoras, vemos que em 1856 ganhavam uma média de 329\$000 + a gratificação de 121\$000 e em 1857, aproximadamente, 331\$000 + a gratificação de 126\$000<sup>73</sup>. É uma grande diferença se comparado com o que o inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta (1857) havia proposto em seu relatório (800\$000 e 600\$000 + gratificações). Havia professores que ganhavam menos do que isso, como relatava o professor Manoel José Dias Costa, de

<sup>73</sup> Os valores foram arredondados, 1856 (328,57) e 1857 (330,71).



Palmeira: “sendo eu pago até esta data pelo mínimo do ordenado que são 200 mil réis, quantia esta que não chega para alimentar minha família; por isso peço a V.Exa. a bondade de me aumentar o ordenado ...” (IIP307.22, 29/06/1857). Os valores foram mantidos durante o período e voltavam, recorrentemente, como pauta nos debates de presidentes de província e inspetores gerais, como no relatório do presidente Antonio Augusto da Fonseca, em 06 de abril de 1869:

A quantia de 300\$000 é insuficiente para as primeiras necessidades da vida: mestres que se sujeitam a ensinar por essa quantia, ou não tem habilitação algumas, ou tem uma dedicação admirável ao progresso da humanidade. O primeiro caso é o mais provável (FONSECA, 1869, p.10).<sup>74</sup>

Sujeitar-se a receber esse valor era o mesmo que ser representado como mestre sem habilitação. Mas qual a relação disso com a lei do orçamento que foi aprovada depois de tanto alarde na Assembleia Legislativa? Com a lente ainda voltada para os valores destinados aos professores, notamos que realmente houve um aumento significativo de um período a outro: 8:560\$000. Porém, esse acréscimo não se deu nos salários fixos dos professores, mas sim nas gratificações, que só viriam de três formas, segundo o decreto da Assembleia Legislativa: para alunos mestres, professores adjuntos e professores vitalícios<sup>75</sup>.

Dessa forma, não eram todos os professores que ganhariam o benefício. Os vinte e oito professores que existiam na província, segundo a lei do orçamento, não necessariamente receberiam a gratificação. Seriam “valorizados” aqueles que, depois de prestarem os exames e

---

<sup>74</sup> Pensar no orçamento para a instrução e o valor dos salários dos professores é também procurar entender a qualificação desses valores e, para isso, exemplos de preço de produtos comercializados e de salários durante o período podem nos auxiliar na percepção do significado dessas somas. Quando o professor da capital, João Baptista Brandão de Proença informa ao presidente que comprou utensílios para sua escola, diz que o total ficou em 66\$190 (IIP119.6, 1854). Em 1868 o professor da capital, Ricardo de Menezes, recebeu 13\$700 para o “concerto de móveis e aquisição de outros para a sua escola” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 22/02/1868, p.02). A quantia anual dada para subvenção de colégios particulares na província era de 1:200\$000 (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 28/05/1856, p.03). Professores particulares com obrigação de ensinarem gratuitamente meninos pobres ganhavam gratificação de 100 a 300\$000 (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 07/05/1856, p.02). O salário do secretário da Inspetoria Geral de Instrução Pública era de 600\$000 (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 08/04/1857, p.01). Em 1855, uma galinha valia 640 réis, um alqueire de feijão (36kg) era comercializado por 5\$000, um arroba de toucinho (15kg) custava 8\$000, entre outros (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 22/08/1855, p.03). Em 1857, o vigário Francisco Xavier Pimenta recebia 300\$000 para ensinar as primeiras letras (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 19/08/1857). Segundo o inspetor paroquial de Morretes, José Celestino de Oliveira, um livro do Dr. Abílio custava 4 e 5\$000 e reforça ao presidente: “V.Exa. pode calcular a dificuldade com que tem a lutar um pai de família pobre, uma viúva desvalida a quem a obrigatoriedade do ensino impõe-lhe o dever de ter seus filhos na escola” (AP0476, 26/12/1875). Somando todas as despesas básicas para se manter uma família (alimentação, roupas e materiais para o estudo, caso houvesse crianças) o salário dos professores era representado como irrisório.

<sup>75</sup> Em 18 de fevereiro de 1857 a Assembleia Legislativa do Paraná decreta: art. 7º - para harmonizar as presentes disposições com a legislação vigente, o governo expedirá regulamentos, e fica autorizado a fazer as alterações e reformas essenciais para completar o sistema; assim como a marcar gratificações para os alunos-mestres, e professores adjuntos; art.8º - os professores que forem providos vitaliciamente com as habilitações legais perceberão para as cidades o ordenado de 800\$000 e gratificação de 200\$000, e para as vilas e outros lugares o ordenado de 600\$000 e 200\$000 de gratificação (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 25/02/1857, p.05).

passarem pelo crivo do inspetor, fossem considerados aptos e habilitados ao magistério e, assim, receberiam a gratificação dada aos professores vitalícios que, com a nova lei orçamentária, dispunha-se de 5:000\$000. Esse valor, que era mais da metade do aumento de verbas para pagamento de professores, comparando os dois anos, pode ter feito parte de uma estratégia do Inspetor Geral para conseguir alcançar dois objetivos que se interligavam: estimular o professor a prestar o exame avaliativo e a buscar a vitaliciedade, com todos os benefícios que nela se embutiam, ao mesmo tempo em que cuidava da qualificação do magistério na província<sup>76</sup>.

Ainda sobre o orçamento aprovado, o “deputado-presidente-inspetor geral” Joaquim Ignácio Silveira da Motta, após negociações coletivas com seus colegas na Assembleia, informou a gratificação para os inspetores de distrito, verba para a fundação de asilos e aumento no fundo destinado aos utensílios e móveis para as escolas. Retomando a sua fala ao encerrar a Assembleia Legislativa:

O governo do ensino foi consideravelmente melhorado em ordem a poder-se obter uma inspeção mais esclarecida embora acrescida a esfera de atividade; neste intuito dividiste em 3 inspetorias a província, concedendo uma retribuição de 360\$000, a cada inspetor, e criastes subinspetorias junto a cada escola, que ficam reduzidas a meras agências de vigilância. (...) Para tornar eficaz a lei que criou o ensino obrigatório, autorizastes a fundação de asilos para indigentes ou mistos. É um expediente que salvará a muitas inteligências desperdadas. (...) O material desse ramo de serviço também foi melhor atendido na lei do orçamento (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1857, p.4).

Após o embate travado em torno da discussão da lei do orçamento, o caminho ficou aberto também para a reorganização da instrução pública e inspeção do ensino. Podendo dispor de financiamento para a gratificação de professores, para o salário dos inspetores e mobiliário escolar, o inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta lançou mão do seu projeto de reforma da instrução e inspeção na província, que abriu o precedente nas reformulações legais posteriores. E é para os Regulamentos e para as ideias formuladas pelos inspetores gerais que a nossa atenção se volta.

## **2.1. REFORMAS NA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA PARANAENSE: OS INSPETORES E OS REGULAMENTOS**

---

<sup>76</sup> A sua preocupação com a qualificação dos professores era contemplada em diversos documentos trocados com a presidência da província. Em ofício enviado pelo Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta ao presidente da província, publicado no jornal Dezenove de Dezembro, antes da aprovação da lei do orçamento, o inspetor apontou duas mudanças necessárias para a instrução pública se desenvolver na província: a criação de asilos e a “preparação de pessoal para o ensino primário da província” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 06/08/1856, p.1).

É observável que algumas necessidades de mudanças na organização social, política, econômica e cultural no Brasil foram construídas ao longo de um tempo, em várias frentes de discussão, sem marcos cruciais, “ora mais ora menos, nos ideais iluministas, intelectuais e políticos brasileiros” (FARIA FILHO, 2009, p.21). Porém, o debate sobre a instrução elementar extensiva a uma camada maior da população e sua ligação com a construção da nação e prosperidade do país, aparecem articulados com maior ênfase após a Proclamação da Independência, mobilizando diferentes frentes (administrativas, políticas, intelectuais) ao longo do período. Gondra, Sacramento e Garcia (2000), ao escreverem sobre a Reforma Couto Ferraz (1854), da Corte Imperial, apontam que neste período após a independência ocorreu um “expressivo número de intervenções oficiais na área educacional”. Havia uma *cultura de reforma*, onde se legitimava um modelo a ser implementado em oposição a outro que estivesse sendo executado (GONDRA, SACRAMENTO & GARCIA, 2000, p.01).

Neves (2009) escreve sobre os sujeitos (inspetores e presidentes) que pensaram as reformas de instrução no Mato Grosso, Minas Gerais e na Corte Imperial e os toma como *agentes de transformação na realidade social*. Segundo o autor, esses senhores sofriam influências em suas concepções enquanto buscavam a consolidação de alguma ideia para a escola ou, “jogando com o poder, beneficiavam-se das dificuldades e das possibilidades do exercício administrativo angariando experiências para seus projetos pessoais, eleitorais e governamentais” (NEVES, 2009, p.155).

E na província do Paraná, como e por quem foram pensadas as reformas de instrução pública? Diferente do que ocorreu em outras províncias e na Corte Imperial, onde os nomes dos autores da lei/regulamento acabaram sendo o nome da legislação por eles formulada, no Paraná os sujeitos que pensaram os regulamentos e leis para a instrução pública não aparecem nos títulos das mesmas<sup>77</sup>. Mas as suas formulações legais são tomadas pela sociedade paranaense no geral e pelos próprios inspetores como “reforma”, uma vez que modificavam o que até então estava posto, remodelando a instrução na província.

O primeiro regulamento da província foi organizado pelo Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta, publicado em 08 de abril de 1857, intitulado de *Regulamento de*

---

<sup>77</sup> Demerval Saviani (2008) ao escrever sobre o histórico do sistema nacional no Brasil demarca que esta característica de nomear os regulamentos ou leis com o nome de seus organizadores era algo frequente. Segundo ele: “observa-se que prevalece a tendência em nomear as reformas pelos seus preponentes, em geral ministros da pasta instrução pública ou da educação, a indicar que quem chega ao poder procura imprimir sua marca, desfazendo o que estava em curso e projetando a ideia de que com ele, finalmente, o problema será resolvido” (SAVIANI, 2008, p.11).

*Ordem Geral para as Escolas de Instrução Primária, Preparação, Organização do Professorado, Condições e Normas para o Ensino Particular, Primário e Secundário.* Mais de vinte anos depois de sua formulação, o inspetor geral escrevia sobre a importância de “colocar a educação popular na altura das nossas necessidades” e não deixar que a instrução seja dada exclusivamente na escola pública ou na escola particular, mas que houvesse uma mediação, tal como feita pela Holanda, que havia conseguido unir os “bons princípios de liberdade e de igualdade civil e política, de economia e moralidade” visando o bem público (MOTTA, 1878, p.25). Ele sustenta:

A Holanda que tanto tem avantajado na educação e instrução primária, que mereceu a admiração de Cuvier e depois dele a de Cousin, deve em grande parte o sucesso na cultura intelectual à sua celebre sociedade do Bem Público. *Quando dirige a instrução pública no Paraná pretendi à imitação daquela instituição levar a efeito uma sociedade para o mesmo fim (...).* (MOTTA, 1878, p.26)

Para o inspetor geral, “a ação pública é insuficiente para a desejável consecução da educação do povo”, dessa forma, “para solver a questão de instruir a pobres e até deles estender a obrigação de procurar o ensino, é preciso por em ação a caridade, e esta não pode ser exercida pelo governo, eficazmente, senão em uma certa medida”, por isso era necessário envolver a família, para que esta pudesse tomar “interesse na disseminação do ensino popular” (MOTTA, 1878, p.26-27). Joaquim Ignácio Silveira da Motta teve sempre em sua pauta de ações para a instrução a questão de um lugar que abrigasse os alunos pobres (asilos) e de formulações de ações que mantivessem os alunos pobres nas escolas (materiais escolares). Em seu relatório de 07 de janeiro de 1857, antes da publicação do regulamento escreveu sobre a criação de asilos, *segundo o plano de Mr. Rey Grenoble*:

são escolas com acomodações apropriadas para os diversos exercícios, onde os meninos passam o dia, entram pela manhã cedo, levando consigo a refeição para o dia, e saem a tarde. Uma das grandes vantagens desse sistema é que, enquanto os trabalhadores vão para o seu serviço de campo ou das matas ficam os filhos em asilo seguro sem estarem expostos a mil acidentes. Outra não menos importante é a eficácia do meio econômico de proporcionar a conveniente instrução elementar debaixo de vigilante inspeção que combateria nas crianças os maus hábitos de palavras e ações (MOTTA, 1857, p.11).

O presidente da província, José Antonio Vaz de Carvalhaes (1857), corrobora esse pensamento e escreve em seu relatório sobre a construção do *Asilo de Educação para a Infância Desvalida* onde, segundo ele, “a orfandade desvalida ache na educação, instrução e aprendizagem de ofícios úteis infalível preservativo contra os males da alma” (CARVALHAES, 1857, p.40). Marcílio (2006) evidencia que no ano de 1855 emergia um projeto em favor dos menores abandonados que “resultou na criação de Asilos de Educandos

em quase todas as capitais regionais” (MARCÍLIO, 2006, p.193), uma fase, demarcada pela autora, de *filantropia científica*. Segundo a autora,

a filantropia visava preparar a criança pobre e a abandonada para o mundo do trabalho. Mas buscava-se também valorizar a família para prevenir a ociosidade, a prostituição, a mendicância, o crime, o abandono do menor, a criança na rua. Com isso, estaria domesticando e controlando as ‘classes perigosas’. A proposta era: assistir, para prevenir. Não sendo possível, entrava a correção, que seria exercida pela repressão rigorosa, auxiliada pela polícia. Para a filantropia, o Estado deveria participar da assistência e da proteção à infância abandonada e transgressora; mas a ação maior deveria ser do particular (MARCÍLIO, 2006, p.208).

Vê-se que, apesar do inspetor geral e do presidente paranaenses não citarem os asilos de outras províncias, as orientações para a organização de tal instituição era semelhante ao que circulava na segunda metade do século XIX no Brasil. Antes de ser inspetor, Joaquim Ignácio Silveira da Motta era médico e, como tal, deveria estar a par também das discussões sobre as crianças pobres, órfãs, desvalidas, que eram feitas na Real Academia de Medicina da Corte. Como sustenta Marcílio (2006), era comum no Brasil durante o período também buscar conhecer “os modelos de assistência e de proteção aos desamparados, que estavam sendo experimentados em solo europeu”, pois isso contribuía para que os sujeitos (médicos, autoridades de governo, bacharéis do direito, etc.) pensassem na filantropia “como solução racional e técnica para atender à questão social do menor abandonado” (MARCÍLIO, 2006, p.201).

Entretanto, apesar da anuência do presidente a construção de asilos, e da Assembleia Legislativa que aprovou a verba para início de sua construção (6:000\$000), a ideia não saiu do papel e no regulamento a menção ao asilo é feita quando se discute a obrigatoriedade do ensino, no artigo 33º: “enquanto não se estabelecerem casas de asilo para os indigentes, o ensino na Província só será obrigatório dentro de um círculo de um quarto de légua” (REGULAMENTO, 08/04/1857, p.56). Porém, o que sua fala nos proporciona vai além de suas proposições, pois nos permite identificar de onde ele referendou parte das ideias que compuseram a organização da instrução pública na província: a Holanda. Ao comentar o relatório de 1858 nas conferências sobre instrução pública, em 1878, ele cita a Holanda como referência, o que não havia feito vinte anos atrás.

Ainda antes de ser publicada a sua proposta de regulamento para a instrução, o inspetor geral deixa pistas de que tinha a Corte Imperial como base de algumas de suas modificações na província paranaense. Em 26 de maio de 1856, quando ainda estava formulando o seu projeto de regulamento, escreve ao presidente da província Vicente Pires da Motta reclamando da desordem encontrada nos papéis da secretaria de instrução pública e faz uma solicitação:

Aproveito a oportunidade para pedir a V.Exa. se sirva providenciar para que esta repartição possua o regulamento sobre o ensino publicado pelo Ministério do Império para o município da Corte. A pretensão manifestada pelo Governo do Império impõe a necessidade de nada fazer em cada secretaria<sup>78</sup> das Províncias, sem compulsar o que há feito para o Município Neutro, por tal motivo *acanho-me em propor algumas medidas que tenho em mente sem proceder a essa confrontação* (IIP188.22, 26/05/1856 – *grifos meus*).

Pela data do pedido, o regulamento mencionado é o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, aprovado pelo decreto nº 1331-A (1854), de autoria do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Algum tempo depois de sua publicação, após um processo de legitimação social, esse regulamento será conhecido como Reforma Couto Ferraz, levando o nome de seu autor. Mas nesse momento, o inspetor geral paranaense não o reconhecia dessa forma e o solicita não para copiar o que nele estava determinado. Pela sua fala, justifica que já tinha uma proposta de regulamento, mas que antes de enviá-la à presidência da província gostaria de observar o que estava sendo regulamentado no município da Corte. No canto esquerdo do documento, escrita com letra miúda, há a informação de que o pedido foi feito à Corte<sup>79</sup>.

Em ofício dirigido ao presidente Vicente Pires da Motta, o inspetor geral reforça que achava conveniente chamar todos os professores particulares para fazer exame de habilitação para o magistério, que segundo ele era “essencial pelo que está posto no art. 18 do Regulamento de 08/11/1851, para a obtenção do título de licença” e cita que isso foi adotado pelo inspetor geral da Corte e complementa: “julgo de inclinante necessidade no intuito de abster a demasiada licença com que se dedicam a essa indústria, especuladores, perdidos para toda outra, em puro detrimento da instrução e educação do povo” (IIP201.22, 29/07/1856). No Regulamento de Ordem Geral (1857) a questão do exame para professores particulares é tratada no Capítulo VII (Do Ensino Particular), art.95<sup>80</sup>. Também era da Corte Imperial que encomendava os livros, com justificativa do porque ter escolhido os títulos pedidos, como: a Gramática do Sr. Castro Lopes porque “o método do Sr. Castro repousa na memória para dar conhecimento das palavras aos meninos” (IIP249.22, 27/12/1856) e a Aritmética de Manoel

---

<sup>78</sup> A palavra estava praticamente ilegível, podendo ser “secretaria” abreviada, como várias vezes escrevia Joaquim Ignácio Silveira da Motta, como também poderia ser *huma* ou *tua*. Todavia, nenhuma dessas palavras modificaria o sentido geral do que foi escrito pelo inspetor.

<sup>79</sup> Escrito: “oficiou-se ao Sr. Ministro de Império pedindo-lhe os Regulamentos do Ensino do público na Corte”.

<sup>80</sup> Disposto no art.95: Ninguém poderá abrir escola ou outro qualquer estabelecimento de educação e instrução primária e secundária sem prévia licença do inspetor geral, que exigirá dos pretendentes as provas necessárias de capacidade profissional, comportamento civil e moral conforme o que dispõe os artigos 67 até 74, podendo conceder o inspetor geral prazos para as provas de capacidade. A falta de licença sujeita o professor ou diretor do estabelecimento à multa de 100\$000 réis e a ser fechada a escola ou qualquer estabelecimento (CDPR, 2004, p.64).

Augusto de Figueiredo, “para uso dos meninos pobres das escolas públicas” (IIP243.22, 24/12/1856). Dois pedidos e talvez duas preocupações: com aprendizagem do *menino* e suprir a pobreza do mesmo com livro escolar. Nota-se que o inspetor geral não utiliza criança, aluno ou infância, que poderia abarcar os dois sexos. Ele quando escrevia tinha a distinção do que era para meninos e o que era para meninas.

No Regulamento de Ordem Geral (1857), a instrução pública primária seria ministrada em escolas de primeira e segunda ordem<sup>81</sup> durante todo o ano, cinco dias na semana<sup>82</sup>, nos períodos matutinos e vespertinos, em sessões de duas horas e meia. Cabia ao inspetor geral elaborar a divisão de classes e o programa do ensino, sendo o exame de passagem de uma classe à outra expedido pelo mesmo e realizado sobre a assistência do inspetor de distrito ou do subinspetor. Ao ser aprovado no exame, a premiação concedida ao aluno<sup>83</sup> era recebida após o inspetor geral ter declarado oficialmente tal aprovação. Só poderiam entrar na escola, no horário de funcionamento, as “pessoas empregadas na inspeção” ou autorizadas por ela ou pelo governo<sup>84</sup>. Nas correspondências de governo, relativas à instrução pública primária, não foi possível encontrar a menção da entrega dos prêmios aos alunos aprovados no exame. Todavia, para além desta confirmação, faz-se pertinente destacar a atuação central da inspeção em todos os assuntos relativos à escola.

O regulamento abordava, entre outros aspectos, o papel do professor quanto a disciplina utilizada na escola, seus deveres e as condições para nomeação, demissão, vantagens e penalidades do magistério público. Segundo Joaquim Ignácio Silveira da Motta, “o professor tem nas suas mãos o bem e o mal; é o obreiro do futuro”(MOTTA, 1878, p.27) e para conseguir elevar a instrução pública na província era necessário divulgar a importância do professor e do ensino:

O segredo da força social nos governos democrático contem-se todo inteiro na arte de preparar a opinião pública, e para atingir a este desiderato convém avaliar a grandeza do papel do professor; é dele, Senhores, que virá o pão para o espírito da infância e do qual depende o destino inteiro dessa geração que se levanta. Arrematai

---

<sup>81</sup> Art.3º As escolas de primeira ordem compreendem: §1º Para o sexo masculino: leitura e caligrafia, gramática da língua nacional, religião – princípios de ordem moral cristã e doutrina, noções gerais de geometria, teoria e prática de aritmética até a regra de três, sistema de pesos e medidas do Império. §2º Para o sexo feminino: são as mesmas matérias com exclusão da gramática e limitado à aritmética, ao ensino das quatro operações de números inteiros completando o plano de ensino os trabalhos de agulha.

<sup>82</sup> Segundo o art.5º, as aulas aconteceriam o ano todo, com exceção do período de férias (de 18/12 a 16/01), dias santos e feriados definidos por lei, do domingo de Ramos ao primeiro dia útil depois da Páscoa e as quintas-feiras (quando não houvesse outro feriado na semana).

<sup>83</sup> Art.28. Os prêmios serão de três ordens: a 1ª constará de uma obra escolhida, a 2ª de uma medalha de prata, tendo de um lado a efígie de S.M. o Imperador com a seguinte legenda: Tributo ao mérito, e de outro lado: Instrução Primária da Província do Paraná, a terceira constará de uma ou de outra coisa.

<sup>84</sup> Art.15º.

Srs. com as eloquentes palavras de Lherminier: lançai a instrução sobre a cabeça do povo, vós lhe deveis esse batismo (MOTTA, 1878, p.32).

Dos nove capítulos do Regulamento de Ordem Geral, de 08/04/1857, três são voltados para os professores (seus deveres, discriminação de professor adjunto e condições para o magistério público, como nomeação, demissão, vantagens e penalidades) e sua atuação é reforçada nos assuntos tratados nos outros sete capítulos.

Ainda no mesmo regulamento, a indisciplina era passível de castigos, mas esses não poderiam ser “corporais”. Porém, “se a experiência demonstrar a necessidade do emprego de algum outro meio disciplinar por faltas de conduta, os professores representarão ao inspetor geral, que os poderá autorizar”, com exceção dos castigos corporais, “que para serem aplicados devem ser propostos e resolvidos pelo governo”<sup>85</sup>. Entre seus deveres, cabia ao professor enviar o orçamento e relatório sobre a sua aula para o inspetor de distrito e nos últimos meses de janeiro, abril, julho e outubro o mapa de matrícula, que passaria pelo subinspetor. Nos dois primeiros anos de sua atuação, eram examinados perante o inspetor geral, com provas práticas na escola da capital e “no fim do segundo ano obtida a aprovação, ser-lhe-á confiada pelo governo a nomeação vitalícia, precedendo proposta do inspetor geral” (art.63º). Ao longo do magistério, caso fosse comprovada negligência no cumprimento de seus deveres, podia ser multado<sup>86</sup> e sofrer um processo disciplinar que seria intermediado pelos funcionários da inspeção e pelo inspetor geral.

É possível já distinguir no Regulamento de Ordem Geral (1857) que a inspeção aparece como a grande articuladora dentro da estrutura pensada para a instrução pública primária. A “nova” organização da inspeção<sup>87</sup>, também de autoria do inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta, foi delineada no Regulamento de Inspeção da Instrução Pública da Província do Paraná (RIIPPR), de 24 de abril de 1857. Antes de sua publicação, o inspetor geral escrevia em seus relatórios sobre a necessidade de organização da secretaria da Inspetoria de Instrução Pública e da estrutura da inspeção. Na disposição detalhada por ele antes do regulamento, a inspeção era feita por dezesseis inspetores responsáveis pelos

---

<sup>85</sup> Art.49.

<sup>86</sup> Art. 87. Os professores públicos, que por negligência ou má vontade não cumprirem bem os seus deveres, servindo-se de livros não autorizados, instruindo mal os seus alunos, exercendo a disciplina sem critério, deixando de dar escola por mais de três dias, sem motivo legítimo em um mês, ou infringindo qualquer disposição deste regulamento e instruções de seus superiores ficarão sujeitos às seguintes penas: 1ª admoestação; 2ª repreensão; 3ª multas de 20 a 60\$000 réis; 4ª suspensão de 15 dias a 3 meses com perda de vencimentos; 5ª perda da cadeira.

<sup>87</sup> Em relação a lei nº 17, de 14/09/1854.



dezesseis distritos da província. Assim descrevia a estrutura do ensino paranaense antes do Regulamento de Inspeção:

O governo e inspeção do ensino cujo centro intermediário com o presidente da província está colocado nesta capital, exerce-se em toda a província por inspetores de distritos, que dirigem e inspecionam os estudos de todos os graus na circunscrição que lhe é confiada (MOTTA, 1856, p.6).

Nesse mesmo relatório ele reforça ao presidente que já enviou sua proposta legislativa para a inspeção: “reitero o meu pedido já formulado no *projeto de reforma* do regulamento de inspeção” (Ibidem, ibidem, p.04 – *grifos meus*). Podemos perceber que ele mesmo tomava o regulamento como reforma e aqui é possível identificar a existência de uma vontade de por em vigor uma legislação que destitua a que até então estava em exercício.

No Regulamento de Inspeção, o primeiro artigo trata da divisão e governo da instrução na província, sendo esses de competência do presidente da província, inspetor geral do ensino, inspetor de distrito, Conselho Literário e subinspetores. Essa disposição já modifica a descrita anteriormente pelo inspetor geral. No quadro abaixo visualiza-se a divisão de responsabilidade sobre a instrução pública em comparação com a que até então vigorara na província:

<b>Regulamento Paulista de 08/11/1851</b>	<b>Lei nº 17, de 14/09/1854</b>	<b>Regulamento Paranaense da Inspeção de 24/11/1857</b>
<p>Presidente</p> <p>↓</p> <p>Inspetor Geral</p> <p>↓</p> <p>Conselho de Instrução Pública</p> <p>↓</p> <p>Inspetores de Distrito</p>	<p>Presidente</p> <p>↓</p> <p>Inspetor Geral</p> <p>↓</p> <p>Inspetores de Distrito</p>	<p>Presidente</p> <p>↓</p> <p>Inspetor Geral</p> <p>↓</p> <p>Conselho Literário</p> <p>↓</p> <p>Inspetores de Distrito</p> <p>↓</p> <p>Subinspetores</p>

QUADRO 8: RESPONSÁVEIS PELA INSPEÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA – 1851 A 1857

(FONTE: Coletânea da Documentação Educacional Paranaense de 1854 a 1889 e Coletânea da Legislação Paulista)

Em uma rápida mirada no quadro é visível observar que houve uma mudança quantitativa nas funções, assim como uma permanência, que durou todo o período, de serem o presidente e o inspetor geral os gestores dessa estrutura, o que era comum em todas as províncias. O Regulamento Paulista (1851) tem uma disposição de cargos para a inspeção

diferente da que havia sido instituída pela lei nº310, de 16/03/1846 (comissões de inspeção) e durante os dois anos que vigorou na província paranaense os inspetores de distritos foram os mais atuantes, até mesmo devido à distância da inspetoria paulista para as escolas do Paraná. Quando a lei nº17, de 14/09/1854 foi publicada nove meses depois da emancipação do Paraná, é possível identificar que ela trazia um esboço das mudanças para a instrução que aconteceriam na província. Dos vinte artigos, a inspeção é tratada em cinco, ao final. Os primeiros artigos davam conta das cadeiras de ensino secundário criadas na província (latim, francês, inglês), do Liceu que seria estabelecido futuramente, criação das cadeiras de primeiras letras (São José dos Pinhais, Guarapuava, Palmas e Capital), subvenção a mestres particulares, delimitação do território em que o ensino seria obrigatório, multa a quem não enviasse a criança à escola e, finalmente, os cargos e salários da inspeção<sup>88</sup>. Interpretando essas mudanças e permanências, é possível identificar que, com o acréscimo de cadeiras e exigências para a instrução pública, se fez necessária uma estrutura para a inspeção que acompanhasse estas alterações. Organizavam-se a instrução e a inspeção conjuntamente.

É observável que todo o debate em torno da aprovação do aumento na verba destinada à instrução e, conseqüentemente, dos regulamentos específicos desenha e fornece condições de possibilidade para a afirmação de uma estrutura da inspeção. Essa organização, fruto de consensos entre inspetores, presidentes da província e membros da Assembleia Legislativa, não é estanque e os fragmentos a seguir têm o sentido de fundamentar essa perspectiva. Quanto à nomenclatura, observamos pelo disposto no quadro que muda apenas a do conselho<sup>89</sup> e que se criou o cargo de subinspetor. Mas seria só esse acréscimo a diferença entre as legislações em vigor? Teria sido a discussão sobre o orçamento para a instrução pública o ponto mais próximo que conseguimos chegar da atuação do inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta? Voltemos a nossa atenção para a forma como se estruturou e foi regulamentada a inspeção do ensino da província paranaense, apontando as mudanças posteriores à “reforma de 1857” (RIBAS, 1864, p.5).

---

<sup>88</sup> Segundo consta na lei: Art.15 – haverá um inspetor geral de instrução, tanto primária quanto secundária, de nomeação do presidente da província, que o conservará enquanto bem servir. Art.16 – em cada povoação onde existir uma escola pública ou particular, haverá um inspetor da instrução do distrito. Art.17 – as atribuições do inspetor geral e dos inspetores de distrito serão designadas em regulamento do governo. Art.18 – o inspetor geral vencerá a gratificação de 1:200\$000 por ano. Art.19 – enquanto com o maior desenvolvimento do ensino outra providência não for tomada, servirá para escrever perante o inspetor geral um amanuense da secretaria da presidência, que ele reclamará do respectivo secretário, toda vez que o expediente do seu cargo exigir (CDPR, 2004, p.35).

<sup>89</sup> As mudanças na função do Conselho Literário serão investigadas no terceiro capítulo.

Segundo o inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta, em relatório apresentado ao presidente antes do regulamento ser autorizado, a inspeção do ensino que efetivamente se fazia às escolas consistia na remessa do mapa trimestral à inspetoria geral, na forma como o disposto no regulamento de 1851, era “ilusória”, considerando as distâncias entre as aulas e as despesas para o deslocamento do inspetor (MOTTA, 1856, P.07). Ele reforçava ainda que:

Do modo porque se acha organizada a inspeção de instrução pública, há excesso e minguia de inspetores, porque, se considerarmos a necessidade de *coleccionar e sistematizar os dados colhidos dos estabelecimentos públicos e particulares do ensino, apreciá-los e enunciar-se com conhecimentos próprios e especiais para os assuntos*, concluiremos que é excessivo o número pela impossibilidade de se obter, nas circunstâncias atuais da província, nas justas proporções das necessidades desse serviço, se, porém, *olharmos para a simples inspeção de vigilância e meras aquisições de fatos, nos estabelecimentos de ensino*, concluiremos que é minguado o número porque quanto mais imediato contato houver desta sorte de inspeção sobre os estabelecimentos, mais certeza se adquirirá do cumprimento de deveres cotidianos dos professores, sua conduta moral e civil, e da economia e polícia dos mesmos estabelecimentos (MOTTA, 1856, p.6 – *grifos meus*).

A dicotomia usada pelo inspetor geral, *excesso e minguia de inspetores*, evidencia uma justificativa quanto ao não envio dos dados estatísticos detalhados de todas as escolas e da análise dos mesmos, com sugestões para a melhoria do ensino público na província. Porém, a fala do inspetor geral permite também localizar a sua compreensão do que cabia à inspeção, como ser a que “simplesmente vigia”, que recolhe os fatos ocorridos nos estabelecimentos e polícia a conduta dos professores ou ser a que também apreciava os dados colhidos, estudava-os sob a luz dos conhecimentos que cabia o inspetor ter e, depois de analisados, emitia os pontos que poderiam melhorar no ensino. Segundo o inspetor geral, para que esta inspeção fosse completa, exercida mutuamente, havia a necessidade de organização burocrática da secretaria da inspetoria do ensino<sup>90</sup>; a reorganização da própria estrutura da inspeção, na forma como ele havia proposto no projeto de regulamento específico e a delimitação específica das atribuições dos inspetores, enviada por ele por meio de uma circular, no dia 27 de maio de 1856<sup>91</sup>.

<sup>90</sup> Em relatório ao presidente, de 1857, o IGIP Joaquim Ignácio Silveira da Motta escreve: “até hoje não há secretaria criada para esta repartição (...)” (MOTTA, 1857, p.4).

<sup>91</sup> Segundo a circular, os inspetores de distrito deveriam ouvir dos professores as seguintes informações: “1º se possuem os livros de que trata o art. 3º § 13 do regulamento de 08/11/1851, e qual o sistema de escrituração; 2º um inventário da mobília e utensílios existentes com informação do seu estado; 3º o número de alunos, que freqüentam efetivamente as escolas; 4º o método de ensino adotado, divisa do trabalho de ensino, tempo de duração, em quantas decúrias ou turmas se divide a escola, ocupação de cada uma, e se os acessos de umas para outras precede exame, livros, compêndios impressos ou manuscritos usados para a leitura; ensino religioso, se é feito dogmático ou racionalmente; qual a oração com que é aberta e encerrada a escola; se os meninos apresentam-se com aceio, e se os professores curam disso; se aqueles procedem bem quando se dirigem das suas casas para a escola, e desta saem, se são mandados acompanhar por algum criado ou

Um ano depois, o inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta ainda demarcava a dificuldade de locomoção dos inspetores, que apesar dos “melhores desejos nutridos pelos distintos funcionários, que dirigem os distritos, e suas luminosas precauções, não puderam vencer as distâncias, em que se acham colocadas as escolas”<sup>92</sup>(MOTTA, 1857, p.39). Mas, apesar disso, ele sustentava que após ser publicado o regulamento que propôs “esta reforma que experimentou o governo do ensino e que era urgentemente reclamada, por ser inexecutível a vontade governativa do modo porque se achavam as inspetorias de distrito” (Ibidem, p.41). A inspeção funcionava melhor na prática, com os inspetores de distrito auxiliados pelos subinspetores, e “posto que muito curto seja o lapso de tempo da execução da lei apraz-me declarar aqui que a inspeção hoje está em um pé lisonjeiro, muito distante daquele que se achava com a antiga inspeção local” (MOTTA, 1857, p.42). Anos depois, essa construção da legislação específica e a organização da inspeção foram lembradas pelo inspetor geral José Lourenço de Sá Ribas.

A lei nº 17, de 14 de setembro de 1854, art. 15, criou a Repartição Central e conservou as coisas no estado em que as colocou o Regulamento Paulistano de 08 de novembro de 1851, *apenas mutilado*, até que a lei de 02 de março de 1857, nos artigos 1,2 e 3, deu as bases para a organização do governo do ensino, as quais foram desenvolvidas no Regulamento de 24 de abril do mesmo ano. Assim ficou constituído o *governo do ensino*, como já demonstrou um dos meus dignos antecessores, *é um elemento da pedagogia*. Próspera parecia depois da reforma, a situação da instrução pública na província e seus ilustrados administradores a tinham por florescente (...) (RIBAS, 1864, p.3 – *grifos meus*).

Antes do Regulamento de 1857 ser publicado, os Conselhos de Instrução Pública mencionados pelo regulamento de 1851 e que, em tese, deveriam funcionar na província paranaense, devido a vigência da legislação paulista nunca haviam sido instituídos e a atuação dos inspetores de distrito não conseguia abarcar todas as escolas. Talvez por isso, o inspetor geral José Lourenço de Sá Ribas dizia que o referido funcionava *apenas mutilado*. Fator interessante na fala do inspetor é a menção da inspeção como um *governo do ensino* e um *elemento da pedagogia*, demonstrando que a atuação da inspetoria geral do ensino não era só de gerenciadora do mesmo, mas de proposição de elementos práticos e teóricos para o bom desempenho e desenvolvimento da instrução, em concordância com o que já havia pensado outro inspetor geral, Joaquim Ignácio Silveira da Motta.

---

doméstico, se sofrem alguns de moléstia contagiosa ou de pele. Além dessas informações, prestar-me-á V.S. por si as seguintes: 1. Qual o número de escolas particulares desse distrito? Com o número de alunos de cada uma. 2. Aptidão dos professores tanto públicos como particulares, seu procedimento civil e moral” (MOTTA, 1856, p.8).

<sup>92</sup> Sobre os caminhos da comarca e da província do Paraná durante o século XIX, ver MOREIRA (1975).

As semelhanças entre a legislação paulista e a paranaense no que concerne às funções do inspetor geral e dos inspetores de distrito são muitas. O importante é observar as grandes diferenças nas pequenas mudanças e isso podemos fazer a partir do papel que deveria ser desempenhado pelo inspetor geral, já que é ele que, hierarquicamente, é o grande responsável pelo bom andamento da inspeção e instrução, ou melhor, que era o “centro e intermediário de toda a correspondência com o governo”, segundo o Regulamento Paulista de 1851, e que passou a ser o “chefe da repartição do ensino público e o intermediário de toda a correspondência com o governo”, segundo o regulamento de 1857. Há uma mudança sutil nessa delimitação: o inspetor geral deixa de ser apenas aquele que recebe, mesmo que de forma centralizada, a correspondência da instrução pública com o governo provincial, para se caracterizar como o grande responsável pelo ensino público e também intermediário dos documentos oficiais que circulavam sobre a mesma. Sutilezas assim também são encontradas na discriminação das suas competências (Quadro 9).

<b>Regulamento de 1851</b>	<b>Regulamento de 1857</b>
Instruir professores e inspetores de distrito sobre os seus deveres.	Inspecionar, instruir e dirigir a todos os empregados da instrução pública assim como os estabelecimentos particulares e públicos.
Prestar informações ao Conselho de Instrução Pública e ao Presidente.	Prestar ao presidente da província as informações que lhe foram exigidas.
Assistir as sessões do Conselho de Instrução Pública.	
Visitar as escolas por si ou por algum membro do Conselho de Instrução Pública.	Visitar as escolas da província por si ou por pessoa de reconhecida ilustração a quem delegar.
	Convocar o Conselho Literário e a todos os professores para ouvir e informar-se sobre qualquer objeto concernente ao ensino (...).
Apresentar ao presidente um relatório enviado até dia 01/12.	Apresentar ao presidente até o último dia de dezembro, um relatório sobre o estado da instrução pública e particular de ensino.
Logo que o IGIP for nomeado, será seu principal cuidado organizar e propor ao presidente o Regulamento de que trata a lei nº34 de 16/03/1846.	Expedir os precisos regulamentos sobre o programa de estudos nas escolas e aulas, e para os exames tanto escolares como habilitação ao professorado.
Para o cargo de IGIP será preferido algum lente do Curso Jurídico ou do Colégio de Artes.	
	Autorizar a experiência de novos métodos de ensino em uma ou mais escolas, participando ao presidente da província, e quando a prática tiver confirmado a superioridade, proporá a esse a sua adoção definitiva e substituição geral.
	Ter ajuda de custo para viagens e um secretário, podendo requisitar um amanuense à secretaria do governo.

QUADRO 9: DIFERENÇAS ENTRE AS COMPETÊNCIAS DOS INSPETORES GERAIS NOS REGULAMENTOS DE 1851 E 1857<sup>93</sup>

(FONTE: Coletânea da Documentação Educacional Paranaense de 1854 a 1889 e Coletânea da Legislação Paulista)

Enquanto no primeiro regulamento o Inspetor Geral dividia funções e prestava informações ao Conselho de Instrução Pública, no segundo ele só se remete ao presidente, sendo o Conselho Literário apenas convocado em algumas situações, assim como poderiam ser chamados os professores, inspetores de distrito e subinspetores. O caráter centralizador da função do inspetor geral é reforçado: é ele que *inspeciona, instrui, visita, autoriza, convoca* e assim por diante. Apesar dessa característica nuclear, a preferência quanto à sua formação foi deixada de fora, não discriminando mais os cursos. Talvez por ter sido essa uma referência sem muita importância para a efetiva atuação do inspetor geral<sup>94</sup>, uma vez que o próprio Joaquim Ignácio Silveira da Motta era, por formação, médico, portanto a atuação do sujeito frente às questões inerentes ao ensino e a inspeção era mais importante. Esse cotejamento entre os regulamentos não permite apenas mostrar o que da legislação paranaense se espelha na de São Paulo. Todavia, nos indica as permanências, as reinvenções a partir de um lugar de referência que permitiu ao olhar o outro enxergar a si mesmo.

Outros dois trechos curiosos que estavam no regulamento anterior também não foram contemplados no regulamento da inspeção paranaense: o §13º do Art.12º, que dizia ser competência do inspetor de distrito autorizar, caso o professor requisesse, “a expulsão dos alunos incorrigíveis, que possam por seu exemplo e influência prejudicar os outros” e o Art.13º, “os inspetores tratarão bem aos professores, e não os admoestarão na presença dos alunos” (REGULAMENTO PAULISTA, 1851, p.245). Quanto ao primeiro artigo citado, foi contemplado no Regulamento de Ordem Geral, de 08/04/1857, no capítulo II, Da Disciplina, sendo concedida a pena de expulsão “por incorrigibilidade de conduta do aluno e precedendo autorização do Inspetor Geral” (CDPR, 2004, p.58). No que concerne ao segundo caso, admoestação de professores, é tratado em sete artigos (art.87 a 94) do mesmo regulamento paranaense e, atendo-se ao papel do inspetor, aparece no Regulamento de Inspeção (1857) no art. 10º, quando fala do registro da visita do inspetor de distrito à escola, que poderia ser finalizada de duas formas: “acabando por proferir elogio se o professor merecer ou por fazer-

---

<sup>93</sup> Os espaços em branco, propositalmente, foram assim deixados por não terem função semelhante descrita no Regulamento, para comparação.

<sup>94</sup> Na segunda metade do século XIX os médicos ocupavam, cada vez mais, funções dentro da estrutura do ensino, tornando-se, muitas vezes, autoridades em matéria de instrução pública. Sobre essa questão, ver tese de doutorado de José Gonçalves Gondra (2000).

lhe exortação ou censura se nela houver incorrido” (CDPR, 2004, p.70). Talvez tenha sido deixado de fora o artigo que trata das admoestações dos professores por serem estas feitas por escrito, como aparece nos ofícios trocados entre os inspetores e no regulamento.

Entendendo a legislação como construção social e, portanto, fruto de ações, discussões, impasses que a antecederam, e de caráter prospectivo no que concerne a práticas que se queira instituir, a reformulação ou inserção dessas questões em regulamento menos específico permite-nos identificar um esforço por parte daquele que organizou os regulamentos paranaenses em operar com uma divisão distinta na província: regulamento da inspeção de um lado e o regulamento da instrução pública de outro. Todas as partes da organização do ensino, desde a sua estrutura, condições para o funcionamento das escolas e materiais até as funções esperadas dos professores, as penalidades dos mesmos e a disciplina dos alunos, foram contempladas no Regulamento de Ordem Geral. Seria essa uma tentativa de mostrar que, apesar de interligadas constantemente, instrução e inspeção caminhavam separadas? Essa é uma hipótese possível, mas ainda não confirmada.

O que realmente pode ser observado, no cotejamento entre os regulamentos paulista e paranaense, é que houve um esforço no caso do segundo em manter uma legislação específica para a inspeção. Se tomarmos ainda esses dois artigos observados (expulsão de alunos e admoestação de professores) e direcionarmos o olhar para o Regulamento da Corte (1854)<sup>95</sup>, percebemos que “a pena de expulsão só será aplicada aos incorrigíveis que possam prejudicar os outros por seu exemplo e influência” (Art.72º) – contemplado quase da mesma forma no Regulamento Paulista (1851) – e que a repreensão dos professores (“admoestação, repreensão, multa, suspensão e perda de cadeira” – Art.115º a 131º), delimitada em dezesseis artigos, aparece quase como uma transcrição no Regulamento de Ordem Geral do Paraná (1857)

Uma diferença entre a repreensão feita aos alunos e professores é que, quanto aos primeiros, podia ser pública. Talita Bank Dalcin (2005) pontua que essa pena de expulsão era considerada a mais grave em todos os regulamentos posteriores de instrução pública na província do Paraná. Segundo a autora,

Esta só poderia ser procedida em casos insolúveis, ou seja, se fosse identificada a impossibilidade de inculcar no aluno o “progresso” e a “civilização” que se acreditava poder obter pela educação escolarizada. Esta seria então uma medida de caráter especial e extremo, que necessitaria inclusive da aprovação do inspetor geral.

---

<sup>95</sup> Decreto nº1331 A, de 17/02/1854. Segundo Oliveira (1986), o Paraná, como outras províncias, levou em consideração as disposições da Reforma Couto Ferraz para elaboração de sua regulamentação(OLIVEIRA, 1986, p.37).

Relutava-se em aplicar este castigo para que não se perdesse nenhum aluno que ainda pudesse ser “salvo” caso recebesse a educação primária (DACIN, 2005, p.5).

Mesmo com a não expulsão, havia situações extremas acontecendo na província. Em 1857 o professor de Palmeira defendeu a palmatória e o presidente, José Antonio Vaz de Carvalhaes respondeu, em consonância com o pensamento do inspetor geral, que os castigos não deveriam ser físicos e só podiam ser aplicados “para as faltas resultantes de mau comportamento moral”, apesar do delegado de polícia da região confirmar que os meninos de Palmeira iam para escola munidos de faca (CARVALHAES, 1857, p.68).

Em maio de 1858 o inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta escreve ao presidente informando que a professora da capital enviou uma “representação sobre a necessidade de ser autorizado o uso dos castigos corporais” e demarca a sua opinião sobre o uso desse meio disciplinar: “sou inteiramente avesso ao uso dos castigos corporais e logo que tomei conta dessa Repartição propus a abolição deles para as faltas escolares provenientes destas, permitindo apenas para as faltas morais” (IIP512.46, 1858). Meses depois, a professora Maria de Carmo de Moraes Martins, da escola da capital, foi multada pelo presidente, sob proposta do Inspetor Geral<sup>96</sup>, em 20\$000 réis “por ter empregado castigos corporais que produziram contusões em uma de suas alunas” (CODICES 0951, p.11, nº46). Porém, em alguns casos, era permitido o castigo, como escreveu o presidente José Francisco Cardoso ao Inspetor Geral: “em vista do que apresenta V.Exa. em ofício de hoje, autorizo permitir o uso da palmatória nas escolas em que a insubordinação dos alunos o exigir para a falta de conduta” (CODICE 0951, 1859, p.18, nº43). Ter ferido a aluna não ocasionou outros danos para a professora da capital, que continuou na função e, três anos depois, escreve ao próximo Inspetor Geral, José Lourenço de Sá Ribas, em resposta a circular por ele enviada informando sobre sua nomeação: “muito me esforçarei a fim de continuar a empregar todos os meios que estiverem ao alcance de minha fraca inteligência, para da melhor forma possível, cooperar para que V.S. possa levar efeito a realidade do seu pensamento” (IIP591.67, 08/01/1861).

Apesar da observação oficial de que não houvesse castigos corporais nas escolas, eles ocorriam e a repreensão a esses professores era acompanhada de uma correspondência oficial e não feita perante os alunos. Em alguns casos, os castigos eram defendidos pelos

---

<sup>96</sup> Dias antes do presidente acatar a multa proposta, o Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta escreveu que multava a professora da 1ª cadeira da capital, segundo os artigos 113º e 91º “por emprego de castigos corporais que provocaram contusões em uma de suas alunas, filha de João da Silva Pereira” (IIP442.46, 1858). No dia 08/11/1858 o professor da capital também é multado por causa dos “castigos corporais”. Nesse ofício está escrita a resposta recebida, logo na parte de cima: “ciente” (IIP449.46).



próprios inspetores. O subinspetor de Morretes, Joaquim Dias da Rocha, que também era médico, escreveu ao presidente que tomou ciência de que não deveriam mais ser utilizados os castigos morais nas escolas, mas que estava “atento a falta de educação do povo e sendo repetidas as reclamações dos professores neste sentido”. Ele pedia ao presidente “a precisa licença para autorizar os castigos físicos moderadamente, e só nos casos em que for impossível a correção pelos meios marcados no supra citado Regulamento” (IIP769.57, 18/06/1860). Os castigos aparecem como meio para se manter a ordem; as disciplinas entendidas como aquilo que Michel Foucault (2002) definiu como “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade...” (FOUCAULT, 2002, p.118). Todo esse embate em torno dos castigos é uma das questões que faziam parte da pauta de inspetores gerais, presidentes, inspetores e professores, e proporciona, por meio das falas, perceber a rede de relação e de atuação do inspetor e como ele se posicionava.

Quanto às funções dos inspetores de distrito, que foram mais detalhadas no Regulamento de Inspeção de 1857, têm-se também pequenas mudanças no texto geral com o acréscimo de quatro competências:

Art.10º - § 4º Requisitar das autoridades policiais os mapas da população e as necessárias providências para tornar efetivas as disposições legislativas e regulamentares sobre a liberdade do ensino. 6º Visitar as escolas e estabelecimentos públicos particulares de instrução duas vezes por ano. 8º Convocar o Conselho Literário uma vez por ano debaixo de sua presidência. 16º Fazer as conferências com os professores do seu distrito, marcando-lhes prazo para comparecerem (RIIPPR, 1857, p.67).

Observa-se uma preocupação com a matrícula e frequência nas aulas, que seriam averiguadas por intermédio dos mapas populacionais, organizados pelos chefes de polícia, e um poder delegado ao inspetor de distrito para convocar o Conselho Literário e realizar conferências com os professores. A pessoa que ocupasse o cargo deveria ter uma formação que permitisse a concretização dessas tarefas. Logo, não poderia ser uma pessoa que apenas soubesse ler e escrever, mas que entendesse minimamente da estrutura e andamento da instrução na província. Joaquim Ignácio Silveira da Motta (1858) argumentava que

Dentro da sua circunscrição o inspetor de distrito constitui-se o diretor do movimento regrado da instrução pública, estuda os meios de melhorá-la para torná-la mais uniforme e de utilidade mais geral; organiza as estatísticas do ensino, e por ela julga da disseminação da instrução, e apresenta no seu relatório até 08 de dezembro as ideias que o estado das coisas lhe sugerir em ordem a se aumentarem os meios de propagação, e a chamar à escola o maior número, assim como a se dar mais perfeição ao trabalho pedagógico (MOTTA, 1858, p.4).

De forma resumida, as funções de cada integrante da inspeção do ensino na província paranaense ficaram assim organizadas: *Inspetor Geral do Ensino* (“chefe da repartição do

ensino público na província e o intermediário de toda a correspondência do governo”<sup>97</sup>, era o ‘braço direito’ do presidente, devendo inspecionar, instruir, dirigir todos os empregados da instrução pública e redigir regulamentação própria a instrução), *inspetores de distrito* (escolhidos de acordo com o grau acadêmico; devendo atuar nas comarcas; responsáveis pelos mapas trimestrais enviados pelos professores, pelos mapas populacionais enviados pelas autoridades e pelas visitas com o relato de tudo encontrado nas escolas), um *Conselho Literário* (um em cada distrito, composto por vigários, presidentes das câmaras, delegados, subinspetores, com a função de “fazer o exame sobre o estado da instrução primária e secundária do distrito, plano geral de estudos e particular de cada escola, regime, livros, economia e habilitação” (Art.12º) dos professores para depois prestar estas informações e conselhos ao inspetor geral e ao inspetor de distrito) e *subinspetores* (atuariam nos lugares em que houvesse escolas e que o inspetor de distrito não morasse; deveriam inspecionar as escolas primárias (públicas e particulares) pelo menos uma vez por trimestre, assistir a exames, inventariar móveis das escolas, dar atestado a professores, quando necessário, sempre informando e repassando suas ações ao inspetor de distrito e ao inspetor geral).

Anos depois do inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta ter dito que a inspeção feita pelos inspetores de distrito e subinspetores *estava em um pé lisonjeiro*, o presidente Adolpho Lamenha Lins (1876) anunciou as causas do não desenvolvimento do ensino, mesmo com a promulgação de regulamentos e propostas e, dentre as “seis ordens”<sup>98</sup>, estava “a fiscalização incompleta, ou descurada, nos lugares onde não se pode fazer sentir a inspeção central” (LINS, 1876, p.2). Nesse momento, o debate sobre a inspeção do ensino ainda era a falta de qualificação dos inspetores locais e a despesa para mantê-los. Esse impasse já havia aparecido em 1860, quando o presidente José Francisco Cardoso (1860) sustentou: “minha opinião é que elimineis todo esse cortejo de inspetores e conselhos, deixando os das paróquias, sob a imediata direção do digno inspetor geral. (...) Tenho fé que assim disposto o maquinismo da inspeção, todas as molas funcionarão com acerto” (CARDOSO, 1860, p.43). Em 1863, já sem os inspetores de distrito<sup>99</sup>, o Inspetor Geral Ernesto Francisco de Lima Santos reforça que dentre as causas que contribuem para o não

---

<sup>97</sup> Capítulo I do referido regulamento.

<sup>98</sup> Segundo o presidente, “estas causas, apesar de sua complexidade, podem ser classificadas em seis ordens: desconhecimento dos benefícios da instrução; apatia dos pais e ausência dos alunos; pouco estímulo dos professores e insuficientes salários; inutilidade dos concursos de professores; a fiscalização incompleta, ou descurada, nos lugares onde não se pode fazer sentir a inspeção central” (LINS, 1876, p.02).

<sup>99</sup> O cargo de inspetor de distrito foi suprimido pela lei nº 97, de 11 de abril de 1863.

desenvolvimento da instrução estava a “falta de inspetores de distrito inteligentes e idôneos para darem maior impulso ao ensino” (SANTOS, 1863, p. 24).

A instituição do cargo de inspetor de distrito é um dos embates da inspeção do ensino durante o período, causando divisões de opiniões sobre a sua utilidade, eficiência no atendimento às escolas e aos recursos que eram necessários para a sua manutenção<sup>100</sup>. O vice-presidente Sebastião Gonçalves da Silva (1864), ao elencar os fatores que impediam o desenvolvimento da instrução no Paraná, citou os “problemas com a inspeção do ensino”, remeteu-se ao relatório do Inspetor Geral José Lourenço de Sá Ribas, que demonstrava “a necessidade da reorganização das inspetorias de distrito” e reforçou:

Parece atendível a reclamação; por quanto das inspetorias locais estipendiadas, podendo exercer mais imediata vigilância nas escolas, deve-se presumir que haverá muito mais regularidade no serviço; de mais, *a prática de cinco anos não condenou esta criação* que, foi supressa na lei nº 97 de 11 de abril de 1863, unicamente pela razão de deficiência na receita. É, porém, tão pequena a verba, que se despende com a inspeção local, e tão necessário e proveitoso o serviço, que pode prestar à instrução, que, apesar de pouco ter melhorado o estado dos cofres, espero que tomareis em consideração a reclamação do inspetor geral. Em todo caso, podem ser criadas novamente as inspetorias locais, ainda que não se estipule gratificação pecuniária para aqueles que exercerem as funções inerentes ao cargo. A presidência, a quem cumpre mostrar zelo e interesse pelo serviço público, fará recair a nomeação em cidadão de reconhecida inteligência, e de idoneidade, e que mais provas tenham dado de patriotismo, e estou convencido de que eles não se recusarão a prestar um serviço de tanta utilidade para todos (SILVA, 1864, p.19-20 – *grifos meus*).

Na opinião do vice-presidente e do inspetor geral, desde que foi criado o cargo de inspetor de distrito a prática demonstrou ser melhor ter esse serviço, mesmo com o orçamento pago pelos cofres públicos, do que não ter. Esse pensamento se confirma e no Regulamento da Instrução Pública Primária, de 13 de maio de 1871<sup>101</sup>, o inspetor de distrito compõe o quadro da inspetoria do ensino, com as mesmas competências esboçadas no Regulamento de Inspeção de 1857, sendo que era nomeado pelo presidente, de preferência seria um promotor público, com vencimento de 480\$000 réis anuais<sup>102</sup>. Três anos depois, o Regulamento da Instrução Primária, de 01 de setembro de 1874<sup>103</sup>, extinguiu o cargo de inspetor de distrito, mas não suas funções, que passaram a ser da alçada do inspetor paroquial, indicado pelo inspetor geral e nomeado pelo presidente, sem salário (Art.123º).

<sup>100</sup> A restituição do cargo de inspetor de distrito ocorre com a publicação da lei nº 290, de 15 de abril de 1871.

<sup>101</sup> Segundo o art. 105º do regulamento, a direção e inspeção do ensino compete ao presidente, ao inspetor geral e aos inspetores paroquiais. Apesar de não incluir os inspetores de distrito, o capítulo II detalha suas competências e vem disposto antes dos inspetores paroquiais.

<sup>102</sup> Capítulo II – Dos Inspetores de Distrito, artigos 110º e 111º.

<sup>103</sup> Segundo o art. 119º do regulamento, a direção e inspeção do ensino compete ao presidente, ao inspetor geral, aos inspetores paroquiais, ao conselho de instrução e as câmaras municipais.

Ao mesmo tempo em que se dava a troca de nomenclatura e funções da inspeção da instrução pública, crescia a discussão sobre a obrigatoriedade do ensino na província. Fazendo eco a essas prerrogativas da obrigatoriedade na instrução pública, o Inspetor Geral João Manoel da Cunha<sup>104</sup> escreve em seu relatório que esta devia ser *humanitária e salutar* (CUNHA, 1875, p.3) e se remete a outros autores (Voltaire, Laboulaye, Eugene Rendu) para referendar a sua fala, dizendo que eles *pregam e exclamam*

Que a educação deve atingir as últimas camadas da sociedade e que todo pai, todo o tutor, todo o patrono sinta que tem alto dever a cumprir na educação da infância. Dever de aumentar o capital intelectual de que vive a sociedade, instruindo a cada um de seus membros. Os pais não têm o direito da ignorância dos filhos. Deve dar-lhe os conhecimentos que os tornam membro útil do estado: este é o princípio sobre o que repousa o desenvolvimento do indivíduo e, para falar a linguagem econômica, a potência produtiva da nação. Tendo em vista estes salutares princípios votou o poder legislativo a lei nº331 de 06/04/1874 sobre o ensino obrigatório. Foi ela regulamentada por V.Exa. e, ao pô-la em execução atendendo a magnitude de seu assunto, dei em circular de 1 de dezembro próximo findo, que adiante transcrevo, as instruções que julguei indispensáveis aos novos conselhos de instrução, a fim de que essa lei tenha seu vigor e produza os benefícios efeitos que delas esperam (CUNHA, 1875, p.3 – *grifos meus*).

A lei que estabelece o ensino obrigatório na província, citada pelo Inspetor Geral é a lei nº 381, de 06/04/1874, que determina, basicamente, a idade em que era obrigatório o ensino (7 a 12 anos para meninos e 7 a 10 para as meninas) nas cidades, vilas e freguesias em que a Câmara Municipal designar os limites e a criação de um Conselho de Instrução em cada município onde for obrigatório o ensino e traça a função do mesmo (CDPR, 2004, p.224). Além de alçar a instrução como um dever da família para com os filhos ou tutelados, o inspetor deixa transparecer um pouco de sua prática à frente da inspetoria, com o envio de circular aos conselhos. Ele havia sido nomeado para o cargo em agosto, dois meses depois da lei nº 381 ter sido publicada, e quatro meses depois de exercer a função escreveu a circular aos conselhos, evidenciando a presença da inspetoria na gerência dos assuntos relativos à instrução.

Atendo-se a essas modificações na inspeção do ensino na província paranaense, observamos que no dia 12 de abril de 1876 o jornal *Dezenove de Dezembro* publicou uma nota, tendo como título *Reforma da Instrução Primária*, que dizia: “foi sancionado o importante projeto da Assembleia Provincial, autorizando o presidente da província a reformar o regulamento da instrução (...). Por nos ter chegado a última hora não nos foi

---

<sup>104</sup> O referido inspetor geral era gaúcho, mas cresceu em Paranaguá, com a família, e depois de estudar em São Paulo até o terceiro ano de Direito, volta para a cidade com uma carta de advogado provisionado e lá presta concurso para o magistério, dando aulas de latim e francês. Mais tarde, é transferido para Curitiba, também como professor das mesmas cadeiras (ALMEIDA, 2001, p.13-14).

possível publicá-lo” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1876, p.04). É do mesmo dia a lei nº 446 que autoriza efetivamente o presidente da província a reformar o regulamento de acordo com alguns critérios, aqui destacados os que se referem à inspeção:

§12 – será criado um Conselho Literário, que será constituído com os lente do Instituto; §13 – os estabelecimentos, secundário e normal, ficarão sob a inspeção do chefe dos estudos da província; §16 – um dos professores do instituto será o diretor de estudos da província; §19 – as escolas primárias e secundárias dos diferentes distritos ficarão sob a fiscalização dos inspetores, que delegados do inspetor geral do ensino, serão livre e idoneamente nomeados pelo presidente (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1876, p.2).

O ensino na província estava, nesse momento, sobre a “conscienciosa inspeção”<sup>105</sup> de João Pereira Lagos, que desde o dia 19 de abril de 1875 estava à frente da inspetoria de instrução pública (agora já organizada, depois de pedidos de inspetores anteriores), dando expediente todos os dias da semana em sua sala, localizada no mesmo prédio onde funcionara o Liceu Paranaense. Ali, ele tratava de todos os assuntos referentes ao ensino na província, das 9 às 15 horas. Durante esse espaço de tempo, compilava os termos de visita e mapas de matrícula e frequência de alunos, enviados pelos inspetores, formulava tabelas de materiais e móveis para as escolas, analisava os processos de professores e, depois de tudo isso, emitia o seu relatório para o presidente, ao final do ano<sup>106</sup>.

Bacharel, em 1876 era um dos lentes<sup>107</sup> do Instituto Paranaense, da cadeira de Direito Público e Filosofia III e, três meses depois de ser publicado o regulamento a que se refere o jornal e a lei nº446, cumpria sua função de Diretor Geral da Instrução (DGI) à frente do Conselho Literário e das reuniões do Instituto Paranaense e Escola Normal, discutindo, no caso desses dois últimos, a organização de regulamento próprio, contratação e substituição de professores, horário de início e término das aulas e do ano letivo e outros assuntos que eventualmente aparecessem. João Pereira Lagos exerce uma função de direção do ensino na província, uma direção que mescla o administrativo e o pedagógico, com sugestões e propostas de métodos, de compêndios para escolas, de planos de ensino. Porém, situações como a do inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta – que comunicava ao presidente que se esse “não tiver nada em contrário, começará a visitar as escolas” (AP0075, 1859, p.129) – não são mais encontradas. Apesar de continuar sendo uma das competências do diretor geral “visitar e inspecionar todas as escolas, colégios, casas de educação e estabelecimentos da instrução primária e secundária públicos e particulares” (ROIPPR, 1876,

<sup>105</sup> Relatório do presidente Adolpho Laménha Lins (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 15/03/1876, p.01).

<sup>106</sup> Regulamento da Instrução Primária, de 01/09/1874. Título IV, Capítulos I e II.

<sup>107</sup> Nome dado, nas fontes, aos professores do Instituto Paranaense e Escola Normal.

p.270, art.120º§4º), João Pereira Lagos atuava mais na direção do ensino, recebendo as informações das visitas às escolas, colhidas pelo relato dos inspetores.

Sobre esse regulamento e o ato de reformar o ensino na província, temos notícia não somente pela “folha oficial” como também pelo jornal *Província do Paraná*<sup>108</sup>.

Tem sido nestes últimos anos o prurido de reformar o sistema de instrução da província que o espírito mais paciente e calmo cansa de irritar-se ao aparecimento de mais algum ato governativo sobre tal objeto; tanto mais que havemos gradualmente piorado em relação ao desenvolvimento do ensino, e só progredido acerca do inconsiderado aumento das escolas (PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1876, p. 2).

Mesmo se atendo ao fato de que o jornal era de oposição aos conservadores, não podemos deixar de notar que, durante o período desse estudo, houve muitas resoluções legais para a organização do ensino na província. Esse aparato jurídico, como sustenta Gouvêa (2006), “mostra-se fundamental na construção de um sistema de instrução pública” (GOUVÊA, 2006, p.140). A publicação feita no jornal sobre o regulamento ainda continua:

de 1856 para cá tem se elaborado em palácio nada menos de dez atos regulamentares tendentes à nossa defeituosa organização instrutiva, não faltando-nos atos legislativos sobre tal assunto. E nestes últimos cinco anos temos assistido ao aparecimento de tais extensos regulamentos, sobre os quais prima o último, deste ano. *E o que adiantamos? Nada, como prova esse mesmo labutar incessante de regulamentação.* De que valem prescrições de higiene ao doente que tem o mal no coração? Extirpem-lhe o cancro, e verão o doente erguer-se possante, e deixem-se de paliativos que só sucedem aos tolos. Estas e mais considerações nos sugeriu o novo regulamento de 16 de julho último, com que o atual presidente reformou o de 01 de setembro de 1874 e os anteriores, e qual tivemos a pachorra de ler em uma hora de tédio. Sim, em hora de tédio porque já estamos com a curiosidade embotada para ler e examinar tais atos, e mais ainda os do atual presidente, que segundo nos parece, é assaz irrefletido no que pratica. Disse bem o autor do 5º artigo sobre empréstimo forçado: *atira-se a reformar todos os serviços provinciais, não possuindo a soma dos conhecimentos exigida para tão diversas matérias; ei-lo a escrever regulamentos sem a precisa atenção* (PROVÍNCIA DO PARANÁ, 1876, p.03 – *grifos meus*).

Existia uma crítica forte ao governo, na pessoa do presidente Adolpho Laménha Lins e isso é contemplado no trecho publicado. Mas também oportuniza visualizarmos essa cadência na reformulação legal, esse modo em que “as leis se sucedem, se opõem e superpõem em que normas são revogadas, outras posteriormente recuperadas, num desenho legal que chama atenção pela falta de consistência e continuidade” (GOUVÊA, 2006, p.140). Entretanto, toda essa profusão de regulamentos publicados não alterou a essência da proposta disposta na reforma de 1857.

---

<sup>108</sup> O jornal se constitui como de oposição dos liberais ao governo conservador. Fundado em 01/01/1876, de direção e propriedade de José F. Pinheiro. Rocha Pombo (1900) ao escrever sobre os jornais que circulavam na província paranaense no período imperial (Dezenove de Dezembro, Jornal 25 de Março, O Paranaense, Gazeta Paranaense), destaca que: “por seu lado, os liberais nem sempre andavam satisfeitos com o Dezenove de Dezembro, com o qual não podiam contar, exatamente nos dias mais difíceis, e procuravam manter um jornal seu, a Província do Paraná, fundada pelo digno cidadão José Ferreira Pinheiro” (POMBO, 1900, p.225).

No *Regulamento Orgânico da Instrução Pública do Paraná* (ROIPPPRA), de 16 de abril de 1876, os inspetores são alçados a “agentes da instrução” e a inspeção e direção do ensino era de competência do: *presidente da província, diretor geral da instrução conselho literário e dos inspetores municipais*. A maioria das funções do diretor geral foi mantida tal como estava nas legislações anteriores, com o acréscimo de que agora eram discriminados como sendo de sua competência os “concursos para as cadeiras do sexo feminino”<sup>109</sup> e os requerimentos para aposentadorias dos empregados da instrução; sendo a participação do Conselho Literário uma constante em suas ações, devendo ele

Ouvir o conselho literário nas diversas hipóteses, consignadas neste regulamento, e sempre que julgar conveniente aos interesses da instrução, ou quando lhe for lembrado oficialmente por alguns dos membros do conselho (ROIPPPR, 1876, p.281).

Quanto ao Conselho Literário, era composto pelos lentes do Liceu e Escola Normal e sua atuação deixava de ser local<sup>110</sup> para abarcar decisões concernentes a todo território paranaense. A classificação dos inspetores locais como “inspetores municipais” é novidade no texto legal. Porém, no quinto artigo que delimita suas funções, novamente é tratado como inspetor paroquial, nomenclatura esta que era utilizada desde o Regulamento da Instrução Pública Primária, de 13/05/1871, quando instituiu que haveria um inspetor em cada paróquia e não mais em cada lugar onde houvesse escola e que não morasse o inspetor de distrito. Com as mesmas atribuições dos subinspetores de 1857<sup>111</sup>, haveria um em cada município, sendo que o da capital seria um professor da Escola Normal.

Além da organização da inspeção do ensino e delimitação de suas funções específicas, o debate sobre a obrigatoriedade permeava as discussões entre presidentes da província, autoridades política, inspetores e professores, sendo contemplado nos jornais da época. A lei que instituiu a obrigatoriedade no Paraná foi a lei nº 381 de 1874 que determinou, em seu artigo 1º, que o ensino primário era obrigatório para todos — meninos, de 07 a 12 anos, e meninas dos 07 a 10 anos — que residissem dentro das cidades, vilas e freguesias em que houvesse aula pública ou particular subsidiada, não tendo eles impossibilidade física ou moral<sup>112</sup>.

---

<sup>109</sup> Art.8º.

<sup>110</sup> No Regulamento de Inspeção e Instrução Pública da Província do Paraná, de 1857, a atuação dos Conselhos Literários era local, uma vez que funcionavam nos distritos.

<sup>111</sup> Regulamento de Inspeção e Instrução Pública da Província do Paraná, de 1857.

<sup>112</sup> A lei instituída em 1874 é da obrigatoriedade, embora em 1854 já fosse o ensino obrigatório discutido e condicionado à algumas questões, como as geográficas. A Lei nº17 de 14 de setembro de 1874, em seu artigo 12º, instituiu: o ensino primário é obrigatório em um círculo de uma légua das escolas públicas, os pais, tutores, curadores e protetores, que dentro dele morarem e tiverem em sua companhia meninos maiores de 07 anos e

Como proposto no regulamento de 1857, cabia ao inspetor geral multar os pais ou responsáveis que não enviassem as crianças maiores de sete anos para a escola. Seguindo o delimitado no art.36 do Regulamento de Ordem Geral para as Escolas da Instrução Primária (1857), com trinta faltas não justificadas perante o inspetor de distrito ou subinspetor, os pais, tutores e protetores dos alunos estavam sujeitos à multa, que poderia variar de 10 a 50\$000 réis. Segundo a *Proposta de Instrução* redigida pelo inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta e regulamentada em 31 de dezembro de 1857, “os inspetores de distrito devem pedir aos subdelegados o número de meninos de 7 a 15 anos de idade que habitem um quarto de légua de cada escola pública” (Art.1º); esses números seriam confrontados com a matrícula e pediriam aos subdelegados expedições de ordem para que os inspetores, nos seus quarteirões, intimassem os pais, tutores e protetores, no prazo de três meses, para enviar as crianças para a escola. Com o parecer do inspetor do distrito, caso a situação não seja regularizada, ocorreria a multa.

Em um olhar para periódicos de outras províncias que mencionassem a educação no Paraná<sup>113</sup>, encontramos o jornal literário e recreativo *O Domingo* (RJ), que no dia 21 de dezembro de 1873 publicou um artigo intitulado “A instrução pública” e nele citava dados censitários da província paranaense:

Do quadro censitário da Província do Paraná, que é a *mais moderna de todas as nossas províncias*, vimos que em uma população de 126.722 almas, há 94.898 analfabetos, e ainda mais que da população de 6 a 15 anos que monta 24.808, só 4.424 frequentam as escolas. É um algarismo assombroso, que não diminuirá enquanto não se obrigar o menino a aprender o que a curiosidade lhe pede, enquanto não se acompanhar o desenvolvimento da curiosidade com o fim de a satisfazer (O DOMINGO, 1873, p.1 – *grifos meus*).

O elogio à província, “mais moderna”, pode ser entendido como sinônimo de *mais nova* ou talvez o autor tomasse como referência outros dados que não fossem a instrução pública<sup>114</sup> - uma vez que, logo depois do elogio, o censo escolar é lançado e o resultado “assombroso” é evidenciado. Quase ao fim do artigo, como para reforçar a urgência em

---

menores de 14, e meninas maiores de 07 anos e menores de 10, são obrigados a dar-lhe à instrução primária, exceto se provarem pobreza, sob pena de incorrerem na multa de 10\$000 a 15\$000, conforma as circunstâncias. Após a Lei nº 17, o *Regulamento de Ordem Geral para as Escolas da Instrução Primária*, de 08 de abril de 1857, apenas ratifica o que a legislação já traz sobre a obrigatoriedade e o *Regulamento Orgânico da Instrução Pública*, de 16 de julho de 1876, retoma a lei porém não traz nenhum detalhamento.

<sup>113</sup> A pesquisa abarcou os periódicos do século XIX que se encontram na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. O objetivo inicial era identificar a circulação de ideias e modelos de inspeção entre as províncias.

<sup>114</sup> Já durante esse período o Paraná se destacava como produtor de erva mate e, dois anos depois, receberá elogios pela sua participação na Exposição de 1875, no Rio de Janeiro: “O Paraná, como sempre, marcha na vanguarda do progresso” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 05/01/1876, p.02). Porém temos que considerar que durante o período aqui estudado a fala das autoridades públicas na província é permeada por uma retórica moderna apesar do Paraná está voltado para o seu arcaísmo.



combater estes números, a ênfase dada é de que “a instrução pública deve ser obrigatória” (O DOMINGO, 1873, p.02).

No relato de inspetores de distrito/ paroquiais/ municipais, subinspetores e inspetor geral há o reforço de que muitas crianças deixavam de frequentar as aulas para ajudar os pais na lavoura ou em trabalhos domésticos. Essa constatação acabava por dar origem a um impasse: como punir esses pais que não enviam os filhos para a escola? A obrigatoriedade não viria cercear a liberdade fraterna de decidir por seus filhos? Em 1867 o presidente Polidoro César Burlamaque se posicionava contra a forma em que a obrigatoriedade era tratada na província: “sou sectário da doutrina da obrigação – não dessa que tende a invadir o lar doméstico, a perscrutar os segredos da família, a arrancar os filhos do poder dos pais sob pretexto da educação” Para ele, o ensino obrigatório deveria estar atrelado à liberdade de ensino, “impondo-se aos pais a obrigação de educarem os filhos de qualquer maneira, como eles quiserem, ou nas escolas públicas, ou particulares, ou mesmo em suas casas, seguindo o método que bem lhes parecer”, tendo como única condição o respeito às leis do país e a Constituição do Estado (BURLAMAQUE, 1867, p.32).

O professor da cidade de Castro, Pedro Saturnino de Oliveira Mascarenhas, escreveu em relatório dirigido à Inspeção de Instrução Pública, “observando o preceito do art. 104, §3º do Regulamento de 16/07/1876”<sup>115</sup>, que o município tinha duas aulas particulares e uma pública (a dele) e que os alunos deixavam de frequentar as aulas devido às distâncias que têm que percorrer de suas casas até as escolas. Sobre a obrigatoriedade, pontua:

*A falta de um regulamento que torne efetiva a obrigatoriedade do ensino primário em todas as localidades é bastante sensível por isso, que a autoridade paroquial bem intencionado de cooperar no melhoramento desse importante ramo público vê-se sem a ação necessária salvo os meios prudentes empregados, os quais raras vezes produzem os efeitos desejados (MASCARENHAS, 1878, p.124 – grifos meus).*

O regulamento de que o professor sentia falta já havia sido publicado no ano anterior, denominado *Regulamento para o Ensino Obrigatório da Província*, de 06 de julho de

---

<sup>115</sup> Segundo o disposto no art. 104, compete aos professores: §1º Fazer a matrícula dos alunos segundo os modelos que forem oferecidos pelo diretor da instrução. §2º Organizar e remeter aos inspetores paroquiais até 1º de dezembro de cada ano um orçamento das despesas da escola para o ano seguinte. §3º Remeter com o orçamento um relatório sobre o estado de suas aulas, vantagens ou inconvenientes que descubram no método adotado. Poderão, neste relatório, os professores discorrer sobre o estado do ensino nas localidades em que se acharem, e sobre os meios que julgarem convenientes para o desenvolvimento da instrução. §4º Remeter aos inspetores paroquiais trimestralmente, a contar do 1º dia do ano, um mapa dos alunos matriculados com as declarações de idade, filiação, moralidade e aproveitamento. (Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província do Paraná, Coletânea da Documentação Educacional Paranaense, p.276).

1877<sup>116</sup>. Segundo o disposto no regulamento, a partir dos seis anos de idade as crianças deveriam frequentar a escola – doméstica, pública ou particular – cabendo aos inspetores paroquiais<sup>117</sup> determinar a frequência das aulas públicas ou particulares. Sobre o trabalho realizado pelos alunos em companhia dos pais, o regulamento prescrevia que esse só seria possível após o consentimento da “autoridade escolar”<sup>118</sup>.

As limitações da frequência às aulas não se davam somente pela distância da casa do aluno até a escola ou por causa dos trabalhos que esse realizava na lavoura ou em casa, com os pais. Elas também ocorriam devido às difíceis condições de manutenção das escolas, pontuadas em muitos relatórios de inspeção. Os regulamentos, tomados aqui como políticas educacionais, como propostas que se interpretam e se projetam, dependiam dos inspetores e professores, pois, são eles que deviam se apropriar desse processo de atuação das políticas e “este é um processo social e pessoal, mas é também um processo material, na medida em que as políticas têm de ser ‘representadas’ em contextos materiais” (BALL, 2009, p.305).

Dentre essas condições para o funcionamento das escolas, era recorrente a alusão ao espaço destinado às aulas — prédios próprios ou alugados exclusivamente para as escolas, uma vez que a grande maioria das aulas era feita nas residências de professores — e a materiais, seja de utilidade para os alunos e professores — papel, pena, lousa, etc. —, seja de serventia para os trabalhos escolares — bancos, mesas, carteiras, livros de matrícula, livros de visita de inspeção, etc. Os embates sobre a obrigatoriedade ficam cada vez mais evidentes nos relatórios dos presidentes da província, com posicionamentos enfáticos, como o do presidente José Feliciano Horta Araújo (1868) que dizia ser essa uma “letra morta”, porque, segundo ele,

o principal embaraço para a execução da lei decorre da impossibilidade em que se acha a Província de multiplicar as escolas (...). Depois vem a pobreza de alguns pais a quem escasseiam-se os meios de vestir seus filhos com a precisa decência, e o

---

<sup>116</sup> Na estrutura da inspeção, no Regulamento para o Ensino Obrigatório (1877) aparecem algumas diferenças na forma de quem ocupa cada cargo. O conselho literário agora será composto pelos professores do Instituto Paranaense e Escola Normal, presidido pelo Diretor Geral, sendo todos membros vitalícios, não poderiam ser demitidos. Eles deveriam: julgar as faltas dos professores; propor ao Governo medidas necessárias para o desenvolvimento do ensino; adotar compêndios para escolas primárias; examinar e adotar os melhores sistemas práticos de ensino; organizar mapas e pedir ao Governo a criação de novas escolas, quando necessário. O cargo do inspetor paroquial da capital – também conhecido como inspetor municipal – seria ocupado por um professor de Pedagogia, da Escola Normal e cabia a estes verificar o número de crianças dentro e fora das escolas, impondo multa, quando necessário.

<sup>117</sup> Nomenclatura que substitui o cargo dos subinspetores, com a lei nº 290, de 15 de abril de 1871 e que, segundo Art.34, só exercem ação administrativa para fiscalizar a assiduidade do professor, o seu procedimento moral, a frequência dos alunos, a ordem; a disciplina e o material das escolas assim como as condições higiênicas do local a elas destinadas.

<sup>118</sup> Art. 7º: as crianças obrigadas a frequentar escolas não podem ser empregadas em trabalhos nas oficinas, ou em qualquer outra parte se prévio consentimento da autoridade escolar nos lugares onde for executado o presente regulamento.

hábito que estão de aproveitar os serviços que o menino pode prestar, máxime na colheita da erva mate (ARAÚJO, 1868, p.15).

A dificuldade em aumentar o número de escolas era outra questão que estava presente quando o assunto era a obrigatoriedade, ao ponto do presidente André de Pádua Fleury sugerir uma “medida de extinção” das escolas devido a mínima frequência observada nos dados colhidos pelos inspetores. De forma irônica evidencia que talvez essa medida acarretasse em uma solução, pois ativaria “o zelo dos professores e dos subinspetores, que, sendo autoridades e pessoas influentes das localidades, não as quererão ver privadas do benefício do ensino. Eles tornarão efetiva a obrigação, imposta aos pais de família, de mandarem seus filhos às escolas” (FLEURY, 1866, p.23). Alguns anos depois o Diretor Geral Euclides Francisco de Moura dizia:

medida salvadora é assim a obrigatoriedade do ensino, decretada já em lei, mas sem realidade prática, pelas dificuldades de sua execução, pela falta de asilo aos indigentes, cuja instituição é complemento deste salutar constrangimento (MOURA, 1880, p.228).

Notamos que o diretor geral dá pistas de que existem dificuldades em executar a obrigatoriedade, como as já declaradas anteriormente (falta de inspetores suficientes para fiscalizar as escolas, alunos que trabalhavam e não iam para a aula e distância entre as escolas e residências), e traz outro elemento que, segundo ele, se existisse, poderia amenizar a não frequência dos alunos: a criação do asilo de indigentes. Nessa fala, ele acaba por retornar a uma questão que era defendida pelo inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta como a primeira, em uma lista de oito, sugestão para melhorar o estado da instrução: “que se ponha em execução a lei que criou casas de asilo, a fim de ser executada a que tornou o ensino obrigatório” (MOTTA, 1858, p.12).

Cabe destacar esse atrelamento, feito pelos partícipes da instrução pública, da obrigatoriedade do ensino com outros formatos de escolarização, que não a dada nas cadeiras de instrução elementar. Atendo-se à legislação paranaense elaborada no período, a única a tratar das casas de asilo foi o Regulamento de Ordem Geral, de 08 de abril de 1857, que trazia no primeiro artigo:

O ensino primário na Província será dado em escolas públicas e particulares; as primeiras serão fundadas pelo governo gratuitamente para todos, salvo a criação de casas de asilo, *que só serão gratuitas para os indigentes*, e as segundas por pessoas particulares ou associação com prévia verificação de habilitação e conduta; umas e outras funcionarão debaixo da inspeção do Governo criado para a instrução pública (CDPR, 1857, p.53 – *grifos meus*).

Depois desse regulamento, os subseqüentes demarcam apenas que a instrução pública primária seria gratuita e ministrada nas escolas criadas por lei e que os *meninos*

*pobres*, quando comprovada a necessidade pelo Conselho de Instrução, receberiam “os objetos indispensáveis para o estudo” (CDPR, 2004, Regulamento de 1874, art.34º, p.236). No Regulamento do Ensino Obrigatório (1877) a obrigatoriedade ficou extensiva a todos os locais “desde que esta possa custear as despesas com semelhante serviço” (CDPR, 2004, Regulamento de 1877, art.29º, p. 292) e é somente no Regulamento do Ensino Obrigatório de 1883 que a palavra indigente voltou a ser mencionada, no inciso 3º do art.3º: não são obrigadas a frequentar as escolas “as indigentes, enquanto não lhes for fornecido vestiário pelos modos estabelecidos neste regulamento” (CDPR, 2004, Regulamento de 1883, p.374). As formas como a criança indigente, pobre, aparecia na lei está dada. O que nos interessa, e será retomado neste trabalho no terceiro capítulo, é tentar identificar quem eram esses representados como indigentes e se estavam ou não dentro das escolas públicas primárias, já que não havia *casas de asilo* na província.

A ausência dos alunos na escola ou sua pouca frequência comparecia nos relatos dos inspetores/diretores gerais como um mal a ser sanado. No relatório do diretor geral Moysés Marcondes de Oliveira e Sá a estatística do ensino na província ganha destaque, com discriminação do número de escolas e alunos<sup>119</sup>. Segundo o diretor do ensino,

considerando em 150.000 a população total desta província, concluímos dos princípios estabelecidos pela estatística, que a população escolar eleva-se à 25.500; ora, havendo matriculados em todas as escolas destinadas à infância, públicas e particulares, apenas 3.800 alunos de ambos os sexos, chegamos a triste conclusão que há no Paraná 21.700 crianças que não recebem instrução. (...) o quadro já é bem negro e suficiente para demonstrar a urgentíssima necessidade de uma reforma radical, capaz de melhorar um tão vergonhoso estado (MARCONDES, 1882, p.96).

Observa-se como o diretor geral usa dos dados estatísticos para reforçar a necessidade de uma reforma do ensino na província. A estatística educacional aparece como ferramenta de representação política e como “prova”, mas, para além disso, ela é reveladora de um funcionamento da instrução. Essa prática aparece em muitos relatórios de presidentes e inspetores, que faziam primeiro um diagnóstico estatístico da instrução na província e, em algumas vezes, comparava esses números com os de outras províncias.

O presidente Polidoro César Burlamaque (1867) expôs em seu relatório um quadro com as províncias, a população, número de escolas e alunos, despesa total com instrução pública, despesa com cada aluno, número de aluno por escola, número de habitante

---

<sup>119</sup> Segundo o Diretor Geral, havia na província: 133 escolas primárias (42 cadeiras vagas), 16 escolas subvencionadas, 25 escolas particulares que em alguns casos também ensinavam o secundário, 44 escolas promíscuas. Matriculados em 91 escolas: 2946. Frequentando: 2.422. (MOYSÉS MARCONDES, 1882, p.85).

correspondente para cada cadeira e relação da população escolar para cada província, conforme imagem a seguir:

PROVÍNCIAS	POPULAÇÃO	NÚMERO DAS ESCOLAS	NÚMERO DOS ALUNOS	IMPORTÂNCIA TOTAL DA DESPESA COM A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA	TERMO MÉDIO DA DESPESA COM CADA ALUNO	TERMO MÉDIO DOS ALUNOS PARA CADA ESCOLA	NÚMERO DE HABITANTES CORRESPONDENTE A CADA CADEIRA	RELAÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR PARA A PROVÍNCIA	OBSERVAÇÕES.
Amazonas . . . . .	69:000	25	396	17:700\$000	44\$722	15	2,760	174	Não se achou nos <i>Relatórios e collecções de Leis</i> existentes na secretaria a importância das despesas com a instrução primária na Bahia, S. Paulo, e Rio Grande do Sul.
Pará . . . . .	290:000	78	4,066	80:100\$000	19\$699	52	3,717	71	
Maranhão . . . . .	330:000	80	3,254	58:382\$000	17\$941	40	4,125	101	
Piauí . . . . .	180:000	40	1,014	25:520\$000	25\$167	25	4,500	177	
Ceará . . . . .	504:000	112	4,971	78:720\$000	15\$834	43	4,500	101	
Rio Grande do Norte . . . . .	202:000	48	1,087	31:000\$000	28\$518	22	4,208	185	
Parahyba . . . . .	280:000	71	1,800	64:750\$000	35\$972	25	3,521	138	
Pernambuco . . . . .	620:000	141	5,324	167:270\$000	31\$118	37	4,397	116	
Alagoas . . . . .	250:000	85	3,885	80:000\$000	22\$908	45	2,941	64	
Sergipe . . . . .	170:000	78	3,074	43:020\$000	19\$994	30	2,179	53	
Bahia . . . . .	1,100:000	208	8,177			20	5,288	134	
Espírito Santo . . . . .	50:000	53	1,017	24:950\$000	23\$829	19	943	47	
Rio de Janeiro . . . . .	700:000	164	6,532	236:907\$200	36\$268	39	4,268	107	
Município neutro . . . . .	400:000	48	3,482	119:896\$121	34\$433	72	8,333	114	
S. Paulo . . . . .	700:000	152	7,021			46	4,605	99	
Paraná . . . . .	110:000	48	1,642	38:142\$000	23\$228	34	2,201	66	
Santa Catharina . . . . .	205:000	61	1,935	34:235\$000	17\$692	31	3,360	105	
Rio Grande do Sul . . . . .	380:000	168	7,046			41	2,261	53	
Minas . . . . .	1,200:000	321	18,067	231:400\$000	12\$807	56	3,738	66	
Goyaz . . . . .	121:000	66	1,540	30:180\$000	19\$636	24	1,833	78	
Matto-Grosso . . . . .	60:000	20	838	11:940\$000	14\$248	41	3,900	71	

QUADRO DO PRESIDENTE POLIDORO CÉZAR BURLAMAQUE  
(FONTE: Relatório do presidente Burlamaque [1867])

Logo abaixo do mesmo, ele escreve:

(...) Consequentemente, não é desanimador o estado da instrução primária nesta província. Mas é satisfatório? Ninguém o dirá. E tanto mais é isso para sentir-se que a despesa é excessiva. Por que razão há de se despendar mais aqui com este ramo de serviço público do que na maior parte das outras províncias? Coisa notável! 11.702 meninos deixam de receber instrução, entretanto o Paraná tem quatro vezes mais escolas que a Corte! Isto, o que significa, senão que o número de alunos não corresponde ao número de escolas? (BURLAMAQUE, 1867, p.27).

O intrigante nas estatísticas lançadas nesses relatórios é observar, comparativamente, que os dados não batem. Todavia, a própria confusão dos dados acaba por mostrar também o lugar da estatística como um campo dentro da educação. Cabia ao inspetor/diretor geral levantar os números com os inspetores, sistematizá-los e enviá-los ao presidente. A estatística acabava por funcionar como um condicionante do sucesso ou do fracasso. A análise dos dados condicionava o status do professor ao bom desempenho quando a frequência do aluno era uma constante, numa rede de interdependência. Diana Gonçalves Vidal (2008), em estudo sobre os mapas de frequência das escolas, demonstra que esses eram dispositivos de governo

(no sentido foucaultiano), “conferem ao Estado meios de governamentalidade”, mas que essa prática escriturística (no sentido certeuniano) também possui um efeito social e possibilita aos professores “táticas de sobrevivência profissional, como a manutenção das escolas e o recebimento de salário”. Sendo assim, a estatística se conforma como uma “ciência imprescindível à administração provincial” (VIDAL, 2008, p.45-48)<sup>120</sup>.

Essa característica de legitimar uma reforma com a precisão numérica pode ser uma resposta ao debate que circulava na província desde quando a Assembleia Legislativa autorizou a mudança necessária no regulamento, em 1880<sup>121</sup>. O presidente João José Pedrosa (1881) recomenda ao diretor geral, em ofício, que escute esclarecimentos de professores sobre o ensino para que se possa, por intermédio desses sujeitos mais experientes, organizar uma reforma na província e reforça o papel da inspeção para o desenvolvimento de um projeto que possibilite isso:








Com a severa fiscalização das escolas, o maior escrúpulo na escolha dos professores, e com a repressão eficaz dos vícios e abusos que já se tenham introduzido, me parece que conseguiremos fazer com que o magistério atual faça tudo quanto pode, o que, aliás, já será de grande vantagem para a instrução. Reorganizar o ensino sobre estas bases, eis em que julgo dever, principalmente, consistir a reforma que autorizastes (PEDROSA, 1881, p.2).

Em 1883 novamente se tem o reforço legal autorizando a “reformular o regulamento de instrução pública primária e secundária” e a “organizar o ensino obrigatório, podendo cominar aos infratores da frequência escolar, sejam professores públicos ou particulares, sejam os pais, tutores ou outros responsáveis” (Lei nº 769, de 01/12/1883, art.7º). Em 1883 foi publicado o Regulamento do Ensino Obrigatório, de 02/12, que instituiu as Superintendências do Ensino Obrigatório e deu outra estrutura para a inspeção do ensino (Quadro 10).

<b>Regulamento da Inspeção -24/04/1857</b>	<b>Regulamento da Instrução – 01/09/1874</b>	<b>Regulamento do Ensino Obrigatório – 06/07/1877</b>	<b>Regulamento do Ensino Obrigatório – 02/12/1883</b>
Presidente ↓ Inspetor Geral ↓ Conselho Literário	Presidente ↓ Inspetor Geral ↓ Inspetores Paroquiais	Presidente ↓ Diretor Geral ↓ Conselho Literário	Presidente ↓ Diretor Geral ↓ Inspetores Paroquiais

<sup>120</sup> Sobre estatística educacional ler o trabalho de FARIA FILHO, NEVES e CALDEIRA (2005).

<sup>121</sup> Lei nº 603, de 16/04/1880. Segundo o art.5º da referida lei, “o presidente da província poderá reformar o atual regulamento, suprimindo as cadeiras de instrução primária que julgar inúteis por falta de frequência, subvencionando com a quantia de 400\$000 aos professores que estabelecerem escolas no bairro, elevando a dez anos o prazo de vitaliciedade, e fazendo outras quaisquer alterações que por ventura sejam aconselhadas pelo bem público” (CDPR, 2004, p.320).

 Inspetores de Distrito  Subinspetores	 Conselho de Instrução  Câmaras Municipais	 Inspetor Paroquial ou municipal	 Superintendência do Ensino Obrigatório  Superintendentes
---	---	---	---

QUADRO 10: ESTRUTURA DA INSPEÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA – 1857 A 1883

(FONTE: Coletânea da Documentação Educacional Paranaense de 1854 a 1889 )

Durante o espaço de quase trinta anos desde a nomeação do primeiro inspetor geral da província e do começo de uma organização da inspeção no território paranaense, só existiu um regulamento específico que tratasse da obrigatoriedade (Regulamento para o Ensino Obrigatório – 1877) e depois dele as nomenclaturas e competências pouco mudaram até a publicação do Regulamento do Ensino Obrigatório (1883), que criou um departamento somente para torná-la eficaz num raio de dois quilômetros das escolas, no que ficou denominado de “circunscrição primária do ensino obrigatório” (Art.54º).

O referido regulamento equipara a função do superintendente ao que era de competência do inspetor de distrito e, depois, do inspetor paroquial: a preocupação com a frequência escolar. Sem remuneração e nomeado diretamente pelo presidente, o superintendente podia ser comparado como o porta-voz do ensino, cabendo a ele a disseminação e propaganda da frequência escolar junto às famílias, bem como visitas frequentes às escolas, sendo essas comunicadas por relatórios trimestrais ao chefe da superintendência e, caso houvesse alguma irregularidade, ao inspetor paroquial. Seus serviços, segundo o art. 50º, eram classificados “na conta dos relevantes”, ou seja, como importantes dentro da estrutura do ensino obrigatório. E é para essa reforma na estrutura da inspeção e instrução pública na província paranaense que voltaremos nosso olhar.

## 2.2. SUPERINTENDENTES E INSPETORES “SOB A BANDEIRA DA FREQUÊNCIA IMPERATIVA”

Embora a discussão em torno da obrigatoriedade seja abordada ao longo de todo o texto, optou-se por retomá-la de forma um pouco mais exploratória, relacionada com frequência e matrícula de alunos na instrução elementar. Cada província, após o Ato Adicional (1834), ficou responsável pela instrução pública em seu território. No ano seguinte, na província de Minas Gerais, é publicada a lei nº13, de 28 de março de 1835 que demarcou,

entre seus encaminhamentos, que era obrigação dos pais dar aos filhos a instrução primária, seja nas escolas (públicas ou particulares) ou em casa (art.12º) e a idade mínima de 8 anos para os meninos entrarem na escola (art.13º), sendo considerada como a primeira legislação que previu a obrigatoriedade, fazendo parte de “um conjunto articulado e detalhado de determinações que instituía e regulava uma verdadeira política de instrução para a Província” (FARIA FILHO, GONÇALVES, 2004, p.160). Como sustenta José Silvério Baia Horta (1998), “a obrigatoriedade escolar foi objeto de intensos debates no final do Império” (HORTA, 1998, p.13) e hoje aparece como tema em diferentes pesquisas em História da Educação (GOUVEIA (2004); FARIA FILHO (2004); ALMEIDA (2011); ALMEIDA, NEVES, GONDRA (2012); entre outros).

Há um consenso entre os estudos de que, apesar das diferenças e especificidades entre as províncias, durante o Império, as leis e regulamentos sobre a obrigatoriedade do ensino funcionaram como uma medida que auxiliaria na ampliação do acesso à escolarização e, conseqüentemente, no sucesso do processo civilizador, bem como contribuíram para a definição da idade escolar que a criança deveria ser enviada à escola, a responsabilidade de quem era de enviar (pais/tutores) e de quem seria cobrado para fiscalizar se esse envio foi feito ou não (professores/inspetores). O debate sobre a obrigatoriedade era feito, dentre outras possíveis formas, nos jornais, nas Assembleias Provinciais, nos relatos e correspondências trocados entre os partícipes da instrução pública (professores, inspetores, presidentes). Cíntia Almeida e Marcelo Gomes da Silva (2012) apontam que nos discursos de presidentes de província, em Minas Gerais, a obrigatoriedade da instrução pública aparece como uma “emergência de Estado” (ALMEIDA, SILVA, 2012, p.2234). Marcílio (2005) demarca que na província paulista, assim como no mundo ocidental, o século XIX foi fecundo nas proposições que tinham como meta “um ensino público que fosse ao mesmo tempo gratuito, pouco dispendioso para os governos e que atingisse grande número de crianças, particularmente aquelas das categorias mais pobres, as mais esquecidas” (MARCÍLIO, 2005, p.37), e a obrigatoriedade ajudaria na concretização desses objetivos.

Rita Gallego (2008), ao investigar os processos de construção do tempo nas escolas primárias paulistas, de 1846 a 1890, demarca que a obrigatoriedade fez parte das solicitações de professores que a reconheciam como um elemento eficaz na regularização do ensino e que ela serviu também para reforçar um período específico para a escola: “do ponto de vista dos tempos dos pais, das crianças e dos professores, a obrigatoriedade do ensino coroaria o tempo escolar como aquele que ordenaria a vida infantil, e, por consequência, dos pais e responsáveis” (GALLEGO, 2008, p.150). Valdeniza Barra (2005) identifica um intenso



debate feito pelos deputados provinciais paulistas durante a década de 1860, em torno da efetivação da obrigatoriedade na província de São Paulo. Por sua vez, Juarez dos Anjos (2011) também sustenta que as leis de obrigatoriedade elaboradas pelas províncias contribuíram para demarcar um tempo da infância e individualizar as especificidades das infâncias, “uma vez que não são todas as crianças que o Estado obriga a frequentar a escola, mas aquelas consideradas em maior perigo ou risco de degeneração” (ANJOS, 2011, p.83). Todo esse debate feito pelos agentes da instrução pública em torno da obrigatoriedade do ensino, ao longo da segunda metade do Oitocentos, fez parte também das proposições dos paranaenses.

No Paraná, a questão da obrigatoriedade, era debatida entre os responsáveis pela instrução (professores, inspetores, presidentes) atrelada a frequência e matrícula dos alunos. Os números de alunos que efetivamente frequentavam, segundo estatística calculada pelos mapas de frequência enviados pelos professores, ajudavam a reforçar ou não o debate sobre o ensino obrigatório. Era um debate porque nem todos concordavam ser a instrução obrigatória a maior demanda para o ensino na província, apontando antes a necessidade de formar melhor os professores (Escola Normal), aparelhar todas as escolas já existentes com mobília e material, organizar a inspeção da instrução (tanto na estrutura quanto nos salários dos inspetores), enfim, não havia um consenso sobre o que era mais importante. Mas a obrigatoriedade estava ali, cercando as margens da instrução pública primária paranaense desde que o primeiro inspetor geral foi nomeado. Ela foi ganhando força e peso nos documentos trocados entre os sujeitos da instrução e nos regulamentos, vigorando com algumas ressalvas quanto à idade de matrícula dos alunos e os limites territoriais para a sua efetivação.

Contribuiu para alicerçar o debate em torno da obrigatoriedade os números expostos nos mapas de matrícula ou mapas de frequência, como também eram chamados, enviados pelos professores. Na descrição feita por Fabiana Munhoz (2012),

relações ou mapas de frequência de alunos são documentos escolares produzidos pelos professores desde os tempos da colônia, com o objetivo de prestar contas à administração da instrução pública acerca do funcionamento das aulas e do número de alunos frequentes, para a verificação do trabalho docente e recebimento de ordenados. Apresentavam diferentes tamanhos, número de páginas, categorias (MUNHOZ, 2012, p.44).

Veiga (2005) inclui os mapas entre os *instrumentos de verificação* (mapas de população, mapas de frequência, listas de crianças e idades de frequentar a escola) que fazia parte das operações escriturísticas de instrução elementar mineira (VEIGA, 2005, p.78). Vidal (2008) reforça que essa prática escriturística se fundiu com os dispositivos de governo, no

início do século XIX, que “nomeava, classificava e hierarquizava os sujeitos e a realidade social” (VIDAL, 2008, p.43). No Paraná, ao longo do período estudado, os mapas foram modificados de forma a detalhar cada vez mais os dados dos alunos e de sua permanência nas escolas<sup>122</sup>.

---

<sup>122</sup> O estudo de Fabiana Munhoz (2012) é profícuo para acompanhar, na trajetória de professores de primeiras letras do Paraná, enquanto 5ª Comarca de São Paulo, as mudanças nas categorias esboçadas nos mapas de frequência. A autora percebeu uma padronização nos mapas a partir do ano de 1844. Segundo aponta, “a partir deste ano a série de mapas passa a apresentar de modo mais homogêneo com a recorrência das mesmas categorias até 1849” (MUNHOZ, 2012, p.82).



Pelo “mapa dos meninos que moram no círculo da escola”, do professor Antonio Ferreira da Costa, de vila de Guaraqueçaba, enviado à Inspetoria de Instrução Pública, podemos perceber já em sua estrutura (nome dos meninos da povoação, nome dos pais ou quem os representa, idade, matriculados, não matriculados, matriculados que frequentam, matriculados que não frequentam e observação) a preocupação com a permanência do aluno na escola. Nas observações, o professor justifica os casos atípicos. Nesse caso, eram três alunos: Salvador (9 anos), “entrou com guia de passagem da 3ª Paróquia”; Manoel Alves Fernandes (10 anos), “não reside no círculo escolar, mas frequenta” e Leandro Luiz do Nascimento (12 anos), “retirou-se e está em ofício”. Desses, apenas do primeiro, se nos basearmos pelo sobrenome ou a ausência dele, não tem o pai como o responsável. Porém, é o último que não frequenta mais para trabalhar. Sendo isso justificado, mesmo estando no círculo do limite da instrução primária obrigatória, o aluno poderia não permanecer nas aulas e isto não acarretar em multa para o pai/responsável ou professor.

Quando o inspetor geral Bento Fernandes de Barros escreveu seu relatório, dividiu-o em três grandes itens (Ensino Primário, Ensino Secundário e Secretaria) e no que se referia à instrução pública primária, decompôs em cinco subitens<sup>123</sup>, tratando da obrigatoriedade no intitulado “Frequência das escolas. Resultados de seu ensino. Exames”. Contrário à obrigatoriedade do ensino, ele diz que deveria ter uma *reforma* na instrução, mas que colocasse “a frente das escolas somente homens capazes de dirigi-las” (BARROS, 1871, p.10) e para isso o investimento na formação dos professores e a restauração dos alunos mestres para auxílio do magistério público era mais urgente. Sobre a frequência, ele reforça:

O ensino primário, apesar de gratuito e obrigatório, ainda está muito longe de abraçar entre nós, a generalidade dos meninos. Tem-se procurado difundi-lo, mas não continua menos a maior parte da população a ficar inteiramente estranha aos rudimentos do saber. É um vasto analfabetismo que contrista os amigos do progresso, que vem afastada ainda a época na qual todo os pais reconhecem dever a seus filhos a nutrição do espírito como a do corpo. (...) Neste estado de coisas importa muito fazer frequentar as escolas primárias por todos os meninos que ficam estranhos a todo o ensino, porém ainda mais importa diminuir o espantoso déficit daqueles que frequentam as escolas mas não se instruem. Em vão se aumentaria as escolas para esse último fim; um ensino mau não adquire pela sua maior extensão a virtude de ficar melhor, se não empiora (BARROS, 1871, p.9).

---

<sup>123</sup> Os títulos dos subitens são: Considerações Gerais – A educação popular, questão vital de nossa época. Sua solução não é dada pelo atual ensino primário. Ideias que devem presidir a educação popular; Fisionomia moral de nossas escolas. O ensino religioso. Sua direção; Frequência das escolas. Resultados de seu ensino. Exames; Necessidade de restaurar os alunos-mestres. O modelo que oferecem os pupil-teachers da Inglaterra é preferível ao sistema francês do stage. Base para uma restauração que reúne vantagens de criar auxiliares para o ensino nas escolas primárias, e um núcleo de discípulos para a Escola Normal; Inspeção do Ensino (BARROS, 1871, p.1 a 36).

Em seu relato deixa perceber que a obrigatoriedade do ensino primário ainda não contemplava todos os alunos, que muitos pais não davam a devida importância para a instrução escolar dos filhos e que a qualidade do ensino primário dado nas escolas era inferior ao esperado. Ele vai construindo um argumento que reforce aquilo que acha mais urgente: a formação qualificada dos professores para melhoria da frequência. Para isso, lança mão da estatística, mas antes ressalta: “assim, pois vamos considerar a frequência escolar no último decênio para conhecer se houve realmente decréscimo” (BARROS, 1871, p.11). O quadro abaixo foi organizado de acordo com os números apresentados pelo inspetor geral.

ANO	ESCOLAS	FREQUENCIA/ALUNOS
1861	39	1583
1862	37	1455
1863	38	1601
1864	41	1605
1865	46	1532
1866	47	1642
1867	41	1420
1868	49	1671
1869	46	1690
1870	50	1393

QUADRO 11: ESTATÍSTICA DA FREQUENCIA NAS ESCOLAS (1861-1870)  
(FONTE: Relatório do Inspetor Geral Bento Fernandes de Barros [1871])

O inspetor geral Bento Fernandes de Barros analisa os números acima e escreve: que “nos dez anos decorridos não tem havido diminuição progressiva, mas oscilação que não significa decréscimo” – percebe-se aqui uma necessidade de justificar os números – e “o fato que ressalta igualmente dessas cifras é que o aumento das escolas não é o que traz o do número dos alunos, e que até às vezes diminuem os alunos quando aumentam as escolas” (BARROS, 1871, p.11). Nesse trecho ele finaliza o seu argumento, pois em sua concepção mostra, com base na estatística escolar, que não adianta pensar em aumentar o número de escolas para atender uma quantidade maior de alunos, devido à obrigatoriedade do ensino; valia mais capacitar os professores. A cadência de sua argumentação nos possibilita identificar que a obrigatoriedade, por meio da frequência, era o fio que servia para puxar as outras necessidades para o efetivo desenvolvimento da instrução na província.

Indo um pouco adiante, no ano de 1874, encontramos professores pedindo materiais e mobília para as escolas. O ato em si não traz nenhuma novidade, pois durante o período é grande o envio de pedidos, listas, orçamentos de materiais para as escolas, tanto de professores para a inspetoria geral e presidência da província, quanto de inspetores e subinspetores, que faziam coro a essas solicitações. O diferencial era como passavam a justificar



essa necessidade de material: devido ao ensino obrigatório. Assim escreveu o professor José Ferreira das Neves, da cidade de Guarapuava, ao inspetor: “crescendo cada dia o número de alunos na minha escola como é disso testemunha V.S. e conhecendo eu ser de absoluta necessidade a aquisição de uma mesa, e igualmente de um estrado, mandei fazer esses objetos dos quais já se fazem uso na aula (...)” (AP0444, 1874, p.155) e o professor Jerônimo Dursky, de Vila de Campo Largo:

Para que o ensino público seja exercido com o devido proveito e progresso, é indispensável o seguinte: 1º Caixilhos nos três bancos existentes, onde os alunos podem guardar os seus livros, cadernos, etc., porque não precisam perturbar a outra classe no tempo do exercício; 2º Os existentes três bancos que servem para escrever e etc. não são suficientes para o futuro, porque só 18 alunos que tinham lugar; *como agora o ensino é obrigatório, espera-se pelo menos outro tanto alunos* – e por este motivo é necessário por maior necessidade, pelo menos mais dois bancos novos para a escrita (...) (AP0449, 1874, p.173 – *grifos meus*).

O professor se prepara para uma frequência futura, acreditando que o ensino obrigatório trará para a escola novos alunos. A obrigatoriedade do ensino também contribuiu para aumentar as funções das Câmaras Municipais, uma vez que cabia a elas organizar os limites territoriais para o ensino obrigatório<sup>124</sup>, fornecer material e roupas para os meninos pobres e um funcionário para auxiliar a inspetoria no que fosse necessário<sup>125</sup>. Westphalen (1996) reforça que na política paranaense do século XIX, as Câmaras Municipais eram o “poder político local, quase autônomo, de grande prestígio e autoridade na comunidade tradicional que se esboçava” (WESTPHALEN, 1996, p.51). Enquanto responsáveis pela elaboração desses limites, os ofícios eram encaminhados para a presidência da província:

Comunica-se que em cumprimento do art.25 do novo Regulamento, estabeleceu-se os seguintes limites no seu município para a obrigatoriedade do ensino primário, a saber: tomar-se-á por ponto o local denominado Payol seguindo rumo direito até o sítio de Francisca José Pereira da Silva, no quarteirão de Ponta Alta e deste em linha reta à chácara de D. Belisa de Moraes Freitas, descendo aí pelo rio Morumbi até sua foz no Thundiaquara e por este acima, aí em frente ao dito local do Payol (AP0448, 1874, p.82).

Seguindo a descrição feita pela Câmara Municipal de Morretes percebemos que a intenção era formar um círculo, uma circunscrição do ensino obrigatório, como assim determinavam em ofícios. O modo como era organizado deixa pistas de que tanto o sítio quanto a chácara das senhoras eram tão conhecidos pela população quanto os rios, uma vez que disso dependia para que os pais e responsáveis que morassem nesse limite com distância de dois quilômetros da sede da escola pública enviassem às aulas suas crianças, ou melhor, os

<sup>124</sup> Lei nº 381, de 06/04/1874, art. 2º As Câmaras Municipais designarão os respectivos limites (CDPR, 2004, p.224).

<sup>125</sup> Regulamento do Ensino Obrigatório (1877).

meninos, como dispunha o art.28 do Regulamento do Ensino Obrigatório (1877): “ficam compreendidos nas disposições do presente regulamento os meninos que residirem em distância de dois quilômetros das cidades, calculadas as raias destas pelo estatuto das posturas municipais” (CDPR, 2004, p.292).

São nesses detalhes que podemos perceber que, mesmo depois do Regulamento do Ensino Obrigatório (1877) ter sido publicado, a frequência obrigatória não abarcava nem todo o território e nem todas as crianças da província. Contudo, a sua existência, mesmo que cerceada por todos os problemas, acabava servindo para dar impulso à organização da instrução pública primária e sua materialidade escolar. Em relatório, o inspetor paroquial da Lapa, Caetano Conrado Erichsen (1879), foi a favor dos mestres dizendo que esses não deveriam ser responsabilizados por não apresentarem alunos para os exames finais, pois isso acontecia devido aos pais/responsáveis, que não permitiam ou reconheciam a importância dos filhos frequentarem a escola por um tempo que garantia o mínimo de instrução. Por fim, completa: “só quando estiver em efetiva observância a obrigatoriedade do ensino que se conseguirá obviar esse mal de que se queixam todos os professores, com muita razão” (AP 0578, p.55-57). Em sua fala podemos identificar que a demanda pelo ensino obrigatório circulava por uma via dupla, não somente de cima para baixo (estratégia de governo), como ao contrário, por exigência dos professores. Percebe-se que havia uma representação de que a obrigatoriedade, se efetivada conforme regulamento, seria o motor propulsor que faria girar corretamente a roda da instrução pública; instituída a obrigatoriedade, com ela viria a assiduidade e, conseqüentemente, aumento de alunos e cadeiras, frequência maior nos exames, etc. A construção social em torno do ensino obrigatório fazia com que a engrenagem legislativa buscasse aprimorar a norma a ser seguida por professores, inspetores, pais e alunos.

Avançando alguns anos, encontramos Moysés Marcondes de Oliveira e Sá sendo nomeado Diretor Geral de Instrução Pública, em 19 de julho de 1882. Assume o cargo vinte e oito anos depois de seu pai, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá ter exercido a mesma função. Médico e homem viajado, tinha retornado a província recentemente. Na dinâmica de seu trabalho, recebia os termos de visita dos inspetores paroquiais que relatavam: a não existência de casa específica para as escolas, funcionando ainda a maioria nas casas de professores, a necessidade de aumento dos materiais que eram disponibilizados para as escolas e a frequência dos alunos, que oscilava de acordo com os mapas enviados (AP 0665; AP0668; AP0670). Durante o tempo que esteve à frente da instrução, organizava metodicamente os

termos de visitas de inspetores, compilando-os e remetendo-os de uma só vez ao palácio da presidência, o que permitiu que encontrássemos uma sequência dos mesmos.

Nessa condição de filho de um inspetor geral, poder-se-iam esperar duas coisas: que muito do pensamento e da organização proposta por seu pai aparecesse no decorrer de sua função ou, partindo para o oposto, que suas ideias entrassem em choque com as opiniões paternas. A preocupação com a instrução pública primária os une tanto no público (pelo cargo de inspetor geral) quanto no privado (o zelo pela instrução das crianças de sua família e conhecidos). Porém, Moysés Marcondes de Oliveira e Sá não deixa transparecer nos documentos oficiais a sua condição de filho de Jesuíno, talvez pelo cuidado de não sofrer retaliações de opositores políticos de seu pai ou pelo fato de querer mostrar sua atuação como diversa do seu progenitor. Quem sabe seja isso que o faz tão veementemente se opor as ideias do passado, dizendo ser necessária uma *reforma* do ensino na província:

Temos em nosso sistema escolar a prova mais cabal da influência nociva do passado sobre o presente. Muito tem-se tentado fazer nestes últimos tempos, para melhorar um estado tão deplorável, mas ao passo que se estabelece uma boa medida, mil barreiras levantam-se para combater-la, e a explicação disto é dada por Miguel Breal quando diz que: ‘as melhores ideias não produzem efeito quando encontram as inteligências adormecidas por uma longa rotina’. Faz-se necessária uma reforma que tenha em mira não só melhorar a escola, mas também despertar nos pais o sentimento do dever. (...) Os dados desse relatório provam que isso não acontece e que, por conseguinte, torna-se necessário que a lei venha obrigar o que deveria ser espontâneo (MOYSÉS MARCONDES, 1882, p.4).

Com seu jeito metódico, organiza seu relatório em quatro grandes tópicos de discussão: o estado geral da instrução primária, a organização do ensino adotado, que, em suas palavras, “me parecem exigir reforma, como sendo as causas imediatas de nosso atraso” (MOYSÉS MARCONDES, 1882, p.1), o ensino secundário e os negócios da secretaria de instrução pública que, segundo ele, achavam-se “em estado de sofrível ordem” (Ibidem, p.12). Seguindo essa proposta, ele se utilizou da estatística de frequência escolar, retirada dos mapas enviados pelos professores, também para embasar seus argumentos sobre a necessidade de reformar o ensino obrigatório na província. Segundo ele:

É verdade que o ensino obrigatório já é preceito legal nesta província, mas, infelizmente, ainda não foi arrancado dos domínios da teoria. A execução da lei do ensino obrigatório encontrará, entre nós, a princípio, os obstáculos que encontrou em outros países; mas, como nestes, essas barreiras se abaterão bem cedo, deixando-nos no pleno gozo dos melhoramentos que por toda a parte tem acompanhado a realização do princípio da obrigatoriedade do ensino (MOYSÉS MARCONDES, 1882, p.4).

Nesse trecho mais uma vez podemos perceber que a obrigatoriedade do ensino ainda não se fazia de forma plena na província, mas que o inspetor geral tinha esperança de que isso se modificasse. Na sequência, ele cita uma situação que diz ter sido vivenciada pelo



superintendente do Kansas (a favor do ensino obrigatório) e pelo senhor Searing de Wiscosin (contra o ensino obrigatório), nos Estados Unidos. O inspetor geral diz que Wiscosin perguntou: “quem desejaria ver seu filho carregado à escola por um agente de polícia?” e que o superintendente respondeu: “eu, desde que isso poderia livrar-me de ver mais tarde esse mesmo filho, carregado por esse mesmo agente a penitenciária” (Ibidem).

Ao trazer essa alteração estadunidense para o seu relatório, o inspetor geral reforça que o ensino obrigatório era uma necessidade, mas que ele deveria ser posto em ação de forma cuidadosa, “a fim de que, não pareça medida odiosa aos olhos do povo mal preparado para recebê-la de um jato” (Ibidem). E sobre a reforma do ensino obrigatório, que deveria ser feita para o próximo regulamento, diz:

O regulamento que deverá fazer executar este princípio precisa ser objeto de sério estudo, a fim de ser organizado de modo a produzir os melhores frutos, sem ao mesmo tempo, despertar no povo o desejo de opor-se seriamente à sua execução. A fiscalização do modo porque serão executadas as disposições regulamentares não deveria recair só sobre os inspetores paroquiais que, nunca poderão satisfazer tão árdua tarefa. Seria útil estabelecer para este fim, nas diferentes localidades, uma *comissão local de fiscalização*, composta de três membros, um dos quais será o inspetor paroquial e presidente da comissão. Seria mesmo mais vantajoso que, dois dos membros dessa comissão fossem nomeados pelas respectivas câmaras municipais, a fim de que estas comesçassem a exercer uma certa influência sobre a instrução que se dá nos seus domínios. (...) Teremos um grande vício na nossa organização, enquanto não tivermos *distritos escolares* que dirijam as suas respectivas escolas (MOYSÉS MARCONDES, 1882, p.4-5).

Identifico nesse trecho a peça chave para compreendermos o Regulamento do Ensino Obrigatório (1883) que cria a superintendência do ensino obrigatório. Um ano antes de sua publicação, o inspetor geral Moysés Marcondes de Oliveira e Sá já delimitou as bases para o mesmo quando escreveu, em seu relatório, sobre a *comissão local de fiscalização, distritos escolares, fundo escolar* e citou o superintendente do ensino estadunidense. Na estrutura do ensino, depois da publicação do Regulamento do Ensino Obrigatório (1883), à inspeção geral foi agregada a superintendência do ensino obrigatório, que era descrita como uma “comissão composta de um número maior ou menor de superintendentes, conforme a conveniência do serviço” (art.7º). No quadro abaixo é possível visualizarmos as questões tratadas e as funções dos inspetores e superintendentes confrontadas à luz dos dois regulamentos de ensino obrigatório.

<b>Regulamento do Ensino Obrigatório (1877)</b>	<b>Regulamento do Ensino Obrigatório (1883)</b>
<u>Frequência</u> : obrigatória para crianças com 6 anos completos; os alunos não podem trabalhar em oficinas ou outros lugares sem prévio aviso e consentimento da autoridade escolar; obrigatória para os meninos que residirem em distância de	<u>Frequência</u> : obrigatória para todas as crianças (meninos: 7 a 14 anos; meninas: 7 a 12 anos), considerando os ingênuos.

2km das cidades.	
<u>Professores</u> : declarar aos inspetores paroquiais qual o número de meninos na paróquia, onde funcionar sua escola, que recebem a instrução, mencionando o nome dos meninos e de seus pais e tutores; auxiliar os inspetores paroquiais na organização do registro geral.	
<u>Câmara Municipal</u> : fornecer vestuário aos meninos indigentes que por esse motivo não podem frequentar a escola, arbitrando para cada menino a quantia de 10\$000; ceder um empregado ao inspetor paroquial, com razoável gratificação, para auxiliar a este ultimo em todos os serviços exigidos pelos regulamentos; calcular os limites de território para o ensino obrigatório.	<u>Câmara Municipal</u> : se tiver verba para o vestuário, ou ela mesma organizará os fornecimentos, de combinação com o chefe da superintendência, sem que isso tolha a esse e a ingerência e atribuições que lhe são consignadas neste regulamento.
<u>Distância</u> : 2km da sede da escola.	<u>Distância</u> : Cada cidade, vila ou povoação constituirá uma circunscrição escolar, cuja área será determinada por um raio de 2km da sede das escolas públicas; essa área será dividida em distritos escolares.
<u>Inspetores Paroquiais</u> : obrigados a visitar pelo menos uma vez por mês as escolas sob sua jurisdição, examinando sempre a relação dos alunos matriculados, para conhecerem da diferença entre a inscrição e frequência; por faltas cometidas ao presente regulamento, poderão impor aos professores até 8 dias de suspensão, comunicando ao diretor geral.	<u>Inspetores de Distrito</u> : cabe conhecer a indigência real dos solicitantes de vestuário, por inspeção ocular e informações fidedignas.
<u>Pais</u> : multa aos pais ou representantes legais que não enviarem os filhos/tutelados às escolas de instrução primária.	<u>Pais</u> : tem até 8 dias antes de começar as aulas para comunicar aos superintendentes do seu distrito se tencionam instruir seus filhos em casa, em estabelecimento particular ou público; se quiser mudar seu filho no correr do ano escolar, tem que comunicar ao professor e ao superintendente.
<u>Diretor Geral</u> : responsável por fiscalizar e orientar todas as ações dispostas no regulamento; informar ao Conselho Literário todos os recursos sobre penas impostas por infração deste regulamento.	<u>Diretor Geral</u> : em audiência com o chefe da superintendência dividirá a circunscrição do ensino obrigatório em distritos e escolas, distribuídas do modo mais conveniente a facilitar a efetividade da obrigação escolar.
	<u>Chefe da Superintendência</u> : responsável por fiscalizar e orientar todas as ações dispostas no regulamento; organizar a propaganda e efetividade da obrigação escolar na circunscrição de sua alçada; fiscalizar e ajudar o serviço dos superintendentes dos distritos; visitar as escolas e informar ao inspetor paroquial e diretor geral sobre o estado e necessidades delas; enviar relatório trimestral ao presidente, por intermédio do diretor geral; propor ao presidente o nome de um cidadão idôneo para o cargo de roupeiro dos alunos indigentes e prover de todo recurso para o bom andamento dessa atividade; assistir aos exames gerais das aulas públicas e particulares.
	<u>Superintendentes</u> : promover a frequência das escolas, fazendo propaganda assídua entre as famílias de seus respectivos distritos; visitar frequentes vezes as escolas e informar ao inspetor paroquial das irregularidades que nelas verificarem; pedir vestuário para as crianças indigentes de seu distrito; fazer relatório trimestral;

	enviar o arrolamento das crianças ao chefe da superintendência; enviar aos professores, antes das aulas começarem, a lista de crianças que devem ser matriculadas no próximo ano; multar os pais/responsáveis que não mandarem os filhos para a escola.
	<u>Arrolamento Escolar</u> : nos primeiros 15 dias de dezembro cada superintendente procederá o recenseamento completo de toda a população da faixa etária já definida, podendo para esse fim requisitar as informações das autoridades civis, policiais e eclesiásticas; o arrolamento deve conter o nome e idade das crianças, nome e profissão dos pais, residência e distância da escola.
	<u>Fundo Escolar</u> : formado em cada circunscrição por uma verba especial do orçamento municipal ou por um pecúlio constituído por alguma associação, donativos ou subscrições; destinado a aquisição de vestuário para crianças indigentes.
	<u>Roupeiro</u> : fornecer vestuário as crianças cujos responsáveis exibirem ordem assinada do chefe da superintendência; adquirir com economia vestuários modestos como convém a indigentes; escriturar estes fornecimentos e prestar contas mensais documentadas ao chefe de superintendência.

QUADRO 12: FUNÇÃO DA INSPEÇÃO E SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO  
(FONTE: Regulamentos do Ensino Obrigatório [1877 e 1883])

Além de criar categorias que até então não haviam sido contempladas como tal nos regulamentos anteriores (roupeiro, fundo escolar, arrolamento, superintendentes e chefe da superintendência), o Regulamento do Ensino Obrigatório (1883) praticamente transfere todas as questões referentes à obrigatoriedade do ensino para os integrantes da superintendência, ficando essa sob a autoridade do presidente da província e do diretor geral, devendo os assuntos pedagógicos e as necessidades das escolas (materiais, mobília, etc.), quando observados nas visitas feitas pelos superintendentes, serem informados à inspetoria do ensino da província.

Os professores, que até então tinham entre suas responsabilidades ainda auxiliar o inspetor paroquial no recenseamento e organização das crianças em idade escolar que vivessem na circunscrição do ensino obrigatório, são liberados dessa função. Em contrapartida, os pais têm a sua responsabilidade reforçada pelo regulamento. Além de serem multados caso não enviassem as crianças à escola, tinham que informar à superintendência se iriam matricular os filhos, em qual escola e, se fossem mudar para outro lugar, deveriam comunicar ao professor e superintendente, já indicando a outra escola em que seria

matriculado o aluno. Há uma característica de fiscalização constante, o que ressalta o caráter centralizador e o poder da inspeção do ensino.

Além desse controle maior das crianças que deveriam estar matriculadas e da frequência, o Regulamento do Ensino Obrigatório (1883) possibilitou uma reconfiguração da prática escriturística concernente à instrução pública primária na província. Até então, os inspetores de distrito/paroquiais visitavam as escolas e emitiam como forma de registro de sua observação o “termo de visita” ou relatório. Essa atividade permanece, mas com a criação do cargo dos superintendentes se efetiva outra modalidade escriturística na inspeção: os mapas dos superintendentes do ensino obrigatório, que contemplavam em sua estrutura o que foi determinado em regulamento.

*População escolar de Curitiba*

*Relação nominal das crianças de ambos os sexos do 12.º distrito, que em virtude do Reg. de 3 de Dezembro de 1883 têm de frequentar algumas das escolas, existentes na Capital da Província do Paraná.*

Nome e profissão do chefe da família		Nomes das Crianças	Idade	Nacionalidade	Escola em que está matriculado, e, se não o está, qual em que vai matricular-se ou se vai receber o ensino na família.	Distância da escola ou cerca	Relação da família com o chefe da família	Observações
Profissão	Nomes							
Agente	Adão Hachowski	Catharina Rachel	12	Polaca	Não estuda na família.	Rua Malto Grosso	Gravada	
Industria	Amelia M.º Antonio Cunha	Pedro Antonio da Cunha	8	Brasileiro	Vai matricular-se na 3.ª cad.	" " "	Filho	
Comerciante	Augusto Kirschner	Otto Kirschner	11	"	" " escola fechada	" " "	"	
Agente	Antonio Pereira de Jesus	Antonio Pereira de Jesus	11	"	" " Colégio S.º José	Rua S.º José	"	
Comerciante	Antonio Ernesto Pereira	Helena Maria Pereira	9	"	" " " Brinquem	Rua Malto Grosso	"	
Advogado	Ant.º C.º Carlos Alberto Albuq.	Emilia R.º Carlos Alberto Albuq.	10	"	Matriculada na 1.ª cad.	" " "	"	
"	" " " " "	Leonor R.º Carlos Alberto Albuq.	6	"	" " " " "	" " "	"	
Agente	Antonio L.º Guilherme Byling	Amor Augusto Byling	10	"	Vai matricular-se na 3.ª cad.	Rua S.º José	"	
"	" " " " "	Barbina Byling	9	"	Matriculada na 1.ª cad.	" " "	"	
"	" " " " "	Helenina Byling	8	"	" " " " "	" " "	"	
de casa	Benedito Antonio de Souza	Luiz Antonio de Souza	9	"	Não estuda na família.	" " "	"	
Agente	Enolima A.º da Mota	Eduardo A.º da Mota	7	"	" " " " "	Rua Malto Grosso	"	
Industria	Gerardo Maria Loureiro	Edna Maria Loureiro	9	"	Vai matricular-se na 1.ª cad.	" " "	"	
Agente	Evangelista de Souza	João Baptista de Souza	13	"	Está na família	" " "	"	
"	" " " " "	Olivia de Souza	12	"	Matriculada na 1.ª cad.	" " "	"	
"	" " " " "	Julia de Souza	11	"	" " " " "	" " "	"	
Agente	Edmundo Pequeno	Valéria Pequeno	13	"	Não estuda na família.	" " "	Irmão	Continua

MAPA DO SUPERINTENDENTE CORIOLANO SILVEIRA DA MOTTA (1883)  
(FONTE: Arquivo Público do Paraná, AP0637, p.191)

Condizente com o disposto em regulamento, nos itens era discriminado: nome e profissão do chefe de família; nome das crianças; idade; nacionalidade; escola em que está matriculado e se não está, qual em que vai matricular-se ou se vai receber o ensino na família;

distância aproximada da escola; rua ou cercania em que mora; relação de parentesco, subordinação ou dependência para com o chefe de família e observações. Cabia ao superintendente do ensino obrigatório realizar um levantamento minucioso das crianças em idade escolar. Alguma dessas informações, mesmo que reformuladas, já estavam presentes nos mapas de frequência dos professores. O quadro abaixo traz a transcrição de alguns modelos de mapas de frequência<sup>126</sup> encontrados durante o período:

Mapa do professor Antonio Ferreira da Costa, de Guaraqueçaba (AP0141, 1862):								
Mapa dos meninos que moram no círculo da escola conforme o arrolamento feito em virtude das instruções de 31 de dezembro de 1859, com designação das matrículas, e dos que frequentam.								
Nome dos meninos da povoação	Nome dos pais ou de quem os representa	Idade	Total	Matriculados	Não Matriculados	Matriculados que frequentam	Matriculados que não frequentam	OBSERVACÃO

Mapa da professora Maria Clara Barbosa da Gama, de Votuverava (AP0438, 1874, p.321) <sup>127</sup>								
Nº	Nomes	Idades	Filiação	Faltas dentro do trimestre	Estado pecuniário	O que lê	O que sabe da doutrina cristã	Data da matrícula

Mapa do professor Nivaldo Teixeira Braga, de Votuverava (AP0443, 1874, p.181)								
Nº	Nomes dos alunos	Filiação	Faltas	Naturalidade	Idade	Estado pecuniário	Comportamento	Apreciação

Apontamentos	O que lê	O que sabe	O que sabe da doutrina	Época da matrícula
--------------	----------	------------	------------------------	--------------------

Mapa do professor João Antonio Xavier, de Botiatuvinha (AP0602,1880)							
Nº	Nomes	Idade	Data da Matrícula	Faltas trimestrais	Comportamento	Aproveitamento	OBS

Mapa do professor Alfredo Luis de Oliveira, de Campo Largo (AP0670, 1882, p.10)							
Nº	Nomes	Matérias de Ensino				Total das Faltas	Observações
		Leitura	Escrita	Aritmética	Lições de Coisas		

QUADRO 13: MAPAS DE FREQUÊNCIA  
(FONTE: Correspondências de Governo [APs])

Mesmo considerando que os mapas de frequência eram organizados de acordo com o que estava normatizado na província e com a experiência desses professores em sala de aula,

<sup>126</sup> Ressalto que essa é uma amostragem. Seria interessante para a história da educação na província paranaense, durante o Oitocentos, uma pesquisa que se debruçasse sobre os mapas de frequência e professores, tentando observar as permanências ou exclusões de categorias cotejando tanto com a legislação quanto com a experiência e trajetória desses sujeitos. Perguntas diversas poderiam ser feitas, como: havia uma circulação de modelo de mapas de frequência entre os professores? Que criança frequentava as escolas durante o período? Que observações eram feitas pelos professores?

<sup>127</sup> Nesse mapa de frequência aparece a assinatura de quem o “vistoriou”, o senhor José Antonio de Faria, presidente da Câmara de Votuverava. Na falta de funcionários da inspeção no local, representantes das Câmaras ou das delegacias de polícias eram chamados a colaborar com a instrução pública na província.

é possível perceber que em 1862 aparece uma seção para localizar crianças que não estavam matriculadas, talvez já demarcando um arrolamento de futuros alunos. O nome do pai ou do responsável também é requisitado nos mapas de 1861 e 1874. Escrever a filiação era ligar a criança a um responsável por sua matrícula e frequência na escola. Em 1880 e 1882 não há menção a filiação e, muito menos, às crianças “não matriculadas”. Essas descrições voltam a aparecer nos mapas dos superintendentes do ensino obrigatório, sendo discriminada também a profissão do responsável (“chefe de família”) e a exigência de se localizar como que a criança que não estava matriculada recebia a instrução, uma vez que essa era obrigatória.

Esses mapas dos superintendentes se tornavam quase um relatório, de tão extensos, muitas vezes com mais de três páginas. O que aqui se encontra, do superintendente e médico Coriolano Silveira da Motta, necessitou de cinco páginas para “arrolar” todos os alunos. Funcionando como o esperado, ficaria muito difícil que uma criança, dentro da faixa etária determinada, ficasse de fora da escola sem o conhecimento de algum dos integrantes da inspetoria do ensino, uma vez que se unia polícia, câmara municipal e igreja aos superintendentes e inspetores no inventário escolar. Sem contar que, em vilas, freguesias e bairros era frequente que as pessoas se conhecessem, mesmo que não fossem da mesma rede de relação ou familiar.

Voltando ao relatório do Inspetor Geral Moysés Marcondes de Oliveira e Sá identificamos que, entre suas proposições para a reforma do ensino primário na província estava a criação dos distritos escolares (“teremos um grande vício na nossa organização enquanto não tivermos *distritos escolares* que dirijam as suas respectivas escolas”) e do fundo escolar, já indicando de onde sairia a verba para o mesmo:

Nem será preciso que esses distritos possam levantar quantias suficientes para a manutenção dessas escolas; bastará que uma taxa justa e modica venha despertar no espírito público o interesse pelo ensino e a província votará, por sua vez, uma verba, destinada a servir de *fundo escolar*, que será distribuída pelos diversos distritos, na proporção da necessidade de cada um deles. Isto tenderá, não só a diminuir um pouco as despesas dos cofres provinciais, mas também e principalmente, a despertar nas localidades, um interesse maior pelas suas escolas (MOYSÉS MARCONDES, 1882, p.5).

As ideias por ele expostas foram incorporadas ao regulamento, um ano depois, quando nem era mais o inspetor geral. No mesmo ano de seu relatório o presidente Carlos Augusto de Carvalho escreve que não organizou o “plano geral de reforma” que estava autorizado a fazer, mas reforça: “suponho que a reforma deve consistir nos meios de formar um pessoal docente, capaz e responsável” e que “convém, como indica o ilustrado Dr. Diretor Geral de Instrução Pública ensaiar a criação de comissões locais de fiscalização, fazendo nelas intervir as municipalidades” (CARVALHO, 1882, p.87). Já o próximo presidente, em



relatório, cita o diretor atual, João Manoel da Cunha<sup>128</sup> e ressalta que para a obrigatoriedade dar certo na província “é preciso que se habilite a câmara municipal a fornecer vestuário aos meninos indigentes e a esta presidência a reformar o regulamento de 06/07/1877” (BELLO, 1883, p.33).

E, no ano seguinte, após a publicação do Regulamento do Ensino Obrigatório (1883) o presidente Luíz Alves de Oliveira Bello (1884) escreve em seu relatório: “o regulamento está executado; o tempo, a observação e a experiência o hão de corrigir em seu crisol; não o considero em mais do que vale: um esboço” e que ele foi o responsável pelo mesmo, “tive em mente, ao redigir o regulamento, e depois, quando presidi à sua execução, afrouxar os liames que enlaçavam as comissões à ação do governo...” (BELLO, 1884, p.40-41). Eram dezessete as circunscrições escolares, ficando assim distribuídas as superintendências do ensino obrigatório na província paranaense:

CHEFE DA SUPERINTENDÊNCIA	LOCAL
1ª Curitiba	João Pereira Lagos
2ª Palmeira	Moysés Marcondes de Oliveira e Sá
3ª Lapa	Conrado Caetano Erichsen <sup>129</sup>
4ª Antonina	Tenente Coronel João Manoel Ribeiro Vianna
5ª Campo Largo	Augusto Lobo de Moura
6ª Ponta Grossa	Bacharel Vicente Machado da Silva Lima (*)
7ª Palmas	-
8ª Morretes	José Jacintho Linhares
9ª Rio Negro	João Bley
10ª São José dos Pinhais	Joaquim Ignácio Silveira da Motta Júnior (*)
11ª Guarapuava	Ernesto Dias Laranjeira
12ª Castro	José Alfredo de Oliveira (*)
13ª Anhaya	Antonio de Souza Dias Negrão (*)
14ª Assungui	Celso Cesar da Cunha (*)
15ª Porto de Cima	João Ribeiro de Macedo (*)
16ª Tibagy	-
17ª Arraial Queimado	-

QUADRO 14: CHEFES DAS SUPERINTENDÊNCIAS DO ENSINO OBRIGATÓRIO  
(FONTE: Relatório de Governo [1884] – Arquivo Público do Paraná)

Dos treze superintendentes que exerceram a função no primeiro ano em que o Regulamento do Ensino Obrigatório (1883) entrou em vigor, os seis que aparecem marcados “(\*)” não haviam ainda feito parte da estrutura da inspeção do ensino na província. Desses, dois eram juízes de direito (Joaquim Ignácio Silveira da Motta Júnior e José Alfredo de

<sup>128</sup> Tece elogios ao referido inspetor: “Serve neste cargo o Dr. João Manuel da Cunha, de cuja ilustração, experiência e amor à sua província se deve esperar reais serviços à instrução pública; de seu zelo já tem dado testemunho” (BELLO, 1883, p.39).

<sup>129</sup> Depois foi substituído por Manoel Pedro dos Santos Lima.



Oliveira), um era vigário (Padre Celso César da Cunha), um era capitão (João Ribeiro de Macedo) e um tenente (Antonio de Souza Dias Negrão). Mas se focarmos o nosso olhar somente para os sobrenomes, observamos que as famílias ali representadas, em algum momento já haviam composto a inspetoria do ensino paranaense.

O presidente Luiz Alves Oliveira Bello (1884) aponta um aumento na frequência escolar já no ano seguinte da publicação do Regulamento do Ensino Obrigatório, com “matrículas espontâneas de crianças de aquém ou além da idade escolar”, que “obrigou-nos a criar novas escolas”, e exalta a nova característica da inspeção no papel dos superintendentes, os “zeladores não só da quantidade de alunos como da qualidade da instrução”, reforçando: “como se vê, todas as cidades, vilas e mesmo povoações importantes da província, com raríssimas exceções, agremiaram-se já sob a *bandeira da frequência imperativa*” (BELLO, 1884, p.40-41). O termo em itálico aparecia em jornais e documentos que tratavam sobre o ensino obrigatório na província, após o Regulamento de 1883. Ele também é encontrado no Parecer de 1883, elaborado por Rui Barbosa na Corte, que tratava da reforma do ensino primário e de outras instituições da instrução pública, e que associava a gratuidade escolar com a obrigatoriedade, como no trecho: “a escola gratuita sem a frequência imperativa representa uma instituição mutilada” (BARBOSA, 1947, p.181). As ideias circulavam, muitas vezes de forma oral, por aqueles que viajavam à Corte e a outras províncias, ou que delas vinham para exercer cargos públicos (como quase todos os presidentes de província paranaenses) e se faziam presentes em diferentes segmentos.

Se continuasse perseguindo as evidências da efetivação do ensino obrigatório na província, provavelmente chegaria até os dias de hoje, numa inversão ao ídolo das origens, de Marc Bloch. Faz-se necessário ir prendendo a teia pelas arestas. A inspeção da instrução pública que inicia essa narrativa sendo representada pelo presidente da província como *a mola real de toda a instrução primária* (CARDOSO, 1860, p.42) sofre, como todo órgão público, com momentos de sorte e revés, de sucesso e fracasso. Todavia, a forma como é lembrada pelas autoridades provinciais ao final do período aqui estudado, para o bem e para o mal, ainda mantém a sua característica estratégica, como *ponto cardeal de todo o regime do ensino público* (BELLO, 1884, p.41). Tecida a teia de ações em torno da inspetoria, podemos já perceber que muitos dos seus sujeitos tinham, para além do fio da convivência pública que os unia, o *fio do nome*.

## CAPÍTULO II

### VISITADORES DO ENSINO: O OLHAR DOS INSPETORES SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA

*As palavras são janelas: um ou mais contextos se deixam aprisionar ali; mas acontece também de as palavras se embaralharem e se contradizerem, enunciando incompatibilidades de sentido pouco claro. Quando se acreditava enfim discernir uma trama em que seres se moviam e que se alojavam acontecimentos, eis que se depara com opacidades, oposições, e se distinguem espaços singulares que parecem não ter nenhuma relação com a paisagem vislumbrada previamente, alguns documentos antes.*

(Arlette Farge [2009:84])

#### 1. “NÃO MARCHAMOS NA RETAGUARDA DAS OUTRAS PROVÍNCIAS DO IMPÉRIO”: REPRESENTAÇÕES DA INSTRUÇÃO E INSPEÇÃO

Nos relatórios de presidentes de província e de inspetores gerais paranaenses é muito comum encontrar a expressão “marcha do ensino primário” ou “marcha da instrução” quando tentavam demonstrar o estado da instrução pública na província, seja funcionando normalmente ou não. E para evidenciar os avanços ou retrocessos, segundo suas opiniões, os referidos sujeitos lançavam mão da comparação, quer seja entre as províncias do Império, outros países ou gestões anteriores. Olhando para as ações de outros locais, eles também faziam o movimento de pensar as suas próprias proposições para a inspeção e instrução pública primária paranaense. Havia uma circulação de práticas para o ensino<sup>130</sup> e é essa forma de informar e ser informado sobre a instrução pública que busquei neste capítulo.

---

<sup>130</sup> A circulação de pessoas entre os países era algo difícil (pelas longas viagens e meios de transporte), mas que acontecia com certa regularidade. Essas viagens, quando tinham como intuito a observação de outros sistemas de instrução, têm sido nomeadas pelos historiadores da educação como *viagens pedagógicas*. Antonio Viñao Frago (2001) orienta que “a literatura de viagens pedagógicas é um dos gêneros mais conhecidos no âmbito da educação comparada” (FRAGO, 2000, p.191). Esse mesmo autor indica que na segunda metade do século XIX os viajantes eram representantes do governo, viajantes independentes e também sujeitos que participavam das Exposições Universais e aponta, por ordem de predileção, os países que mais atraíam a atenção dos viajantes pedagógicos: França, Inglaterra e Alemanha, seguidos pela Bélgica (FRAGO, 2007, p.27). Gondra (2010) reforça que essas viagens eram feitas por “professores, diretores de escola, inspetores de ensino, médicos, bacharéis, jornalistas, religiosos e políticos envolvidos com projetos educacionais em condições adversas, como forma de testemunhar o que se fazia no espaço do outro” (GONDRA, 2010, p.13). Fora os jornais, revistas, livros e as viagens pedagógicas que tinham uma finalidade específica, havia a oportunidade de troca de ideias realizada nas Conferências Pedagógicas (foi em uma delas que o inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta apresentou quatro teses sobre instrução, em 1878) e nas Exposições Internacionais. Schelbauer (2006) demonstra que esses fóruns possibilitaram a “circulação de novos saberes pedagógicos, considerados necessários à modernização não só da educação como da própria nação” (SCHELBAUER, 2006,

O que os inspetores gerais e presidentes de província liam e citavam quando discutiam sobre inspeção e instrução pública? O olhar se direciona para a biblioteca desses sujeitos, não somente em sua materialidade, mas a que se remetiam. Moysés Marcondes de Oliveira e Sá, o último diretor geral dentro do período aqui trabalhado, organiza não somente as cartas trocadas por seus familiares, como também a biblioteca da família, que durante muitos anos permaneceu na casa localizada em Palmeira. Nessa residência várias gerações dos Marcondes de Oliveira e Sá viveram, cumprindo com o desejo de Jesuíno, expresso em carta para sua filha Emília e sua nora Zulmira<sup>131</sup>: “os meus netos se educarão debaixo de nossas vistas. (...) veremos as crianças crescerem, educarem-se e encaminharem-se. O que mais podemos desejar, Emília?” (JESUÍNO MARCONDES, 1890).



SOLAR DOS MARCONDES  
(FONTE: Livro Pai e Patrono de 1927)

---

p.01), enquanto Bastos (2002) ressalta que as “Exposições Universais motivaram tanto a elaboração de relatórios da situação da instrução pública pelos países expositores como a análise do que foi exposto pelas comissões delegadas”(BASTOS, 2002, p.69). Sobre as Exposições Internacionais também é interessante atentar o olhar para o trabalho de Mirian Warde (2000) e Kuhlmann Jr (2001).

<sup>131</sup> Pela leitura das cartas trocadas entre a família Marcondes e a genealogia feita por Moysés Marcondes de Oliveira e Sá, que também se encontra no acervo das cartas, foi possível identificar que Emília Marcondes Araújo era a primeira filha de Jesuíno, que no referido ano estava com aproximadamente 34 anos, e era casada com Hipólito Alves de Araújo, que durante três anos (1875 a 1877) havia exercido a função de inspetor paroquial de Palmeira, segundo consta nos ofícios trocados entre a inspetoria.

A biblioteca devia ocupar um cômodo relativamente espaçoso, já que era composta por mais de trezentos títulos. Como começou a ser organizada e por quem, não podemos com certeza apontar, mas a sua manutenção e aquisição de novos livros se deve a Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e ao seu filho Moysés, tanto pelas viagens que fizeram quanto pelo envio de amigos e familiares, como se percebe quando Jesuíno escrevia para seu compadre “Mano Pacheco”<sup>132</sup>: “manda-me logo o romance que queremos ler (...)” (JESUÍNO MARCONDES, 05/?/1863) ou para seu filho: “queres ler um bom livro? Compra o romance histórico de Emile Gebrart, 1º volume, *Auteurs d’une tiare*, junto uma notícia dele” (JESUÍNO MARCONDES, 1894 – *grifos meus*).

Alguns títulos são do século XVII, XVIII e XX, mas a grande maioria contempla o século XIX, sendo alguns sem data de publicação, abarcando quatro idiomas: português, francês, italiano e inglês, que não por acaso contemplam os países que tanto o pai quanto o filho visitaram em suas viagens. São doze as obras que tratavam de instrução ou educação.

LIVRO	ANO DE PUBLICAÇÃO
Les Enfants. Education, Instruction. Ce qu’il faut faire savoir aux femmes, aux hommes	1872
Histoire du Moyen Age al’usage des maisons d’éducation par un professeur d’Histoire de l’Academie de Paris	1873
Estatutos da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo em Petrópolis	1873
A mulher. Sua Infância, Educação e Influência na Sociedade	1879
Le Catholicisme et L’Instruction Publique por J. Tissot	1879
Du Catholicismo dans L’Education, por Mr. Gaume	1884
Une Education dans la Famille. Conseils Pratiques D’une Mère par Madame Jules Samson	1885
L’Education Maternelle Dans L’Ecole par Madame Pauline Kergomand	1895
L’Enfance Coupable	1904
L’Education Nouvelle. L’Ecole des Roches – Paris	-
L’Enfant a Paris – Paris	-
Enfants e Mères – Paris	-

QUADRO 15: BIBLIOTECA DOS MARCONDES DE OLIVEIRA E SÁ  
(FONTE: Fichas organizadas por Moysés Marcondes de Oliveira e Sá)

Pelos anos da publicação dos livros é possível descartar a hipótese de que os mesmos tenham servido para o primeiro inspetor geral, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, quando esse estava à frente da Inspetoria do Ensino no Paraná, em 1854. Talvez o tenham auxiliado quando foi presidente de província no Paraná e inspetor de distrito em Palmeira, anos mais

<sup>132</sup> Pela compilação das cartas dos Marcondes, Joaquim Pacheco da Silva Rezende era casado com a irmã de Jesuíno, Ana Marcondes Pacheco e moravam em Santos, SP.

tarde. Contudo, em seus ofícios e relatórios, não faz menção a nenhum dos títulos, autores ou países. É claro que uma prática de leitura inclui “as relações com objetos impressos que não se restringem absolutamente aos livros” (CHARTIER, 1992, p.212), ou seja, com os textos que os leitores se deparam durante a vida, considerando que essa leitura não é apenas “submissão do mecanismo textual” (CHARTIER, 1992, p.214). Dessa forma, em suas cartas, verificamos que os Marcondes tinham acesso a jornais e revistas que circulavam em outras províncias que não a paranaense<sup>133</sup>.

Isso também fica evidente em sua biblioteca, pois os dois únicos títulos em português são da província do Rio de Janeiro e Pará, respectivamente. O primeiro, *Estatutos da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo em Petrópolis (1873)*, havia sido publicado pela primeira vez em 1870 e a referida escola se direcionava ensinar meninas pobres, desvalidas e ingênuas (NETO, 2003, p.06). O segundo livro, *A mulher. Sua Infância, Educação e Influência na Sociedade (1879)*, era uma coletânea formada a partir de artigos de D. C. Sanches de Frias publicados no jornal *A Província do Pará*. Neste, logo no primeiro capítulo, *Passado e Presente*, o autor escreve sobre a família, representada como uma *pequena nação*, e cita alguns exemplos de autores e práticas de Portugal, justificando logo em seguida:

as observações que se seguirem, já o dissemos, referem-se essencialmente à sociedade que mais de perto nos interessa – a brasileira e a portuguesa – como sendo uma e a mesma, salvas simplesmente as condições climatéricas, *porque nos outros países, com especialidade na Alemanha e nos Estados Unidos, e um pouco menos na França e Inglaterra, a educação em certos e determinados círculos, já é uma realidade*, já vai gradualmente a caminho de uma completa exclusão dos vícios, superfluidades e defeitos, que pretendemos apontar, sem vícios de autoria, que não possuímos, como simples conversa à lareira, livre de insinuações malévolas, de que somos incapaz, e com a rude sinceridade peculiar ao nosso caráter (FRIAS, 1879, p.22 – *grifos meus*).

Destaco os dois países que o autor aponta como exemplo de lugares onde a educação já era uma realidade: Alemanha e Estados Unidos, em detrimento de França e Inglaterra. Esse desvio do olhar, como veremos mais à frente, será também observado nos relatórios de presidentes e inspetores gerais da província paranaense. Não se tratava totalmente de deixar de ressaltar as propostas francesas e inglesas para a instrução pública, mas de ampliar o plano de observação, a partir da década de 1860/70, abarcando outros países. Esse deslocamento era encontrado no imaginário nacional na segunda metade do século XIX. Primeiro remeteu-se à Europa como modelo e depois os Estados Unidos. Mirian Warde (2000) sugere pensarmos essa junção entre o americanismo e a educação por meio do espelho, ou *troca de espelhos*,

---

<sup>133</sup> Isso pode ser encontrado em várias cartas, como a que o Barão de Antonina escreveu para Jesuíno dizendo que enviou o n°379 do jornal Ipiranga para que seja transcrito no Jornal do Comércio “o artigo do Curitibaano

remetendo ao texto de Richard Morse (1988) quando ressalta que, ao se deparar com o espelho, a imagem que vemos é invertida. A autora constrói o seu texto demonstrando representações do Brasil no exterior, principalmente nas Exposições Internacionais inauguradas em Londres (1851), que mostravam o país sob o rito do atraso, “grandiosidade da natureza” enquanto “o produto da ação humana era feio, sujo, insalubre, incivilizado” (WARDE, 2000, p.40). A condição para mudar essa imagem estaria na junção da capacidade de intervenção da educação e da indústria, tal como feito pelo país norte-americano. E isso foi ganhando força no Brasil, ainda segundo a autora, na década de 1870, seja com mecanismos discursivos ou não, “o americanismo penetrou no Brasil e constituiu-se em cultura, moldou formas de pensar, sentir e viver; tornou-se parâmetro de progresso, felicidade, bem-estar, democracia, civilização” e acabou contribuindo por moldar “as esperanças em torno da cidade e da indústria, projetou padrões de arquitetura; redimensionou espaços e acelerou os tempos; plantou nos corações e nas mentes a silhueta do ‘homem novo’ – racional, administrado e industrioso” (WARDE, 2000, p.43).

Se ativermos o nosso foco para a compilação somente dos títulos dos livros dispostos na biblioteca dos Marcondes, notamos a presença maior de uma concepção francesa de educação e instrução. Isso pode ser considerado comum, uma vez que as ideias e inovações francesas circulavam significativamente entre a elite intelectual brasileira, que detinha o domínio da língua francesa, além de haver no Brasil editoras francesas de livros escolares (BASTOS (2010), (2008)). No relatório do diretor geral Moysés Marcondes de Oliveira e Sá a França é representada como um país já estabelecido quanto ao ensino, “levantando escolas e ilustrando seus filhos” (MOYSÉS MARCONDES, 1882, p.04). Dado isso como um fato, o diretor geral elenca para a sua discussão exemplos do sistema de ensino dos Estados Unidos para embasar suas proposições para reforma da instrução pública na província do Paraná (superintendências do ensino, fundo escolar e obrigatoriedade). Segundo reforça, só com a reorganização do sistema escolar que os poderes competentes conseguiriam

imprimir o primeiro impulso a máquina, por meio de uma legislação justa mas severa, porque o povo, criado nas *ideias do passado*, tende a ficar estacionário no limitado espaço circunscrito por essas ideias, a não ser que *a lei o obrigue a marchar além. Mais tarde essa marcha obrigada constituir-se-á em um novo hábito e tornar-se-á, por isso mesmo, espontâneo* (MOYSÉS MARCONDES, 1882, p.3 – *grifos meus*).

Cada leitor desenvolve uma relação com o texto e o apropria de forma diferente. Portanto, os textos escritos pelos inspetores, com acesso à mesma biblioteca, não são iguais

nem em sua estrutura e nem nos assuntos que traziam para a discussão. Essa possibilidade interpretativa nos ajuda a entender porque a presença do referencial francês é nuançada pela referência ao modelo norte americano, no caso do diretor geral Moysés Marcondes de Oliveira e Sá e seu relatório. Ele se volta às ações para o ensino que foram implementadas nos Estados Unidos; país que estava na pauta dos debates sobre instrução pública em diferentes províncias brasileiras durante o período e que foi apontado por Frias (1879), no livro que Moysés mantinha em sua biblioteca particular, como um dos países que conseguiram ter êxito com a educação. Carla Chamon e Luciano Faria Filho (2007), ao escreverem sobre a experiência de Maria Guilhermina — que viajou aos Estados Unidos, em 1883, para estudar os métodos froebelianos — reforçam que essa viagem “deve ser pensada, pois, dentro de um movimento mais amplo, a partir da década de 1870, no qual os padrões educacionais norte-americanos começavam a ganhar visibilidade e adeptos” (CHAMONN e FARIA FILHO, 2007, p.49)<sup>134</sup>.

Todavia, essa predileção pela referência norte americana poderia ser o modo que o diretor geral Moysés Marcondes de Oliveira e Sá encontrou para demarcar sua atuação como diferente da do seu pai, à frente da inspeção, e para mostrar que as suas ideias são também diversas daquilo que se tinha para a instrução pública paranaense no passado. Portanto, se anteriormente na história da inspeção paranaense o olhar se voltava para a França, o diretor geral, propondo uma “lei que obrigue o povo a marchar além”, baseada no que circulava sobre o sistema norte americano, conseguia os dois intentos de uma vez só: demarcava seu lugar na inspetoria ao mesmo tempo em que mostrava uma *novidade* para o desenvolvimento da instrução pública na província. Em suas palavras: “ideias que, em uma época determinada podiam satisfazer completamente as aspirações e necessidades de uma geração, longe estão de poder servir do mesmo modo a gerações diversas em épocas diferentes” (MOYSÉS MARCONDES, 1882, p.4).

Voltando alguns anos na direção da inspetoria do ensino no Paraná, encontramos indícios de uma biblioteca de referência no relatório de outro inspetor geral: Bento Fernandes de Barros, em 1871. Nos relatórios dos inspetores gerais até agora encontrados, esse é o único em que os livros de referência são discriminados em notas de rodapé, alguns com o nome dos autores e até da página ou capítulo onde se encontra aquela discussão usada pelo inspetor geral. Burke (2003) aponta que a indução, utilizada pelos historiadores, surge ligada à utilização da nota de pé de página, termo este que não devia ser tomado literalmente: “o

---

<sup>134</sup> Para maior reflexão sobre a circulação de modelos pedagógicos ver: SCHRIEWER e NÓVOA (2000).

importante era a difusão da prática de dar algum tipo de orientação ao leitor de um texto particular sobre onde ir para encontrar a evidência ou informações adicionais (...)” (BURKE, 2003, p.184). No caso do relatório de Bento Fernandes de Barros, esse modo de organização mostra não somente os títulos das obras utilizadas, como também pode ser considerado revelador de uma forma de escrever e argumentar do inspetor geral, que lança mão da nota de rodapé para referendar aquilo que trouxe para a discussão em seu texto<sup>135</sup>. No quadro abaixo os títulos citados pelo inspetor geral.

LIVRO	ANO DE PUBLICAÇÃO
De l’Education populaire dans l’Allemagne du Nord – E.Rendu	1855
Les EtatsUnis – Georges Fisch	1861
De l’education – M. Dupanloup	1866
Essai sur l’instruction primaire – Louis Bondivane	1867
De l’Enseignement secondaire en Angleterre et en Ecosse	1868
De l’instruction primaire a Londres – Eugene Rendu	-

QUADRO 16: LIVROS CITADOS PELO INSPETOR GERAL  
(FONTE: Relatório de Bento Fernandes de Barros [1871])

Cotejando as obras citadas com a discussão do relatório percebe-se que o inspetor geral trabalha com quatro países como referência para instrução pública: Alemanha, Estados Unidos, França e Inglaterra. São autores franceses, com publicações contemporâneas ao mandato de Bento Fernandes de Barros — não somente como inspetor geral, mas como inspetor de distrito em Curitiba — que escreviam sobre o sistema de ensino de outros países e da França. Nesse relatório é possível perceber que as propostas desses países para a instrução estão em forte circulação, sendo utilizadas para o embasamento científico das ideias do inspetor para o ensino na província paranaense.

Resultava que os relatórios que continham referências de obras de forma mais explícita, como o do inspetor geral Bento Fernandes de Barros, colaboravam também para fazer circular as ideias pelos sujeitos que pensavam a inspeção e a instrução pública paranaense. Esse trânsito de ideias não era necessariamente pela via escrita. Poderia ser feito ou complementado nas reuniões sociais, nos convívios de lazer dos sujeitos responsáveis pela instrução na província, nos grupos que circulavam nos salões de clubes, grêmios, congregações e associações paranaenses<sup>136</sup>. Entre os anos de 1871, data de fundação do primeiro clube literário em Curitiba, até 1883, ano do recorte aqui trabalhado, foram trinta e

<sup>135</sup> Sobre estudos que tomam como objeto de investigação as notas de rodapé ver: GRAFTON, 1998; GAERTNER, 2002; OLIVEIRA e RAMOS, 2010.

<sup>136</sup> Sobre esses outros lugares de convívio, ver: TRINDADE, 1996.



quatro clubes/sociedades que funcionaram na província (LACERDA, 1980, p.126-127). Na década de 1870, era necessário pagar uma “jóia” para ser sócio (5 mil réis) e mensalidade (mil réis). Se retomarmos a média do salário anual de um professor (300 mil réis), perceberemos que era muito difícil para o mesmo, se tivesse só essa renda, ser sócio. Frequentaria, no máximo, a convite de alguém que o fosse. Como reforça Maria Thereza Lacerda (1980), “as jóias e as mensalidades seriam, portanto, acessíveis àquela minoria de pessoas de instrução e recursos médios, que se candidatavam a sócios de associações e clubes de leitura” (LACERDA, 1980, p.133).

Entre esses clubes numerados, estava a Sociedade Propagadora do Ensino, de Curitiba, de 1875, fundada por João Pereira Lagos e Generoso Marques dos Santos que na estrutura da instrução pública exerceram, respectivamente, a função de inspetor geral e de professor. Segundo Lacerda (1980), as propostas dos clubes literários, sintetizando, seria educar o povo pela leitura e alguns assumiram o compromisso de manter escolas noturnas (LACERDA, 1980, p.129). Marcelo Pastre (2007) demarca que o Clube Curitibano, fundado em 1881, proporcionava um “plus” na educação da elite, funcionando como “centros de treinamento preparatório para o desenvolvimento de traços de caráter nos associados, principalmente os jovens, que seriam mais tarde necessários no desempenho da vida futura” (PASTRE, 2007, p.12).

Além dos clubes/sociedades como pontos de encontros sociais e troca de ideias, temos que considerar que esses sujeitos envolvidos com a inspeção e instrução pública primária não eram seres abstratos, que flutuavam de suas casas até o local de trabalho ou até essas reuniões. Eles frequentavam ambientes mais ordinários, como um café perto da Inspetoria de Instrução Pública, um boticário em busca de um refrigerio para alguma dor ou, simplesmente, podiam se encontrar entre a caminhada de sua residência a outros destinos, o que permitiria essa troca oralizada, como conclui Maria Lúcia Hilsdorf (2002), ao discorrer sobre o processo de construção da escolarização em São Paulo (1820 a 1840), que havia o ensino de leitura, repetição e memorização nas salas de aula, de ouvido, “como também em outros lugares de circulação de textos impressos” (HILSDORF, 2002, p.201). Ou, como lembra Andrade Muricy (1976) ao falar de Joaquim Ignácio Silveira da Motta:

na família de Curitiba, era o Dr. Joaquim Inácio, pai, o representativo mais completo da estirpe; mas os seus próprios filhos já tinham recebido a contribuição diversificadora de antigo sangue paranaense, com as suas características próprias. *O desdobramento de horizontes que as viagens trazem* eram acentuados no Dr. Joaquim Inácio, não somente pelo contraste entre o provincianismo, ainda tão marcante mesmo em São Paulo, e total em Curitiba, e a vida europeia que pudera viver, porquanto na Europa demorou-se bastante, para estudar. Dificilmente deixaria ele de mencionar alguma vez Kant e Hegel, Wieland e Lessing, Goethe e Schiller,

em momentos de trato intelectual, *nas demoradas conversas de farmácia e esquina*. Era ainda a Alemanha anterior ao prussianismo e a Bismarck que despertava ecos simpáticos, e forçosamente imprecisos, naquela casa (MURICY, 1976, p.32 – *grifos meus*).

Nota-se que as viagens feitas por Joaquim Ignácio Silveira da Motta foram representadas como aquelas que contribuíram para *desdobrar os seus horizontes*, sendo mais uma possibilidade para a circulação de ideias sobre e para a inspeção e instrução pública primária na província paranaense. Trânsito esse que poderia ser feito tanto de forma escrita (livros, relatórios, correspondências trocadas entre as províncias, jornais, revistas, cartas) quanto de forma oral (falar e ser ouvido). Por essa segunda forma é que podemos compreender a ausência em praticamente todos os relatórios de inspetores/diretores gerais de instrução de referência bibliográfica e reiteração dos excertos, bem como supor que, por meio desses diferentes espaços frequentados, faziam alianças e constituíam suas redes de relação, que ajudariam a reforçar suas convicções para a instrução pública em outros momentos e lugares.

E era por meio desse repertório que traziam consigo, oralizado ou escrito, que os inspetores gerais instituíam a inspeção. Eram os relatórios de inspetores gerais que serviam como base para os escritos dos presidentes de província e seus autores eram como os olhos do governo sobre a instrução pública primária. Do ano em que Bento Fernandes de Barros esteve como inspetor geral, o presidente da província, Venâncio Jose de Oliveira Lisboa (1871), escreve: “o importante relatório do distinto inspetor geral pinta com mão de mestre o triste quadro que oferece hoje a instrução pública, que acaba de ser privada das luzes de seu chefe, por ser distinguido com a nomeação de juiz de direito” (LISBOA, 1871, p.2).

Dos sessenta documentos elaborados por presidentes de província (relatórios, anexos, mapas), 27% apontam os relatos dos inspetores gerais como referência, a começar pelo relatório de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, que nas palavras do presidente: “diz ele, que apesar de haver recebido consideráveis melhoramentos desde a instalação da mesma província, continua todavia em grande atraso” (REZENDE, 1854, p.33). Não descarto que o presidente da província tinha sua própria capacidade de produção para a instrução pública, seja como leitor ou como autor. A prática de se remeter ao relatório do inspetor geral não elimina essa capacidade, porém evidencia que a circulação de ideias de referência não era só transnacional (externa), mas também era interna: ao mesmo tempo em que o presidente informava à Assembleia Legislativa ou ao seu sucessor sobre o estado da instrução pública ele também era informado pelos inspetores. Em alguns momentos, apesar dos elogios ao trabalho dos inspetores, há indícios de que podiam até pensar diferente, apesar de muitas vezes não o

esboçarem, como escreve o vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes (1857) sobre o relato de Joaquim Ignácio Silveira da Motta:

a leitura rápida, que apenas pude fazer, de tão belo trabalho, sem que me habilite a declarar-vos desde já *os pontos em que combino, ou em que me separo das ideias de seu autor*, foi suficiente para que eu nele enxergasse mais uma prova desse espírito enciclopédico, que o tem sempre distinguido nos variados ramos de conhecimentos, a que tem aplicado sua vigorosa inteligência (CARVALHAES, 1857, p.66 – *grifos meus*).

No relatório seguinte do referido vice-presidente, ele transcreveu o relato do inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta na íntegra. O mesmo fez o presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira (1862) com o do inspetor geral José Lourenço de Sá Ribas, enfatizando: “do relatório do Dr. Inspetor Geral vereis o estado deste ramo de serviço” (NOGUEIRA, 1862, p.36). Ação esta que repetiu no ano seguinte, com uma pequena modificação: “do relatório apresentado pelo Inspetor Geral de Instrução Pública, que encontrareis entre os anexos, extraí os seguintes dados que submeto à vossa apreciação” (NOGUEIRA, 1863, p.24). Seguindo essa dinâmica, foram ainda referenciados por presidentes os inspetores gerais: Francisco Alves Guimarães, em 1868<sup>137</sup>; João Francisco de Oliveira Sousa, em 1872<sup>138</sup> e 1873<sup>139</sup>; João Pereira Lagos, em 1876; Francisco Alves Guimarães, em 1881<sup>140</sup>. Dessa forma, a apreciação dos inspetores gerais nos seus relatórios é mais um elemento de circulação na província – além dos jornais, revistas e livros – e, como tal, o presidente construía seu relatório pelo do inspetor geral. Com esse pressuposto de que o presidente também se apropriava das ideias contidas no relato dos inspetores gerais, é possível cotejar entre esses relatórios as referências que citavam como modelos ou exemplos para a instrução e inspeção do ensino.

Ampliando esse nicho de circulação, percebe-se que a instrução pública era a pauta de artigos e notícias de diversos jornais no Paraná e em um desses, no jornal *Echo do*

<sup>137</sup> “No bem elaborado relatório do ilustrado inspetor geral encontrareis preciosos esclarecimentos sobre o estado da instrução pública, acompanhados do seu parecer relativamente aos meios que devem ser empregados no intuito de dar maior impulso a este ramo de serviço” (ARAÚJO, 1868, p.17).

<sup>138</sup> “O luminoso relatório apresentado pelo Inspetor Geral de Instrução Pública, em que seu autor mais uma vez patenteia profundos conhecimentos e ilustração, vos habilitará a conhecer o que ocorreu neste ramo do serviço público” (LISBOA, 1872, p.14).

<sup>139</sup> “Do relatório, que encontrareis em anexo, do Dr. Inspetor Geral, vereis o estado em que se acha este importante ramo de serviço público, as causas que tem retardado o seu desenvolvimento e bem assim as medidas indicadas para fazê-las desaparecer” (GUIMARÃES, 1873, p.05) e o outro presidente também procede da mesma forma: “o relatório que o Inspetor Geral de Instrução Pública acaba de remeter-me, porá V.Exa. o fato de todas as ocorrências deste ramo de serviço” (LISBOA, 1873, p.04).

<sup>140</sup> O presidente escreve que o inspetor geral se ausentou da província, “ficando eu assim privado de sua valiosa cooperação para empreender as reformas que autorizastes no regulamento concernente ao ensino secundário e primário da província” (PEDROSA, 1881, p.103).

*Paraná*<sup>141</sup>, é publicado um artigo em fevereiro de 1879, onde é possível observarmos como o século XIX era representado: “o século em que vivemos é um século de movimento e progresso – já o disse um benemérito e ilustre filho da província – devemos todos, acompanhar esse movimento que tende tão somente ao futuro engrandecimento dos povos” (ECHO DO PARANÁ, 28/02/1879). No texto do jornal aparece o esboço de pelo menos duas características da modernidade: movimento e mudança. Com os predicados de “movimento e progresso”, o século XIX acabava por ser enquadrado, pelo jornal *Echo do Paraná*, no conjunto de experiências compartilhadas pela humanidade que envolvem tempo e espaço, ritmos e descompassos, esperanças e perigos, enfim, que distinguem a modernidade como “um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes” (HARVEY, 1992, p.22).

Como já observado inicialmente, o Paraná, no período posterior à sua emancipação, viveu um processo de rupturas no qual os discursos se voltavam para a constituição da nova província que, como tal, deveria pensar na reorganização de legislações e de proposições físicas e culturais compatíveis com as mudanças esperadas de um desmembramento político.

E é o sentimento de transformação que encontramos na fala do nosso já conhecido inspetor geral, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, quando previa “um futuro risonho e próspero para a nova província, se seus filhos unidos lhe mantivessem a dignidade moral e cooperassem no seu progresso” (MOYSÉS MARCONDES, 2009, p. 34). Na fala do inspetor geral, inserida entre a proposta de ampliação do comércio pelo Porto de Antonina e a abertura da estrada entre Palmas e Entre-Rios, encontrava-se a educação, que deveria ser *montada* para a criação de *cidadãos prestáveis* (MARCONDES, 2009, p.35). Essas características: “futuro risonho e próspero” (será que o presente era triste e pobre?), o condicionamento do progresso futuro com a atuação dos “filhos unidos” mantendo a “dignidade moral”, uma instrução a ser “montada” e de “criação de cidadãos prestáveis” — que seriam forjados e com novos valores, portanto, os cidadãos de amanhã que se diferenciam dos de hoje — compactuam com uma mentalidade moderna, que evidencia a busca por novos caminhos, por novas inflexões que, ao final, espera-se, seriam mais sólidos dos que os dispostos naquele presente.

Na segunda metade do Oitocentos, o moderno para a instrução e inspeção pública, segundo presidentes da província e inspetores gerais, viria de “países de civilização

---

<sup>141</sup> O jornal era de propriedade de Florenço Rodrigues Vianna, intitulado como *Echo do Paraná*: periódico comercial, literário e noticioso de Paranaguá.

avançada”<sup>142</sup>; de “exemplos de instrução”<sup>143</sup> e de “força intelectual”<sup>144</sup>; de “países cultos”<sup>145</sup> e “mais adiantados no caminho da civilização”<sup>146</sup>. Neste momento surgem algumas questões: quais eram esses países mencionados? O que era considerado como moderno ou como prática modelar? O esforço, no quadro abaixo, é abarcar as duas questões.

País	Referências	Ano do Relatório
França	Lei Guizot	1854
	Inspeção do Ensino	1860 e 1868
	Ensino obrigatório	1867
	Gratuidade do ensino para os pobres	1867
Alemanha	Sistema de internato de seus ginásios	1856
	Obrigatoriedade e fiscalização do ensino	1868
	Valorização da instrução	1875
	Ensino obrigatório	1876 e 1881
Holanda	Sistema de classes normais	1856
	Inspeção do ensino público	1860
Prússia <sup>147</sup>	Educação feminina	1856
	Inspeção do ensino	1860
	Obrigatoriedade do ensino	1881
Inglaterra	Ensino obrigatório	1867
	Sistema de ensino	1868
Bélgica	Ensino obrigatório	1867
	Sistema de ensino	1868
Estados Unidos	Ensino obrigatório	1867 e 1876
	Ensino primário	1871
	Ensino gratuito e universal; não vitaliciedade de professores e sistema descentralizado	1868
	Escolas mistas	1879
	Importância da instrução	1880 e 1881
Espanha	Ensino obrigatório	1867 e 1880
Portugal	Ensino obrigatório	1867
Suíça	Ensino obrigatório	1876
Itália	Ensino obrigatório	1880

QUADRO 17: PAÍSES DE REFERÊNCIA E SUAS PRÁTICAS MODELARES<sup>148</sup>  
(FONTE: Relatórios de Governo [1853-1883] – Arquivo Público do Paraná)

Com foco maior ou menor, os onze países contemplados nos relatórios de presidentes e inspetores gerais tiveram a sua organização do sistema de ensino estudada e citada quando a

<sup>142</sup> BURLAMAQUE, 1867, p.30.

<sup>143</sup> ABRANCHES, 1875, p.31.

<sup>144</sup> CUNHA, 1874, p.32.

<sup>145</sup> CARDOSO, 1860, p.42.

<sup>146</sup> ARAÚJO, 1868, p.15.

<sup>147</sup> Prússia e Alemanha são citadas separadamente nos relatórios de governo paranaense, apesar da primeira ter sido o estado que mais se destacou e que detinha poder no antigo Império Alemão, seguida da Áustria. Esses dois estados, Prússia e Áustria lutaram pela hegemonia em território alemão. Em 1862, Otto Von Bismarck foi nomeado por Guilherme I, primeiro ministro da Prússia e liderou uma política de unificação que incluiu a criação de uma extensa rede ferroviária e a modernização do exército. Em 1866, a Prússia derrotou a Áustria (na Guerra Austro-Prussiana) e formou a Confederação Germânica do Norte, o que foi o primeiro passo para a unificação alemã sob o controle prussiano. Em 1918 o império alemão foi extinto (SILVA, 2009).

intenção era defender uma ideia para a instrução na província, e a grande questão que circulava era a obrigatoriedade do ensino. Como demarca Veiga (2007), depois da independência do país, “a institucionalização da escola pública gratuita e obrigatória passou a representar um elemento de afirmação do novo governo do Brasil – ou seja, era um ato político com o objetivo de organizar e dar coesão à nova sociedade nacional” (VEIGA, 2007, p.131). O presidente da província, Cézar Burlamaque (1867), escreve sobre o ensino obrigatório, citando diferentes países, mas ressalta que a gratuidade deveria se ater somente aos pobres, “como se pratica na França e em outros países de civilização avançada” e reforça sobre a obrigatoriedade:

Deixemos que lá na velha Europa preconizem esse sistema. Eles tem razão, porque lá os estabelecimentos de instrução são perfeitamente montados, tem renda próprias, e sustentam-se mais com a retribuição dos alunos, com o produto das subscrições particulares, com as subvenções de diferentes sociedades, do que com o auxílio dos cofres públicos. Mesmo assim, a França, a Inglaterra, a Bélgica, a Espanha e Portugal não se animaram ainda a lançar mão de medidas desta ordem. *A maior parte dos Estados Unidos seguem o nosso sistema* (BURLAMAQUE, 1867, p.30 – *grifos meus*).

No ano seguinte, o presidente José Feliciano Horta de Araújo (1868) também demonstra uma preocupação com a gratuidade e obrigatoriedade do ensino. Segundo ele:

O método e os sistemas de ensino adotados nos países mais adiantados no caminho da civilização diversificam em grande parte dos que são entre nós mais ou menos observados, e diferem também entre si. Assim, nos Estados Unidos, sendo o ensino gratuito e universal, não é obrigatório, na maior parte do país, apartando-se neste ponto da prática salutar seguida na douda Alemanha e na Suíça (ARAÚJO, 1868, p.15).

São oito os países citados nos dois trechos acima – França, Inglaterra, Bélgica, Espanha, Portugal, Estados Unidos, Alemanha e Suíça – e que aqui poderiam ser tomados como *sociedades de referência* no que concerne a sistemas de ensino, tendo o cuidado, assim como pontua Nóvoa (2000), de que não existe uma transposição vertical de modelos, acatados por países hierarquicamente atrasados, e sim uma aproximação que permite que as ideias circulem reciprocamente (NÓVOA, 2000, p.129). Apesar de referendar a forma como outros países se organizavam quanto ao ensino obrigatório e instrução pública, o presidente Burlamaque (1867) não se posiciona como representante de um governo inferior frente a essas ações e chega a apontar que o sistema dos Estados Unidos é semelhante ao do Brasil/Paraná.

Os discursos desses presidentes e inspetores/diretores gerais paranaenses, aqui entendidos como prática, são fruto de um debate que os conforma e servem também como porta de entrada para discutir e entender as práticas pedagógicas, “as identidades culturais

---

<sup>148</sup> O quadro foi elaborado pela autora a partir das citações feitas nos relatórios de governo.

partilhadas (por adesão ou por rejeição)” (NÓVOA, 2000, p.127). Se acatavam ou não o que apontavam como modelo acaba por se caracterizar como secundário diante do escopo de entender a existência de um referencial e a presença dos autores. Tanto o piauiense Burlamaque quanto o mineiro Araújo, formados em Direito, não referenciam em seus relatórios as suas fontes nem tampouco fizeram viagens para fora do país para conhecer outros sistemas de ensino. Provavelmente, tiveram acesso aos modelos citados por meio de suportes diferenciados (revistas, jornais, livros) ou por meio de relato de viagem de outros sujeitos. Segundo Viñao Frago (2000), “a literatura de viagens pedagógicas é um dos gêneros mais conhecidos no âmbito da educação comparada e uma das fontes histórico-educativas mais utilizadas” e para o historiador o relato das viagens se torna pertinente por ser “o testemunho direto do visto, ouvido e vivido” (VIÑAO FRAGO, 2000, p.191).

As *viagens pedagógicas* ocorriam na França desde a primeira metade do século XIX, com relatos feitos por Victor Cousin, Eugène Rendu, J.M. Baudoin, Edmond Dreyfus-Brisac, sendo os dois primeiros citados nos relatórios de governo da província do Paraná. No ano em que o presidente Burlamaque (1867) escreve seu relatório, o francês Celestin Hippeau é enviado pelo ministro Victor Duruy em viagem para estudar os estabelecimentos de ensino nos Estados Unidos (BASTOS, 2002, p.73). O argentino Domingo Sarmiento é enviado pelo ministro da instrução do Chile, Manuel Montt, para a Europa com o objetivo de inspecionar os estabelecimentos de instrução primária e Escola Normal, em 1845, visitando a França, Prússia, Suíça, Itália, Espanha, Inglaterra, Holanda, Brasil e Estados Unidos (SARMIENTO, 1849, p.01). Ainda que não citados diretamente nos relatórios de governo paranaense, os sistemas de ensino por eles visitados estavam contemplados, o que evidencia um circuito de comunicação ou, como localiza Nóvoa (2000), uma “rede de *experts* que realocizam nas comunidades nacionais saberes disponíveis no espaço mundial” (NÓVOA, 2000, p.138)<sup>149</sup>.

A instrução pública ou popular, como era denominada nos relatórios, era o elemento central nas discussões dos inspetores/diretores gerais. O inspetor geral Bento Fernandes de Barros (1871) dizia que era “a questão vital de nossa época” (BARROS, 1871, p.04) e o inspetor geral João Manuel da Cunha<sup>150</sup> (1875) referendava quatro anos depois que “a

<sup>149</sup> Durante a pesquisa e organização de documentos para esta dissertação percebi a pertinência de trabalhar com a organização da inspeção em outros países da América Latina tendo o foco direcionado para essa circulação de saberes entre os responsáveis pelo ensino e para os países que citam como referência na instrução pública primária. Porém, como o escopo central era a inspeção da instrução pública primária no Paraná, esse levantamento documental e a bibliografia serão ampliados e utilizados futuramente, no doutorado.

<sup>150</sup> Natural do Rio Grande do Sul, foi músico, poeta, orador, deputado provincial, inspetor geral da instrução pública e diretor do Instituto Paranaense (NICOLAS, 1954, p.103). Nasceu em 01/02/1821, em Santana do Livramento, Rio Grande do Sul. Fez os estudos complementares em Paranaguá, cursou Direito até o 3º ano em

instrução popular é o grande tema da atualidade” (CUNHA, 1875, p.32). Para esse último inspetor geral, depois que a Alemanha valorizou a instrução e “surgiu nação poderosa, poderosa em força bélica, em força política, em força intelectual” (Ibidem, p.32), a ideia se propagou, “e como a França, outros países sentem os efeitos da propaganda, e como estes o Brasil lhe abre os braços, e se imerge na onda inovadora” (Ibidem, ibidem). Em seu relatório complementa:

das capitais às cidades de segunda ordem, das cidades de segunda ordem às vilas, caminha o Ashavero do progresso avançando sempre e sempre assinalando sua passagem por uma conquista. Não posso dizer que tenhamos conseguido vantagens proporcionais a esse grande movimento, mas é certo que *não marchamos na retaguarda das outras províncias do Império* (CUNHA, 1875, p.32 – grifos meus).

Como é possível notar, especificamente no trecho grifado, para além da construção de um projeto de nação e do povo que estaria habilitado para a conquista do progresso, havia outra preocupação: o reflexo no espelho do “nós” (paranaenses) nas outras províncias. Mirava-se o olhar para o outro e enxergava também a si mesmo. Mas, por trás desse olhar, pode estar a afirmação da existência do jogo social entre as províncias (e por que não entre países?), sendo a instrução pública e as ideias para a mesma um dos vieses dessa complexa teia. Se assim interpretado, receber doação de um livro de determinado autor para as escolas da província (como os do Dr. Abílio) pode indicar não somente a capacidade benemerita do doador como também uma boa relação econômica ou política, mesmo que futuramente, para ambas as partes. A comparação, como demonstra Kuhlmann Jr. (2007), revela-se como importante aliada para se pensar a infância e a educação nas relações regionais como nas internacionais (KUHLMANN, 2007, p.195), mas também “envolve relações de produção, de dominação e subordinação”, que não podem ser desconsideradas (Ibidem, p.190). E eram a comparação e classificação que também faziam parte da função do inspetor. Observar a dinâmica da inspeção é se ater a essas discussões que os inspetores faziam para a instrução pública, pois a defesa para a existência da inspeção do ensino, suas funções e suas características está colada a uma discussão de instrução pública. A inspeção é engendrada junto com a própria organização da instrução.

Passados dois meses na direção da inspeção do ensino na província do Paraná, Joaquim Ignácio Silveira da Motta, em ofício dirigido ao presidente e publicado no jornal *Dezenove de Dezembro*, discutia “duas grandes e palpitantes necessidades” da instrução:

---

São Paulo; “como filho mais velho, coube-lhe a obrigação de dirigir a família, composta por sua mãe e cinco irmãos. Ao sair de São Paulo, prevendo a impossibilidade de continuar seus estudos, tirou carta de advogado provisionado” (ALMEIDA, 2001, p.14).



preparação de professores para o ensino primário e criação de um asilo para “meninos indigentes” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 06/08/1856, p.01). Durante suas proposições, cita modelos de outros países e também de outras províncias, como a reforma Couto Ferraz, de 17/02/1854, na Corte (RJ). Segundo o inspetor geral, “se pudéssemos seguir as pisadas da Holanda para o ensino primário, muito faríamos e muito deveríamos esperar” (Ibidem). O fato de o inspetor geral citar outro país nos permite perceber como que ele se constitui enquanto profissional do ensino: o que ele aponta como modelo em circulação evidencia que suas ideias não são inventadas, mas ressignificadas a partir do olhar lançado ao outro, ao distante. Sobre a criação do asilo, o inspetor geral complementa:

declino da demonstração da utilidade de semelhante criação, porque para V. Ex. seria isso ocioso, e aí estão os frutos tão conhecidos que hão produzido elas na Holanda, na Alemanha e na França, e finalmente as instancias que no empenho de levá-la a efeito, faz o Exm. Conselheiro de estado do ensino público primário e secundário da Corte (Dezenove de Dezembro, 06/08/1856, p.1).

Dois meses depois, o mesmo jornal publicou uma transcrição do jornal *Diário do Rio*, com o título “Os professores públicos”, chamando atenção do leitor para o papel do professor frente à instrução pública e para os baixos salários que esses recebiam. Antes de discutir sobre os professores públicos, o texto de uma página se dedica a uma introdução sobre a importância da instrução. A notícia é longa, mas se torna pertinente transcrevê-la quase na íntegra:

é fora de dúvida que a instrução primária da mocidade tem merecido em todos os países civilizados a mais acurada atenção de seus respectivos governos. É também incontestável que nenhum povo pode atingir a um alto grau de adiantamento, sem que haja estabelecido firmemente esta base de todo o progresso intelectual em suas diversas aplicações. *A França, a Inglaterra e a Alemanha, os países modelos da civilização moderna*, e que hoje marcham na vanguarda do progresso moral e material, em todos os seus multiplicados ramos, nas letras, nas artes, nas ciências e na indústria, *esses países onde todos os outros vão beber os princípios civilizadores* que eles encerram em seu seio, não se descuidaram jamais de melhorar convenientemente a sua instrução primária, alargando-lhes as bases, e estabelecendo melhores formas para o seu desenvolvimento. *Estudam-se reciprocamente, e cada um a seu turno aproveita do outro o que lhe parece acertado, e mais próprio para fazer progredir o ensino.* Homens eminentes, por seu vasto saber e ilustração, entregam-se com afínco e perseverança ao estudo refletido desta matéria, não só no silêncio do gabinete e na invenção de nossas teorias; mas na observação e experiência, praticando nas diversas escolas estrangeiras, e acompanhando atentamente a marcha nelas seguida. Depois voltam à pátria com os frutos colhidos e vão assim de dia em dia cada vez mais aperfeiçoando o estudo primário da mocidade. (...) *Não descuidou-se entretanto de enviar à Europa um dos nossos mais distintos literatos, o Sr. Dr. Gonçalves Dias, para estudar na Alemanha e na França os melhores métodos deste ramo* (Dezenove de Dezembro, 01/10/1856, p.02 – grifos meus).

O texto do jornal, de início, situa a instrução primária como base imprescindível para os “países civilizados”, para depois nomear esses como sendo França, Inglaterra e Alemanha,

evidenciando a existência de uma circulação de ideias por meio dos sujeitos que visitavam as escolas e retornavam ao seu país com novas direções para o ensino. Dentre os países citados, a França e a Alemanha tinham características semelhantes quanto à organização da centralidade do Estado no estabelecimento da educação elementar, enquanto na Inglaterra esta característica se deu de forma mais gradual; “as escolas para crianças das classes populares eram da responsabilidade dos municípios, de associações locais, de religiosos e industriais. (...) e era apoiada por vários setores da elite” (VEIGA, 2007, p.102).

Em outra série de artigos transcritos sobre instrução primária no jornal *Dezenove de Dezembro*, encontramos menção de mais cinco países:

A França, os Estados Unidos, a Inglaterra, a Alemanha, a Itália, a Bélgica, a Espanha e Portugal são hoje grandes nações, não tanto pelas espadas de seus guerreiros e coragem de seus almirantes, como pelas letras de seus sábios e desenvolvimento intelectual de suas populações (Dezenove de Dezembro, 1868, p.3).

Em 1865, na passagem de presidência, André Augusto de Pádua Fleury fez um relato sobre o estado da província a partir da sistematização feita pelo inspetor geral interino, Bruno Henrique de Almeida Seabra. No referido relatório o presidente demarca a importância da instrução:

dai-nos à educação da primeira infância e nós reformaremos a sociedade, disseram-no sucessivamente, cada um em sua linguagem, Bacon na Inglaterra, Leibnitz na Alemanha, Fénelon e João Jacques Rousseau em França, como muito bem observa DeGerardin (FLEURY, 1865, p.14).

Citar pensadores de outros países demonstra uma preocupação em buscar modelos de práticas diferenciadas para comprovar o papel central da educação na formação de uma sociedade. A cada relatório de presidente da província paranaense reaparece a afirmação dos países civilizados: Holanda, França, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, Prússia, Bélgica, entre outros. Gondra (2002) aponta que é recorrente em relatos de viajantes do século XIX e na historiografia brasileira a afirmação de que se buscaram na Europa as referências do projeto civilizatório a ser implantado no Brasil, sendo dois países privilegiados: Inglaterra e França. Segundo o autor, “ao adotá-los como modelos buscava-se o afastamento do passado colonial, na tentativa de, como estratégia, constituir e integrar o Brasil em uma nova ordem: a dos Estados Nacionais modernos e civilizados” (GONDRA, 2002, p.162).

Mesmo que, à primeira vista, não apareça uma interpretação e análise crítica das práticas educativas internacionais nos relatórios de presidentes e inspetores/diretores gerais, o interessante é perceber, durante o período deste estudo, a existência de uma circulação dessas práticas tidas como referência e como propostas modernas. Segundo Gondra e Schueler

(2008), para aqueles que estavam à frente da direção do Império, os discursos e ideias em prol da civilização eram base para propostas e projetos políticos e administrativos que embasaram a constituição do Estado nacional e que esta palavra — civilização — acabava por corroborar esses ideais pretendidos (GONDRA e SCHUELER, 2008, p.69):

A expressão tornou-se uma espécie de panacéia para legitimar ações que se afirmavam como meio de superação para os males e problemas nacionais, comparecendo com especial prestígio entre os grupos que se preocupavam com a difusão de práticas de educação, com o ensino e a formação profissional. Aos olhos dos contemporâneos que compartilhavam os ideais de civilização, era urgente, para o Império do Brasil, educar e instruir a população (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 69).

Referendar outras ações não era uma característica somente da província paranaense, como pode ser observado em relatórios de governo de outras províncias no mesmo período. Flávia Obino Correa Werle (2008) destaca que no Rio Grande do Sul, os responsáveis pela instrução pública adotaram a “lógica do transplante”, sendo os países mais citados: Estados Unidos da América, França, Inglaterra e Bélgica. Segundo a autora, “o panorama de nações mais desenvolvidas era o marco de referência; seu discurso, um *eco* de experiências internacionais” (WERLE, 2008, p.174). Veiga (2011), ao escrever sobre a educação e instrução na província de Minas Gerais, demarca que não existia somente uma cópia de ações, que durante a institucionalização das aulas de instrução elementar no século XIX, havia uma referência que circulava em todo o Ocidente, que era compartilhada pelos países, com especificações próprias; “desse modo, refutam-se as interpretações de importação ou transplantes de “modelos” europeus devido ao fato de que a interdependência entre as nações demandou a universalização da escola” (VEIGA, 2011, p.274).

Como já apontado anteriormente, não eram só práticas e teorias internacionais que circulavam pela província paranaense. Durante o período é recorrente a troca de legislações, regulamentos e relatórios sobre a instrução pública entre as províncias. Na correspondência oriunda do Palácio da Presidência de Pernambuco, em 1880, chega a seguinte doação: “dois exemplares do estado sobre o sistema do ensino primário e organização pedagógica das escolas da Corte, São Paulo e Pernambuco” (AP0598, 1880, p.60). Mais do que uma “troca de documentos”, isso permite traçar um caminho de composição de um pensamento educativo que circulava pelo país. As reformas do ensino, a prática de inspeção, a formação e habilitação de professores, enfim, as ações para a educação eram do conhecimento dos partícipes da instrução pública nas diferentes províncias e não podem ser consideradas apenas pelo fator local ou pela apreensão do internacional. Ao mesmo tempo em que se tomava

conhecimento do que acontecia em outros locais, a instrução paranaense também se “dava a ver”.

A fim de ser cumprido o aviso do ministério do Império de janeiro findo, haja V.M. de enviar-me, para terem conveniente destino, os objetos constantes da cópia junta, pertencente a instrução pública e que deverão figurar na Exposição Nacional (CODICE 0951, 1866, p.81).

Esse pedido do presidente ao inspetor geral demonstra que havia um momento em que todas as províncias expunham suas ações para a educação, possibilitando uma troca, e que isso acontecia com regularidade durante o período. Em 1883 no jornal *Dezenove de Dezembro*, a notícia intitulada “Instrução Primária”, comunica que haverá um congresso na Corte para tratar “de questões que interessem à instrução pública na capital do Império e nas províncias” (Dezenove de Dezembro, 1883, p. 03). Em 1879, uma das seções do jornal trazia a “carta de um correspondente de Mato Grosso”, publicada no Jornal do Comércio, falando do então presidente da província mato-grossense, João José Pedrosa. Sobre a educação, o correspondente expõe: “A instrução pública, que aqui era muito descuidada, já se vai difundindo pela população o quanto é possível nas forças do nosso estado financeiro” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1979, p.3).

Três são os motivos de trazer esse trecho do artigo. Primeiro pela circulação. Segundo, porque envolve um presidente, que mesmo sendo de outra província, é paranaense e por isso o destaque dado a esta carta no jornal foi maior do que outras notícias. E, por último, pela indicação de que a instrução era ruim, descuidada e que isso mudou. Uma característica da prática educativa enquanto cultura escolar é se colocar como diferente do que veio antes, considerado como já ultrapassado ou como algo que deve ser superado, independentemente do período estudado. Essa qualidade compactua com a própria modernidade, cuja “consciência nasce do sentimento de ruptura com o passado” (LEGOFF, 2003, p.175).

No relatório do presidente Carlos Augusto de Carvalho (1882), a parte intitulada “instrução popular” tem como foco inicial a não organização de uma proposta de reforma do ensino. Em sua justificativa, o presidente argumenta:

Uma reforma que pretendesse subir até o plano das ideias modernas, das exigências do ensino atual seria um desastre. Não creio na onipotência das leis. A quantidade do efeito, reflete sabiamente Spencer, não varia proporcionalmente à quantidade dos meios empregados (CARVALHO, 1882, p.86).

A menção feita às “ideias modernas” e “exigências do ensino atual”, apesar de não exemplificar quais seriam estas, indica que existiam outros pensamentos sobre a instrução considerados modernos, em circulação. A recusa em não aceitar essas ideias como modelos, esquivando-se, assim, de um “desastre”, demonstra um apego ao que lhe é conhecido, que lhe

dá segurança. Em face disso percebe-se que mesmo quando não rotula uma prática como modelo a ser seguido, há indícios de que essas ideias modernas estavam presentes e também havia uma pressão, seja política ou social, para que os sujeitos envolvidos com o ensino aderissem ao que era proposto como tal. Novamente, uma situação que pode indicar que relações mais complexas do que a simples menção ou não de uma ideia pedagógica de referência marcavam com o seu peso e questionamento o que realmente era discutido ou entrava em vigor para a instrução pública na província.

Em 1878, Joaquim Ignácio Silveira da Motta escreve quatro textos<sup>151</sup> para as *Conferências Oficiais de Instrução Pública e Educação Nacional*, do município da Corte. No quarto texto se dispôs a escrever sobre as *causas do retardamento dos progressos da instrução pública no país e meios de removê-las*. Faz uma breve introdução sobre a capacidade oratória, citando modelos como J. J. Rousseau, Platão, Thomaz e Isocrates, apontando, como primeira questão do debate, a inspeção:

Não pode escapar ao bom senso, dos que refletem no modo de viver das sociedades modernas, a necessidade do concurso e fiscalização recíproca do cidadão e do Estado, para que na escola fiquem definidas as raias onde acabam os direitos da sociedade; por que é verdade incontestável que na edificação da inteligência e do coração há tantos interesses em resguardar por uma como por outra parte. E o desequilíbrio na luta de vigilância, exprimindo paralisia em uma das forças emulas, pode produzir aberrações e falseamentos no regime político e econômico em que vivemos (MOTTA, 1878, p.73).

As “causas que têm retardado os progressos da instrução no nosso país geral, e na província, cuja situação está muito longe da desejável” (Ibidem, p.80) deveriam, segundo Joaquim Ignácio Silveira da Motta, ser pensadas separando as causas que concerniam à constituição da instrução, das causas que se direcionavam para a aplicação. E nos dois casos, para resolver o problema, todos deveriam se empenhar em “colocar a ação governamental na sua legítima esfera limitando-a a fazer reinar a ordem, a segurança e a justiça” (MOTTA, 1878, p.80).

Como modelos de países em que a instrução conseguiu progredir apesar dos problemas, cita a Escócia, onde o “solo ingrato fecundado pelo trabalho inteligente, e constituindo uma nação moral, próspera, religiosa, tolerante e ilustrada excedendo em civilização os ingleses que outrora os consideravam bárbaros” (Ibidem, p.91); a Austrália, “que mostrou o que pode fazer uma sociedade nova que sabe compreender o valor do ensino”

---

<sup>151</sup> Os títulos são: Importância da educação e instrução popular no regime do governo representativo; Deveres do pai de família ou quem suas vezes fizer, no que pertence a educação e instrução moral, intelectual e física do filho, tutelado ou protegido; Qualidades necessárias aos professores e seus deveres para com o Estado, a Igreja,

(Ibidem, p.92); o Alto Canadá que, segundo ele, investiu e trabalhou muito, “o que produziu, na estatística do ensino, um escolar por 7 habitantes” (Ibidem, p.93) e o Baixo Canadá que conseguiu “só de um salto, em muitos poucos anos colocar-se quase ao nível das nações mais adiantadas” (Ibidem, p.93). Fechando seu pensamento, Joaquim Ignácio Silveira da Motta complementa:

Eis como se progride quando os sentimentos patrióticos inspiram uma resolução enérgica e refletida. Todas as dificuldades desaparecem, e se tivéssemos estudado as lições desses países e dos Estados Unidos (...) estaríamos sob mais auspiciosos horizontes (MOTTA, 1878, p.94).

No momento em que apresenta esse texto, não exerce mais a função de inspetor geral da província do Paraná, mas a sua fala expressa ter ele uma atuação decisiva em grandes temáticas para a instrução, o que permite perceber como se forma o inspetor do ensino: muito menos pela função que lhe é dada e muito mais pela sua atuação. Ou seja, para que falasse sobre questões da educação na província não havia necessidade de ser o responsável pelo cargo máximo dentro da instrução: o inspetor geral. Mas é claro que a sua experiência anterior como inspetor geral e o lugar dele na política da província, com participação em frentes de decisões muito amplas, podem nos ajudar a compor esse quadro em que ele foi convocado a dissertar sobre a instrução e sua operacionalização. Essa sua participação também contribui para a interpretação de que as histórias dos sujeitos — que discursavam, pensavam, comparavam, classificavam e propunham reformas para a instrução pública primária — estavam conectadas de forma que o circuito que colocou estas ideias em trânsito pode ter também se iniciado do Paraná para outras províncias e, quem sabe, do Brasil para outros países<sup>152</sup>.

Tomando como base os relatórios dos inspetores/diretores gerais é possível percebermos tanto a permanência em citar alguns países e suas propostas para a instrução pública, quanto o deslocamento do olhar de um país para o outro (Quadro 17).

---

a Província, o Município, a família e os alunos; Causas do retardamento dos progressos da instrução pública no país e meios de removê-las.

<sup>152</sup> Entre as cartas trocadas pela família Marcondes de Oliveira e Sá, compiladas por Moysés, estão recortes de jornais onde foram publicadas poesias e notas sobre o livro de Medicina, ambos de autoria de Moysés, que circularam em jornais de Lisboa, na década de 1880. Brasileiros e seus trabalhos poderiam ter tido a mesma notoriedade no exterior, tal como a dada aos viajantes que aportavam no Brasil, desde o início dos Oitocentos. É possível identificarmos os vestígios de um entrecruzamento de ideias, semelhante ao aspecto apontado por Diana Vidal (2007) quando tomou como objeto o Museu Escolar Brasileiro e a circulação de objetos culturais entre Brasil, França e Portugal, e demonstrou que Menezes Vieira teve um trabalho de apropriação ao elaborar os quadros parietais (uma nacionalização) e que os mesmos chegaram à Escola Oliveira Lopes, em Válega, possivelmente comprados diretamente na França (VIDAL, 2007, p.215).

Década de 1850	Década de 1860	Década de 1870	Década de 1880 <sup>153</sup>
França (capacidade de organização da instrução após a Revolução Francesa)	França (Estado da instrução pública – Liceu)	França (Cursos para adultos; Estatística; Escolas Normais)	França (Capacidade de construir escolas e “ilustrar seus filhos”)
Holanda (Sistema de Classes Normais)	Holanda (Modelo de instrução primária)		
		Alemanha <sup>154</sup> (Educação Religiosa; Seminários; Concursos/exames; ginástica)	
		Estados Unidos (Ensino primário popular; Ensino primário obrigatório)	União Americana – Massachusetts (Modelo de ensino público; matrícula e frequência; ensino obrigatório)
		Inglaterra (“Progresso moral”; Cursos para adultos; Concursos/exames; Escola Normal; ginástica)	
		Escócia (Escola Normal)	
		Grécia e Esparta (Ginástica)	
		Suécia (Ginástica)	

QUADRO 18: PAÍSES E PROPOSTAS DE REFERÊNCIA PARA A INSTRUÇÃO PARANAENSE  
(FONTE: Relatórios de Inspetores/Diretores Gerais [1856-1883])

Atendo-nos somente à instrução pública primária, foco de análise desse estudo, percebemos que a França aparece representada com maior predominância nas duas primeiras décadas, passando para os Estados Unidos e a questão do ensino obrigatório nas duas últimas. No que concerne ao destaque dado à França, ele acaba coincidindo com um movimento francês que propunha: um modelo de escola primária extensivo para toda a população, iniciado pelo projeto de Condorcet (1741-1794), passando pela lei Guizot (1833), que “restabeleceu de forma sistemática a gratuidade escolar, com recursos oriundos de proventos da comunidade”, pelo Segundo Império (1852-1870), com as novas leis educacionais e incluindo a lei Falloux (1852), “que instituiu o cargo de inspetor escolar e reforçou a fiscalização do trabalho e da ação moral dos professores, embora mantendo os baixos salários” (VEIGA, 2007, p.96-97).

<sup>153</sup> Aqui compreendendo até o ano de 1883, devido ao recorte cronológico deste trabalho.

Nas duas últimas décadas, o sistema de ensino primário público e obrigatório adotado pelos estados da *União Americana* (Estados Unidos) passou a fazer parte das observações dos inspetores/diretores gerais paranaenses<sup>155</sup>. Esse conhecimento pode ter circulado com melhor amplitude depois que o Governo Imperial Brasileiro ordenou, em 1871, que fosse traduzido o Relatório sobre a Instrução Pública nos Estados Unidos, do francês Celestin Hippeau, logo após o mesmo ter sido publicado na França (GONDRA, 2002; SCHELBAUER, 2004). Os relatórios de Hippeau também foram publicados na revista da Corte (RJ), *A Instrução Pública*, dirigida por J.C de Alambary Luz. Essa revista também circulou na província paranaense e, no dia 24 de outubro de 1872, o inspetor de distrito da Lapa, Francisco Alves Guimarães, solicita ao inspetor geral João Franco de Oliveira Souza:

Havendo o Exmo. Sr. Presidente da Província me encarregado de angariar assinaturas para a folha (ilegível) que se publica na Corte intitulada – A Instrução Pública – incumbo a V. S<sup>a</sup> de pelos meios a seu alcance promover o maior número de assinaturas, especialmente entre os professores públicos e particulares e demais pessoas que se interessam pelo progresso da instrução popular para o que lhe envio a inclusa lista<sup>156</sup>. (GUIMARÃES, 24/10/1872).

Da mesma forma como esse inspetor de distrito foi encarregado de *angariar assinaturas* para a folha, essa situação pode ter ocorrido com outros inspetores, já que, como frisa Francisco Alves Guimarães, a intenção era circular a revista entre aqueles que se interessavam pelo *progresso da instrução popular*<sup>157</sup>. Outro fator que corrobora essa hipótese de circulação pode ser o fato de que, no período quando foi publicado na revista o relatório sobre *A Instrução Pública em Inglaterra* (1874), de Hippeau, foi divulgado no mesmo periódico o relatório sobre a instrução pública paranaense, do presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches (1874). Com certeza, havia interesse das províncias brasileiras em saber como a instrução pública era demarcada em outra região, como a do Paraná. Mas também, ter o seu relatório publicado dá notoriedade não só perante os outros, como também diante da sociedade paranaense que, para tanto, teria que ter acesso ao artigo.

<sup>154</sup> Aqui citam as províncias: Prússia, Westphália, Silesia, Baviera e Austria.

<sup>155</sup> Anúncios da revista *Ilustração Americana*, que também tratava de questões do ensino, eram publicados no jornal *Dezenove de Dezembro* no final da década de 1860. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1869, 15/05/1869 e 22/05/1869).

<sup>156</sup> Lista enviada com 15 assinantes da revista *Instrução Pública*, na Lapa: Antonio Alves de Oliveira; M.J. Correa de Lacerda; Antonio Feliciano de Almeida Ribas; M. Correa de Lacerda; João Caetano da Silva; Nicolau G. Padilha; Ignácio Teixeira da C. Louzada; Geniplo Pereira Ramos; Pedro Fortunato de S. M. Jr.; Ignácio de Almeida Faria e Souza; Eufrásio de Siqueira Cortes; Vicente José de Oliveira; João Manoel da Silva Braga; Gertrudes Margarida de Magalhães e Francisco Alves Guimarães.

<sup>157</sup> O livro de Celestin Hippeau passou a fazer parte do acervo da Biblioteca Pública do Paraná em 1886 (GAZETA PARANAENSE, 19/04/1886).



No mesmo ano, a revista publicou alguns dos textos dos participantes das Conferências Literárias<sup>158</sup>, muitos deles abarcando a discussão da instrução pública, incluindo os do Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello: *Espírito do Século XIX* (01/02/1874) e *América e sua civilização* (06/09/1874) (A INSTRUÇÃO PÚBLICA, 13/12/1874), que em 1883 seria o presidente da província do Paraná, no momento de formulação e publicação do Regulamento do Ensino Obrigatório. Bello (1874) elenca os países que, segundo ele, tiveram movimentos que contribuíram para o seu progresso (Alemanha, Espanha, Itália, Nápoles, Polônia, Portugal, França, Suíça, Inglaterra) e ressalta: “abramos a história; a história do XIX século é a enérgica e grandiosa evolução de um pensamento político através do tempo e do espaço” (A INSTRUÇÃO PÚBLICA, 29/03/1874). O século XIX aparece representado, na fala do Dr. Bello, como em movimento em contínua mudança, em oposição ao que se tinha anteriormente:

Três fatos concorreram para acentuar o impulso do século XIX, três acontecimentos lhe descreveram o traçado para as evoluções sucessivas, três forças se apoderaram dele ao nascer e o têm dirigido através do tempo e do espaço – a Revolução, Bonaparte e o vapor (A ILUSTRAÇÃO PARANAENSE, 29/03/1874, p.126).

O sentimento de que se estava vivendo em um século moderno aparece na fala de Bello (1874) tanto no momento que se reporta a mudanças, quanto quando destaca esses três fatores que permitiram estas *evoluções sucessivas*. Eric J. Hobsbawn (2009) analisa em seu trabalho aquilo que chamou de “era das revoluções” — Revolução Francesa (1789) e Revolução Industrial — quando palavras como ferrovia, fábrica, nacionalismo, liberal, conservador, etc., foram criadas e conceituadas. Segundo o autor,

imaginar o mundo moderno sem estas palavras é medir a profundidade da revolução que eclodiu entre 1789 e 1848, e que constitui a maior transformação da história humana desde os tempos remotos quando o homem inventou a agricultura e a metalurgia, a escrita, a cidade e o Estado (HOBSBAWN, 2009, p.17).

De forma consciente ou não, os sujeitos que apresentavam textos sobre a instrução pública deixavam transparecer essa sensação de desenvolvimento para com as questões concernentes ao ensino. Buscavam constantemente por práticas que permitissem uma nova reconfiguração para a instrução pública, o que dava uma mobilidade para as propostas e legislações voltadas ao ensino. Falar, escrever e propor mudanças para a instrução pública, para inspetores gerais e presidentes da província, ajudava na consolidação não só da própria instrução como de si mesmos como protagonistas importantes na teia de ações que se desenvolve em torno do ensino.

---

<sup>158</sup> As Conferências Literárias foram realizadas no edifício das escolas públicas da Freguesia da Glória, Rio de

Por meio dos inspetores/diretores gerais e presidentes da província foi possível identificar os países que por eles eram tomados como referência quando discutiam a instrução pública no Paraná. Porém, não ser citado diretamente em um relatório do inspetor/diretor geral não quer dizer que o país ou suas propostas para a inspeção ou instrução pública primária não eram por eles contemplados. Mesmo quando não citados diretamente, alguns países aparecem representados nos relatórios dos inspetores gerais por intermédio dos autores/pensadores que foram por eles referenciados (Quadro 19).

	<b>Década de 1850</b>	<b>Década de 1860</b>	<b>Década de 1870</b>	<b>Década de 1880</b>
<b>França</b>	Lerminier Victor Cousin Guizot Degerando Couvier	Victor Cousin Guizot	Lois Bondivanne Mgr. Dupanioup Georges Fisch Fenelon Eugene Rendu Victor Duruy Laboulaye Rostan Descartes Rousseau Voltaire Edgar Bourlonton	Hippeau
<b>Alemanha</b>	Leibnitz		Leibnitz Froebel Wagner	
<b>Inglaterra</b>	LordBoughan Lancaster			
<b>Estados Unidos</b>				Pelichet Superintendente do Kansas Hancock Searing
<b>Portugal</b>	Garret			
<b>Grécia</b>			Platão Pitágoras	
<b>Itália (Roma)</b>			Galeno Cornélio Celso	
<b>País Desconhecido</b>	Mr. Rey de Grenoble		Rollin	Buckle

QUADRO 19: OS SUJEITOS APONTADOS COMO REFERÊNCIA PARA A INSTRUÇÃO  
(FONTE: Relatórios de Inspetores/Diretores Gerais [1856-1883])

O cotejamento entre os dois quadros permite apreendermos que apesar da grande influência francesa e norte americana, essa última com maior ênfase a partir da década de

1870, outras ideias para a instrução pública, de países diversos, também eram contempladas nos relatos dos inspetores/diretores gerais. Outro fator pertinente é perceber que a nacionalidade do autor não é ligação unívoca com o sistema de ensino a que ele se reporta, isso devido também a viagens que esses sujeitos faziam a outros países para estudar como se dava a instrução pública. Assim temos franceses falando sobre o ensino nos Estados Unidos, Inglaterra e América Latina (Hippeau, Buisson, Labouyale, etc.), argentino tecendo comentários e interpretação sobre a instrução na França, Itália, Prússia, Holanda, África, Inglaterra, Alemanha (Domingo Sarmiento (1849), representante do governo chileno na primeira metade do século XIX, em viagem encomendada pelo ministro Manuel Montt), portugueses (Almeida Garret), ingleses (Lord Brougham) e outros tantos que circularam entre os países, com o mesmo objetivo, e depois escreveram as suas notas de viagem, que muitas vezes se tornavam tratados ou relatórios extensos sobre a instrução, publicados na íntegra, em trechos ou comentados em jornais e revistas, em diferentes países e províncias brasileiras. São dessas visões de mundo, como sustenta Galvão e Lopes (2010), materializadas em produtos culturais, que foram produzidas e disseminadas por diferentes grupos sociais, que tentamos entender como os sujeitos atribuíam significados ao mundo em que viviam (GALVÃO e LOPES, 2010, p.33).

O inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta (1857), ao escrever sobre a necessidade de ter escolas para meninas na província que teriam como uma das funções sociais “formar mães dignas deste nome”, cita J. B. da S. L. de Almeida Garret: “segundo o Sr. Garret, não foi esse sexo destinado, como diziam os nossos avós, para fazer meias e arrumar baús, mas também não nasceu para frequentar palestras, o foro e a tribuna” (MOTTA, 1857, p.34). Anos depois, o inspetor geral João Manoel da Cunha (1875), contrário à escola mista<sup>159</sup>, também menciona a educação feminina, seguindo o mesmo pensamento:

O aspecto que apresenta o sexo amável nos *países civilizados* de Europa faz perfeito contraste com o que ele é nos *não cultos*, onde jaz condenado a mais lastimável ignorância e excluído dos conhecimentos que elevam a alma. A mulher deve ser educada de modo a tornar-se a digna companheira do homem que governa os Estados, cultiva as ciências e faz o esplendor das nações (CUNHA, 24/03/1875, p.3 – *grifos meus*).

O pensamento do inspetor geral Manuel da Cunha podia ser semelhante ao de Garret, como visto acima, mas sua escrita permite entrever duas representações: países civilizados (Europa) e países não cultos. No segundo caso, não nomeia quem seriam esses. Países da

---

<sup>159</sup> Para ele os meninos e meninas, além de estudarem em turmas separadas, deveriam receber uma instrução diferenciada. Como reforçava: “sou infenso a este sistema de escolas” (CUNHA, 31/03/1875, p.03).

América Latina? Do oriente? Brasil? Como já visto em estudos já referendados neste trabalho, o Brasil foi representado nas Exposições Internacionais, ao longo do Oitocentos, como um país de belezas naturais e de um povo rude, até mesmo animalesco, que necessitava de civilização. O viajante Agassiz, em *Viagem ao Brasil* (1865-1866) para estudar a fauna, registra várias imagens encontradas entre as províncias brasileiras visitadas e, em junho de 1865, palestrou sobre “diversos assuntos científicos” em uma conferência no Rio de Janeiro, assistida pelo Imperador e suas filhas. Sobre esse momento, escreve:

uma palavra sobre essas conferências; dando crédito às que nos dizem os próprios brasileiros, elas constituem para eles uma novidade desconhecida e, até certo ponto, uma revolução nos seus hábitos. Se algum trabalho científico ou literário é apresentado ao público do Rio, é em condições especiais e diante de um auditório de elite, na presença do Imperador, que o autor faz solenemente a leitura. (...) A princípio, a presença de senhoras foi julgada impossível, como sendo demasiada inovação nos hábitos nacionais; mas esse preconceito foi logo vencido e as portas se abriram para todos, à moda da nova Inglaterra (AGASSIZ, 2000, p.113).

Segundo esse relato, poucos brasileiros tinham condição e oportunidade para assistir uma conferência científica, até porque isso era uma *novidade desconhecida*, impossível, inclusive, de ser concebida a presença de senhoras. Se comparado com as falas dos inspetores gerais sobre a educação da mulher — que não deveria *frequentar palestras* (MOTTA, 1857) e sim ser *digna companheira do homem que governa os estados* (CUNHA, 1875) —, notam-se semelhanças. E quando observamos, no trecho acima, que *a inovação dos hábitos nacionais* seguiu *à moda da nova Inglaterra*, percebemos discretamente o reforço de uma representação que tomava o Brasil como hierarquicamente inferior. Na comparação, se existe um país civilizado, como escreveu o inspetor geral Manuel da Cunha, existe um país não culto.

Essa representação de inferioridade civilizatória<sup>160</sup> parece ter sido um dos elementos que impeliam os representantes da inspeção e instrução pública primária paranaense a estarem a par dos assuntos sobre o ensino que vigoravam em outros locais. E por vias que ainda desconhecemos, dois inspetores/diretores gerais, em momentos distintos, apontaram as proposições de Almeida Garret (como era conhecido em terras portuguesas) para reforçar suas ideias para a educação feminina. Garret foi deputado várias vezes e chefe da Repartição do

---

<sup>160</sup>Entendo que o termo civilização abarca um conceito muito mais amplo, como sustenta Cynthia Veiga (2010): “para a discussão da sociedade brasileira do século XIX é importante atentarmos para a impossibilidade de transportar um conceito, civilização, que teve um processo de construção histórica tão demarcada no contexto europeu. Entretanto, isso não significou, evidentemente, que o termo não tenha sido incorporado pelas elites brasileiras, ressaltando-se a peculiaridade dessa apropriação na medida em que o utilizavam para se auto referirem, e não para se referir a uma nação, como forma de produção de sua autoimagem e, por vezes, isso punha em dúvida as condições do restante da população a vir a ser utilizada. Nos relatos dos presidentes da província é recorrente o discurso em relação à existência de uma população desqualificada, atrasada, caracterizando o discurso a favor da disseminação da instrução” (VEIGA, 2010, p.268).

Ensino Público no Ministério dos Negócios do Reino, na primeira metade do século XIX<sup>161</sup>. Joaquim Ignácio Silveira da Motta (1857) não diz o título da obra, mas pela sua citação poderia ser o tratado *Da Educação*, de 1830, sobre a educação da princesa de Portugal. Nele, Almeida Garret (1830) divide em três momentos a educação: corpo (a questão física, com boa higiene e ginástica); coração (educação moral, com estudo dos deveres naturais da família, do Estado, da sociedade, da cidade e da religião) e espírito (intelectual). Na infância, a educação seguiria a seguinte ordem: 1º física, 2º moral e 3º intelectual, sendo que nela e na puerícia<sup>162</sup> os pais podiam e deviam educar seus filhos, depois, a educação deveria dividir-se: meninos para o colégio e meninas para o gineceu, “sob a vigilância da mãe e a seu cuidado somente” (GARRET, 1830, p.20).

O gineceu seria um aposento, um lugar destinado somente às mulheres, portanto, a menina receberia educação, mas não a mesma que o menino e, sendo de exclusividade um lugar feminino, aprenderia o necessário e se tornaria uma boa mãe no futuro. O prefixo gineco, que dá origem ao termo gineceu, vem do grego *gynéou gynaikós*, que significa mulher. A educação das meninas, na casa da aristocracia grega, ficava a cargo das mulheres mais velhas (mãe, avó, criadas), num espaço interno da residência denominado de gineceu (MOSSÉ, 1985, p.72). Entre as semelhanças existentes entre a proposta de Garret (1830) para a educação feminina e a que se dava na Grécia, é possível observar que o componente do moderno se alçava nas iniciativas apontadas no passado.

Veiga (2007 b), ao discorrer sobre a relação de interdependência entre alunos e professores, aponta que a alteração das concepções pedagógicas no processo de produção da civilização acaba por interferir nesta relação e o desenvolvimento das ciências, como biologia, medicina e psicologia, contribuindo para uma *descoberta da mulher* e da sua educação. Como demarca a autora, se tem uma

Percepção de que ela não é somente educável como deve ser educada e civilizada. Nesse contexto, intensificaram-se os apelos à educação da mulher para uma prática específica – não o ser mãe, mas o saber ser mãe, saber ser esposa, saber cuidar do lar através do controle dos afetos e da racionalidade dos sentimentos, o que pode ser observado, por exemplo, na proliferação de uma literatura especializada e dirigida ao público feminino (VEIGA, 2007, p.56).

---

<sup>161</sup> Ao tratar da educação estatal em diferentes países do ocidente, Veiga (2007) sustenta, sobre Portugal, que a primeira Constituição foi promulgada em 1822. O regime monárquico durou de 1820 a 1910 e que a legislação de 1826 implanta a gratuidade do ensino. “Já nas reformas ocorridas no biênio 1835-1836 acrescenta-se a obrigatoriedade de os pais de família enviarem os filhos com mais de sete anos à escola, sob pena de sanções” (VEIGA, 2007, p.110).

<sup>162</sup> Almeida Garret dividia as etapas da educação em quatro: infância (1º física, 2º moral e 3º intelectual); puerícia (1º moral, 2º física, 3º intelectual); adolescência (1º intelectual, 2º moral, 3º física); puberdade ou nubilidade (1º moral, 2º intelectual, 3º física) (GARRET, 1830, p.18).

Logo no começo de seu livro, Almeida Garret (1830) escreve sobre tratados de educação, reforçando que não iria traduzir nenhum, mas que estudou a educação dada em colégios da França, da Inglaterra, comparando método e observando os resultados. Entretanto, pontua que:

Nenhuma educação pode ser boa se não for eminentemente nacional. Devemos examinar as escolas, estudar os sistemas de educação dos países mais civilizados, não para mandar a elas nossos filhos – que os não queremos para franceses, ingleses ou alemães, senão para portugueses – mas para melhorarmos e aperfeiçoarmos nossas escolas por essas (GARRET, 1830, p.10).

Esses dois movimentos (observar outros países e pensar mudanças para as escolas) aparecem nos relatórios de presidentes, inspetores e professores. Também é contemplada a questão da transposição de modelos para a instrução pública primária, que, para os sujeitos envolvidos com o ensino, não se tratava de olhar o que estava sendo feito em outros países somente para copiar um método, uma teoria, mas enxergar nas ações do outro o que dava certo ou errado, dando um novo sentido de acordo com as condições brasileiras e, no caso estudado, da província paranaense. O inspetor geral José Lourenço de Sá Ribas (1864) ao discorrer sobre a instrução pública, pontua: “não é lisonjeira como prometera sua bela organização que fizera refletir sobre esta província os resplendores dessa luz que há conduzido os velhos povos à civilização, sem esquecer de adaptá-la às condições do país” (RIBAS, 1864, p.54).

Em 1857 quando escrevia sobre o papel do professor, o inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta (1857) cita Lord Brougham: “será o instituidor e não mais o canhão que dora em diante se tornará árbitro dos destinos do mundo” (MOTTA, 1857, p.28). Em 1878, já o traz para a discussão falando da importância da magistratura, ao organizar as leis sobre a educação da infância:

Lord Brougham, em um discurso sobre a educação, sustentava: que os códigos criminais e todos os aparelhos judiciários, frequentemente, ineficazes para reprimir os crimes eram importantes para a prevenção. Criaí salas de asilo, abri escolas, instruí e moralizai as classes pobres onde se recrutam criminosos, e tereis feito mais para desenraizar os crimes do que fazem os pontões, Botany-Bay, a penitenciária, e o *tread-mill* (moinhos de disciplina) (MOTTA, 1878, p.125).

Homem de muitas viagens, Lord Henry Broughamand Vaux, chanceler inglês, tem suas ações à frente da organização da legislação geral da Inglaterra repercutidas na imprensa (jornal Diário do Rio de Janeiro, 1843/1844) e em documentos oficiais do império (Anais do Senado do Império do Brasil, 1867). Em 1843, no jornal Diário do Rio de Janeiro, de propriedade de Nicolao Lobo Vianna, a seção intitulada *Miscellanea* se remete ao lorde:

Dizem que M.Ch. Bulwer, membro do parlamento, publicará breve um romance novo, e aí está lord Brougham, um dos homens mais consideráveis do reino, que terminou agora o terceiro volume dos seus bosquejos. O livro do estadista inglês trata mais particularmente da Revolução Francesa. Danton, St-Just, Robertierre tem grande parte nesse livro: os políticos o lerão para se distraírem, os outros para se instruírem. Lord Brougham está para os ministros como Alex Dumas para os escritores, Donizetti para os maestri, H. Vernet para os pintores. Anda sempre em viagem; no tempo que lhe resta redige suas notas, e nas horas vagas administra (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 05/11/1843, p.01).

Pela descrição feita no jornal, apesar da ironia quanto às suas viagens<sup>163</sup>, o referido lorde era uma pessoa importante na Inglaterra, comparado com sujeitos de áreas diversas, que faziam sucesso à época<sup>164</sup>. Em 1844, no mesmo jornal é publicado um comentário das *Cartas sobre a Inglaterra – Lord Brougham – A Reforma da Legislação*, na seção “Exterior”. Nesse artigo fica também evidente a preocupação do lorde com a organização geral das leis inglesas: “Lord Brougham não tem vivido tanto tempo no santuário para ignorar que só a palavra de código lança o susto na magistratura, no foro e no parlamento (...)” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 09/04/1844, p.01). Citar Lord Brougham em um relatório, ao referenciar um pensamento, poderia ser uma tática do inspetor para, além de demonstrar seus conhecimentos sobre o assunto, conseguir que suas ideias fossem aceitas. Ele cita o lorde responsável por reformar a legislação inglesa no momento que solicita a aprovação do seu regulamento para a instrução pública na província, como se estivesse dando uma garantia de que também obteria sucesso, uma vez que a reforma do ensino era uma necessidade.

O inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta (1857) cita o método de Joseph Lancaster (1778-1838) em seu relatório ao presidente, informando que dentre as escolas na província, nove utilizavam o método (ensino mútuo). Na província havia a prescrição de que o método mútuo fosse o adotado nas escolas, mas não era obrigatório (MOTTA, 1857, p.28). No plano de divisão do ensino, prescrito pelo inspetor geral<sup>165</sup>, é possível identificar na organização da sala de aula (alunos distribuídos em 4 bancos escolares, de forma

<sup>163</sup> “Quando não sabe mais o que há de fazer, volta para o seu palácio de West-End. Lord Brougham esteve em Paris no inverno último, viram-no na Itália na primavera; está portanto explicado porque está hoje em Inglaterra” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 05/11/1843, p.01).

<sup>164</sup> Alex Dumas (Alexandre Dumas ou Dumas Davy de la Pailletterie) era romancista francês (1802-1870) e obteve sucesso como escritor ([www.dumaspere.com](http://www.dumaspere.com)); Donizetti (Domenico Gaetano Domizetti), compositor italiano (1797-1848) que, entre suas óperas e marchinhas, a ópera *Esule di Roma* foi a primeira a alcançar sucesso, em 1828 (SARACINO, 1993); H. Vernet (Émile Jean Horace Vernet), francês (1789-1863), filho e neto de pintores, que se destacou pintando batalhas (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 2009).

<sup>165</sup> Quadro 3, no primeiro capítulo.

hierarquizada, de acordo com seu nível de aprendizado) que Joaquim Ignácio Silveira da Motta teve como base o pensamento lancasteriano<sup>166</sup>.

A mesma percepção também pode ser feita quando lemos os seus ofícios e relatórios enviados à presidência da província com o posicionamento contrário aos castigos físicos. Como pontua Veiga (2007), “Lancaster criticava a aplicação de castigos físicos considerando mais eficiente o emprego do vexame público, que incluía pendurar cartazes pejorativos no pescoço dos alunos, mas também elogios e prêmios aos bem comportados” (VEIGA, 2007, p.122). Ao reforçar a utilização do método lancasteriano, o inspetor geral também elevava a província ao que era considerado como moderno para o ensino, que Hilsdorf (1999), ao tratar da província paulista, aponta: “não apenas o método mútuo conhecia, à época, uma difusão em escala mundial, como também aparecia como uma das linhas de ponta do pensamento pedagógico e como um dos modos de expressão/produção do modelo sociopolítico-cultural então dominante” (HILSDORF, 1999, p.91).

Muitas vezes os sujeitos citados pelos inspetores/diretores gerais, presidentes da província e professores eram os mesmos, quase com o mesmo sentido na frase. Em 1854, o professor João Baptista Brandão de Proença citou *Degerando*<sup>167</sup> para falar do magistério público e de sua importância para instrução, apesar dos professores serem mal remunerados, dizendo que o referido autor “considera o magistério público, o professorado como uma espécie de sacerdócio civil” (BAPPR, 1854, p.49). O inspetor Joaquim Ignácio Silveira da Motta (1857) cita *Degenerando* “tratando da tendência do homem ignorante para instruir-se” (MOTTA, 1857, p.09). A grafia do nome é diferente, mas a preocupação com a instrução aparece de forma semelhante.

Segundo estudo de Bastos (1999) sobre a formação de professores dada na primeira Escola Normal (1835-1851) do Brasil, em Niterói, capital da província do Rio de Janeiro, o barão Joseph-Marie de Gérando (1772-1842) foi secretário geral e presidente da *Société pour l’Instruction Élémentaire*, “que dominou a vida pedagógica francesa durante vinte anos e

---

<sup>166</sup> No Regulamento de Ordem Geral, de 08/04/1857, também pode ser observado o sistema de monitorias, com os alunos-mestres (alunos que se destacavam e que depois auxiliavam os professores nas atividades), o que também faz parte do método proposto por Lancaster.

<sup>167</sup> A obra do Barão de Gerando, *Curso Normal para professores de primeiras letras ou direções relativas à educação física, moral e intelectual nas escolas primárias*, foi traduzida por João Candido de Deos e Silva e publicada pela Typographia Nictheroy de M.G. de S. Rego, em 1839 (encontra-se na Biblioteca Nacional). Sobre a Escola Normal no Brasil e a formação do magistério, Bastos (1999) demarca: “a preocupação das autoridades em qualificar o professor com o que havia de mais atual e moderno para a preparação de mestres para o ensino mútuo leva à tradução e impressão da obra do barão de Gérando, intitulada Curso Normal para professores de 1ª letras ou Direções relativas à Educação Physica, Moral e Intelectual nas Escolas Primárias, editada na França em 1832” (BASTOS, 1999, p.120).



assegurou a promoção do método mútuo, acompanhado de grande progresso da instrução popular” (BASTOS, 1999, p.124). O professor João Baptista Brandão de Proença é o primeiro a trabalhar com o ensino mútuo no Paraná e pela sua referência ao barão de Gérando, podemos ter em consideração que já conhecia sua obra. No que concerne ao inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta, além da indicação em seus ofícios de que os professores lançassem mão do ensino mútuo em suas aulas, em 1878 cita a obra de *Degerando*, intitulada *O Visitador do Pobre*:

É sentimento geral; entre as classes ignorantes, a necessidade de nutrir-se e de abrigar-se é a única lei; a do alimento espiritual pouco se faz sentir, o operário e o lavrador que não conhecem outros proveitos, senão os que tiram do trabalho dos seus braços não se preocupam com a cultura do espírito e do coração, e não desejam para os filhos o que eles ignoram, e ao contrário evitam para não se privarem do serviço momentâneo que dos filhos podem tirar. *Degerando, na sua obra, o Visitador do pobre* – com a proficiência e espírito prático de quem se empregou por longo tempo na educação popular sustenta esse princípio, e estabelece: que ao inverso de todas as outras coisas em matéria de instrução, tanto maior é a falta quanto menor é a procura. E é a razão porque o selvagem é estacionário (MOTTA, 1878, p.121 – *grifos meus*).

A intenção do inspetor geral, ao referenciar as ideias do barão de Gérando, era demonstrar que os pais que não tiveram acesso à instrução, que trabalhavam e tiravam o seu sustento do campo, tinham receio daquilo que, por ignorância, desconheciam. Por isso, o medo de que os filhos depois de instruídos não dessem valor para os hábitos familiares (Ibidem, ibidem). No livro *Visitador do pobre*, a preocupação com a instrução aparece atrelada à assertiva de que: “um dos maiores serviços que nós podemos prestar aos pobres, é o de preservar os seus filhos de tão funesta influência: uma boa educação dará a estes filhos uma oportunidade de um dia sustentar seus velhos pais e consolá-los” (BARÃO DE GÉRANDO, 1846, p.103).

Apesar de lidarmos com pequenos fragmentos do pensamento do barão de Dégerando, citado pelo professor e pelo inspetor geral, é possível percebermos indícios de que havia uma circulação e uma permanência dos textos do mesmo e de suas ideias sobre instrução nos relatos dos envolvidos com o ensino paranaense. Embora com conteúdo parecido, as citações são diferentes, o que nos mostra que o inspetor geral apreendeu, manipulou e escreveu sobre o mesmo assunto a partir da construção de sentido que deu para a obra citada, deixando-nos entrever aquilo que Chartier (1999) reforça: que “a recepção dos livros também inventa, desloca e distorce” (CHARTIER, 1999, p.09) e que “o leitor encontra-se, sempre, inscrito no texto, mas, por seu turno, este se inscreve diversamente nos seus leitores” (CHARTIER, 1988, p.123). Remeter-se a um país ou autor para justificar sua

proposição era uma prática recorrente nos escritos do inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta.

O alemão Leibnitz (Leibniz) também é citado várias vezes por presidentes da província e inspetores/diretores gerais. Para o inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta (1857), a instrução como *arma poderosa* para mudar um povo podia ser representada na fala de Leibnitz: “eu sempre pensei que reformaria o gênero humano se a educação da mocidade fosse reformada” (MOTTA, 1857, p.3). O presidente da província André Augusto de Pádua Fleury escreve em seu relatório:

Dai-nos à educação da primeira infância nós reformaremos a sociedade, disseram-o sucessivamente, cada um em sua linguagem, Bacon na Inglaterra, Leibnitz na Alemanha, Fénelon e João Jacques Rousseau em França, como muito bem observa Girardin (FLEURY, 1865, p.14).

E o inspetor geral Bento Fernandes de Barros reforça, doze anos depois: “a verdade que um dos maiores filósofos da idade moderna, Leibnitz, proclamou há cerca de dois séculos, dizendo que – se reformasse a educação se reformaria o gênero humano” (BARROS, 1871, p.1). Três anos depois, novamente Leibnitz é citado por um presidente: “dai-me um século de instrução pública e eu mudarei o aspecto do mundo” (ABRANCHES, 1874, p.23). A dinâmica de citar praticamente as mesmas ideias e autores persiste em quase todos os relatórios, e se fôssemos buscar todos os casos semelhantes escreveríamos várias páginas de comparação. Se o modelo citado aparecia de forma recorrente na imprensa, nos outros relatórios ou em livros de importante circulação na área, ele era utilizado de forma recorrente pelos presidentes, inspetores e professores. Como o revezamento no atletismo, o bastão era passado para o próximo inspetor, que o mantinha e passava adiante ou deixava cair, para pegar o próximo que estivesse em evidência. Com exceção do relatório do inspetor geral Bento Fernandes de Barros, que traz como nota de rodapé a maioria dos autores que cita, os outros inspetores/presidentes/professores dão como conhecidos os sujeitos referenciados.

Em seu relatório, o inspetor geral João Manoel da Cunha (1875) aponta os quatro problemas que, em sua opinião, existiam na província: escolas, mestres, discípulos e métodos. Como caminho para resolvê-los, indica a higiene nas escolas, a ginástica e a música como conteúdos, a obrigação legal do ensino e a participação dos pais. Sobre a higiene, cita dois médicos romanos, Aulo Cornélio Celso (25-50 a.C.) e Galeno de Pérgamo (129-210)<sup>168</sup> antes de falar sobre a “salutar ciência da higiene, que diz em grego a arte de conservar a saúde e, portanto, de prevenir as moléstias” e utiliza da máxima *mens sana in copor sano* (CUNHA,

---

<sup>168</sup> Sobre a atuação desses dois médicos, ver: ALVES e TUBINO, 2009; DAREMBERG, 1859.

20/03/1875, p.03). Escrita pelo poeta e filósofo romano Décimo Júnio Juvenal (60-140d.C.<sup>169</sup>) a *máxima de Juvenal*, como ficou conhecida, comparecia em muitos trabalhos de medicina até o século XX, com o intuito de mostrar que a saúde mental, a saúde da alma, seria plena somente quando em conjunto com a saúde do corpo (DUARTE, 1986; MENDES, 2006). Sobre o segundo médico citado pelo inspetor, Galeno de Pérgamo, Mary del Priore (2007) explica:

Galeno, citado em manuais de medicina entre os séculos XVI e XVIII era quem melhor definia o que fosse a primeira idade do homem: a “puerícia” tinha a qualidade de ser quente e úmida e durava do nascimento até os 14 anos. A segunda idade, chamada adolescência, cuja qualidade era ser “quente e seca”, perdurava dos 14 aos 25 anos. Na lógica de Galeno o que hoje chamamos de infância corresponderia aproximadamente à puerícia. Esta por seu turno, dividia-se em três momentos que variavam de acordo com a condição social de pais e filhos. O primeiro ia até o final da amamentação, ou seja, findava por volta dos três ou quatro anos. No segundo, que ia até os sete anos, crianças cresciam à sombra dos pais, acompanhando-os nas tarefas do dia-a-dia. Daí em diante, as crianças iam trabalhar, desenvolvendo pequenas atividades, ou estudavam a domicílio, com preceptores ou na rede pública, por meio das escolas régias, criadas na segunda metade do século XVIII, ou, ainda aprendiam algum ofício, tornando-se “aprendizes” (DEL PRIORE, 2007, p.84).

A idade que aparece como a segunda divisão da puerícia é a mesma delimitada como obrigatória para a entrada de meninos e meninas nas escolas, durante o momento em que esse inspetor geral exercia a função, apesar de ser admitida a matrícula de crianças desde os seis anos de idade<sup>170</sup>. A prática de tomar o discurso médico como alicerce para propostas educacionais não seria exclusiva desse inspetor geral, todavia. Esta junção também pode ser entendida à luz de sua própria formação, uma vez “além de advogado, doutor em Direito, professor ilustre de línguas, inspetor e diretor de ensino secundário, João Manoel foi *médico homeopata ainda que não formado*” (ALMEIDA, 2001, p.19 – *grifos meus*).

Quanto à ginástica, ou, como sustenta: “arte de exercitar o corpo para fortificá-lo” (CUNHA, 24/03/1875, p.02), o referido inspetor geral se remete à Grécia e Esparta, concluindo:

Os germes dessa renascença brotaram dos escritos de Descartes e de J.J. Rousseau cultivada primeiro na Inglaterra, depois na Alemanha e outros países, em todos os estabelecimentos de educação, e na Suécia posta em prática por *hábeis médicos como meio curativo* (...).(CUNHA, 24/03/1875, p.2 – *grifos meus*).

Novamente o inspetor lança mão de um repertório que talvez já fosse conhecido não pela sua relação com a instrução, mas pela sua prática como homeopata. Mencionar René

<sup>169</sup> Data de nascimento e óbito aproximada.

<sup>170</sup> Segundo o Regulamento de Instrução Pública Primária, de 01/09/1874, não seriam admitidos como matriculados os menores de 5 anos (art.9º, §3º) e o ensino era obrigatório para meninos de 7 a 12 anos e para meninas de 7 a 10 anos (art.24).

Descartes (1596-1650) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) era compactuar com um período em que a infância passou a ser alvo de um olhar duplo, tanto voltado para o físico quanto para o mental (NASCIMENTO, BRANCHER, OLIVEIRA, 2008, p.07).

Ainda em seu relatório, escreve que o ensino obrigatório deve ser *humanitário* e *salutar* (palavra que remete também a um pensamento médico, no sentido de curativa) e dirige um clamor aos pais:

Pais e mães de família, sois vós os verdadeiros diretores e inspetores do ensino público – vestra res agitur – a causa é toda nossa. De hoje avante tereis uma cadeira de honra em todas as aulas da província, para sob vossas vistas, debaixo de vossa imediata inspeção, todas as semanas, ou ao menos todos os meses, avaliardes o progresso moral e intelectual de seus filhos. (...) Chamai muitas vezes o mestre a vossa casa, convivei com ele, já que é depositário do vosso maior tesouro. (...) Se assim fizerdes, sereis os redentores da infância, como Froebel, na Alemanha, para fundar a escola jardim ou jardim de infância (kindergarden) ao qual levarei vossos filhos desde a idade de dois anos. Que feliz redenção esta, em que vosso filho será tratado pela mão de um cultor desvelado, que, como o caridoso Froebel, fará subscrever, cheio de inefável felicidade, nos partivos desse éden terreal esta imortal divisa: voltei minha vida à infância (CUNHA, 20/03/1875, p.3).

Do trecho é possível perceber que o inspetor, ao propor que os pais tivessem uma relação direta com a educação escolar dos filhos, incitava, conseqüentemente, uma participação maior desses responsáveis, que poderiam exigir do governo melhorias para o ensino público, uma vez que os nivelava como diretores e inspetores. O inspetor geral João Manoel da Cunha evidencia também uma preocupação com uma criança pequena (2 anos) — que, portanto, não frequentava a escola elementar que era o início do sistema de ensino na província, defendendo a ideia de jardins de infância para esta faixa etária — e uma representação da infância como um bem precioso, o *maior tesouro*. É visível que não era só a instrução pública primária o foco de sua atenção, o que acabava por colocá-lo à frente de uma nova seara de discussões e solicitação de um novo atendimento voltado para a criança: a educação infantil. O modo de proceder dos pais e os jardins de infância instauram uma marca de novidade nas questões geralmente levantadas pelos inspetores gerais e compactua com o pensamento de que essas práticas eram modernas. Como demarca Kuhlmann Jr. (2007):

A difusão da proposta froebeliana percorre caminhos que vão da longa tradição da modernidade e seus indivíduos intelectuais, até as formas das associações e congressos em que coletivos de intelectuais consagram esses indivíduos como sujeitos históricos, heróis e autores das propostas institucionais que se propagaram por diferentes contextos nacionais e sociais (KUHLMANN JR., 2007, p.114).

Outro integrante dessa relação escola-aluno-professor-pais, que é também representado pelo inspetor geral com esse perfil de salvador, é o professor. Segundo determina:

*Se o pai não pode dar o ensino ao filho, a lei protetora deu-lhe um vice para que o substitua nesse cargo. Este substituto paterno é o mestre, a quem o estado paga para esse fim, ou permite que os haja pagos por particulares para os que não o tem ou não querem mandar seus filhos à escola pública (CUNHA, 20/03/1875, p.3 – grifos meus).*

O inspetor geral eleva o papel do professor a uma importância nodal dentro da instrução pública primária. Essa ênfase no professor como um *substituto paterno* pode ser compreendida se nos reportarmos ao referencial que embasa grande parte de suas propostas: Rousseau. Narodowski (2001) pontua que em Rousseau “a relação do adulto com a criança é assimétrica. O adulto é o autônomo e a criança a heterônoma” sendo “a dependência como característica natural intrínseca da infância” (NARODOWSKI, 2001, p.65). O autor ainda chama atenção para o fato do Emílio, de Rousseau, ser órfão e essa condição possibilita que o mestre assuma a função de ordenamento escolar de todas as crianças porque exerce um poder soberano (ibidem). O inspetor geral João Manoel da Cunha não mata os pais, mas entrega a educação dos filhos ao professor. Ele reforça:

Vossos filhos, salva as exceções, não vão bem dirigidos. Condescendeis com eles, pelo desejo de vê-los satisfeitos em seus caprichos e veleidades, custe o que custar. Quem não ficará boquiaberto ao ver uma criança, de 8 a 10 anos, de casaca, chapéu, alho, relógio, luvas, bengala, e, o que ainda é mais, um grande charuto atravessado na boca?! Por isso, muitas vezes insubordinado, vaidoso e conhecedor de tantas coisas que, apesar da vigilância, lá foi aprender com o de mundo familiar. Por que deixar assim fugir-nos a idade pequena, que, a maneira de cera mole, está disposta a receber todas as boas e generosas impressões?! Sei que não são estes os vossos desejos, mas ficas certos que são esses os desastrosos resultados de vosso mal entendido amor. É sabido que falseiam a inteligência do menino com a ideia que o fazem conceber da escola, dizendo-lhe: “ninguém mais pode com esse menino, é preciso manda-lo para a escola”. De modo que a escola é o calabouço que deve punir os discípulos e refratários e o pobre mestre, o ferrenho carcereiro, destinado ao suplício de guardá-la. Devemos antes dizer-lhe: vai inespertoaculito, matricular-se no templo da ideia de que serás um dia sacerdote (CUNHA, 20/03/1875, p.3).

Nota-se que o olhar do inspetor geral volta-se a necessidade de tornar a escola mais agradável para a criança (aluno), trazendo uma delimitação de faixa etária (8 a 10 anos), a *idade pequena*, e trabalhando com uma representação da infância como um período que se pode esculpir, à *maneira de cera mole*. Essa comparação da criança com uma cera mole condizia com o pensamento de Comenius (1592-1617), de que o cérebro na infância era “inteiramente úmido e mole e apto a receber todas as figuras que se lhe apresentam” (COMENIUS, 2001, p.144), e de John Locke (1632-1704), com a indicação de que a criança seria uma *tábula rasa*<sup>171</sup>.

---

<sup>171</sup> Para Aristóteles, Descartes, e outros inatistas, as ideias já nasciam com o homem. John Locke, discípulo de Francis Bacon, propõe a teoria empírica, que compreende que todo o conhecimento do homem é aprendido ao

Essa menção feita pelo inspetor geral ia de encontro com o que também propunham os médicos durante o período<sup>172</sup>. Direto do periódico carioca *A Mãe de Família*, de propriedade do médico Carlos Costa, foi publicada no jornal *O Paranaense*, a “Palestra do Médico às Mães de Família”, assinada pelo proprietário da revista, que também era seu editor. O médico reforçava às mães que o cérebro da criança ainda não estava preparado para “tanto esforço intelectual” e que:

Como já expus há pouco tempo, entre nós em grande número de famílias, a criança logo que chega aos seis anos é ameaçada do colégio. Minhas senhoras, é um erro esse procedimento. O ilustre e filantrópico médico francês o Dr. Brochard<sup>173</sup> muito bem diz “que na infância é tão perigoso cuidar-se prematuramente da educação intelectual como da alimentação” (COSTA, 07/12/1879, p.3).

O interessante desse cotejamento do texto do inspetor geral com a palestra do médico carioca, que circulou em um jornal da província paranaense, é perceber como as ideias contornavam as fronteiras geográficas e se faziam presentes mesmo em lugares distantes, com toda a precariedade que poderia existir nesse traslado feito pelos correios da época. Percebo que, mais importante do que tentarmos encontrar fonte dos posicionamentos feitos pelos inspetores, é percebermos que, cada um a sua maneira, mesmo sem formação específica em uma Escola Normal, tiveram contato com clássicos sobre a infância/ensino, os quais estavam em circulação no período aqui demarcado, e que por meio destas referências ou se valendo delas, forjaram um repertório pedagógico.

Voltando ao texto do inspetor geral João Manoel da Cunha (1875), a música, que lhe era cara<sup>174</sup>, também ganha destaque: “vou falar de outra sorte de ginástica do nobre órgão do pulmão, e ao mesmo tempo arte geradora dos sentimentos mais elevados e sublimes do coração: a música” (CUNHA, 24/03/1875, p.02). Para embasar esta importância da música cita dois filósofos, Pitágoras (570-496 a.C.) e Platão (427-347 a.C.), o *tratado de Rousseau*, passagens bíblicas (cânticos dos hebreus e de Moisés, a harpa do rei David) e o músico alemão Wilhelm Richard Wagner (1813-1883). Assim deveria ser o ensino da música, segundo o inspetor geral:

É pois necessário que os mestres em nossas escolas saibam ao menos a música vocal para ensiná-la à infância. E já que não nos é dado tê-los como na Alemanha onde o

---

longo de sua existência. Nesse sentido, a criança seria uma tábula rasa, um papel em branco, a ser preenchido (CAMBI, 1999; HILSDORF, 2005; LOCKE, 1986).

<sup>172</sup> Em sua tese de doutorado, Gondra (2000) estuda as teses de médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, durante o período de 1850 a 1890, evidenciando os projetos educativos desses sujeitos para a população brasileira no geral (GONDRA, 2000).

<sup>173</sup> Segundo CARULA (2011), “para a criação de *A Mãe de Família*, Carlos Costa se inspirou no jornal francês, editado pelo também médico André Théodore Brochard (1810-1882)” (CARULA, 2011, p.01).

<sup>174</sup> Segundo Almeida (1942), João Manoel da Cunha “fazia audições de música de câmara, executando trios e quartetos de Haydn, Mozart e Beethoven” (ALMEIDA, 1942, p.438).

mestre é organista da paróquia com o socorro da magistral rabeca, (ilegível) e guia os coros e hinos escolares, pois ao menos o nosso preceptor dirigir com o coração e ritmo a saudação que a escola deve levantar a Deus e o hino pátrio que deve cantar a nação no começo de cada sessão (CUNHA, 24/03/1875, p.2).

Lendo o relato do inspetor geral João Manoel da Cunha é possível aventar que as suas propostas não são originadas somente pelas demandas que circulavam na sociedade (apesar disso ter um grande peso), mas fazem parte de sua formação, de sua história de vida. Analisando os relatórios dos inspetores/diretores gerais percebemos que esses não se fixavam em apenas um país ou pensador para discutir suas propostas para a instrução pública primária paranaense. Estavam sempre se remetendo a outros modelos que, em sua visão, “deram certo”, numa busca sem fim. Essa constante caça a outros modelos pode nos indicar que, na visão desses sujeitos, era sempre insuficiente o que estava sendo feito e utilizado nas escolas da província, numa “permanente reafirmação de uma inferioridade imaginada” (VEIGA, 2006, p.127). Mas também permite percebermos que essa constância em se romper com o que se tem em busca de outra teoria, outro método, é uma característica da modernidade, ou pelo menos, do pensamento o qual busca ser moderno, que procura, pelo menos, se mostrar diferente do que já estava posto.

Havia uma circulação intensa de modelos, sistemas, métodos, livros, legislação e ideias pedagógicas durante o período. Movimento esse que não era exclusivo do Paraná e nem uma característica brasileira somente. Esse trânsito não era apenas hierárquico, dos países *civilizados* para os *não-civilizados*; não era um transplante. Houve, em alguns momentos, apropriações do que circulava. Essas apropriações entendidas à luz do esquema conceitual de Roger Chartier (1988), no sentido de que os inspetores gerais e outros sujeitos envolvidos com a inspeção e instrução pública primária no Paraná, reformularam o que leram e escutaram para a realidade paranaense. A leitura ou o que discutiram em rodas de conversa passaram por um processo de produção de sentido. Pelo menos essa preocupação foi registrada em documentos, como vimos no relato do inspetor geral José Lourenço de Sá Ribas (1864). E adaptar, reformular, nacionalizar, não são ações que podem ser encaradas como processos de criação de sentidos?

Talvez seja essa a característica buscada por muitos desses sujeitos que se propuseram a discutir questões sobre e para a instrução pública primária na província paranaense: mostrar algo diferente ou, pelo menos, remodelado. É possível aventarmos que apesar de utilizarem como aporte teórico de suas ideias autores que lhes eram contemporâneos — Guizot, Hippéau, Cousin, Garret, etc. —, o que evidenciaria um pensamento novo, senão atual para a sua época, os inspetores/diretores gerais também referenciavam pensadores de

séculos passados — Descartes, Rousseau, Galeno, Cornélio Celsus, etc. —, que são contemplados como clássicos sobre o assunto que escolheram para discutir. Havia, dessa forma, um movimento duplo feito pelos sujeitos ao referenciar países e autores como modelos: ao mesmo tempo em que isso mostrava a sua erudição (ao remeterem-se a filósofos ou pensadores considerados como exemplos pela sociedade a que se reportavam), fazia-se perceber como inovador, uma vez que se ancorava em ideias para a instrução que tiveram êxito.

## **2. A “MARCHA DA ESCOLA”: ACERTO DE COMPASSO ENTRE RESPONSÁVEIS PELA INSPETORIA E PROFESSORES DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA**

Mesmo com algumas mudanças, seja pela verba disponível nos cofres públicos, por qualificação dos inspetores ou outros motivos que ainda desconhecemos, a legislação para a instrução pública e inspeção do ensino em 1880 ainda trazia os resquícios daquela que foi regulamentada no final da década de 1850. Como funcionou a inspeção durante esse período? Ocorreram mudanças ou problemas quanto a sua prática? São questões que nos movem a investigar esse espaço de tempo. Mas agora essa pesquisa será auxiliada pela fala dos inspetores gerais e também pelo olhar do inspetor de distrito/inspetor paroquial e do subinspetor, considerados como o “elo” de ligação da inspeção com o professor e o cotidiano da escola, e que nesta integração tem um papel fundamental, mas que, ao ser analisado dentro da composição geral da inspeção do ensino, de forma hierarquicamente constituída, muitas vezes não é notado.

Esse “desaparecimento” do inspetor/subinspetor compactua com um projeto de inspeção que se apresentava como uma estrutura hegemônica, onde as ações em prol da instrução eram pensadas em discussões, ofícios e documentos trocados entre inspetores e presidentes da província, de posse dos dados coletados pelos inspetores paroquiais, subinspetores e professores. Reforça-se que a intenção não é o olhar para um indivíduo solitário e nem tem como objetivo cultuá-lo. Compactuando com Braudel (2007), esses homens não somente fazem a história como a história também os molda “e talha o seu destino – a história anônima, profunda e amiúde silenciosa, cujo incerto, mas imenso domínio, é preciso abordar agora” (BRAUDEL, 2007, p.23).

A função do inspetor geral já foi tratada no capítulo anterior e a do subinspetor aparece delineada no primeiro regulamento de inspeção (1857), no art. 20, sendo sua presença necessária nos lugares onde o inspetor de distrito não morasse e que houvesse escola. São



doze<sup>175</sup> as suas atribuições, mas aqui destaco a primeira, por ser aquela que tem maior relação, no momento, com os termos de visita:

1º Inspeccionar as escolas públicas e particulares de instrução primária do lugar em que residir, fazendo ao menos uma visita por trimestre, e observar se nela é guardada a ordem, disciplina e economia preceituada nos regulamentos, lavrando nota da visita no livro competente (RIIPPR, 1857, p.5).

Na dinâmica da inspeção da instrução pública primária, o subinspetor visitava a escola, lançava o relato no livro específico para o “termo de visita” e o professor transcrevia uma cópia fiel do mesmo, que era enviada ao inspetor de distrito ou à secretaria de inspeção e, em alguns casos, diretamente ao presidente, no palácio da presidência da província<sup>176</sup>. Nesse formato, encontramos os termos de visita do inspetor de distrito de Morretes, Francisco Ferreira Correa: “a escola está mudada de habitação, lucrando quanto a situação e comodidade de edifício, precisa, porém, de utensílios”. Aconselha o professor a ser mais rigoroso para que ocorra o “adiantamento de seus discípulos e se esforce para que o ensino não seja uma quimera; e *finalmente remeta-me com urgência duas cópias deste termo de visita*” (IIP714.67, 30/09/1861 – *grifos meus*). Essa prática perdurou durante todo o período aqui estudado e, graças a esse registro, podemos posteriormente retornar aos termos de visita dos inspetores e examiná-los.

Após a promulgação do Regulamento de Inspeção e Instrução Pública da Província do Paraná (1857), alguns termos de visita foram publicados no jornal *Dezenove de*

---

<sup>175</sup> 1º Inspeccionar as escolas públicas e particulares de instrução primária do lugar em que residir, fazendo ao menos uma visita por trimestre, e observar se nela é guardada a ordem, disciplina e economia preceituada nos regulamentos, lavrando nota da visita no livro competente; 2º Admoestar aos professores públicos e particulares que não cumprirem seus deveres, e dar disso parte com exposição do motivo, a fim de lhe impor pena maior, se o caso exigir; 3º Exigir dos professores, que no último dia dos meses de janeiro, abril, julho e outubro lhe remetam os mapas trimensais de que trata o art.55 do regulamento de ordem, e imediatamente dirigi-los ao inspetor do distrito, notando à margem se estão ou não conformes com o que está observado; 4º Examinar e informar-se sobre a salubridade do lugar onde se tiver de instituir escola ou estabelecimento de educação; 5º Assistir aos exames das classes e anuais das escolas; 6º Dar atestados aos professores para cobrarem os seus vencimentos, como recurso para o inspetor de distrito e inspetor geral; 7º Cumprir e fazer cumprir as ordens dos empregados superiores da inspeção; 8º Dar licença aos professores até 3 dias, participando logo ao inspetor do distrito; 9º Passar a guia para a matrícula dos alunos que tiverem de entrar para as escolas públicas de instrução primária; 10º Inventariar os móveis e utensílios das escolas quando seja autorizado pelo inspetor de distrito; 11º Transmitir, com informação ao inspetor de distrito, os ofícios e requerimentos que se dirigem aos superiores; 12º Vedar que se abram estabelecimentos de instrução particular, sem que o pretendente (Regulamento de Inspeção e Instrução Pública da Província do Paraná, 1857, p.05)

<sup>176</sup> No Regulamento de Instrução Pública Primária (1871) o cargo de subinspetor é substituído pelo do inspetor paroquial, mudando praticamente a nomenclatura e delimitando a área de atuação do mesmo: a paróquia, enquanto o inspetor de distrito era o responsável, como o nome já dizia, pelo distrito, mas não as funções. A partir do Regulamento do Ensino Obrigatório (1877), o cargo de inspetor de distrito é suprimido, ficando só o de inspetor paroquial ou municipal.

*Dezembro*<sup>177</sup>. Esses relatos permitem adentrarmos o universo escolar — suas tensões, impasses, soluções, métodos e materiais — descrito pelos inspetores e, por meio deles, pode-se ainda perceber as relações entre o que estava prescrito no regulamento e como o inspetor o registrava. Abaixo, segue o relato do subinspetor de Curitiba, Bento Fernandes de Barros, em visita a aula ministrada por João Baptista Brandão Proença<sup>178</sup>:

A escola marcha regularmente (...), tem esta perto de 40 alunos; para acomodar os quais existem 3 bancos. O método seguido é o simultâneo misto. Observo ao professor, que é necessário tornar menos longo o tirocínio da 1ª classe, procurando envidar todos os seus esforços para que os meninos aprendam facilmente conhecer as letras, retê-las na memória, juntá-las, a formar as sílabas, soletrar e decompor as palavras em sílabas, e assim tudo quanto pertence à 1ª classe. Na 3ª ainda não se faz os últimos estudos (noções gerais de geometria e leitura de poesia) por não haver livros próprios. O professor tem procurado remediar esta falta, dando algumas preleções em manuscrito; mas isto é mui insuficiente. Em visto do que, louvo ao professor pelo empenho que toma no cumprimento de seus deveres; recomendo-lhe o cumprimento do que disse na minha observação (Dezenove de Dezembro, 20/06/1857, p.4).

Existe um encadeamento na escrita do relatório. Primeiro, dizer se as aulas são recorrentes, a quantidade de alunos e mobília presente. Depois, situar sobre o método utilizado para, assim, retratar como a prática se dava e fazer recomendações para a melhoria da mesma, se fosse o caso. Ao final, há um destaque positivo ou negativo sobre o professor ou sobre o local que funcionava a aula. Essa estrutura aparece na maioria dos relatórios que são publicados nos jornais e nos que foram encontrados na correspondência de governo do período, sendo observadas algumas exceções nos termos de visita, onde as informações se repetiam (por ter sido essa escola visitada recentemente pelo mesmo inspetor) e nos termos de visita de inspetores substitutos, com acréscimo dos exames feitos pelos inspetores nos alunos presentes, como nos casos abaixo:

---

<sup>177</sup> Em 08 de agosto de 1857 foi publicado o relatório do inspetor Vicente Ferreira da Silva Bueno, responsável pela fiscalização do ensino na cidade de Castro (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 08/08/1857, p.3).

<sup>178</sup> O professor Proença dava aula desde 1837, em Curitiba e é apontado como o responsável pela introdução do método Lancaster no Paraná. A questão da utilização dos métodos de ensino se fez pertinente em meio aos debates sobre a instrução pública no Brasil, visto que era por meio deles que se organizariam as instituições escolares, perante a necessidade de escolarizar um grande número da população. Segundo Siqueira (2006), os métodos de ensino eram considerados pelos administradores provinciais como a mais moderna técnica pedagógica. Luciano Faria Filho, Marilaine Inácio e demais colaboradores afirmam que “ao incidirem sobre a organização global do fenômeno educativo, os novos métodos de ensino abarcavam os tempos, os espaços, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas escolares” (INÁCIO, FÁRIA FILHO, ROSA E SALES, 2006, p.12). No Paraná, o método determinado em regulamento de 1857 foi o simultâneo por classes.

16

Cópia. Arraial Queimado, em trinta e um de  
 julho de 1882. Continúa a Inspeção  
 a formar juízo favorável da aula pu-  
 blica, como consta do termo de visita  
 supra. O Inspector Paroquial Joaquim  
 Antonio dos Santos Souza. — Extraída  
 por mim, Manoel Ferreira da Costa, pro-  
 fessor público.

J. Imprimeiro Paroquial  
 Joaquim Antonio dos Santos Souza

ARQUIVO PÚBLICO

TERMO DE VISITA DE JOAQUIM ANTONIO DOS SANTOS SOUZA<sup>179</sup>  
 (FONTE: AP 0666, 31/07/1882, p.16)

<sup>179</sup>

Transcrição do termo de visita: Arraial Queimado em trinta e um de julho de 1882. Continua a inspetoria a formar juízo favorável da aula pública, como consta no termo de visita supra. O inspetor paroquia Joaquim Antonio dos Santos Souza. Extraída por mim, Manoel Ferreira da Costa, professor público.

854  
Cópia.

Termo de visita. Visitando hoje a escola pública promiscua desta villa, regida pelo professor Ernesto Boese, achei presentes 15 alumnos do sexo masculino e 6 do feminino, que, interrogados sobre as materias do ensino, responderão satisfatoriamente. Observei asseio e boa disciplina, assim como dedicação, zelo e methodo no ensino; os livros de ponto, de matricula, termos de visitas existem em boa ordem ás expensas do professor, porém as mobílias que o professor fornece provisoriamente são escasas e quasi indecentes. Palmas, 23 de Junho de 1882.  
O vigario, substituto do inspector parochial.  
Achilles Saporiti

FIGURA 3: TERMO DE VISITA DO VIGÁRIO ACHILLES SAPORITI<sup>180</sup>  
(FONTE: AP 0658, 23/06/1882, p.148)

Essa forma de inspecionar podia ter como base as prescrições contidas no Regulamento de Ordem Geral, de 08/04/1857<sup>181</sup>, organizado pelo Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta, que determinava: a continuidade da instrução pública<sup>182</sup>, o período de funcionamento (manhã e tarde, durante duas horas), o método a ser utilizado (simultâneo e por classes), que os professores deviam exigir que seus alunos se apresentassem limpos (corpo e roupas), que todos os móveis e utensílios das escolas seriam fornecidos pela província, que meninos pobres também teriam materiais custodiados pela província (papel, penas, tinta, livros) e que as salas das escolas deveriam ser claras e arejadas, “varridas todos os dias e lavadas duas vezes ao menos por mês”<sup>183</sup>. Outro dever do professor era se apresentar

<sup>180</sup> Transcrição do termo de visita: visitando hoje a escola pública promiscua desta vila, regida pelo professor Ernesto Boese, achei presentes 15 alunos do sexo masculino e 6 do feminino, que, interrogados sobre as matérias do ensino, responderam satisfatoriamente. Observei asseio e boa disciplina, assim como dedicação, zelo e método no ensino; os livros de ponto, de matrícula, termos de visitas existem em boa ordem às expensas do professor, porém as mobílias que o professor fornece provisoriamente são escasas e quase indecentes. Palmas, 23 de junho de 1882. O vigário, substituto do inspetor paroquial.

<sup>181</sup> Regulamento de Ordem Geral para as Escolas da Instrução Primária, preparação, organização do professorado, condições e normas para o ensino particular, primário e secundário, de 08 de abril de 1857.

<sup>182</sup> Art.5º- A instrução pública não será interrompida, senão de 08/12 à 06/01 (período de férias), no domingo de Ramos até o 1º dia útil depois da Páscoa, dias santos e feriados determinados por lei, incluindo a quinta-feira.

<sup>183</sup> Artigos: 5º; 6º; 8º; 12º; 31º; 42.



decentemente vestido e caso não cumprisse suas obrigações poderia ser: admoestado; repreendido; multado (de 20 a 60\$000 réis); suspenso por 15 dias a 3 meses, sem receber o salário e perder o direito de dar aula (perder a cadeira).

A segunda tentativa de explicação para uma estrutura que se mantém na maioria dos relatos de subinspetores e inspetores de distrito/paroquial pode ser a circulação desses documentos. Um subinspetor raramente veria um termo de visita realizado por outro, se considerada a distância entre as escolas e regiões de atuação. Porém, essa distância termina quando o jornal *Dezenove de Dezembro* passa a publicar alguns relatórios, como o de Bento Fernandes de Barros. Esses podem ter sido tomados, pelo Inspetor Geral, como “modelos” para os termos de visita de inspetores do ensino e talvez por isso tenham sido publicados, em lugar de outros. Também pode ter contribuído para a divulgação do termo de visita de Bento Fernandes de Barros o fato de ser ele o inspetor de distrito da capital<sup>184</sup> e às vezes exercer o lugar do inspetor geral como substituto<sup>185</sup>.

O interessante é perceber a continuidade de uma estrutura ao descrever a visita, que permanece ao longo do período, mesmo que nuançada pela individualidade do sujeito que inspeciona. Francisco Ferreira Corrêa, inspetor de distrito de Paranaguá e Morretes, entre os anos de 1860 a 1862, cumpria com a sua função de inspecionar as escolas sob sua jurisdição e emitir os termos de visita à Secretaria de Inspeção da Instrução Pública e, por ter ele desempenhado o papel que lhe era esperado, encontramos alguns desses relatos. Considerando a distância entre as escolas e suas prováveis diferenças quanto espaço, mobília, método, frequência, etc., a estrutura dos seus relatórios não é modificada. Seu registro começa com a frase: “visitando eu, nesta data, a aula da (...), encontrei-a funcionando (...)”. Em seguida, escreve sobre a presença dos alunos, sobre o ambiente da sala de aula, o método e o professor. Alguns termos são recorrentes, dependendo da situação, como: aula dada diariamente (“encontrei-a funcionando com a precisa ordem e regularidade”), alunos pobres (“desfavorecidos de fortuna”), traje dos alunos (“vestidos com asseio e decência”), fechando com elogios ou críticas ao professor e pontuando se existe relógio na referida aula<sup>186</sup>. Esse

---

<sup>184</sup> Havia um consenso de que, na ausência do inspetor geral, o inspetor de distrito da capital (Curitiba) assumiria suas funções, interinamente. Essa substituição entre os inspetores do ensino foi construída na prática e permaneceu durante o período. Segundo o art.22 do Regulamento de Instrução e Inspeção (24/04/1857), “o Inspetor Geral pode ser substituído pelo secretário, se o governo julgá-lo com as precisas habilitações, ou por quem o governo designar” (RIIPPR, 1857, p.74). O Regulamento Orgânico (1876) normatiza esta prática no art.149: o diretor geral será substituído pelo inspetor paroquial da capital (ROIPPR, 1876, p.285).

<sup>185</sup> Substitui Joaquim Ignácio Silveira da Motta, durante alguns meses em 1858, 1859 e 1860. Esteve como IGIP entre os anos de 1870 e 1871 também.

<sup>186</sup> São sete termos de visita encontrados (IIP718.67 – 11/09/1861; IIP723.67 – 14/09/1861; IIP726.67 – 13/09/1861; IIP750.57 – 04/04/1860; IIP713.67 – 13/09/1861; IIP709.67 – 31/08/1861; IIP706.67 –

último item, o relógio, que não aparece no regulamento em vigor (1857) e nem nos pedidos do inspetor geral, permite percebermos que, para esse inspetor, o tempo é considerado como um importante aliado para regular a prática escolar, devendo ser utilizado por todos os professores. Ou também nos mostra que esse inspetor se reportava aos materiais que cada escola deveria ter quando o professor utilizava o ensino mútuo: sineta, apito, relógio, quadro-negro, semicírculos, lousas, bancos, etc. Sobre essa relação do relógio como ordenador do tempo escolar, Souza (1998) demarca que: “o emprego do tempo consistiu em outro aspecto extremamente importante para a racionalização das atividades pedagógicas. Tratava-se de fixar a jornada escolar – início e término das aulas –, estabelecer cadências, ritmos, intervalos, descansos” (SOUZA, 1998, p.28).

Dentro da organização da instrução pública, alçada pela inspeção do ensino, muitas vezes os professores contavam com os inspetores e subinspetores para transmitirem os problemas de suas escolas e servirem de porta voz para com o presidente da província. Foi isso que fez a professora Maria Cândida de Oliveira Mascarenhas, da cidade de Castro, ao escrever sobre a queda da matrícula em sua escola, para o inspetor de distrito Joaquim Anacleto da Fonseca: “rogo que V.S. que haja de dignar-se tomar isto em conhecimento e me fazer o favor de participar o resultado do que ocorrer, visto que sou obrigada a me entender com o Sr. Dr. Inspetor Geral a tal respeito” (IIP745.57, 10/03/1860). No mesmo dia o inspetor responde:

(...) visto como não se fundou necessariamente uma lei expressa; por quanto só em janeiro pretérito que foi publicado as instruções aprovadas da Inspetoria Geral de 31 de dezembro do ano passado, que preceitua no artigo 1º, denominado aos inspetores e subinspetores de distritos a exigirem o arrolamento das meninas existentes dentro da área de  $\frac{1}{4}$  de légua<sup>187</sup> de cada escola e nunca das de mais distância, pois seria um absurdo assim compreender-se. (...) Outro sim, *recomendo a V.Sa. que quando tenha de dirigir-se oficialmente à Inspetoria Geral sempre o faça por intermédio desta repartição* em conformidade com o disposto no art.13 do Regulamento de Inspeção de 24/04/1859 (IIP745.57, 10/03/1860 – *grifos meus*).

Pode-se entender essa advertência no final como uma anuência ao que está disposto no Regulamento de Inspeção (1857) e também como um modo de controle desse inspetor sobre os assuntos referentes à instrução pública<sup>188</sup>. Porém, oito dias depois, encontra-se um

---

03/08/1861), um pedido de licença (AP0137, 1862, p.38) e um ofício informando que deixou o cargo (AP0143, 12/11/1862, p.104).

<sup>187</sup> Na tentativa de esclarecer esta distância, uma légua métrica equivale a 2.500 braças que é igual a 5.500,00 metros. Sendo assim,  $\frac{1}{4}$  de légua era igual a 1.375m, que equivale a 1,3 km.

<sup>188</sup> Outros casos semelhantes ocorrem durante todo o período, independente da cidade onde se encontrava a escola. Em junho de 1874, a professora Amélia Maria de Nascimento, da cidade de Porto de Cima, escreveu ao secretário da instrução pública, Pedro Schleder, em resposta a um ofício recebido: “cumprir-me dizer que entreguei de mão própria a Sr. inspetor de distrito, D. José Justino de Mello, a 4 de abril do corrente ano;

ofício da mesma professora, remetido ao inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta, respondendo que não entende porque estava sendo repreendida por não ter cumprido com as instruções de 31/12/1859; cita o artigo 3º da Instrução que “determina a requisição dos professores até a espera da seguinte matrícula” e complementa que teve três requisições, “fazendo-se a intimação aos pais, tutores e professores”, reforçando que acatou o disposto no art. 5º:

Sem me ser ordenado por Inspetoria alguma, como fui eu a mesma que requisitei ao subdelegado para que este exigisse dos inspetores de quarteirão uma lista das meninas, que existam dentro da área de ¼ de légua, sem tomarem instrução; destas listas arranjei um mapa e remiti-o ao Sr. Inspetor, declarando-lhe no ofício que acompanhava o dito mapa, que não achava erradas aquelas listas: porque não só faltavam meninas, como elas não abrangiam o quarto de légua e só limitavam-se as meninas de dentro da cidade, que não estavam em escola alguma (IIP745.57, 18/03/1860).

A professora continua o ofício dizendo ter conversado com outro professor e que ficou sabendo que cada inspetor de quarteirão recebeu uma cópia dessas instruções e termina: “se tenho ocorrido em alguma falta, não é por negligência, mais sim por ignorância” (IIP745.57, 18/03/1860). Nota-se como que, em ofícios correntes, o jogo de relações aparece, mostrando o cotidiano da inspeção do ensino, com suas falas, movimentos, confrontos implícitos (entre inspetores e professores), desvio da norma (quando a professora pula a hierarquia disposta da inspeção e se dirige diretamente ao inspetor geral). Essa prática dos professores em resposta aos inspetores pode ser interpretada como as *maneiras de fazer*, os *usos e táticas* que permeiam o jogo da instrução, que em um primeiro nível intervêm no campo que os regula (nesse caso, a inspeção do ensino), “mas que introduzem aí uma maneira de tirar partido dele, que obedece a outras regras e constitui como que um segundo nível imbricado no primeiro” — nesse caso, a instrução pública (CERTEAU, 1994, p.92).

Alguns anos depois desses ofícios trocados entre a professora e o inspetor de distrito, o inspetor geral José Lourenço de Sá Ribas escreve em seu relatório sobre a extinção do cargo de inspetor de distrito, mostrando-se contrário a essa medida, e ressalta a atuação dos “dezoito subinspetores” que estavam em exercício:

não podem estes funcionários prestar-se a todo o trabalho, que requer uma inspeção inteligente, na maioria dos casos, por falta de idoneidade que, ainda dada, demanda atividade e aplicação que muito dificilmente se obtém sem retribuição. Daí vem o fenômeno desagradável que se observa de ensino incompleto, porque é visto que o mestre, como o operário, que no seu trabalho tem consultado a opinião e critério do que o feitoriza, não se julga obrigado a mais (RIBAS, 1864, p.5).

---

conforme o que está disposto no art.56 do Regulamento; pois que tenho sido pontual nas remessas. Peço a V.Sa. que digne-se a mandar me dizer a quem devo dirigir-me: se ao inspetor de distrito ou se diretamente a sua repartição” (AP0441, p.16, 28/06/1874).

Para esse inspetor geral, a não existência da visita do subinspetor à escola faz com que o professor deixe de exercer suas funções conforme o esperado. Sem a constante vigilância e fiscalização do subinspetor, comparado a um feitor, o desenvolvimento da instrução pública, na opinião de José Lourenço de Sá Ribas, estava comprometido, o que demonstra uma representação do papel da inspeção do ensino. Como sustenta Hunt (1992), “todas as práticas, sejam econômicas ou culturais, dependem das representações utilizadas pelos indivíduos para darem sentido ao mundo” (HUNT, 1992, p.25). Nesse caso, a prática da inspeção era representada como aquilo que dava o rumo para o trabalho do professor e, conseqüentemente, para as transformações esperadas para a instrução pública. O interessante é perceber, por meio de sua escrita, como analisava uma situação contrária à sua representação do ideal de inspeção e de instrução, regida pela batuta do inspetor/subinspetor, reforçando a manutenção da inspetoria e a volta dos inspetores de distrito. Apesar de não listar os dezoito subinspetores, foi possível identificar, pelo menos, quatorze locais de atuação na inspetoria, durante o ano de 1864:

<b>SUBINSPETORES</b>	<b>LOCAL</b>
João Severino Martins da Cunha	Castro
Capitão Joaquim Antonio Guimarães e depois Tenente José Maria de Macedo Rangel	Morretes
Antonio José da Rocha e depois João Manoel Pereira	Guaratuba
Antonio Manoel Baptista	Guaraquessava
Felisberto Mariano Ribas e depois Vigário Antonio Machado Lima	Palmeira
Firmino José dos Santos Lima e depois Pedro Fortunato de Souza Magalhães	Príncipe
Padre Lourenço Justiniano Ferreira Bello	Guarapuava
Francisco Xavier da Silva e depois João Taborda Ribas	Rio Negro
Francisco de Paula Preste Branco	São José dos Pinhais
Capitão Lourenço Ferreira de Sá Ribas e depois Antonio Coelho de Souza e depois Albino José da Cruz	Paranaguá
Manoel Gonçalves Marques e depois Manoel Ribeiro de Macedo Guimarães	Porto de Cima
Reverendo Manoel José de Souza e depois Antonio Alves de Araújo	Antonina
Antonio de Oliveira Ribas	Palmas
Padre Joaquim Manoel Alves Carneiro e depois Tenente Coronel Francisco de Assis Ribas	Ponta Grossa

QUADRO 20: SUBINSPETORES DE INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA (1864)  
(FONTE: Correspondências de Governo [APs] do Arquivo Público do Paraná, no ano de 1864 )



Por alguns desses sobrenomes elencados já é possível identificar famílias que desde a organização da inspetoria foram marcando o compasso dentro de sua estrutura, como os Macedo, Ribas, Alves, Correia, que integravam as extintas comissões de inspeção, e os Oliveira e Sá, Guimarães, entre outros, que em algum momento foram inspetores ou professores de instrução pública. Desses vinte e quatro sujeitos, quatro eram membros da Igreja (padre, vigário ou reverendo), mantendo uma tradição que já vinha desde as comissões de inspeção de ter um sacerdote como integrante, e quatro assinavam registrando sua patente da guarda civil (tenente, coronel, capitão), o que também pode ser observado durante outros anos. Mais do que mostrar as permanências nas escolhas dos inspetores, essa lista e o foco nos sobrenomes pode também evidenciar que essa composição do quadro da inspetoria se dava de acordo com os sujeitos capacitados que estavam disponíveis naquele momento e que, por acaso, já haviam atuado em questões envolvendo a instrução pública primária. Em uma passagem rápida pelos relatórios de presidentes de província, jornal e ofícios da época, vemos que ocupar duas funções durante o período era prática recorrente, pois não havia pessoal qualificado (que soubesse ler, escrever ou que tivesse uma formação acadêmica, como os bacharéis em direito e medicina, entre outros).

Até agora, foi possível percebermos como a inspeção, em sua estrutura oficial (inspetor geral, inspetores paroquiais/distrito e subinspetores), operava e se acertava com os professores dentro da organização geral da instrução pública primária. Mas o que tornava um sujeito inspetor? Sua formação escolar, já vimos, não era condição balizadora, uma vez que no cargo eram admitidos desde médicos e advogados até comerciantes, fazendeiros e tropeiros. Talvez fosse a nomeação, feita pelo presidente da província (no caso do inspetor geral) ou pelo inspetor/diretor geral (no caso dos inspetores e subinspetores), que correlacionasse o sujeito à inspeção? Ampliar o olhar para os diferentes indivíduos que faziam parte da administração da província pode ser uma pista para perceber, também por meio deles, a inspeção.

Muitas vezes o acerto de compasso entre os integrantes da instrução pública primária tinha como fonte de informação os relatórios criteriosos enviados por professores. Muitos desses relatos não eram mediados pelos inspetores, uma vez que em alguns locais, dependendo do ano e distância, não havia a presença da inspetoria, o que alçava o professor ao lugar daquele que emite o parecer sobre o estado do ensino em sua cidade ou vila. Nesses casos, os professores relatavam a situação da instrução e emitiam parecer sobre frequência, mobília e materiais das escolas, obrigatoriedade do ensino e legislação. O professor, no

momento desse relatório, assume a função do inspetor, em uma mistura e acúmulo de papéis e posicionamentos.

Pedro Saturnino de Oliveira Mascarenhas, professor da 1ª cadeira do sexo masculino de Castro e que também tem o mesmo sobrenome da professora Maria Candida, já citada anteriormente, escreve, pelo menos, dois relatórios em 1878 com essas características. No primeiro, em setembro, aponta o número de habitantes (“seis mil almas”) e de escolas (“duas aulas particulares e uma pública”, “a cinco léguas distantes desta inspetoria”), informando que a distância entre as escolas e a casa dos alunos comprometia a frequência e que “desse mal resultam as grandes faltas de poder a instrução obter o desenvolvimento desejado, advindo o mal para o cidadão e ao país”. Ainda segundo o professor: “está absolutamente atrasada a instrução devido a falta de professores que habilitem a mocidade em todo o município desta inspetoria” (MASCARENHAS, 1878, p.124). No segundo relato, em dezembro, o início é idêntico ao anterior, mudando a proposta de melhoria, que se atém à materialidade escolar, incluindo o orçamento para o próximo ano e o nome dos alunos matriculados.

Esses registros poderiam ser tomados como sendo o de um inspetor de distrito/paroquial ou subinspetor, pois segue um *modus operandi* encontrado nos documentos da inspetoria, que era, basicamente, fazer o arrolamento do estado do ensino na cidade ou vila visitada, verificar os números (matrícula, frequência), observar a disposição do espaço físico e dos materiais e mobílias da escola, e, por fim, emitir parecer sobre o professor ou alunos arguidos e sobre o estado do ensino. Dessa forma, um professor era mais um integrante da sociedade que exercia a vigilância sobre a instrução pública primária. Nas palavras do professor Mascarenhas (1878), “a instrução pública, senhor Diretor Geral, é, segundo afirmam diversos propagadores dela, a base primordial, por onde temos de trilhar o caminho das ciências, para a nossa felicidade e virtudes” (MASCARENHAS, 1878, p.124) e essa preocupação comum faz com que professores, em determinadas situações e momentos, também se tornem inspetores.

Quando discriminada a estrutura da inspeção do ensino no Paraná, em leis e regulamentos, o primeiro cargo é o do presidente da província. Isso indica que acima do inspetor geral, no que concerne a instrução, só havia o presidente da província, o que tornaria o inspetor um elo entre as questões sobre instrução pública e a presidência. Mas talvez não fosse só essa característica que unia o presidente e inspetores na mesma organização da inspeção. A sua função nessa estrutura pode ser vista menos pelo ato de presidir a província e mais pelo papel de, dentro da organização da inspeção e da instrução, ser mais um dos sujeitos que inspecionam e emitem pareceres e opiniões sobre o que observaram nas escolas.

Seguindo essa hipótese, encontramos o vice-presidente Henrique de Beaurepaire Rohan (1856) que escreve em seu relatório sobre a instrução pública na província:

Uma das coisas, que mais me tem satisfeito, por ocasião de *minhas romarias pelo interior da província*, é o desejo de instrução, que domina a generalidade dos íncolas, sem excetuar aqueles que pertencem às classes as menos abastadas; mas o estado de pobreza, em que ordinariamente vivem, dificulta essas deslocções a que os condena a distância que os separa das escolas (ROHAN, 1856, p.33 – *grifos meus*).

O vice-presidente era carioca, formado pela Academia Militar e em 1853, no posto de tenente coronel engenheiro militar, foi nomeado pelo presidente Zacarias Goes e Vasconcellos para vistoriar o caminho do Arraial, Itupava e Graciosa (NICOLAS, 1954, p.71). Talvez seja a essa viagem que se remeta ao lembrar-se das *romarias* e dos *íncolas* (indígenas). Mas o interessante é ver que se reporta à instrução e escolas e não a estradas. Ainda sobre o que viu em suas visitas, descreve um “vício” no modo como as crianças aprendiam a ler na província: “em falta de exemplares, de antemão preparados, para esse fim, usam de cartas particulares, que os meninos exibem a requisição dos mestres” (ROHAN, 1856, p.32). Segundo ele, isso era errado porque as cartas particulares traziam um teor de intimidade que não era propício para a criança, sem contar os prováveis erros ortográficos. Por isso, pedia que fosse proibida a utilização de cartas e que se providenciassem obras específicas para o ensino da leitura. Ele inaugura um tipo de relato a partir do que observou pessoalmente, pois até então, os presidentes<sup>189</sup> falavam do estado da instrução na província não pelo que viram, mas pelo que ouviram de funcionários<sup>190</sup> e do inspetor geral<sup>191</sup>. Anos depois, foram publicadas no jornal *Dezenove de Dezembro* pequenas notas da viagem do presidente Rodrigo Octávio de Oliveira Menezes a todas as colônias da província e suas escolas (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1879, p.03). Mas foi a partir da década de 1880 que os presidentes passaram a inspecionar as escolas em suas viagens pela província paranaense.

Em seu relatório de 1882, o presidente Carlos Augusto de Carvalho<sup>192</sup> visitou as escolas da Capital (Curitiba), Paranaguá, São José dos Pinhais, Rio Negro, Morretes, Lapa, Antonina, Colônia Santa Cândida e Colônia Argelina, constatando: “não possui a província

---

<sup>189</sup> Zacarias de Goes e Vasconcellos e Theófilo Ribeiro de Rezende.

<sup>190</sup> “Todas as corporações e funcionários à quem ouvi acerca do estado da instrução pública ...” (VASCONCELLOS, 1854, p.12).

<sup>191</sup> “Diz ele, (Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá) que apesar de haver recebido consideráveis melhoramentos desde a instalação da mesma província, continua, todavia, em grande atraso (instrução)...” (REZENDE, 1854, p.33).

<sup>192</sup> Carlos Augusto de Carvalho (1851-1905) nasceu no Rio de Janeiro, cursou Direito na faculdade de São Paulo e durante o governo de Rodrigo Octávio de Oliveira Menezes (1879) foi chefe de polícia no Paraná (CARNEIRO, 1960).

um só edifício escolar” (CARVALHO, 1882, p.89). Escreveu sobre a reforma da *instrução popular*, frequência, materiais e mobília das escolas e alunos e justifica suas visitas: “procurei, porém, privando com o ensino público, frequentando com alguma assiduidade as escolas, visitando as de alguns municípios, estudar o que se poderia fazer de bom, de útil e principalmente de real” (CARVALHO, 1882, p.85). Seu relato é criterioso, sendo mais detalhado nas questões que envolviam a materialidade e o espaço escolar:

A cinco quilômetros desta capital, ao lado direito da estrada da Graciosa, na colônia Argelina, vi através de uma parede toda esburacada e debaixo de um telhado quase em ruína, uma coleção de cabeças loiras. Era uma escola pública. Senti-me envergonhado e ao chegar a esta cidade mandei preparar o plano e desenho de uma escola que, para ser construída, não exige mais de 1:500\$000. É inútil dizer que só as criancinhas destoavam das condições da escola (CARVALHO, 1882, p.91).

O presidente se choca e se constrange com a precariedade da escola e sua primeira ação é mandar, provavelmente a um dos engenheiros da província, fazer um projeto para a construção de um novo prédio para a referida. As muitas necessidades das escolas na província fazem parte de vários relatórios e pedidos de professores e inspetores desde a reorganização da inspeção e instrução na província, portanto, não era uma novidade. Contudo, o fato de observar pessoalmente o estado das escolas dá um sentido diferenciado para essa situação: faz com que ele se sinta na obrigação de tomar uma providência que modificasse aquele panorama. Suas viagens eram noticiadas no jornal *Dezenove de Dezembro*, como a que chegou do litoral em 12 de janeiro de 1883: “(...) conferenciou com os importantes negociantes de Antonina e Paranaguá sobre as questões financeiras que ultimamente tem se agitado e tratou ao mesmo tempo de promover a construção de casas escolares nessas duas cidades”<sup>193</sup> (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1883, p.3). Com essa publicação firmava um compromisso não somente perante a Assembleia Legislativa (para quem era dirigido seu relatório), mas com a sociedade paranaense no geral. No ano seguinte, a prática de visitar as escolas se repete, mas dessa vez com o presidente Luiz Alves de Oliveira Bello (1883) que sustenta:

*Visitei as escolas da capital, ouvi mestres e discípulos, colhi informações complementares, já nos relatórios de meus antecessores, já nos direitos desse serviço, estudei o regulamento vigente, os mapas de matrícula e frequência e ao cabo disso pude fazer minhas, e com endereço especial a esta província, as palavras que resumem um notável e recente inquérito sobre o mesmo assunto: “é preciso criar tudo, porque o que aí está, salvo raríssimas exceções, constitui uma perfeita humilhação”* (BELLO, 1883, p.32 – *grifos meus*).

---

<sup>193</sup> Dias depois o presidente comunica à câmara municipal de Antonina, pelo jornal, que nomeou uma comissão para angariar donativos para a construção da casa escolar, “além dos 40% sobre o imposto predial”; e que em Paranaguá nomeou uma comissão para dirigir as obras “cujo plano em breve farei chegar à sua consideração e exame” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1883, p.3-4).

O presidente toma para si o papel de inspecionar as escolas, visitando, ouvindo professores e alunos, estudando e confrontando a legislação com os documentos das escolas, registrando suas observações no livro de visita<sup>194</sup>. Segundo a lei nº40, de 3/10/1834, eram quatorze as atribuições do presidente da província<sup>195</sup> e, dentre elas, “inspecionar todas as repartições, para conhecer o estado delas, e dar as providências necessárias para que estejam e se conservem segundo as leis” (art.5º, §3º LEI IMPERIAL Nº40). Mesmo sendo uma função já prevista em lei, ela não foi exercida pela maioria dos sujeitos que estiveram à frente do governo da província paranaense desde a sua emancipação. A visita às escolas, feita pelos três presidentes aqui citados, evidencia muito mais uma inversão de papéis do que o exercício de uma função regulamentada.

A inspeção, percebida aqui como um cargo conferido, mas também como um papel, um lugar social, que pode ser ocupado por várias pessoas, seja de modo formal ou informal, encontra em alguns presidentes o elo que reforça e complementa a sua estrutura e função. Como sustenta Norbert Elias (2009), sociedade e indivíduos coexistem, uma pessoa é um elo nas cadeias de outras pessoas, de forma direta ou não, “e é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e a nada mais, que chamamos sociedade” (ELIAS, 2009, p.21). Em uma sociedade vivemos em funções, uma pessoa em relação à outra. Nesse sentido, o presidente da província uma hora estava na função de direção e em outra exercia o papel de inspetor do ensino. Esse gesto do presidente inspecionar a província incluindo a escola confere a mesma um *lugar* importante nos assuntos administrativos do governo, um destaque que até então só era dado às construções de estradas, funcionamento do porto de Paranaguá, produção agrícola e agropecuária, alianças políticas, etc.

Mas, o que poderia ter levado os presidentes Carvalho (1882) e Bello (1883) a quebrar a rotina de governo, o qual somente lia e escutava o que os inspetores diziam sobre o

---

<sup>194</sup> Trechos de suas visitas foram publicados no jornal Dezenove de Dezembro sob o título de “Visita às escolas” e “Escolas”, com observações do tipo: “dizem-nos que Sua Excelência ficou pouco satisfeito do esforço desenvolvido por alguns destes professores” – das quatro cadeiras que visitou – ou, sobre a aula do professor Miguel Schleder: “visitei hoje esta escola, achando-se presentes 52 alunos. Em alguns é notável o aproveitamento. O senhor professor continua a manifestar esforço louvável no exercício de suas funções” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 23/04/1883, p.4).

<sup>195</sup> Sobre a função dos presidentes de províncias, cargo criado a partir do ano de 1823, durante o século XIX no Brasil ver trabalhos de SLEMIAN (2006; 2007).

ensino, que já durava mais de duas décadas desde que Rohan (1856) fez suas *romarias*<sup>196</sup>? Como possibilidade analítica, volto o olhar para outro indivíduo que, durante o ano de 1880, esteve na província do Paraná e visitou algumas escolas: o Imperador, D. Pedro II.

As escolas que por ele foram inspecionadas se encontravam em: *Curitiba* (“As aulas de primeiras letras depõem contra o estado da instrução primária em Curitiba. Casas acanhadas para 120 alunos (...) atraso no ensino e falta quase absoluta do conhecimento da doutrina religiosa” — p.190); *Campo Largo* (“Aulas. Uma de meninos e outra de meninas — não me agradaram” — p.192); *Palmeira* (“Aulas. A de meninos num corredor da matriz, onde se acham os padrões métricos mal conservados até por ser o lugar úmido. (...) A aula de meninas em casa pequena da professora, irmã do professor” — p.194); *Ponta Grossa* (“Aulas — não gostei. Na de meninos até o decurião não soube fazer uma operação de dividir” — p.196); *Castro* (“Dona Emília Eirchsen pareceu-me muito boa professora, contudo não explicou ainda a doutrina às meninas. (...) Os meninos mostraram pouco adiantamento, um, contudo, resolveu um problema de juros simples” — p.198); *Lapa* (“Aulas acanhadas. Na de meninas uma delas respondeu bem. O mesmo não sucedeu na de meninos — há duas — que visitei, regida pelo filho do secretário da Câmara, aliás, bom professor” — p.200); *Morretes* (“Aulas de melhores professores. Pareceram-me bons, sobretudo a professora Hectória Mangin” — p.202); *Paranaguá* (“as casas das escolas que vi são muito más. Os professores bons. Das três professoras só regia uma substituta. Os alunos que interroguei por serem os melhores dos presentes responderam muito bem, sobretudo um fulano maravilha” — p.187) e *Antonina*:

Casas pequenas, mas bem arranjadas. Os professores e professoras das aulas que o inspetor designou-me como melhores, pareceram-me bons. Os chamados como melhores, embora recitem orações, não sabem explicá-las. O vigário passa por virtuoso, mas não ensina doutrina (D. PEDRO II, 1975, p. 204).

Os dois últimos lugares aqui esboçados, Paranaguá e Antonina, foram os mesmos que, com a visita do presidente Carvalho (1882) às escolas, ganharam uma promessa de construção de casas escolares, o que evidencia não só uma sintonia no que foi observado pelo Imperador e pelo presidente, mas também deixa pistas de que visita de D. Pedro II revitaliza a prática de presidentes também inspecionarem as escolas. Em suas viagens pelas províncias brasileiras, o Imperador inspecionava as câmaras municipais, igrejas, escolas, correios, etc. No Paraná não foi diferente. O interessante é perceber que quando se tratava das escolas, D.

---

<sup>196</sup> Lendo o jornal Dezenove de Dezembro percebemos que outros presidentes de Província no Paraná também saíram em viagem pela província, como José Feliciano Horta de Araújo que visitava Palmeira em 1868, contudo, não escrevem sobre as escolas (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1868, p.3).

Pedro II agia como um inspetor do ensino, quase que seguindo um ritual, observando os sujeitos e os espaços. Ele avalia tanto as condições das escolas quanto a capacidade dos professores e os conhecimentos dos alunos. Isso ressalta uma característica da inspeção do ensino como um cargo conferido, mas, também, como um *papel social*. Não era somente a nomeação para um cargo na inspetoria de instrução pública que tornava o sujeito um inspetor. Não só o lugar que ocupa, mas a sua atuação, defesa, crítica e relato sobre as questões referentes à instrução, fruto de observações presenciadas na escola, o constitui como inspetor do ensino. Demarcada assim a dinâmica da inspeção, deixemos que os seus sujeitos apontem os impasses, as necessidades e as práticas merecedoras ou não de elogio dentro da instrução pública primária, de 1854 a 1883.

## 2.1. O QUE DIZEM OS INSPETORES SOBRE A “MOBÍLIA E UTENSIS PARA AS ESCOLAS”

Durante os três anos que foi inspetor geral (1856-1859), Joaquim Ignácio Silveira da Motta foi responsável pela formulação de nove textos legais<sup>197</sup>, entre regulamentos e instruções para a instrução pública<sup>198</sup>. Antes de cada publicação do ordenamento legal, cumpria com a dinâmica de enviar ao presidente da província suas propostas, sempre com uma frase de apresentação: “tenho muito conveniente, que o ensino se faça conformemente em todas as escolas da província, submeto a aprovação de V. Ex. as instruções inclusa sobre o programa do ensino primário e divisão do trabalho escolar” (IIP242.22, 24/12/1856). Acrescentando a esses textos os seus relatórios para o presidente da província e para a Assembleia Legislativa, tem-se o total de doze documentos.

Quando o inspetor geral escreve que a sua intenção é ter o ensino igual *em todas as escolas da província*, ele trabalhava com o número de 55 escolas (39 públicas e 16 particulares), num o total de 1.550 alunos (1.036 meninos e 514 meninas) matriculados, distribuídos em vinte paróquias, como mostra o quadro abaixo (MOTTA, 1857, p.45).

---

<sup>197</sup> Em 1857, enquanto exerceu o cargo de Inspetor Geral Interino, substituindo Joaquim Ignácio Silveira da Motta, Bento Fernandes de Barros foi responsável pela Instrução Pública de 11/02/1858 - Instruções sobre o Plano e Divisão do Ensino nas cadeiras de Instrução Primária de 2ª ordem para o sexo feminino (Coletânea da Documentação Paranaense, 2004, p.83).

<sup>198</sup> Regulamento de Ordem Geral, de 08/04/1857; Regulamento de Inspeção da Instrução Pública, de 24/04/1857; Instrução Pública de 18/06/1857; Regulamento da Secretaria de Inspeção, de 30/10/1857; Instrução Pública de 30/10/1857; Proposta de 31/12/1857; Regulamento nº 3, de Instrução Pública Secundária, de 10/06/1858; Instruções de 28/11/1859 e Instruções de 29/11/1859 (Coletânea da Documentação Paranaense, 2004, p.53 a107).

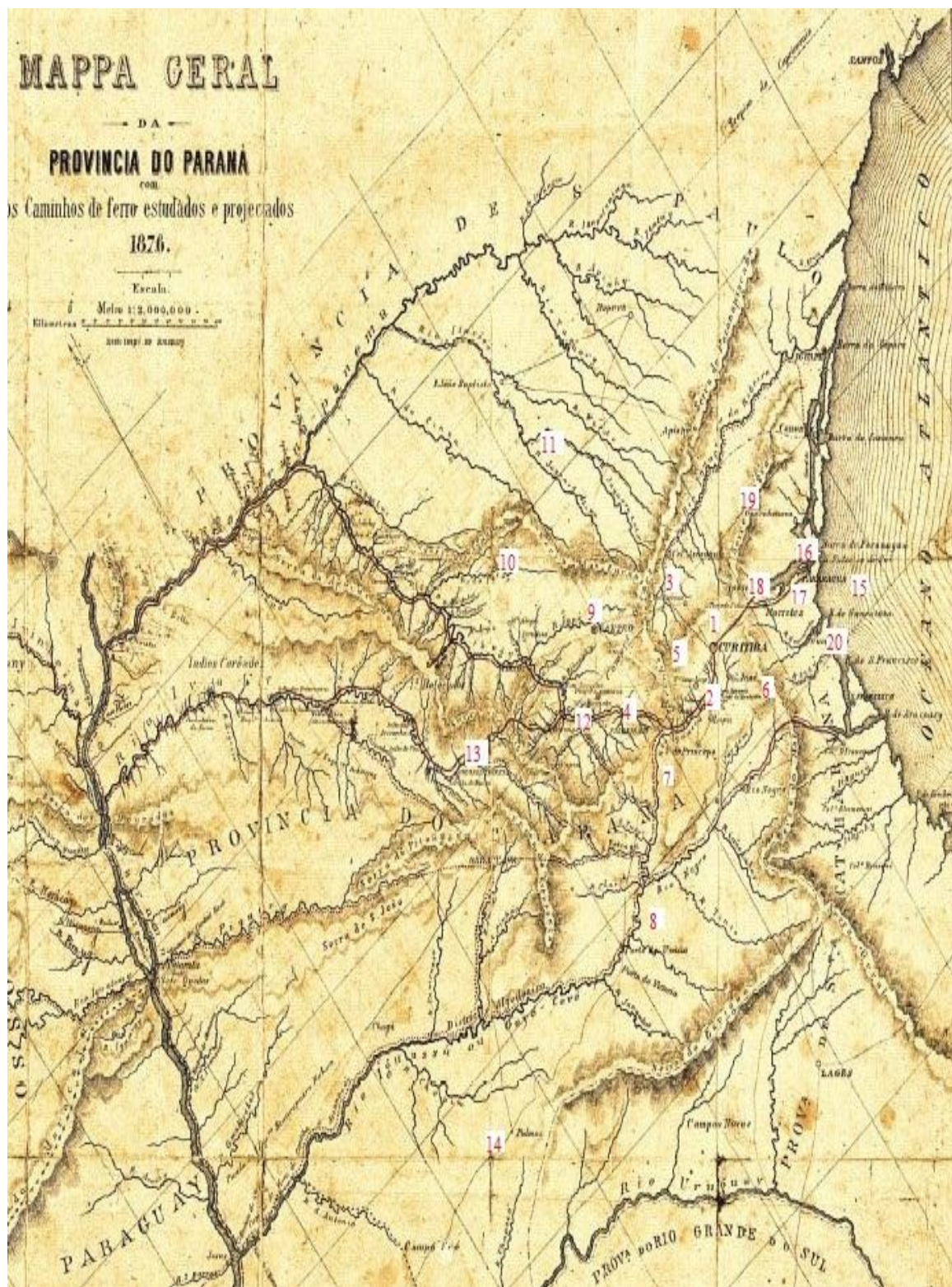
Nº	Paróquias	Escolas Públicas	Escolas Particulares
1	Capital (Curitiba)	4	3
2	Iguassu	1	0
3	Votuverava	1	0
4	Palmeira	2	0
5	Campo Largo	2	1
6	São José dos Pinhais	2	1
7	Príncipe	3	1
8	Rio Negro	1	0
9	Castro	3	0
10	Tibagi	0	0
11	Jaguariaíva	0	0
12	Ponta Grossa	2	0
13	Guarapuava	2	2
14	Palmas	1	0
15	Paranaguá	5	3
16	Antonina	2	3
17	Morretes	3	1
18	Porto de Cima	1	1
19	Guaraquessaba	1	0
20	Guaratuba	2	0

QUADRO 21: MAPA DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS EM 1856  
(FONTE: Relatório do Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta, de 07/01/1857)

Uma rápida análise no quadro acima poderia tomar como certo o que pretendia o inspetor geral, uma vez que eram poucos locais, escolas e alunos a atingir. Porém, considerando as distâncias entre essas cidades e a capital da província, o envio de qualquer material (móvel, livros, utensílios escolares, etc.) e até mesmo de ofícios e legislações em vigor podiam demorar alguns dias para chegar ao seu destinatário. Esta divisão em 20 paróquias foi proposta, como já vimos, pelo inspetor geral Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá ao presidente Zacarias Goes de Vasconcellos, e permanecia na gestão de Joaquim Ignácio Silveira da Motta. Talvez seja por essa disposição já existir anteriormente que se têm lugares que, mesmo sem escolas, são mantidos na lista do inspetor, como Tibagi e Jaguariaíva. Nesses a inspetoria tinha outros tipos de dificuldades: verificar a existência de crianças em idade escolar, criar cadeiras e abrir concurso para professores para provê-las. Apesar de apenas nove cidades contarem com o ensino particular, dois locais o tinham na mesma proporção que o ensino público (Porto de Cima e Guarapuava) e em um o excedia (Antonina), o que talvez indicasse uma demanda maior de alunos que ou não eram contemplados com a vaga na instrução pública ou os pais preferiam matriculá-los na escola particular. As orientações e ações da Inspetoria de Instrução para o ensino particular e os sujeitos que foram professores nestas condições, se apresentam como uma questão interessante para futuras pesquisas, que pode revelar, talvez, um pouco mais das composições étnicas da população paranaense. No



mapa a seguir a província do Paraná é representada e, apesar da falta de nitidez, é possível localizar as vinte paróquias. Essas foram marcadas com números, de acordo com o quadro que sucede o mapa, onde está discriminada a distância dessas localidades para a capital, Curitiba.



MAPA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ (Década de 1870)  
(FONTE: Arquivo Público do Paraná)

Nº	Paróquias	Distância da Capital
1	Capital (Curitiba)	-
2	Freguesia do Iguassu (Araucária)	26,4 km
3	Votuverava	49,5 km
4	Palmeira	96 km
5	Campo Largo	33 km
6	São José dos Pinhais	19,8 km
7	Príncipe (Lapa)	86 km
8	Rio Negro	138 km
9	Castro	185 km
10	Tibagi	251 km
11	Jaguariaíva	284 km
12	Ponta Grossa	142 km
13	Guarapuava	333 km
14	Palmas	370 km
15	Paranaguá	116 km
16	Antonina	81 km
17	Morretes	76 km
18	Porto de Cima	70 km
19	Guaraquessaba	145 km
20	Guaratuba	178 km

QUADRO 22: DISTÂNCIA DAS PARÓQUIAS PARA CURITIBA  
(FONTE: Jornal *Dezenove de Dezembro*, 21/12/1881)

A visualização do mapa somado com a informação da distância das paróquias até Curitiba, onde se localizava a sede da Inspeção da Instrução Pública, permite indicar que não era fácil e nem rápido fazer escoar da capital para as escolas a mobília e utensílios que eram solicitados por professores e inspetores de distrito/paroquiais. Antes da construção da linha ferroviária ou de grandes estradas, o comércio ou o envio dos itens pedidos era feito pelos animais de cargas (bestas), conhecidos como “tropas muares” (MACHADO, 1969, p.130-131). As paróquias mais distantes provavelmente eram as mais prejudicadas. Talvez seja até por essa dificuldade territorial que Tibagi e Jaguariaíva não tivessem escola, segundo o relatório do inspetor geral. Com mais de 200 km da capital, a Inspeção da Instrução Pública teria que providenciar um inspetor de distrito/paroquial para promover o levantamento de crianças em idade escolar e de professores que ficassem responsáveis pelas escolas, para assim proceder o aparelhamento das mesmas. Mesmo com todas as prováveis barreiras, isso não era impossível, uma vez que em paróquias com mais de 300 km de Curitiba, como Guarapuava e Palmas, havia escola pública. Talvez seja por conhecer esta possibilidade real que o inspetor geral tenha optado por manter as paróquias de Tibagi e Jaguariaíva na lista das localidades que tinham escola pública na província. Dessa forma, foi pensando nessas 20 paróquias e 55 escolas que, em seu primeiro relatório dirigido ao presidente da província José

Antonio Vaz de Carvalhaes, o inspetor geral organiza duas tabelas: uma de mobília e outra de utensílios para as escolas de primeiras letras.

<b>PARA O SEXO MASCULINO<sup>199</sup></b>	<b>PARA O SEXO FEMININO<sup>200</sup></b>
5 bancos (sendo 4 de 7 ½ palmos e 1 de 15, colocados em três ordens, formando anfiteatro em frente da cadeira do professor)	
4 mesas (7 ½ palmos cada uma, nas costas dos bancos de 1ª e 2ª ordem)	
1 banco (de 7 ½ palmos, colocado ao lado da cadeira do professor para castigos fora das classes)	1 banco (de 5 palmos, para castigos)
1 quadro de madeira pintado de preto	
2 ponteiros de paus longos (para o professor apontar no quadro)	2 ponteiros longos
1 cadeira de braços para o professor (que será colocada sobre um estrado)	1 cadeira de braços para a professora
1 mesa (de 5 palmos de comprimento e três de largura, também sobre o estrado)	1 mesa (de 5 palmos de comprimento e 3 de largura, sobre o estrado)
2 cadeiras (para os visitantes)	2 cadeiras (para os visitantes)
1 cabide (com braços numerados, conforme o número de alunos)	
1 quadro com os pesos e medidas do império e valores das moedas	
17 caixilhos para a coleção de traslados (que estarão fixos sobre as mesas)	17 caixilhos

QUADRO 23: DA MOBÍLIA DE CADA ESCOLA DE PRIMEIRAS LETRAS  
(FONTE: Relatório de Inspeção de Joaquim Ignácio Silveira da Motta, 31/12/1856)

O inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta especifica que essa mobília deve ter em “cada escola de primeiras letras que contar com 39 meninos”, mas não determina a quantidade para as escolas femininas e nem o porquê dessa quantidade pré-determinada de alunos. Caso existisse número menor de alunos frequentando, a escola deveria ser composta de: uma mesa e cadeira para o professor; uma mesa longa para os alunos escreverem com os competentes traslados em caixilhos, bancos na proporção de palmo e meio para cada aluno, um quadro preto, dois ponteiros longos, tudo organizado de maneira que se formassem duas alas ao fundo da cadeira do professor.

<sup>199</sup> “O aumento de alunos determinará o aumento das classes, na proporção de palmo e meio por cada aluno” (MOTTA, 1857).

<sup>200</sup> “As escolas femininas formarão um quadro, colocados os bancos paralelos as 3 paredes, e entre estas e aqueles estarão as mesas com os competentes traslados fixos em caixilhos, fechando o quadro a cadeira da professora” (MOTTA, 1857).

MATERIAL	QUANTIDADE	PERÍODO/ DURAÇÃO
Papel almaço para cada 10 meninos	1 resma	1 ano
Penas de ave para cada 10 meninos	120	1 ano
Lápis para cada 10 meninos	40	3 anos
Régua para cada 10 meninos	2	3 anos
Tinta para cada 10 meninos	2 garrafas	1 ano
Coleção de traslados para cada 10 meninos	1	2 anos
Lousas para cada 10 meninos	5	2 anos
Lápis de pedra para cada 10 meninos	80	1 ano
Giz para cada 10 meninos	1 libra	1 ano
Esponja para cada 10 meninos	2 onças	1 ano
Cartas com Letras e Sílabas – cada escola	100	2 anos
Cartilha do Pimentel para cada 10 meninos	10	1 ano
Catecismo do Fleury para cada 10 meninos	10	1 ano
História do Brasil do Coruja - 10 meninos	10	1 ano
Gramáticas do Coruja para cada 10 meninos	10	1 ano
Aritmética do Figueiredo - cada 10 meninos	10	1 ano
Poesias do Padre Caldas – cada escola	2	3 anos

QUADRO 24: DISTRIBUIÇÃO DE UTENSÍLIOS<sup>201</sup> PARA AS ESCOLAS  
(FONTE: Relatório de Inspeção de Joaquim Ignácio Silveira da Motta, 31/12/1856)

Logo abaixo dessa composição de materiais, o inspetor geral escreveu uma nota explicativa para a divisão, em anos, e o acréscimo de dois outros objetos:

1º Os livros que vão marcados com duração de um ano, dados uma vez embora o aluno permaneça por mais tempo na leitura dele só poderá ter outro no caso que se tenha mutilado ou perdido, contra cujos acidentes deve sempre acautelar o professor. 2º Aqueles que no fim do ano acabarem as leituras de tais livros os entregarão ao professor, que deles dará contas, não obstante a duração que lhe é marcada. 3º A precedente disposição é aplicável a quaisquer outros utensílios que permanecerem em bom estado, além da duração que ora se lhe marca. 4º As escolas fora da habitação dos professores serão providas de 2 talhas e 2 canecas para água (MOTTA, 1857, s/p).

Além de deixar claro o papel delegado ao professor, de “guardião” desses objetos, essa organização da materialidade escolar serviu durante todo o período como base para a composição das escolas e como diretriz para que professores e inspetores comparassem o que havia realmente em suas aulas e o que deveria haver<sup>202</sup>. De posse dessas informações, professores e inspetores elaboravam ofícios e relatórios com a descrição dos materiais e mobília existentes nas suas escolas, solicitando o que estava em falta. A publicação do Regulamento de Ordem Geral (1857), organizado pelo inspetor geral Joaquim Ignácio

<sup>201</sup> Nos documentos analisados se escrevia *utensis* e não utensílios.

<sup>202</sup> Antes dessa reformulação dos materiais necessários para cada escola da província, feita pelo inspetor geral, os professores seguiam a dinâmica de solicitação da província paulista, com os materiais que já lhe eram conhecidos e utilizados.



Silveira da Motta, reforça e detalha legalmente essa composição<sup>203</sup>. Não quer dizer que antes disso os professores não soubessem de suas necessidades e não solicitassem materiais e mobílias. Em ofício dirigido ao presidente da província, Zacarias Goes e Vasconcellos, o professor João Batista Brandão de Proença, da Capital, informava que:

Há 17 anos que recebi da província de São Paulo algumas lousas e canasas, e depois nada mais se deu para a escola. Atualmente existem em casa de Antonio Gonçalves Ribeiro à venda alguns ou a maior parte dos utensílios que peço e rogo a V.Exa. me autorize a comprá-los (IIP118.6, p.81, 13/02/1855 — ilegível).

Três dias depois, encontramos um novo documento direcionado ao presidente, comunicando que comprou os utensílios para a sua escola, graças à portaria (de 66\$190) e que “não havendo nesta cidade a venda o catecismo de Montpelier nem de Fleury, comprei por isso 25 cartilhas da Doutrina Cristã para uso dos alunos” (IIP119.6, p.82, 16/02/1855). A iniciativa de escolha e compra de materiais e livros, feita por esse professor, pode ser compreendida pelo tempo em que esse dava aulas e pela manutenção de materiais que já lhe eram conhecidos, exatamente por esta prática já avançada, ou pela circulação dos mesmos entre as províncias, já que o professor aponta o comércio local onde poderiam ser adquiridos.

Quando Joaquim Ignácio Silveira da Motta delimita esses materiais, ocorre um aumento de pedidos feitos pelos professores e inspetores. Isso pode ser observado não somente nos ofícios que ele recebia como também nos que expedia e respondia, por meio de um dos livros de controle da Inspetoria Geral de Instrução Pública. O fornecedor de materiais para as escolas da província, pelo menos durante os anos em que Joaquim Ignácio Silveira da Motta foi inspetor geral, era a Casa Comercial, de Adriano Correa Bandeira C., no Rio de Janeiro<sup>204</sup>.

---

<sup>203</sup> Cap.II - Do material das escolas – art.44: Cada escola do sexo masculino deve ter os seguintes objetos: uma mesa com gaveta e uma cadeira de braços para o professor sobre um estrado, com gavetas destinadas a guardar coisas do uso da escola; duas cadeiras para visitantes; bancos em anfiteatro com três ordens; mesas inclinadas nas costas dos bancos da 1ª e 2ª ordem e sobre elas caixilhos para traslados gráficos e tinteiros fixos, sendo um para cada três alunos; um banco ao lado do professor para castigos; um quadro preto de madeira para exercício de leitura, escrita e contas; um quadro com sistema geral de pesos e medidas do Império, e valores das moedas na parede lateral; penas, lápis, esponjas, giz, régua, papel e livros para os meninos pobres; cartões com as letras do abecedário; dois ponteiros longos; cabides para os chapéus; talha para água e dois copos ou canecas. Art.45: As escolas para o sexo feminino terão os mesmos objetos, com a diferença que os bancos formarão um quadro fechado pela cadeira da professora e que entre eles e as paredes estarão colocadas mesas com os competentes traslados e tinteiros fixos. Art.46: Os móveis e utensílios serão dados por inventário aos professores que assinarão com o inspetor da escola para ser remetido à inspetoria geral, depois de lançado em livro próprio, que deverá ter o inspetor do distrito, este inventário será renovado no fim de cada ano. O inspetor geral poderá fazer as alterações que julgar conveniente no material da escola (REGULAMENTO DE ORDEM GERAL, 1857, p.53).

<sup>204</sup> Nos livros contábeis do século XIX do comerciante José Fernandes Loureiro, que fornecia alimentos, vestuário, objetos, etc., para Curitiba e diversas famílias que residiam em outras vilas e cidades do Paraná, também é possível identificar compras de livros do Dr. Abílio César Borges e de Hilário, procedentes de fornecedores da Corte, Rio de Janeiro (LIVRO DE CARTAS, p.54).

O primeiro pedido a esse fornecedor foi encontrado com a data de 09/06/1857, um ano depois de sua nomeação para o cargo. Nesse encomendava: 200 silabários com estampas zoológicas e botânicas; 200 pares de arieiros e tinteiros de vidro ou metal com haste ou chapa; 50 quadros do sistema de pesos e medidas; 10 exemplares das poesias escolhidas do Padre Caldas em 2 volumes (CODICE 0121, p.05, 09/06/1857). Quatro meses depois, ele encomenda: 20 resmas de papel almaço; 2 milheiros de penas de ave; 20 maços de lápis de pedra; 4 grosas de lápis de pau; arroba de giz; 200 tinteiros de chumbo com as bordas superiores prolongadas para se colocarem em mesas furadas; 100 Gramáticas do Coruja; 50 História do Brasil do Coruja; 100 Alfabeto Português o novo método para aprender a ler por J.L. Roquette; 200 Cartilhas de Doutrina do Dr. Pimentel; 20 Poesias Escolhidas do Sr. Caldas; 25 Quadros do Sistema de Pesos e Medidas adotados na escola da Corte; uma prensa com o selo das armas do Império com a seguinte legenda: Inspetoria Geral de Instrução Pública (CODICE 0121, p.06, 07/10/1857). Com essas compras e muitas outras, que não cabe aqui listar, o inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta abre o caminho para a intensificação de um comércio que tem a escola e os alunos como o principal alvo.

A questão do aparelhamento da instrução pública, elemento de peso para a constituição do governo e futuro da nação, contribui para a circulação da materialidade escola, para aquilo que Vidal e Silva (2011) apontam como “indústria escolar” ou “escola como mercado” (VIDAL e SILVA, 2011, p.25). Como as autoras demarcam, os meios de prover o funcionamento regular de um modelo — que não era somente aprender o mesmo conteúdo, ter um assunto em circulação entre as províncias ou um modo de formar professores —

incluíam a homogeneidade da base material do ensino, o que abria um amplo leque à intromissão da indústria no universo escolar, não apenas como fornecedora de cadernos, livros, mapas, quadros parietais, lápis dentre muitos outros artefatos utilizados pela escola como móveis, uniformes, materiais de limpeza, etc., respondendo a uma demanda constituída no âmbito escolar, mas também como produtora de novas necessidades impulsionando o comércio escolar (VIDAL e SILVA, 2011, p.23).

Quando o assunto era prover as aulas de instrução pública primária com os móveis e materiais necessários, a dinâmica de solicitações e envios se dava da seguinte forma: os professores elencavam suas necessidades aos inspetores ou ao inspetor geral e esse último, caso houvesse verba disponível, escrevia ao inspetor da tesouraria da província solicitando a disponibilização da verba, que ficaria sob a responsabilidade do inspetor ou subinspetor daquela escola. Quando ocorria de não haver verba para a instrução disponível, o que era

recorrente<sup>205</sup>, o inspetor geral se dirigia ao presidente da província, como o fez Joaquim Dias da Rocha:

Estando esgotada a verba do §6º do orçamento passado, pelo qual deve correr a despesa com os móveis fornecidos a escola de instrução primária da freguesia do Rio Negro, n importância de setenta e dois mil réis (72\$000), rogo a V.Exa. se será aumentar, com esta quantia, aquela verba, a fim de poder ser cumprida a ordem expedida por V.Exa. em ofício de 19 do corrente sob o número 29 (AP0189, p.154, 23/08/1864).

Outra situação comumente encontrada era o envio de livros para serem testados nas escolas ou de livros que foram doados para a presidência da província e que o seu representante encaminhava ao inspetor geral, com pequena explicação quanto a sua procedência e uso. Em novembro de 1866 o inspetor geral Ernesto Francisco de Lima Santos recebe exemplares do livro organizado pelo conselheiro do estado, Candido Batista de Oliveira, para o ensino do sistema métrico, com a seguinte indicação do presidente Polidoro Cézar Burlamaque: “a fim de ser ensaiado nas escolas de instrução primária da província. (...) me informe quais resultados obtidos no ensino dessa matéria, para poder esta presidência cumprir o aviso que pelo Ministério da Agricultura lhe foi dirigido” (CODICE 0951, p.95, 26/11/1866).

Em 1877, o diretor de escolas e autor de livros, Abílio César Borges, envia ao presidente Joaquim Bento Oliveira 2.600 exemplares dos 3.500 que ofereceu para as escolas da província, pontuando ainda que a quantidade que não foi enviada é porque estava esgotada em seu depósito, aguardando nova remessa da Europa (AP0527, p.16, 10/11/1877). Situações como essa evidenciam que nem toda a escolha passava pelo crivo do inspetor geral. Muitas vezes ele recebia livros e materiais que não havia pedido e que, mesmo se não apreciasse, deveria colocar em uso, seja para cumprir exigências externas, seja para aproveitar aquilo que vinha doado, sem custos para a província<sup>206</sup>.

---

<sup>205</sup> Não quer dizer que não havia verba para a instrução, mas pelos ofícios solicitando aumento de verba ou materiais, pode-se aferir que a mesma era insuficiente para a composição material de todas as escolas que necessitavam na província.

<sup>206</sup> Essa situação pode ser observada durante todo o período pesquisado, sendo recebidos também materiais específicos, como os 38 exemplares do “método da língua portuguesa escrita para surdos-mudos” que o presidente enviou ao Inspetor Geral Bento Fernandes de Barros, “a fim de fazer a competente distribuição pelos professores da província” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, p.02, 12/04/1871). Na verdade, foram 37 livros para a distribuição, pois um deles ficou na Biblioteca Pública, segundo indicação do presidente. Coube ao inspetor geral escolher para quais escolas mandar o método. Não foi possível identificar nas fontes a presença de alunos surdos nas escolas, mas isso não serve como prova para dizer que eles não existissem. Em 1882, nova remessa de livros chega do Rio de Janeiro, com a indicação de que deveriam ser distribuídos “pelos professores primários das localidades em que houver maior número de surdos-mudos” (AP0655, p.214, 22/04/1882).

Apesar de o professor ser responsável pelos materiais e mobília de sua escola, a compra e recebimento dos mesmos, quando custodiados pelos cofres públicos, passava pelos inspetores/subinspetores. Joaquim Ignácio Silveira da Motta reforçava essa exigência ao inspetor da tesouraria, João Cesário de Abreu, quando havia liberação de materiais ou verba para comprá-los:

Sendo preciso prover de móveis as escolas de um e outro sexo da cidade de Castro e Vila do Príncipe conforme requisição feita pelos respectivos professores e *desejando que aquisição de tais móveis seja feita com o maior zelo, tenho providenciado para que se não efetue a despesa sem que o Inspetor de Distrito examine tudo e reconheça o valor de cada objeto*, portanto requisito a V.Sa. uma ordem para que as Coletorias de Castro ou Ponta Grossa paguem ao Dr. Inspetor daquele distrito a quantia de 223\$000 das contas de móveis apresentadas pelo professor e professora de Castro com as diminuições feitas por esta Repartição; e outras para a Coletoria de Vila do Príncipe ou do Rio Negro a fim de pagarem ao subinspetor daquela Vila o Reverendo Ignácio de Almeida Faria a quantia de 283\$000 das contas apresentadas com as modificações efetuando-se os pagamentos à vista das contas dos operários e *declaração dos inspetores de haverem tudo verificado* (CODICE, 0121, p.05, 10/06/1857 – *grifos meus*).

Desde a sua primeira tabela em que estabeleceu o que deveria ter em cada escola de instrução pública primária até todo o controle de compra e distribuição dos móveis e materiais escolares, Joaquim Ignácio Silveira da Motta deixa-nos entrever como se constituía a prática da Inspetoria Geral. Esse modo de organização de uma estrutura material para as escolas pode ser explicado pela própria dinâmica individual de trabalho do inspetor geral, mas também pode ser compreendido como uma prática que foi sendo construída a partir de sua relação com o outro, seja esse o inspetor/subinspetor, o professor ou os inspetores gerais de diferentes províncias, que mantinham um intercâmbio de relatórios sobre a instrução pública e, dentro desses, a disposição de mobília e utensílios para as escolas era uma das questões levantadas<sup>207</sup>. Entre os anos de 1854 a 1883 o orçamento para mobília e materiais para as escolas ficou assim delimitado:

ANO/LEI	VERBA	DESTINO
Lei nº 19 – 18/09/1854	1:600\$000	Utensílios e Consertos de aulas
Lei nº 36 – 07/04/1855	1:600\$000	Utensílios e Preparos para as aulas
Lei nº 12 – 30/04/1856	1:600\$000 622\$000	Utensílios e Preparos para as aulas Aluguel de casas para diferentes escolas

<sup>207</sup> Em abril de 1857, Joaquim Ignácio Silveira da Motta acusa recebimento de vários relatórios de instrução pública de outras províncias (Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Piauí, São Paulo) que vinham com apresentação quase que idêntica a que foi feita pela província do Maranhão: “Exmo. Sr. tenho a honra de oferecer a V.Sa. um exemplar do meu relatório sobre instrução pública desta província” (CODICE, 0121, p.04, 27/04/1857). Em fevereiro de 1858 nova troca de relatórios é feita, sendo as províncias que enviaram: Rio de Janeiro, Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Paraíba, Piauí, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Santa Catarina, São Pedro do Sul e Rio Grande do Norte (CODICE 0121, p.11, 23/02/1858).



Lei nº 30 – 12/03/1857	2:600\$000 620\$000	Utensílios e móveis para as escolas Aluguel de casas para diferentes escolas
Lei nº 42 – 17/03/1858	1:128\$000 1:427\$000 974\$000	Aluguéis de casas para escolas Móveis para 12 escolas Utensílios para escolas e expediente
Lei nº 58 – 09/03/1859	5:620\$000	Expediente, móveis e eventual
Lei nº 64 – 30/03/1860	1:000\$000 1:600\$000	Expediente, móveis e outras despesas eventuais Aluguel de casa para diversas aulas
Lei nº 71 – 28/05/1861	1:600\$000 1:000\$000	Aluguel de casa para diversas aulas Expediente e eventuais
Lei nº 87 – 14/04/1862	1:000\$000 800\$000 1:200\$000	Casas para escolas Móveis e utensílios Eventuais
Decreto nº 97 – 11/04/1863	1:000\$000 200\$000 500\$000	Casas para escolas Móveis e utensílios Eventuais
Lei nº 107 – 25/04/1864	1:000\$000 200\$000 500\$000	Casas para escolas Móveis e utensílios Eventuais
Lei nº 115 – 06/06/1865	2:100\$000 500\$000	Aluguel de casas para escolas Móveis, utensílios e eventuais
Lei nº 143 – 20/04/1866	2:148\$000 400\$000	Aluguel de casas para escolas Móveis, utensílios e eventuais
Lei nº 151 – 13/05/1867	2:148\$000 600\$000	Aluguel de casas para escolas Móveis, utensílios e eventuais
Lei nº 178 – 16/04/1868	2:480\$000 600\$000	Aluguel de casas para escolas Móveis, utensílios e eventuais
Lei nº 196 – 31/05/1869	2:094\$000 600\$000	Aluguel de casas para escolas Móveis, utensílios e eventuais
Lei nº 232 – 13/04/1870	5:000\$000  2:000\$000	Subvenção para aluguéis de casas para as escolas, segundo a tabela confeccionada pelo governo Utensílios, expediente e eventuais
Lei s/nº - 11/04/1871	2:000\$000	Despesas de utensílios, expediente e material da instrução pública
Lei nº 334 – 12/04/1872	3:428\$000	Subvenção para aluguel de casas para escolas
Lei nº 364 – 19/04/1873	2:000\$000	Expediente e material para as escolas
Lei nº 406 – 13/04/1874	2:000\$000	Expediente e material para as escolas
Lei nº 440 – 11/05/1875	2:000\$000	Expediente e material para as escolas
Lei nº 466 – 17/04/1876	-	Não tem nada discriminado para material, mobília ou aluguel
Lei nº 497 – 25/05/1877	104:048\$000	Aos professores de instrução primária compreendendo a compra de livros para as escolas e alunos pobres
1878 e 1879	-	Não foi encontrada a lei de orçamento
Lei nº 603 – 16/04/1880	120:000\$000	Aos professores de instrução primária e secundária compreendendo a compra de livros para as escolas e alunos pobres, devido aumento de 1:200\$000 repartidamente entre professor de latim, direito público e filosofia
Lei nº 672 – 10/04/1881	6:292\$000	Subvenção para aluguel de casas (com aumento de duas)
Lei nº 714 – 04/12/1882	-	Não tem nada discriminado para material, mobília ou aluguel
Lei nº 721 – 23/07/1883	-	Não tem nada discriminado para material, mobília ou aluguel
Lei nº 769 – 01/12/1883	400\$000 600\$000 6:100\$000	Objetos de expediente Para aquisição de livros e mobília Subvenção para aluguel de casas

QUADRO 25: VERBA PARA ALUGUEL, MATERIAIS E MOBÍLIA PARA AS ESCOLAS  
(FONTE: Coletânea da Documentação Paranaense (1854-1889) e Jornal *Dezenove de Dezembro*)

Dentre as possibilidades de interpretação que essa compilação de leis orçamentárias possa suscitar, sugiro três divisões para análise, tomando por base alguns inspetores gerais<sup>208</sup> e regulamentos. Notamos que nos três primeiros anos, posteriores à emancipação da província do Paraná e durante o tempo em que Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá era o inspetor geral, tem-se o mesmo valor (1: 600U000) destinado a *utensílios e consertos/preparos para as aulas*. Coincidência ou não, a província se reorganizava, a instrução e inspeção pública davam os primeiros passos sem a dependência da inspetoria paulista, ao mesmo tempo em que se *reparava/preparava* as aulas existentes na província para a nova disposição.

A partir de 1857 até o ano de 1869 a verba para móveis passa a compor o orçamento para a instrução pública primária. Nesse primeiro ano, Joaquim Ignácio Silveira da Motta era o inspetor geral e ocorre a publicação dos regulamentos por ele organizados e da sua lista, com a mobília que cada escola deveria ter. Na década de 1870 e de 1880 ocorre uma reorganização dessa materialidade com a ênfase cada vez maior na obrigatoriedade do ensino com os regulamentos de 1877 e de 1883. Aumenta-se o número de alunos e, conseqüentemente, espera-se que haja um reaparelhamento dessa escola. Atrrelados aos utensílios, mobília e aluguel de escolas, aparecem a classificação da verba destinada à *alunos pobres e livros*.

Apesar de ser possível observar um esforço do governo da província em manter uma verba para materiais e mobília na pauta orçamentária da instrução pública primária, grande parte dos inspetores retratou, em algum momento, a falta de mobília, material ou espaço da sala de aula por eles visitada. Muitas vezes, o pedido de material era feito de forma persistente pelos professores, como evidencia o inspetor paroquial Luiz Ramos Figueira, do bairro de Itaquí: “o professor solicitou com insistência livros e utensílios que faltam à escola” (AP0641, p.179, 28/01/1881). No mesmo ano, o inspetor paroquial José Gonçalves de Moraes, da cidade de Morretes, com apenas oito dias no cargo, escreve ao diretor geral que não pode fazer um relatório completo devido ao pouco tempo como inspetor, mas ressalta o que observou sobre os materiais:

---

<sup>208</sup> Os inspetores gerais foram escolhidos como hipótese analítica devido ao lugar que ocupam dentro da instrução pública e do modo como se valem desse lugar, estabelecendo relações, circulando suas ideias, ao mesmo tempo em que se apropriava da ideia do outro.

Limito-me a chamar atenção dessa digna Diretoria Geral para o estado de penúria a que se acham reduzidas as escolas do município, quer de móveis e utensílios, quer dos mais necessários livros elementares. É geral a reclamação dos professores neste sentido (AP0639, p.15, 27/11/1881).

Como um movimento em espiral, os pedidos de materiais e mobília para as escolas, feitos por professores e inspetores, são mais insistentes e abundantes em alguns anos do que em outros. Em 1874, o professor Jerônimo Dursky solicita móveis para a sua escola (banco, cadeira), utensílios (quadro preto, caneca, copos, talha), materiais (penas, réguas e livros para alunos pobres) e reforça: “o mesmo orçamento tenho enviado a Inspetoria Geral nos anos de 1870, 71, 72 e 73, porém sem efeito algum” (AP0449, p.173, 08/12/1874). Quatro anos depois, o professor Pedro Saturnino de Oliveira Mascarenhas, da cidade de Castro, relata que pediu ao antecessor do inspetor geral que fosse tomada providência quanto a móveis e utensílios estragados e que, “pelo menos, fosse consertada a mobília da escola: já decorrido um ano e nenhuma medida se pode ainda tomar neste sentido” (AP0545, p.64, 01/12/1878). O inspetor geral José Franco de Oliveira Valle, recebendo pedidos de material e mobília de professores e inspetores, escreve ao presidente José Cardoso de Araújo Abranches enviando uma lista dos mesmos. Nas suas palavras:

Havendo grande necessidade de distribuir os livros de estudo aos alunos das escolas públicas, principalmente aos pobres, e não tendo podido a Secretaria desta Repartição atender aos frequentes pedidos que fazem os professores e autoridades da inspeção, tenho a honra de rogar a V.Exa. ordem para ser feito a aquisição dos volumes constantes da inclusa relação, pelo meio que V.Exa. julgar mais acertado (AP0435, p.114, 26/03/1874).

Se tomarmos como base as leis orçamentárias, percebemos que esses pedidos recorrentes de móveis aconteceram em um período em que esse item não era discriminado pela legislação. Entre 1870 a 1879 a verba era destinada a utensílios, expedientes, material e eventuais necessidades, sendo exceção o ano de 1877, que destinava um valor para a compra de livros e alunos pobres. No ano em que o inspetor de Morretes toma posse e no seguinte (1881-82) esses itens nem foram contemplados. Ao discorrer sobre material escolar, o presidente Carlos Augusto de Carvalho (1882) permite-nos perceber um movimento para a concessão de aumento de verba para a instrução que viria “pela decretação de uma taxa escolar” (CARVALHO, 1882, p.89). João Bley, inspetor paroquial da cidade de Rio Negro, escreveu no livro de visita da escola da professora Maria da Glória Costa: “notei boa ordem. Lastimo porém a falta de mobília apropriada, peço ao digno diretor geral que obtenha do governo auxílio para melhor mobília pois é minha opinião que isto muito influi no adiantamento da instrução” (AP0659, p.65, 22/05/1882). Os pedidos e termos de visita de inspetores, quando tomados em comparação com as leis de orçamento, podem suscitar essa

possível interpretação. Mas só existe defasagem de material nesse período? As escolas são precárias, carentes de móveis, livros e objetos?

O inspetor paroquial Padre Manoel José de Souza, da cidade de Antonina, envia seu relatório ao inspetor geral João Manoel da Cunha informando sobre as cinco escolas de sua cidade (1 particular — fechada há alguns meses, 3 de instrução pública primária — 1 masculina, 2 femininas — e 1 de latim). Da que foi fechada, só informa que os sete alunos fizeram exames e “tiveram a nota de aprovação plena”; da escola masculina, do professor Adolpho Correa de Bittencourt, diz que “tem sua sede em uma sala alugada a qual, posto que não seja muito espaçosa, presta-se, contudo, a maior número de alunos; é algum tanto arejada” e informa que os móveis desse professor se resumem a alguns bancos e uma mesa grande que foram do professor Joaquim da Silva Montepoliciano, mas que estão em bom uso. Quando escreve sobre as duas aulas femininas, relata que a da professora Maria Julia da Costa Soares “funciona em uma sala espaçosa e bem arejada; é própria” e que a da professora Leocádia Maria da Rocha Alves está em sala alugada e “não tem as acomodações precisas para o número de alunas que ali frequentam; é bastante acanhada”. Da aula de latim, do professor José Justino de Mello comunica apenas que a sala é própria (AP0450, p.65, 16/12/1874).

Apesar de não pedir nenhum material ou mobília, na fala do inspetor paroquial podemos observar que, das três escolas públicas, duas funcionam em salas alugadas, sendo que uma tinha os móveis, que foram aproveitados de outro professor, e outra não tinha como acomodar as alunas, ou seja, havia uma carência de mobília. O interessante é perceber que, para além dessa constatação da ausência de materiais específicos e pedidos a quem é de competência fornecê-los – o poder público –, o posicionamento de inspetores em prol desse material evidencia uma parceria junto ao professor, uma vez que possibilita melhor atuação durante as aulas, e uma preocupação com a criança que frequentava aquela escola. Nesse sentido, verifica-se na prática da inspeção, não só um modelo destinado a conduzir e controlar a instrução pública, mas um modelo que está circunscrito a uma fórmula mais geral de civilização que articula o olhar à palavra – às leis, normas, regulamentos – e a palavra às ações ou práticas de governo (GIGLIO, 2006, p.350).

## **2.2. IMPASSES NA INSTRUÇÃO: O ÔNUS E O BÔNUS DE RECEBER A VISITA DO INSPETOR**

A cada três meses, pelo menos, o professor de instrução pública primária já sabia que sua aula receberia a visita do inspetor. Se não havia inspetor, o subdelegado ou um dos integrantes da câmara municipal, quando outorgado pelo inspetor geral e presidente da província, cumpria esse papel, podendo também emitir licenças e atestados de conduta aos professores.

A indicação do subdelegado para o cargo às vezes era feita pelo inspetor paroquial, quando deixava suas funções<sup>209</sup>. Havia uma falta de esclarecimento quanto a função de inspeção da Câmara Municipal, que no Regulamento de Instrução Pública (1874) compõe, junto com o presidente, o inspetor geral, os inspetores paroquiais e o conselho de instrução a responsabilidade pela direção e inspeção do ensino (art.119). Essa insegurança pode ser compreendida se nos ativermos ao fato de que, apesar de discriminados os responsáveis legais, apenas a função do inspetor geral e do inspetor paroquial são esboçadas no referido regulamento. No início do mês de outubro de 1874, o presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, Manoel Antonio Guimarães, escreveu ao inspetor geral dizendo que “na falta de inspetor de distrito, tenho dado atestado de frequência aos professores de escolas, sob minha inspeção, para poderem perceber seus vencimentos” (AP0447, p.278, 15/10/1874). Treze dias depois, ele envia outro ofício:

Considero estar em execução o novo regulamento da instrução pública e por isso também me julgo dispensado da comissão que me foi cometida na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, entretanto, antes de ser por V.Sa. esclarecido a respeito, não deixarei de fornecer nas atestações de frequência aos professores, para poderem receber seus vencimentos (AP0447, p.277, 28/10/1874).

---

<sup>209</sup> O inspetor paroquial Padre Albino José da Cruz, da cidade de Paranaguá, durante meses solicita sua exoneração devido, segundo ele, aos seus sofrimentos com reumatismo, que “não me deixam cumprir com os deveres” (AP0442, p.03, 03/07/1874). A demora em conseguir o afastamento se dava por não ter quem indicar para o lugar. Ele pontua ao inspetor geral João Franco de Oliveira e Sousa: “presente ofício de V.Exa. que vai obter minha exoneração de inspetor paroquial, que muito e muito lhe agradeço e peço a V.Exa. seja mais breve que possa. Na cidade há muitas pessoas habilitadas para este cargo, mas nos lugares de escola como Barra do Sul, Tambarataca e mais, nem os inspetores de quartirão podem servir, por isso não proponho pessoa alguma” (AP0441, p.14, 02/06/1874). Muitos dos pedidos de exoneração do cargo de inspetor eram feitos porque os mesmos acumulavam várias funções, às vezes eram inspetores do ensino e inspetores de quartirão (polícia), outras eram padres e inspetores, como no caso do vigário Antonio Braga de Araújo, da vila de Guarapuava, que exercia a função de inspetor desde 1852 e pede demissão: “(...) com quanto tenha eu bastante dedicação à este ramo do serviço público pela sua importância, não posso por certo desempenhar sem grande sacrifício, visto como além dos muitos serviços que sobre mim pesam já como pároco desta Igreja, já como vigário da vara, não tenho eu coadjutor (...)” (IIP334.22, 28/08/1857). O inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta escreve ao presidente José Francisco Cardoso que: “o distrito de Castro acha-se sem inspetor e recusa-se a aceitar esse cargo o Dr. Juiz de Direito. (...) tem sido invariável a regra de se nomearem os juizes de direito e promotores que tem de percorrer as comarcas em desempenho desses cargos” (IIP506.46, 18/09/1859). A resposta vem escrita no próprio documento, com lápis azul: “aprovo”. Em 1875 o subdelegado do bairro de Conchas, Joaquim Ferreira Pinto, informa ao Inspetor Geral João Pereira Lagos, que presidiu aos exames dos alunos da sua paróquia (AP0476, p.55, 19/12/1875). Havia uma rede de relações em torno da inspeção, envolvendo toda uma estrutura administrativa, com funções que exercidas em uníssono.

Manoel Antônio Guimarães pede esclarecimento quanto as suas funções porque, no regulamento a que ele se reporta, “passar atestados de exercício aos professores, professores adjuntos e alunos mestres” (art.124§16) é papel do inspetor paroquial. Apesar de saber disso, ele informa que continuará fornecendo os atestados, até segunda ordem. Talvez essa anuência a funções que já não eram suas legalmente possa ser compreendida à luz de uma informação que detemos: ele foi inspetor de distrito de Paranaguá durante o ano de 1854<sup>210</sup> e, com uma formação prática no ramo da inspeção, continuava exercendo-a, pois havia se *tornado* inspetor. Esse seria o bônus para a instrução e a inspeção: uma vez inspetor, sempre inspetor. Como ele mesmo demonstra: “prevaleço-me da oportunidade para significar a V.S. os meus desejos pelo engrandecimento e propagação do ensino público; infelizmente a aula secundária desta cidade é infrequente” (AP0447, p.278, 15/10/1874).

A não visita do inspetor dentro do prazo máximo de três meses, quando detectada pelo professor, funcionava como uma via de mão dupla, ora a seu favor — caso não estivesse exercendo a sua função, pois assim não seria repreendido —, ora contra, no caso de querer ser lembrado e elogiado pela sua prática. Essas duas possibilidades podem nos auxiliar a entender o que a vistoria do inspetor, ou a sua ausência, significava para os professores e seus alunos.

Na maioria dos ofícios que os professores enviavam à Inspetoria Geral de Instrução Pública informando a ausência do inspetor, o texto era sucinto, como o da professora Luiza da Costa Netto, da cidade de Paranaguá: “faço sentir a V.Sa. que a escola a meu cargo não foi visitada este mês” (AP0662, p.119, 31/07/1882)<sup>211</sup>. O interessante é perceber quando essa informação vinha acrescida de uma justificativa para a não visita. A professora Maria Olymphia de Miranda Cercal, da cidade de Campo Largo, escreve: “tenho a honra de comunicar a V.Sa. que neste mês o Sr. inspetor paroquial deixou de visitar esta aula. Cumpridor de seus deveres, não deixaria de cumprir este, se não estivesse a 20 dias de cama, devido a grave incomodo de saúde” (AP0662, p.160, 31/07/1882)<sup>212</sup>.

Por motivo semelhante, a professora Dulcia da Costa Saldanha, da cidade de São José da Boa Vista relata: “(...) que participou-me o Sr. Inspetor Paroquial desta vila que por incomodo de saúde deixava de visitar esta escola, conforme determina o art.3º nas alterações feitas no Regulamento da Instrução Pública (...)” (AP0660, p.178, 04/04/1882). Interessante perceber essas justificativas das professoras como um indício de que a inspeção do ensino não era representada, pelo menos para elas, como o signo da vigilância, da punição ou da relação

<sup>210</sup> Na primeira estrutura que seguia a direção do inspetor geral Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá.

<sup>211</sup> O inspetor paroquial responsável pelas escolas de Paranaguá, neste ano, era Joaquim Antônio Pereira Alves.

de poder<sup>213</sup>. Ao tomar partido por um inspetor que não comparece, essas professoras acabaram por desnaturalizar uma inspeção que somente fiscaliza o seu serviço, emite o relatório e vai embora da escola sem grandes contribuições ao ponto de sua ausência, quando acontecia, não ser sentida.

Quando o inspetor de distrito/paroquial não comparecia à escola ou quando ainda não havia sido indicado um responsável por certa localidade, sujeitos distintos faziam esse papel, mesmo que não solicitado oficialmente. Isso era comum nos ofícios encaminhados por padres à secretaria de governo. Responsáveis pela Igreja conheciam grande parte da população local e da dinâmica de sua cidade. Em 1882, o padre Jorge Stuneho, de Vila de Santo Antônio de Imbituva, registra em seu ofício a falta de livros de batizados na matriz e observa a necessidade de criação de uma escola feminina, dizendo que lembrará ao presidente quando abrir a Assembleia. Sobre o ensino, reforça: “o professor público é um bom moço, cumpridor com os seus deveres, porém, falta o Inspetor da Instrução Pública e por isso é bom que V.S.<sup>a</sup> participe, por esta grande falta, ao Inspetor Geral das instruções públicas, a fim de providenciar a respeito” (AP0659, 1882, p.52). Por mais que o padre reforce a qualidade do professor ele representa a ausência de um inspetor como uma *grande falta* para a escola, uma pista para entendermos que essa visita poderia acarretar em orientações para o docente, não somente em uma fiscalização para emissão de relatórios. No mesmo ano, o inspetor paroquial José Gonçalves de Moraes, de Morretes, visita a 2ª cadeira feminina, regida pela professora Luiza Maria F. e a orienta como ministrar o conhecimento e a aprendizagem em sua aula:

Recomendo à Exma. Professora que a distribuição do ensino vá do simples ao complexo, das definições abstratas para as definições práticas, método hoje seguido pelos educadores e que tem produzido os mais satisfatórios resultados. As abstrações não falam a inteligência pouco desenvolvida das crianças e elas seduzem-se antes pelo que escrevem do que pelo que ouvem. No ensino do cálculo muito especialmente, a parte prática deve-se antepor à teórica; e em todos os outros o método analítico deve preceder aos estudos como a larga ponte por onde entraram as crianças na vida social (AP0659, 1882, p.59).

---

<sup>212</sup> O inspetor paroquial responsável pelas escolas de Campo Largo, neste ano, era José de Almeida Torres.

<sup>213</sup> Em 1862, o subinspetor de Guaraqueçaba, Antonio Manoel Baptista escreve o seguinte convite ao professor: “IlmoSr. professor. Fará o favor de dar aqui uma chegada para combinarmos, sobre assuntos dos alunos, pois que estou com o pé no estribo para aquelas bandas. Seu amigo, Baptista”. Alguns dias depois, pelo que expressa em cópia inclusa a este ofício, escreve novamente ao professor, mas com um tom diferente, demonstrando a autoridade que lhe é devida pelo cargo que ocupa: “IlmoSr., conhecendo eu o pouco caso que V.M. faz do meu chamado, pedindo-lhe eu até por favor, porque estou para fazer viagem e sendo para serviço de uma escola, portanto queira me mandar os esclarecimentos dos artigos que necessito para o meu governo: 1º a época da instalação da escola nesta freguesia de que V.M é professor; 2º com quantos alunos foi instalada?; 3º quantos se matricularam de então até a última matrícula? 4º quantos saíram? 5º quantos existem matriculados e se todos frequentam” (AP0141, s/p, 27/07/1862).

Nota-se que havia uma orientação embutida nesse termo de visita. O inspetor paroquial se posiciona e aponta o que acredita ser uma prática que poderia levar ao melhor andamento da instrução naquela escola. Orientação semelhante fez o padre e inspetor paroquial Celso Cézar da Cunha, de Serro Azul, quando recomendou à professora Gertrudes Domitília da Cunha Martinez que continuasse a ministrar o ensino da moral e da religião em sua aula. Na conclusão de seu relatório deixa indícios que nos permite perceber como representava a sua prática como inspetor quando concluiu: “assim falando julguei cumprir um dever *não só de quem vigia sobre os preceptores da infância* como de quem é um humilde ministro da religião” (AP0662, 1882, p.21 – *grifos meus*). O inspetor em questão indica a permanência do ensino religioso, o que poderia ser reforçado pela sua condição de padre, mas também nos deixa entrever que entendia a inspeção como o órgão responsável pela vigilância dos professores. Essa representação do papel do inspetor como aquele que vigia professores, pais e alunos aparece em alguns ofícios trocados pela Inspeção de Instrução Pública. Entretanto, não se pode afirmar que fosse vista dessa forma por todos os inspetores, uma vez que encontramos muitos casos em que o registro dessas visitas pende mais para uma orientação da prática pedagógica do que para uma vigilância dos docentes.

As observações feitas pelos inspetores em seus termos de visita também orientavam ao professor como proceder com a prática escriturística referente à instrução. Em muitos momentos os inspetores frisavam aos professores que era importante para o bom andamento da instrução manter o livro de visitas em bom estado assim como se ater ao preenchimento correto de mapas de frequência. Mesmo nessas orientações voltadas para a organização da documentação escolar é possível identificar uma lisura dos inspetores em não dar destaque só ao que falta ser desenvolvido pelo professor; o procedimento mais comum é apontar os pontos positivos encontrados e depois orientar o que deve ser modificado ou melhorado.

A visita do inspetor também servia, em alguns casos, para corroborar a integridade do professor em assuntos privados. Em dezembro de 1875, o professor José Cleto da Silva pede permissão ao inspetor geral, João Pereira Lagos Júnior, para tirar do livro do termo de visita observações que falem sobre ele e publicar na imprensa. Segundo ele:

(...) tenho de dar contas de todos os meus atos, até mesmo os da minha vida privada, aos pais dos meus numerosos alunos, filhos meus espirituais, quando a inveja e a calúnia procurem marcar a minha reputação de homem público, adquirida com tanto trabalho, esforço e sacrifício. A razão deste meu pedido é procurar se não destruir, ao menos equilibrar a má impressão que a meu respeito tem causado certo desafeto gratuito, não só aqui como em Morretes e Antonina (AP0476, s/p, 26/12/1875).

Seria interessante se conseguíssemos saber quem era esse *desafeto* e o que do professor estava sendo dito. Porém, como isso até o momento não foi possível identificar,



fiquemos com o reforço desse relato de visita que, para além da estrutura interna da instrução pública, servia como um atestado de boa conduta pessoal para o professor. Se fosse necessário, muitos professores poderiam requerer a mesma cortesia almejada por José Cleto da Silva, uma vez que os elogios nos termos de visita eram recorrentes, como: “trajava com asseio e decência”<sup>214</sup>; possuía o “dever de protetora”<sup>215</sup>; tinham “solicitude e empenho”<sup>216</sup> nas suas funções; “o ensino é bom e bem dirigido”<sup>217</sup>; preza pela “organização elementar do espaço físico e utensílios em sala”<sup>218</sup> e tem “amor à profissão”<sup>219</sup>.

Todavia, não quer dizer que não havia tensões durante e decorrente da visita do inspetor. Esses conflitos ou *desinteligências*, como eram chamados pelos professores e inspetores, podiam ser originados por questões políticas e partidárias, disputas entre professores públicos e particulares, conduta errônea no exercício da profissão, entre outras. Meses depois da emancipação da província paranaense, já se podia vislumbrar o peso que as divergências políticas e disputas entre professores públicos e particulares poderia tomar durante a segunda metade do Oitocentos, quando o inspetor de vila de Guarapuava, Padre Antônio Braga Araújo, responde a portaria enviada pelo presidente Zacarias Goes e Vasconcellos, em 22/02/1854, que pedia informações sobre a aula do professor Francisco Manoel Assis França:

Cumpre-me com *imparcialidade* ponderar-lhe, que na verdade existem no distrito essas aulas particulares, de que se queixa o dito professor, *mas posso sem ingenuidade assegurar à V.Exa. que elas são todas devidas a pouca ou nenhuma regularidade da aula pública, a qual não oferece garantia alguma do progresso aos alunos*, constitui aos pais destes na rigorosa obrigação de procurarem outro recurso, promovendo a criação de aulas particulares, e tanto é isto exato que esse mesmo sujeito que alega o professor ter uma aula, em que ensina grátis dentro da vila, tem muitas vezes substituído ao *professor público quando este querendo atender aos seus negócios particulares (como não há muito tempo o fez)* precisa dar aula sem preceder licença do Governo para isso, e gasta um mês e as vezes até mais fora dela, resultando daqui o desconcerto e desmoralização em que tem caído este estabelecimento (...) (IIP19.6, 18/03/1854 – *grifos meus*).

Antes de emitir seu parecer, o inspetor salienta que o faz de modo imparcial, como que para justificar a informação que precede. Em seu ofício descreve que o professor público não é assíduo e, por isso, o professor particular assumiu os alunos durante um tempo. Esse documento, por si só, não demarca uma tensão entre o inspetor e o professor. No máximo,

---

<sup>214</sup> IIP727.67, 11/10/1861.

<sup>215</sup> AP0484, p.07, 16/07/1875.

<sup>216</sup> AP0662, p.12, 27/06/1882.

<sup>217</sup> AP0662, p.179, 31/07/1882.

<sup>218</sup> IIP718.67, 11/09/1861.

<sup>219</sup> IIP726.67, 13/09/1861.

mostra-nos mais uma prática no cotidiano da inspeção. Entretanto, a resposta do professor ao presidente, meses depois, reforça a existência de uma correlação de forças. Vejamos o que ele disse ao receber a portaria do dia 07/04/1854, que o dispensou do cargo:

(...) logo transmiti esta notícia a 8 alunos que se achavam na mesma aula e lhes disse que achava conveniente que fossem frequentar a aula do Dr. Vigário, Inspetor das aulas deste distrito, que está aberta para 1ª letras a pouco mais de um mês a esta parte e que ali não só tão bem se ensina de graça como o Mestre está mais habilitado com melhores princípios que eu para um tal fim, e como na informação que foi dada a V.Exa. provavelmente seria reprimido, visto as desinteligências políticas que há entre mim e o sr. Inspetor, tomo a ousadia de levar as vistas de V.Exa. os dois documentos juntos, que servirão unicamente para abonar minha conduta; os quais V.Exa. sendo servido os fará devolver-me (IIP21.16, 22/04/1854).

Seria uma nota de ironia o trecho em que o professor anuncia que o *Dr. Vigário* estava *mais habilitado e com melhores princípios* para dar aulas? Penso que sim e que, para além do lado irônico, havia uma denúncia de que o inspetor faltou com a verdade devido às *desinteligências políticas* e, o que era ainda pior, porque o próprio tinha intenção de abrir uma aula, como o fez, segundo o professor.

Os relatos dos inspetores, ao falar da conduta dos professores, iam além da questão se a aula era dada ou não constantemente, ou arranjos políticos. Algumas vezes o professor era retratado como possuidor de defeitos morais graves e, portanto, inapto para o magistério. Outras vezes, a questão em pauta era a sua prática. Enquanto exercia a função de inspetor geral, interinamente, Joaquim Dias da Rocha escreve ao presidente José Francisco Cardoso, sobre o professor Antônio Luis Gomes, da cidade de Porto de Cima, dizendo que tem “informações que muito o desabonam (...) visto como tem o vício da embriaguez e não devendo continuar a exercer as melindrosas funções do magistério um indivíduo sobre o qual pesa tão grave defeito” (IIP767.57, 18/06/1860).

Mas a visita do inspetor também podia ser um refrigério para o professor em questões difíceis. Em 1874 a professora de Guaratuba é acusada, anonimamente, de não ter alunos suficientes em sua escola, não dar aula com regularidade e não aceitar alunas negras. O inspetor paroquial, Antonio Manoel Baptista, escreve ao inspetor geral João Franco de Oliveira Sousa sobre o ocorrido:

V.Exa. determinou que esta Inspetoria Paroquial informasse sobre o fato denunciado, a fim como se a professora desta freguesia, recusou a aceitar na escola, dizendo não aberta a pardos, dizendo que não ensinava negros. É negado este segundo ponto denunciado por quanto tem a professora em sua aula, duas pardinhas que lecionam em condições iguais a outras meninas (AP0439, 1874, p.8).

O inspetor ainda complementa que não tem fundamento a denúncia de que ela não tem número legal de alunos e que não dava aula desde a semana santa porque ela mora perto

da sua casa e ele a vê dando aula. Para além da defesa feita à professora, esse ocorrido permite pensarmos a inserção das crianças negras nas escolas primárias da província paranaense<sup>220</sup>. Após a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, os filhos de escravas, denominados ingênuos, eram livres. Essa condição, seguindo os regulamentos de instrução pública paranaense, permitia, em tese, que os mesmos frequentassem as escolas, uma vez que até então a frequência era vetada somente aos escravos. Ser acusada de não dar aulas a negros ou pardos, como em geral eram chamados as pessoas livres, mas descendentes de escravos (DEAP-PR, 2005, p.18), era o mesmo que ir contra a lei.

Porém, a inserção dos descendentes de escravos no processo de escolarização não é possível ser visualizada nitidamente nas fontes. Nos relatórios de governo sempre houve a seção intitulada Instrução Pública, todavia não há menção direta à população escrava, liberta ou aos ingênuos nessa seção. Há um *silenciamento* nas fontes, tal como o identificado por Eliane Peres (2002) no Correio Mercantil de Pelotas – Rio Grande do Sul, ao tratar da instrução de libertos. Em sua dissertação, Eduardo Pena (1990) também aponta a ausência de citações explícitas sobre os escravos nos relatórios de presidente da província paranaense, mas que isso pode ser compreendido dentro de uma representação, construída, de que o Paraná não era uma província dependente do trabalho escravo, e chama atenção para o fato de que, “na segunda metade do século XIX, os escravos foram um alvo fácil para observações e comentários caricaturais” (PENA, 1990, p.06). Desviando o foco para a historiografia da década de 1960, identificamos uma ideia de coisificação do escravo<sup>221</sup>, conforme explica Sidney Chalhoub (1989):

a escravidão teria destruído os hábitos de vida familiar dos negros, os teria tornado incapazes de se disciplinarem para o trabalho, sendo-lhes estranhas a ideia de acumulação de riquezas. Houve mesmo quem afirmasse que o homem formado dentro desse sistema social (a escravidão) apresentava um rudimentar desenvolvimento mental. Essas afirmações a respeito dos negros se fundamentaram naquilo que poderíamos chamar de teoria do escravo-coisa (CHALHOUB, 1989, p.38).

---

<sup>220</sup>Em pesquisa que tomou a escolarização dos negros e pobres no Brasil, Cynthia Veiga (2008) ressalta que a escola elementar no século XIX não era pensada para as crianças da elite, que tinham outras possibilidades de instrução (como o ensino particular nas escolas ou feito em casa, por uma preceptora), mas foi “essencialmente destinada à crianças pobres, negras e mestiças”, “àqueles que na percepção das elites careciam de civilização” (VEIGA, 2008, p.503-504). Seguindo a pista de que essas crianças deveriam estar nos bancos da escola pública, a autora já havia identificado a presença de negros e mestiços nas escolas mineiras, no século XIX (VEIGA, 2004). Tomando a inserção destas crianças na escola pública durante o Oitocentos, Surya Barros (2002) aponta que havia crianças negras e ingênuas na província paulista, assim como Ione de Sousa (2006) que também as identificou nas escolas da província da Bahia. No Paraná, a mestranda do curso de pós graduação de História da UFPR, Noemi Santos da Silva tem como foco de sua pesquisa a reflexão da presença dos negros e ingênuos na escola pública paranaense, no século XIX, tendo já nuançado suas primeiras contribuições sobre o assunto em sua monografia, em 2010.

<sup>221</sup>Como exemplo dessa teoria do escravo-coisa, ver a obra de CARDOSO (1977).

Tal autor faz crítica a esse modo de identificação do escravo, ao que ele chamou de “teoria do escravo coisa”, demonstrando que os mesmos elaboravam ações de resistência contra as imposições escravistas (CHALHOUB, 1990). Essas considerações sobre a forma como o escravo era visto, seja no Brasil como um todo ou na província paranaense, não se enquadram no caso da professora de Guaratuba denunciada por não dar aulas a pardos. Todavia, nos ajuda a entender um ofício recebido pela Inspetoria de Instrução, no qual o professor José Agostinho (1879), de Palmeira, indagava sobre a matrícula de um ingênuo em sua escola<sup>222</sup>. Ele cita a Lei do Ventre Livre, de 1871, mas também menciona o art.39 do Regulamento da Instrução Pública (1876), que delimitava:

Art.39 – As matrículas nas aulas públicas da Província serão gratuitas, vedadas, porém, aos seguintes indivíduos: §1º Aos que sofrem de moléstias contagiosas; §2º *Aos escravos*; §3º Aos menores de 5 anos e maiores de 16; §4º Aos que tiverem sido expulsos segundo a lei (CDPR, 2004, p.269 – *grifos meus*).

A pergunta enviada ao diretor geral demonstra nitidamente uma confusão por parte do professor quanto ao significado de ingênuo. Ao mesmo tempo em que reconhece a criança como liberto, seguindo uma legislação nacional, remete-se à outra, o regulamento, que fazia referência a não matrícula de escravos. Se até para um integrante da instrução pública primária isso não estava claro, imagine para as pessoas que, anonimamente, denunciaram a professora de Guaratuba? Juarez dos Anjos (2011) se deparou com situação semelhante em um ofício do professor primário Pedro Fortunato, da Lapa, PR, de 1880, em que o referido demonstrava um equívoco quanto à matrícula de escravos e ingênuos em sua aula. Segundo o autor, isso

indicia que não havia clareza na compreensão do verdadeiro estatuto social dos ingênuos: essas crianças permaneciam juridicamente livres, mas o que seria esta liberdade e a que universo ela daria acesso, era algo ainda a ser resolvido. Esse fragmento de discurso é emblemático de um momento de construção e definição de mais uma categoria de infância, aquela formada pelos filhos livres da mãe escrava (ANJOS, 2011, p.93).

Esses poucos documentos encontrados que mencionam a presença do ingênuo na escola fornecem indícios para se pensar que as questões étnico-raciais causavam impasses entre os responsáveis pela inspeção e instrução na província paranaense.

Desviando o foco, encontramos outra situação de denúncia feita a professores. Essa ocorreu com os professores da freguesia de São João do Triunpho, José Augusto dos Santos e

---

<sup>222</sup> Dizia o documento: “Tendo sido apresentado a matrícula na escola a meu cargo um menino filho de mulher escrava, liberto pela Lei n.º 2040 de 28 de Setembro de 1871, rogo a V. Exc.<sup>a</sup> que se digne a dizer se devo admiti-lo, em cargo do que diz o Art. 39 §2 do Regulamento da Instrução Pública” (AP0564, 1879, p.12).

Dallana Rosa dos Santos, provavelmente marido e mulher ou irmãos, pelos sobrenomes, denunciados pelo subdelegado de polícia de maltratar os alunos. São três os documentos que refutam a denúncia, um do inspetor geral, um do inspetor de distrito e outro do inspetor paroquial. Começemos pelo do inspetor geral:

cabe-me informar a V.Exa. que nenhum conceito pode merecer semelhante acusação, como bem se vê pelos officios dos dois funcionários mencionados cuja cópias transmito à V.Exa. É certo que o sr. subdelegado de polícia, Emílio Silveira de Miranda, pouco depois da chegada desses professores à freguesia de Triumpho, há perto de dois anos, desonrou-se com eles e começou a incomodá-los, valendo-se para isso do prestígio de seu cargo; já mandando invadir as aulas por dois indivíduos munidos de uma portaria a título de apoderar dos trabalhos escolares, já recrutando meninos, alguns dos quais fez seguir para a Lapa e já intimidando os pais de família, a fim de retirarem os filhos das escolas, o que em parte conseguiu (AP0436, 1874, p.77).

A participação de agentes de polícia nos assuntos referentes à instrução pública era tolerada e bem vinda nos locais em que não houvesse inspetores e câmara municipal. No caso em questão, o inspetor geral relata que houve uma invasão à escola desses professores e que o subdelegado intimidava os pais. A proximidade, ou melhor, o aproveitamento de funcionários do corpo policial da província para assuntos referentes à inspeção talvez tenha contribuído para a existência de situações como essa, que alçavam o ato de inspecionar uma escola ao patamar da vigilância e repreensão, promovendo quase um terrorismo para com todos os envolvidos com aquela determinada aula. A não visita de um inspetor de distrito/paroquial, funcionário de quem se esperava o conhecimento da dinâmica de inspeção do ensino, deixava brechas para que embates como esses fossem ocasionados.

O inspetor de distrito, Francisco Alves Guimarães, escreve ao inspetor geral, respondendo a denúncia e fala que obteve alguns testemunhos no distrito: “por eles fui informado de que os professores acusados, se não gozam de inteira e geral simpatia naquela freguesia, todavia procuram quanto lhes é possível cumprir os seus deveres, como poderá atestar o maior número de habitantes desse lugar” e ressalta ainda que não é correta a denúncia do subdelegado quanto à moradia do inspetor paroquial, ressaltando que o referido inspetor está em Campo Largo, temporariamente, “com o fim de reabrir ali o comércio de uma sua filha” (AP0436, 1874, p.78). O inspetor de distrito faz uma escolha, mesmo que sutil, em defesa dos professores. Apesar de deixar entrever que houve pessoas que não foram a favor dos mesmos, ele não dá destaque ao que disseram, mas ao que a maioria dos habitantes respondeu. Essa diferença no que elegeu como mais importante, acabou por ajudar na defesa dos professores. Ele também justifica a ausência do inspetor paroquial. Há de se destacar que

---

os inspetores paroquiais não eram remunerados, sendo assim, precisavam ter outro ofício para garantir sua condição financeira e, não necessariamente, esse trabalho permitiria que os inspetores se dedicassem com exclusividade à inspeção do ensino na província<sup>223</sup>.

O inspetor paroquial, Carlos José de Oliveira e Sousa, por sua vez, escreve sobre a denúncia do subdelegado quanto aos maus tratos que os professores afligiam aos seus alunos:

fundamentando a denúncia em duas cartas graciosas, devo informar que a matéria tratada nessa acusação e cartas é inteiramente banal e alheia a verdade. Certamente os referidos professores tem tido em suas aulas maior frequência de alunos que atualmente, mas se isso acontece periodicamente em todas as escolas de mato no tempo das roçadas e colheitas em que pais retiram os filhos para os ajudarem nos serviços, *como pretender que essas duas escolas fiquem isentas dessa regra que é geral?* (AP0436, 1874, p.79 – *grifos meus*).

Esses três documentos demonstram um momento de tensão entre os professores e subdelegados, como também indicam uma organização da estrutura da inspeção que, mesmo com todos os problemas quanto à distância entre as escolas, números de inspetores<sup>224</sup>, salários, funcionava de acordo com o que era esperado pelos presidentes e inspetores gerais da província. O inspetor sai em defesa do professor quanto a frequência dos alunos, o que evidencia uma situação de parceria frente à uma situação que não está no controle do professor e sim dos pais, sendo assim, não se tem muito o que fazer e cai por terra a denúncia do subdelegado.

A visita do inspetor também podia acarretar em admoestação (repreensão) e multa ao professor que não estivesse cumprindo com seus deveres, conforme explicitado em regulamento. Talvez essa possibilidade acarretasse, em alguns casos, desconforto e apreensão quanto a essa visita e, conseqüentemente, impasses sobre a forma como o inspetor relatou o que viu. Detendo-se em outro termo de visita, elaborado pelo inspetor de distrito Francisco Ferreira Corrêa, percebe-se que a estrutura do termo de visita permanece. O diferencial está na resposta dada pelo professor, Francisco Antunes Teixeira, que se sente injustiçado ao ser relatado, dentre outras coisas, que ele não estava na sala de aula assim que o inspetor chegou.

---

<sup>223</sup> Durante o período os inspetores dividiam suas funções na inspetoria com as provenientes de outros cargos, como: juiz de direito; juiz de órfãos, vereadores das câmaras municipais; deputados nas assembleias legislativas; comerciantes; fazendeiros e policiais. Pedidos de dispensa do cargo, como o do inspetor paroquial Joaquim Antonio dos Santos Sousa, de Arraial Queimado, são constantes: “os incômodos de saúde que sobrevindo com diligências policiais distante desta vila, judiam-me de continuar no exercício de qualquer cargo. E é por essa razão que venho implorar a V.Exa. que se digne conceder-me a demissão de inspetor paroquial desse distrito” (AP0441, 1874, p.142).

<sup>224</sup> No jornal Província do Paraná, na seção Variedade, a crônica Singularidade da Época faz críticas aos trabalhos sancionados pela Assembleia Legislativa, ressaltando no caso da instrução: “pela primeira vez são analfabetos nomeados inspetores paroquiais de instrução pública” (PROVÍNCIA DO PARANÁ, 26/03/1876, p.03). A crítica em questão acaba por reforçar que, para o bem ou para o mal, a inspeção estava em pauta nas discussões que circulavam sobre o ensino público na província.

O professor, em ofício enviado ao inspetor de distrito e ao inspetor geral, solicita que seja explicado:

1º Se o suplente se achava fora ou no interior do edifício onde funciona a escola a seu cargo (...) e se excedeu a 4 ou 5 segundos o tempo que mediou entre a sua entrada na sala ao comparecimento do suplente do interior da casa onde estava? 2º Se dentre os 50 alunos que V.S. encontrou na escola, existiam alguns indecentemente vestidos? 3º Se V.S. por ocasião da visita acima dita, examinou uma só escrita de algum dos alunos do suplente? 4º Se V.S. viu, nessa mesma ocasião, ao lado esquerdo do salão, sobre uma grande mesa, onde igualmente estavam espalhados os escritos de todos os alunos da escola, um bom relógio, em cujo mostrador marcava 3 ½ horas quando V.S. entrou? 5º Qual foi a resposta que o suplente deu quando V.S. perguntou se a escola possuía uma taboleta exigida pelo Regulamento? 6º Finalmente, se o tempo que V.S. se demorou na visita de inspeção já referida, excederia a oito ou dez minutos, mais ou menos (AP0145, 1862, p.210).

Por meio desse “pedido”, apreendem-se duas direções possíveis de análise: uma voltada para a ação desse professor que, na mira do olhar da inspeção, usa da escrita questionadora para inverter o que foi dito pelo subinspetor, fazendo resistência a uma prática que ele não concorda. Nesses “minúsculos espaços de jogo, que táticas silenciosas e sutis insinuam”, nas “microdiferenças” que fogem da “obediência e uniformização”, pode-se encontrar os mecanismos de resistência (LUCE GIARD, 1994, p.19). A segunda opção é perceber as tensões sobre a função do subinspetor: a inspeção deve durar quanto tempo? Em todas as visitas devem ser feitas perguntas sobre o conteúdo aos alunos? As duas questões evidenciam uma tensão decorrente do ato de inspecionar e ser inspecionado. Esse conflito é normal ao se considerar as diferenças de pensamento, de formação, de regiões, enfim, o lugar de onde se fala. E o inspetor de distrito responde:

é verdade que não tardou a comparecer na escola; é verdade igualmente que existia nela um monitor – ajudante, ou creio mesmo ser professor adjunto; mas é certo também, e incontestável, a vantagem que há em o professor não retirar-se da aula e guardar constantemente a sua cadeira no exercício do professorado, que deve ser encarado como um sacerdócio, para o qual todo o sacrifício e fadigas não são bastante; ainda é certo que o referido monitor por sua tenra idade e familiarizado como se acha os outros meninos, não poderá sem dúvida contê-los na órbita do respeito e da ordem que cumpre manter (AP0145, 1862, p.213).

O inspetor continua dizendo que fez perguntas aos meninos, “que não responderam mal na tabuada. As escritas estavam longe de atingir a perfeição” (Ibidem). O professor, que teve o trabalho de compilar todos os termos de visita feitos à sua escola, ao comentar e remeter ao inspetor geral juntamente com os do inspetor Francisco Ferreira Correa para mostrar que esse era o único que até então não relatava o que realmente encontrava na visita, parece se revoltar com o que responde o inspetor e escreve:

declaro que a nota de visita acima vai fielmente copiada, porém, em abono da verdade e defesa da honra de um empregado público que tem consciência de seus deveres, e que, por mais de um título, devia ser tratado pelo atual senhor inspetor de distrito com mais respeito, tenho a dizer que tudo quanto ele ali diz não é verdade;

por quanto sendo Francisco Ferreira Correa meu sobrinho, tem-se tornado, por motivo muito particulares, meu implacável inimigo, e há muito que, abusando do lugar que ocupa, procura dele tirar partido para prejudicar-me injustamente. Quem comparar com esta, todas as mais notas de visitas existentes no respectivo livro a meu respeito, descobrirá nela, em todos os seus tópicos, a má intenção do espírito que a ditou (AP0145, 1862, p.214).

Essa troca de correspondências se constitui como um achado valioso, pois permite, para além da descrição da prática docente feita pela inspeção e como o professor recebeu a crítica, identificarmos mais uma vez uma rede de relações envolvendo os integrantes da instrução pública primária paranaense que ultrapassa o laço público para trazer à tona o particular que os une: os laços de família. Trazer essa informação a uma questão que, a princípio, não tinha ligação com o ofício desempenhado pelos dois sujeitos (professor e inspetor) fez com que o inspetor de distrito se sentisse na obrigação de responder, o que o faz, três dias depois:

usando da faculdade que me confere o art. (ilegível) §7º do Regulamento de 24 de abril de 1857, tenho resolvido admoestar e repreender severamente a V.M. pelo desabrimento de linguagem por V.M. empregada em relação a um superior, que por seus títulos, por sua posição social e por força da lei tem rigoroso direito a exigir de um seu subordinado não só respeito, senão também obediência. (...) Na cegueira de fantasia (ilegível) implacável, por motivos particulares (que até hoje ignoro) chega a sua temuridade a ponto de irrogar a injúria de abuso da posição que ocupo, em detrimento da sua reputação. Por acaso iludiu-se V.M se acreditou, que invocando um parentesco que o infeliz acaso originou (e no qual tem V.M. razão para falar com ufania) que por esse fato deixaria eu de cumprir com os meus deveres por considerações semelhantes (AP0145, 1862, p.214).

É visível que o inspetor de distrito trabalha com uma representação da sua função: hierarquicamente superior e com um poder constituído que lhe dá direito a exigir obediência do professor, só pelo fato de ocupar esse lugar. Roberto Machado (1979) chama a atenção para essa relação entre poder e saber, baseado nas discussões de Michel Foucault<sup>225</sup>:

o fundamental da análise é que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação do saber. (...) Mais especificamente, a partir do século XIX, todo agente do poder vai ser um agente de constituição de saber, devendo enviar aos que lhe delegaram um poder, um determinado saber corulativo ao poder que exerce. É assim que se forma um saber experimental ou observacional. Mas a relação ainda é mais intrínseca: é o saber enquanto tal que se encontra dotado estatutariamente, institucionalmente, de determinado poder (MACHADO, 1979, p.23).

---

<sup>225</sup> Para Foucault (1979) o poder não pode ser caracterizado como uma ferramenta particular e própria do Estado, pois ele está presente em diferentes níveis da sociedade, formando uma rede de poderes, que acaba por excluir do Estado este papel de detentor do poder, mas como mais um que o tem (FOUCAULT, 1979, p.69 e 145).



Os caminhos que tomaram o professor e inspetor para mediar essa altercação não puderam ser identificados nas fontes. O que sabemos é que, devido a esse impasse ou não, o inspetor de distrito Francisco Ferreira Correa pediu demissão ao final do mesmo ano e essa foi concedida (CODICE 0951, 03/11/1862, p.50). Quanto ao professor, alguns anos depois, foi multado em 30\$000 réis “em consequência de faltas no cumprimento dos seus deveres”, depois da visita do inspetor geral à sua escola (CODICE 0951, 14/11/1866, p.93).

Fechando alguns pontos dessa narrativa, percebemos que durante a organização da instrução pública e da inspeção de ensino, as discussões abarcavam desde a frequência nas aulas, a obrigatoriedade do ensino, os materiais e mobílias para escolas, a formação de professores, os métodos e livros que seriam utilizados até a formação mínima necessária para um inspetor e como ele deveria exercer seu trabalho. E isso tudo passava pelo relato inicial do subinspetor, formando uma corrente que terminava no inspetor geral. O termo de visita, considerado como prática da inspeção, acaba se mostrando como o corolário de determinada atividade que o inspetor realizou.

### CAPÍTULO III

## CONSELHOS PARA A ORGANIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA PARANAENSE

*O contato com o passado altera o sentido do que pode ser conhecido. Estamos sempre nos ombreando com mistérios – não simplesmente a ignorância (fenômeno familiar), mas a insondável estranheza da vida com os mortos. Os historiadores voltam desse mundo como missionários que partiram para conquistar culturas estrangeiras e agora retornam convertidos, rendidos à alteridade dos outros. Quando retomamos nossa rotina diária, às vezes contamos entusiasmados nossas histórias ao público. Mas poucos param para ouvir. Como o velho marinheiro, falamos com os mortos, porém temos dificuldade em nos fazer ouvir entre os vivos. Para eles, somos maçantes.*

(Robert Darton, [2010:12])

### 1. OS MODELOS E PROPOSTAS DE CONSELHOS PENSADOS PELOS PARTÍCIPES DA INSPEÇÃO E INSTRUÇÃO PÚBLICA



Prédio do Instituto Paranaense e Escola Normal (1876)  
(FONTE: Acervo do Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná)

Desde abril de 1875 que João Pereira Lagos Júnior tinha como parte da rotina profissional o trajeto de sua casa até o ambiente de trabalho, na Secretaria da Instrução

Pública<sup>226</sup>, que funcionava em uma sala no edifício do Liceu. No dia 31 de maio de 1876, uma segunda-feira, não deve ter sido diferente – mesmo que fosse um dia de outono e que na região sul estivesse um pouco mais frio, o que poderia abalar o ânimo de laborar.

Talvez o diferencial em suas funções, nesse dia, tenha sido a reunião do Conselho Literário, por ele presidida, feita na Secretaria de Instrução Pública, que funcionava no prédio do Instituto Paranaense<sup>227</sup> e Escola Normal, representado na foto anterior. Nesse ano foram duas reuniões que trataram exclusivamente de questões do Instituto Paranaense (hora das aulas, regimento, falta de alunos e professores, pagamentos e repreensão aos alunos). Mas o que era esse Conselho Literário e qual o seu papel dentro da estrutura da inspeção?

No recorte aqui abarcado, os Conselhos foram pensados e organizados por inspetores gerais, presidentes, legisladores, com a participação de outros sujeitos responsáveis pela instrução pública paranaense (professores, inspetores, câmaras municipais, párocos) para compor o panorama do ensino e da inspeção, recebendo duas nomenclaturas: Conselho Literário (1857 e 1876) e Conselho de Instrução (1874). A intenção aqui se volta para compreender a organização e atuação desses por meio da legislação para a instrução, dos relatórios (de presidentes, de inspetores gerais e dos integrantes dos referidos conselhos) e dos ofícios enviados por professores e inspetores, bem como problematizar a experiência de tais conselhos.

No que concerne à legislação, identifiquei sete, entre leis e regulamentos, que mencionavam ou traziam os desdobramentos das funções desses Conselhos. Nessa compilação, a nomenclatura que perdurou por mais tempo foi Conselho Literário, mudando do plural para o singular — primeiro de 1857 até 1874 (plural) e depois de 1876 a 1883 (singular), final do recorte cronológico deste estudo. Essa informação suscitou alguns questionamentos, como: existem indícios de como foram pensados e por quem? Nesses dois períodos a atuação foi a mesma? Quem eram os sujeitos escolhidos para compor as reuniões? Que questões concernentes a instrução pública primária ganhavam destaque nas discussões do Conselho Literário? A partir dessas indagações, pretendo percorrer a teia construída pelas ações desses Conselhos, ora pelas margens ora aproximando do centro. O quadro a seguir é o primeiro passo.

---

<sup>226</sup> No Regulamento da Instrução Pública Primária, de 13/05/1871, art.117º, foi criada a Secretaria da Instrução Pública, que funcionava no edifício do Liceu (CDPR, 2004, p.198). Deixava então de existir a denominação Inspeção de Instrução Pública Primária e Secundária. No Regulamento de Instrução Pública Primária, de 01/09/1874, o art.125 dispõe que a Secretaria da Instrução Pública funcionaria no Provincial em que existiu o Liceu, mantendo-se o horário das 9h às 15h (art.127º) (CDPR, 2004, p.249).

<sup>227</sup> Pela lei nº456, de 12/04/1876, o Liceu passa a denominar-se Instituto Paranaense (CDPR, 2004, p.261).

<b>Legislação/Ano</b>	<b>Nome</b>	<b>Estrutura/Função</b>
Lei nº 21, de 02 de março de 1857	Conselhos Literários	Organizados junto às Inspetorias de Distrito
Regulamento de Inspeção da Instrução Pública do Paraná, de 24/04/1857	Conselhos Literários	<u>Estrutura:</u> vigários, presidentes de câmaras ou dos delegados da mesma, subinspetores e inspetor de distrito, com sessão anual (maio ou junho). <u>Função:</u> visitar as escolas e os estabelecimentos de instrução do seu distrito, lançando nota no livro competente; fazer o exame sobre o estado da instrução primária e secundária, plano geral de estudos e plano particular de cada escola; regime; livros; economia; habilitação de professores; prestando informação e conselho ao Inspetor Geral e ao Inspetor de Distrito.
Lei nº 381, de 06 de abril de 1874	Conselhos de Instrução	<u>Função:</u> organizar uma lista de todos os menores em idade escolar; listar e fixar em lugares públicos da cidade, bem como publicar na imprensa, por 30 dias (01/12 a 01/01); impor multa a pais e tutores; resolver sobre o estado de pobreza dos menores com recurso para o presidente da província; inspecionar aulas públicas e presidir exames; impor multa aos professores; promover o desenvolvimento da instrução.
Regulamento da Instrução Pública Primária, de 01/09/1874	Conselhos de Instrução	<u>Estrutura:</u> inspetor paroquial, presidente, coletor das rendas provinciais e pároco. <u>Função:</u> organizar e remeter ao governo lista dos menores pobres que deveriam receber auxílio; verificar o estado de pobreza dos menores e sua impossibilidade psíquica ou moral; lançar no livro as multas impostas, assinando os termos; marcar nos livros as demarcações das cidades, vilas ou freguesias, as listas dos menores, aditamento e suas averbações, e finalmente, os termos das multas com as respectivas notas das divisões dos recursos.
Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província do Paraná, de 16/07/1876	Conselho Literário	<u>Estrutura:</u> lentes do Instituto Paranaense e Escola Normal (membros natos e indemissíveis), dirigido pelo Diretor Geral ou seu substituto legal. <u>Função:</u> dar parecer sobre todos os assuntos em que for consultado pelo seu presidente; propor ao governo da província todas as medidas que julgar necessárias para o desenvolvimento do ensino; julgar as faltas dos professores; processar qualquer de seus membros por faltas cometidas no exercício do magistério; adotar compêndios para as aulas primárias e secundárias; examinar e adotar os melhores sistemas práticos do ensino; reclamar do governo a criação de escolas públicas; dar as bases para qualquer reforma ou melhoramento de que carecer a instrução, confeccionar os estatutos da Escola Normal e do Instituto Paranaense; determinar os exames anuais dos alunos dos dois cursos (secundário e normal); discutir uma memória histórica e relatório anual das necessidades da instrução a cargo do estabelecimento; organizar a folha de pagamento dos lentes do Instituto Paranaense e Escola Normal; providenciar sobre tudo o mais que não for atribuição especial do Diretor Geral.
Regulamento para o Ensino Obrigatório da Província, de	Conselho	<u>Função:</u> da pena de multa, quando aplicada ao máximo, haverá recurso suspensivo enviado ao Conselho Literário que será obrigado a decidir sobre aplicação ou não da pena dentro de 8 dias. Todos os recursos de penas

06/07/1877	Literário	impostas por infração deste regulamento deverão ser informados ao Conselho Literário.
Lei nº 541, de 07/08/1879.	Conselho Literário	<u>Função:</u> decidir a concessão de vitaliciedade aos professores.

QUADRO 26: OS CONSELHOS DA INSPEÇÃO E INSTRUÇÃO PÚBLICA NA LEGISLAÇÃO PARANAENSE

(FONTE: Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889 )

O quadro permite visualizarmos, logo de início, essa troca de nomenclatura, que não é aleatória e sim provida de sentidos e significados que lhes foi conferido ao longo dos anos, pelos sujeitos responsáveis pela instrução pública na província. Dentro desse ir e vir de nomes, os Conselhos Literários (1857) tinham a sua atuação atrelada ao território dos distritos e um papel muito próximo do que era feito por um inspetor ou subinspetor de instrução pública, o que talvez o tornasse mais uma das engrenagens que ajudavam a constituir a inspeção na província, até mesmo nos lugares em que não houvesse inspetor/subinspetor.

No ano de 1874 ocorreu uma mudança no título – Conselho de Instrução – e na atuação, que se voltou para o financeiro, lidando com as multas e com o dinheiro delas proveniente, bem como com os meninos pobres que seriam escolhidos para receber auxílio do governo provincial para a manutenção de seus estudos. Por isso, era pertinente a presença de um coletor de rendas provinciais nas reuniões e decisões do mesmo. O seu desempenho contribuía para a organização da obrigatoriedade do ensino na província, o que não pode ser considerado como menos importante, uma vez que era a pauta dos relatórios de presidentes, inspetores gerais, inspetores de distrito e professores. Dessa forma, sua ação se voltava para um dos temas centrais discutidos pela inspeção do ensino no Paraná, a obrigatoriedade, deixando de lado outras funções da inspeção, como visitar e propor livros e materiais para as escolas, pensar um plano ou reforma de ensino, discorrer sobre exame e habilitação de professores, etc. Nesse momento e se atendo ao disposto na legislação, o Conselho de Instrução tinha uma função que lhe era própria, que o distinguia do que era feito por inspetores de distrito/paroquiais e subinspetores.

Em dezembro de 1874 o inspetor geral João Manoel da Cunha, que já havia sido membro do Conselho Literário de Curitiba em 1858, deu início a organização dos Conselhos de Instrução, indicando ao presidente a relação com os nomes escolhidos em cada paróquia (AP0449, 04/12/1874). Sendo aprovada a composição já no final do ano, os Conselhos de Instrução, projetados na legislação, só passaram a se reunir no ano anterior.

No ano de 1875, encontrei mais pistas sobre como foi a atuação do Conselho de Instrução, que abarcou: o envio ao inspetor geral de mapas de frequência do primeiro trimestre (AP0471, 13/10/1875); termos de visita feita pelo Conselho e ata do exame final do Colégio de Paranaguá (AP0473, 29/11/1875) e a relação de menores de Porto de Cima<sup>228</sup> (AP0475, 31/12/1875); mapa dos alunos, de abril a junho, enviado pelo Conselho da Lapa (AP 0467, 05/07/1875). As suas ações estavam de acordo com o proposto pela legislação.

Ainda nesse ano, identifiquei os ofícios que comunicavam mudanças na estrutura de alguns Conselhos como, por exemplo, a informação sobre a substituição de um integrante do Conselho de Paranaguá (AP0464, 29/05/1875), o pedido de demissão do inspetor de Antonina, Manoel José de Souza, porque acumulava, há quatorze anos, as funções de professor e membro do Conselho (AP0463, 30/06/1875) e a informação de que o Conselho de Instrução não se reuniu, tal como fez Aroldo Manoel Erichsen, justificando que foi “porque faltava um membro e ele, inspetor paroquial, não pode assumir seu lugar porque estava ocupado diariamente da Junta Revisora da Comarca” (AP0475, 1875, p.01).

É possível perceber nessas correspondências que existiu um movimento de organização do trabalho desses Conselhos de Instrução, mesmo que pontual. Assim como podemos novamente identificar que os sujeitos envolvidos com a inspeção do ensino ocupavam, muitas vezes ao mesmo tempo, outras funções na estrutura administrativa da província, formando uma teia política. Esses deslocamentos, que são elencados nos documentos como empecilhos para cumprir as exigências dos Conselhos de Instrução, também conferiam à esses senhores as características necessárias para sua nomeação para a composição do Conselho, ou seja, a sua experiência em diversas funções públicas conferia-lhes um conhecimento de seu funcionamento e a legitimidade para que opinassem em questões voltadas para a instrução na província.

Em 1876, foi nomeado o Conselho Literário que se diferenciou dos outros dois por meio do perfil de seus integrantes – lentes do Instituto Paranaense e Escola Normal – e pela sua atuação, que se estendia a todas as escolas da província, tanto de instrução primária quanto secundária. Todas as questões envolvendo a instrução pública na província voltaram a ser da responsabilidade do Conselho Literário, só que, naquele momento, ele deixa de ser um dos componentes auxiliares da inspeção, para ter o mesmo poder do Diretor Geral de

---

<sup>228</sup> Esse era escrito com tinta azul e foi enviado ao presidente da província, Adolpho Lamenna Lins, porém, escrito com tinta preta acima do documento, estava: “Ao Diretor de Instrução Pública”.

Instrução Pública. Essa divisão de poder talvez não tivesse tantas consequências, uma vez que o Diretor Geral era também o presidente do Conselho Literário. Entretanto, quando estava naquela função, tinha que ouvir os outros conselheiros e chegar a um consenso de opiniões que, não necessariamente, podiam ser iguais ao que ele pensava.

Esse ir e vir de nomes, estrutura e funções fazia parte das tentativas do governo provincial em adaptar propostas de acordo com a demanda existente e com aquilo que se projetava normatizar, o que é revelador do processo de construção da inspeção e da instrução pública paranaense. Tal como ponderam Sá e Siqueira (2000),

pela legislação é-nos permitido compreender, dentre outras coisas, as concepções vigentes de educação, suas relações com a sociedade, particularmente com a família, conflitos com o *pátrio poder*, suas permanências e mudanças. Pode-se também perceber a organização física da escola, seus planos de estudo e a metodologia utilizada – as formas de organização dos alunos, as relações destes com os mestres (SÁ e SIQUEIRA, 2000, p.07).

A preocupação agora é confrontar essa legislação com outros documentos que ajudem a compreender essa estrutura da inspeção. Como mencionado, a primeira lei a tratar dos Conselhos Literários, na província paranaense, foi a de nº 21, de 02 de março de 1857, instituída pelo então presidente José Antônio Vaz de Carvalhaes, que no artigo 3º dizia: “junto às inspetorias de distrito se organizarão os Conselhos Literários” (CDPR, 2004, p.48). A legislação em questão não trouxe o detalhamento das funções dos conselhos, mas esses ficaram, desde o início, atrelados à inspeção. Em seu primeiro relatório, o inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta (1856)<sup>229</sup> enfatiza que no seu plano de reforma, que dependia da aprovação do presidente, tratou de diversos assuntos que já tinham sido contemplados no referido documento e pontua: “reservei-me para separadamente tratar dos Conselhos Literários de distrito e das Conferências de Professores” (MOTTA, 1856, p.43), o que o faz no item denominado “Complemento da Reforma Proposta”. O Conselho Literário é assim descrito pelo inspetor geral:

este Conselho presidido pelo inspetor ocupa-se de todos os negócios relativos ao governo, ordem de ensino, disciplina, conveniência de reformas e medidas tendentes a melhor distribuição de escolas e concorrência da mocidade a elas, faltas de professores e publicações de livros: divide-se em comissões, cada uma das quais se encarrega, de um ano para o outro, do estudo de materiais que lhe são distribuídas. Cada membro do conselho tem ação de inspeção sobre as escolas para representar ao inspetor de distrito ou inspetor geral, e somente ao pároco é dado o direito de tomar medidas urgentes a cerca do ensino religioso, dando logo parte a inspetoria (MOTTA, 1856, p.43).

---

<sup>229</sup> Relatório publicado em 07/01/1857.

Tempos depois, o inspetor geral toma o Conselho Literário novamente como objeto de exposição, em relatório dirigido ao presidente Francisco Liberato de Mattos, de 1858<sup>230</sup> informando:

junto a cada inspetoria de distrito a lei de 02 de março deste ano criou um Conselho Literário para consulta e exposição sobre o estado da instrução pública; bem como para indicação das reformas e alterações indicadas pela observação (MOTTA, 1858, p.05).

Acompanhando os escritos desse inspetor geral, localizamos o movimento de constituição da inspetoria de instrução pública paranaense, com a demarcação de suas divisões, funções e a organização do conselho. Apesar de ter sido pensado como um dos complementos da reforma para a instrução pública que propôs ao governo provincial, o Conselho Literário teria, segundo o inspetor geral, uma atuação bem expressiva dentro da inspeção do ensino, ocupando-se de *todos os negócios relativos ao governo*.

No Regulamento de Inspeção, de 24/04/1857, organizado pelo inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta, o capítulo III delimita as atribuições dos Conselhos Literários de cada distrito (Capital, Castro e Paranaguá) e que, se fosse do agrado do inspetor de distrito, todos os professores participariam da reunião para prestarem informações ou esclarecimentos e as sessões seriam celebradas em três dias (art.14 e 15).

Desde a primeira menção aos Conselhos Literários, feita em relatório por Joaquim Ignácio Silveira da Motta, até a sua normatização legal, percebe-se que apesar de ter sido pensado como um complemento para as ações da inspetoria de instrução pública, sua atuação, de acordo com as expectativas, seria fundamental para o acompanhamento e manutenção do ensino na província. Segundo aponta Oliveira (1986), “as atribuições conferidas aos Conselhos Literários junto às escolas e aos professores revestiam-se de maior autoridade que a dos subinspetores, principalmente no tocante ao andamento do ensino” (OLIVEIRA, 1986, p.125).

Essa condição pode ser percebida se nos atermos somente aos prescritos da lei. Porém, nos documentos trocados entre as autoridades do ensino (professores, subinspetores, inspetores de distrito/paroquiais, inspetor geral e representantes da câmara, quando nomeados a responder como tal), nos anos posteriores ao Regulamento de Inspeção (1857), não foram encontradas muitas referências à atuação do Conselho Literário. As funções como visitar as escolas, lançar o termo de visita no livro competente, discorrer sobre o estado da instrução no

---

<sup>230</sup> O relatório é do ano de 1858, mas, pela descrição feita pelo inspetor geral ao se remeter à lei de 02/03/1857 como sendo do mesmo ano em que escreve, podemos entender que o relatório foi escrito em 1857 e publicado em 1858.



respectivo distrito e sobre assuntos referentes ao ensino ainda continuavam exercidas, pelo menos em sua maioria, pelos inspetores e subinspetores, auxiliados pelas câmaras municipais, quando necessário.

Não encontrar ofícios ou notas de visita do Conselho Literário (1857)<sup>231</sup>, durante esse período, não é necessariamente excluir a sua ação na província. Contudo, é um forte indício de que a mesma não acontecia de forma expressiva, tal como foi pensada. Em relatório datado de 1859, de Joaquim Ignácio Silveira da Motta, consta como anexo nº 2 a composição dos Conselhos Literários, assim disposta:

<b>Conselho Literário da Capital</b>	
1ª Seção	2ª Seção
Vigário do Príncipe (Lapa) Presidente da Câmara da Capital Subinspetor de Campo Largo Subinspetor de São José dos Pinhais Vigário de São José dos Pinhais Presidente da Câmara de São José dos Pinhais	Subinspetor de Rio Negro Subinspetor de Príncipe Vigário do Rio Negro Presidente da Câmara de Príncipe Vigário da Capital Subinspetor de Palmeira
<b>Conselho Literário de Castro</b>	
1ª Seção	2ª Seção
Vigário de Castro Presidente da Câmara de Ponta Grossa Subinspetor de Guarapuava Subinspetor de Palmas Vigário de Guarapuava	Presidente da Câmara de Castro Vigário de Ponta Grossa Presidente da Câmara de Guarapuava Vigário de Tibagi Subinspetor de Tibagi
<b>Conselho Literário de Paranaguá</b>	
1ª Seção	2ª Seção
Vigário de Paranaguá Presidente da Câmara de Paranaguá Subinspetor de Guaratuba Subinspetor de Guaraqueçaba Vigário de Guaratuba	Presidente da Câmara de Morretes Subinspetor de Antonina Presidente da Câmara de Antonina Subinspetor de Morretes Vigário de Morretes Vigário de Antonina

QUADRO 27: CONSELHOS LITERÁRIOS (1859)  
(FONTE: Relatório de Joaquim Ignácio Silveira da Motta [1859])

A descrição feita pelo inspetor geral não nos diz muito sobre quem eram esses sujeitos, só suas funções na administração pública da província. Contudo, permite-nos indicar que, por serem esses senhores conhecidos entre seus pares, não era necessário expor seus nomes. Do relatório do inspetor geral tem-se a informação de que, no ano de 1858, somente o

<sup>231</sup> Um dos poucos documentos que cita os Conselhos Literários é uma correspondência enviada pelo presidente da província ao Ministério do Império, no Rio de Janeiro, em 14 de fevereiro de 1859, que, em um dos cinco anexos discriminados, o primeiro é intitulado de “Quadro do pessoal de que se compõe cada um dos Conselhos Literários da Província”, que faz parte da coletânea de documentos paranaenses da Biblioteca Nacional, organizada por Cláury Horylka, na década de 1970 (HORYLKA, 1973, p.213). Infelizmente, todos estes documentos mencionados na coletânea não foram encontrados na Biblioteca Nacional; dessa forma, não há como discriminar os sujeitos que integravam os referidos Conselhos.

Conselho Literário de Curitiba se reuniu e enviou o parecer. Por isso, é possível identificarmos alguns desses sujeitos. Nas duas seções da reunião contou com a presença de três integrantes, ao invés de seis, como exposto acima<sup>232</sup>. Entre o que foi projetado e o que conseguiu ser realizado ainda havia uma grande distância, que começava na dificuldade de conseguir reunir todos os conselheiros no mesmo dia, para reunião.

Mas continua a inquietação sobre quem eram e se tinham alguma experiência na instrução pública, além dos subinspetores citados. Os indícios são dispersos. Entretanto, permitem inferir que a hipótese de que já tivessem exercido alguma função na estrutura da instrução pública na província é pertinente, se considerarmos a boa relação que havia entre alguns clérigos e o poder estatal<sup>233</sup> e a atuação das câmaras municipais como inspetoras do ensino, quando assim solicitadas.

Sobre esse bom relacionamento entre o clero e a administração das províncias no século XIX, o historiador Kenneth Serbin (2008) demarca que mesmo depois da independência do Brasil os padres continuavam essenciais na sociedade, realizando diversas funções que iam desde os registros de propriedade da terra até o arrolamento populacional de suas paróquias (registro de batizados, óbitos, etc.), e que, “para o brasileiro médio, Deus era o supremo juiz regulador da sociedade. Os padres ainda intervinham como árbitros morais nos assuntos mais pessoais e delicados”, o que acabou contribuindo também para circular entre a população os “novos conceitos como Constituição, leis, partidos políticos e voto” (SERBIN, 2008, p.65). Nos quatorze Conselhos de Instrução (1874), que funcionavam nas paróquias, seguia-se, praticamente, a estrutura disposta legalmente: dentre os três membros, excluindo o presidente da província, um seria pároco, como pode ser observado no quadro abaixo:

---

<sup>232</sup> A 1ª seção formada por José Lourenço de Sá Ribas, João Manuel da Cunha e Ignácio José de Moraes, e a 2ª seção formada por José Lourenço de Sá Ribas, João Manuel da Cunha e Oliveira França, todas em 17/05/1858. A 1ª seção o Conselho registrou que foi pouco o tempo disponível, para a formulação de um parecer sobre o estado da instrução, desde a nomeação até a reunião, resumindo que “nada deve acrescentar ao que já foi indicado pelo Dr. Inspetor Geral de Instrução Pública”; na 2ª seção já houve duas proposições: criação de duas escolas primárias na capital, “uma para o sexo masculino e outra para o sexo feminino” e “que a lei do ensino obrigatório se faça extensiva à toda a província” (MOTTA, 1859, p.05).

<sup>233</sup> Durante o ano de 1858/1859 a que se refere o relatório do Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta, dos 21 professores, três eram padres: Padre Antonio José Candido (Rio Negro); Padre Francisco Xavier de Almeida Pinto (Palmas); Padre Albino José da Cruz (Paranaguá) (MOTTA, 1859, p.44). Exercendo cargos de subinspetores, durante o mesmo período, estavam: Vigário Ignácio de Almeida Faria e Souza (Votuverava); Vigário Antonio Machado Lima (Guaratuba); Vigário Anacleto Dias Baptista (Ponta Grossa); Vigário

<b>Conselho da Capital</b>	<b>Conselho de São José dos Pinhais</b>
Joaquim de Almeida Faria Sobrinho (IP) <sup>234</sup> Vigário Agostinho Machado Lima Capitão Francisco da Silva	Tenente coronel Joaquim de Oliveira Vigário Francisco José Correa Bittencourt Major Francisco de Paula
<b>Conselho de Campo Largo</b>	<b>Conselho da Lapa</b>
Tenente coronel Francisco Pinto Portugal (IP) Capitão José Joaquim de Moura Vigário Antonio Machado Lima	Aroldo Manoel Erichsen (IP) Major Antonio Alves de Araújo Vigário Ignácio de Faria e Sousa
<b>Conselho de Rio Negro</b>	<b>Conselho de Serro Azul</b>
Comendador João de Oliveira Franco (IP) Capitão Mathias Taborda Ribas Vigário Carrano	Tenente coronel Joaquim Correa Constate José Borges Vigário Celso César da Cunha
<b>Conselho de Castro</b>	<b>Conselho de Ponta Grossa</b>
Conrado Caetano Erichsen (IP) <sup>235</sup> Constante José Borges Vigário Damaso José Correia	Major Bonifácio José Vilela (IP) José G. dos Santos Sobrinho Vigário Anacleto Dias Baptista
<b>Conselho de Guarapuava</b>	<b>Conselho de Paranaguá</b>
Major Francisco Manoel de Assis França (IP) Candido Marques de Porto Cônego Antonio Braga de Araújo	Vigário Manuel Antonio Guimarães (IP) Major José Leocádio da Costa Vigário Albino José da Cruz
<b>Conselho de Antonina</b>	<b>Conselho de Morretes</b>
Vigário Manuel José de (ilegível) (IP) Tenente coronel Joaquim Antonio Guimarães Francisco Antonio de Sousa	Tenente coronel José Celestino de Oliveira (IP) Francisco Antonio de Sousa Nogueira Vigário José Jacintho Linhares
<b>Conselho de Porto de Cima</b>	<b>Conselho de Palmeira</b>
Antonio Ribeiro de Macedo (IP) Tenente coronel José da C. Guimarães Vigário José Jacintho Linhares	Vigário João Baptista de Oliveira (IP) Manoel Francisco dos Santos Hypólito Alves de Araújo

Lourenço Justiniano Ferreira Bello (Campo Largo). Sobre Albino José da Cruz ver a dissertação de Fabiana Garcia Munhoz (2012) e sobre Justiniano Ferreira Bello o trabalho de José Augusto Hartmann (2009).

<sup>234</sup> Inspetor Paroquial.

<sup>235</sup> Abro uma nota para frisar a participação de Conrado Caetano Erichsen e Aroldo Manoel Erichsen, irmãos que exerceram diferentes funções dentro da Inspeção de Instrução Pública Paranaense, sendo inspetor de distrito/paroquial, membro do conselho de instrução e superintendente do ensino obrigatório. Sobre a família, Aída Lavalle (1992) escreve: “Por sua educação e vivência, os Erichsen tiveram oportunidade de convivência social e até liderança” (LAVALLE, 1992, p.30). Eram filhos de Emília Brasileira de Fagundes Erichsen (1817-1907), pernambucana, que se mudou para o Paraná em 1856 e começou a dar aulas de instrução pública primária em Castro, a partir de 1857 (NICOLAS, 1960, p.32). Emília Erichsen, como ficou conhecida, teve oportunidade de conhecer a proposta de Froebel quando viajou com o marido, por dois anos, e, segundo aponta Lavalle (1992) por volta de 1862 “instalou o Jardim de Infância destinado às crianças em idade pré-escolar dos 4 a 6 anos” (Ibiden). Sobre essa participação fundamental no desenvolvimento da educação infantil em terras paranaenses, Gizele de Souza (2004a) evidencia que o segundo jardim de infância a ser instalado no Paraná, na década de 1910, recebeu o nome de “Jardim da Infância Emília Erichsen”, homenagem esta que, tudo indica, tenha sido dada pela atuação dessa professora no século XIX. Em outro trabalho, a autora cita um documento do acervo do Grupo Escolar Xavier da Silva, de 1966, que menciona a professora da seguinte maneira: “Emília Erichsen: pioneira do ensino pré-primário no Paraná” (SOUZA, 2004b). Gislene Lössnitz (2006) também aponta Emília Erichsen como responsável pelo primeiro jardim de infância no Brasil. Fica visível que a professora teve um papel de destaque dentro da estrutura da instrução paranaense, sendo lembrada muitos anos depois de sua atuação. Durante a pesquisa encontrei muitos ofícios e alguns relatórios dessa professora, encaminhados à Inspeção de Instrução Pública e ao Governo Provincial. Eram recorrentes alguns pedidos de licença, pagamento de salário e também posicionamentos importantes, como quando questionou o inspetor de distrito sobre a solução para a não frequência das filhas de fazendeiros: “mas a este mal qual o remédio possível? Leis, Regulamentos impondo multas a quem não mandar seus filhos para a escola? Não me parece que tais meios serão jamais profícuos, e a experiência o tem provado” (AP0122, 1861, p.114). A minha hipótese é de que esta proximidade com uma mãe tão atuante em sua profissão tenha facilitado a inserção dos filhos nos assuntos referentes à inspeção e instrução na província. Uma *teia para o ensino*, que se iniciou em casa.

QUADRO 28: INTEGRANTES DO CONSELHO DE INSTRUÇÃO (1874)  
(FONTE: Arquivo Público do Paraná [AP0450, 04/12/1874])

Na maioria dos Conselhos de Instrução ordenados acima, os párocos se encaixavam perfeitamente no disposto em regulamento, sendo três as exceções — Paranaguá, Antonina e Palmeira — em que exerciam conjuntamente a função de inspetor paroquial. Em Paranaguá ocorria de ter dois vigários no Conselho, sendo que Albino José da Cruz<sup>236</sup> já havia desempenhado a função de professor de instrução pública primária e de inspetor paroquial (1861/62; 1864). Tomando somente os vigários na relação com a inspetoria do ensino, tem-se: Celso César da Cunha, de Serro Azul, também foi inspetor paroquial em Votuverava (1873); Damaso José Correia, inspetor de Castro (1854/55; 1869); Antônio Braga de Araújo, em Guarapuava (1854; 1857; 1867) e Guaraqueçaba (1866); Antônio Machado de Lima, em Guaratuba (1858) e Palmeira (1865). Acompanhando os nomes nas correspondências de governo percebe-se que, apesar da rotatividade nos cargos da inspeção do ensino — exonerações, licenças, pedidos de demissões, etc. — havia algumas permanências, mesmo com espaço de anos entre elas.

Uma das hipóteses para esse aproveitamento do clero na inspeção e instrução pública primária paranaense pode ser a trajetória que a Igreja Católica já havia construído, desde o período colonial, com o ensino, e também pela necessidade de ter pessoas aptas a ensinar, o que não deixava muitas opções, visto que a formação de professores era atrelada à prática, enquanto não existiu Escola Normal na província<sup>237</sup>. Das vinte e sete cadeiras masculinas de magistério, elencadas pelo inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta (1859), cinco estavam sem professor, três eram ocupadas por padres e nove eram ministradas por professores contratados ou interinos, sem ter sido feito o concurso para torná-los efetivos. As mudanças propostas pela inspetoria de instrução pública se concretizavam na medida em que havia disponibilidade de recursos físico-materiais e também humanos. Por isso, o aproveitamento daqueles que já se encontravam em posição de exercer as funções determinadas para a instrução ou inspeção na província.

<sup>236</sup> Sobre a vida e trajetória na instrução pública de Albino José da Cruz ver MUNHOZ (2012).

<sup>237</sup> Em estudo sobre os professores e o papel dos mesmos na sociedade Imperial, André Castanha e Marisa Bittar (2009) chamam atenção para a função da Igreja Católica: “naquele contexto, não poderíamos deixar de destacar o importante e fundamental papel exercido pela Igreja Católica no processo de controle do trabalho dos professores, bem como no fortalecimento da ação do Estado. Tal ação se deu pelo trabalho dos párocos, que em vários momentos exerceram a profissão docente e, especialmente a de inspetores paroquiais e, até mesmo de inspetores gerais, mantendo nessas funções um relacionamento direto com professores e alunos. Como religião oficial, a doutrina cristã era base no currículo e obrigatória nas escolas. Dessa forma, a Igreja também ocupou um papel central de valores éticos e morais junto aos professores e alunos e, ao mesmo tempo,

O inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta (1859) escreve sobre a atuação dos padres nos Conselhos Literários, representando-os como aqueles que tinham o dever de unir os preceitos da religião com o ensino que deveria ser dado nas escolas de instrução pública primária. Em suas palavras,

agora cabe-nos fazer algumas considerações sobre a parte que deve tomar na instrução pública, uma classe importante, que se congrega nesses conselhos; falamos dos párocos, que no nosso país, ainda na generalidade, não estão compenetrados da justa participação que devem ter na educação pública. (...) Lembrem-se pois esses ministros da religião que lhes corre o dever de falar aos pais e as mães de família sobre os meios de curar da saúde da alma de seus filhos; e fiéis às doutrinas evangélicas não fiquem indiferentes à propagação das verdades que aprenderam e que constituem o verdadeiro critério da magnífica aliança das duas potências, inteligência e fé. Empenhem-se pois, por esta obra sagrada e experimentarão a satisfação de haverem sido fiéis às suas doutrinas e concorrido para o bem estar, felicidade e liberdade de suas ovelhas (MOTTA, 1859, p.05).

Essa participação dos padres na instrução pública é percebida em todo o período, principalmente como professores e inspetores. Mas isso não quer dizer que não se esperasse ainda mais do clero e da Igreja, até porque era a religião oficial e sustentada pelos cofres do Estado Imperial. Essa atuação também compunha os embates em torno da instrução pública na província. Para o presidente João José Pedrosa, eles poderiam contribuir ainda mais.

Da Igreja muito podíamos também esperar, se os párocos, compenetrando-se de que para a salvação das almas, sua missão, muito importa a ilustração do espírito, pois que é discriminando o bem do mal que se pode melhor evitar este e praticar aquele – se os párocos, digo, esforçassem em recomendar aos pais de família, com o prestígio de sua palavra, o dever sagrado de enviar os filhos à escola. Se demonstrassem-lhes que um dos maiores pecados é estarem eles condenando à ignorância essas pobres criaturas, a quem Deus deu inteligência para conhecerem tudo que os cerca, admirando e bem dizendo sua onipotência. Mas o clero, infelizmente, mostra-se aqui na província, indiferente ao ensino, e raro será o sacerdote que deveras se interesse pela instrução de suas ovelhas (PEDROSA, 1881, p.107).

Nos conselhos voltados para a instrução pública, a prescrição legal da presença do clero deixa de existir quando se define que os congregados deveriam ser os lentes do Instituto Paranaense e Escola Normal (Conselho Literário). Contudo o corpo de professores destas instituições contemplou, em alguns momentos, padres/mestres.

Em seu relatório, o inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta justifica primeiro a escolha dos sujeitos que seriam os congregados dos conselhos — “homens de bem no empenho de propagar e aperfeiçoar a instrução pública” e que “por suas posições corre o dever de se interessar por essa causa sagrada” — e depois o porquê de ainda não ter êxito tal iniciativa: “tudo se torna difícil quando se trata de iniciar praticamente um sistema, e de fazer

aplicação dos princípios (...); não seria fácil esperar resultados dessa ordem, ainda em países muito adiantados” (MOTTA, 1859, p.04). Nesses trechos é possível identificar algumas representações: dos sujeitos que participavam dos Conselhos Literários (*homens de bem*), da instrução pública (*causa sagrada*) e da condição da província e do Brasil como atrasados frente a outros locais (*países muito adiantados*). Essas frases também permitem perceber indícios de que esse inspetor geral tinha consciência de que suas propostas marcavam uma nova disposição da instrução e inspeção na província, pois demarca que, naquele momento, iniciava-se *praticamente um sistema* e fazia-se a *aplicação dos princípios* e essa condição de ser a primeira forma de mudança na estrutura do ensino era acompanhada de contratempos, de ajustes.

O inspetor geral não diz quais seriam os *países mais adiantados* quando escreve sobre os Conselhos Literários. Porém, cotejando o que já havia sido representado como tal em falas de outros sujeitos envolvidos com a instrução no período, é possível apontar que esses países poderiam ser França, Alemanha e Inglaterra. Tomando a organização do Conselho Literário na província, Oliveira (1986) ainda demarca que

a participação dos Conselhos nos negócios da instrução fora aventada na Reforma Couto Ferraz, que propunha a fiscalização do ensino exercida por um Inspetor Geral, um Conselho Diretor e Delegados de Distrito. A função do Inspetor se ligaria a assuntos técnicos de ensino paranaense, acompanhando a legislação maior das Reformas na Corte (OLIVEIRA, 1986, p.125).

Nos capítulos anteriores observamos que a função do inspetor, seja ele o inspetor geral ou de distrito/paroquial, não era meramente técnica e legislativa. Ao visitar as escolas, dar sua opinião sobre as diversas questões do ensino, seja essa aceita ou não, o inspetor cunhava a sua prática em paralelo com o desenvolvimento da instrução pública paranaense. Entretanto, durante o período em que os diretores gerais permaneceram à frente do Conselho Literário, deixaram de ter em sua rotina de trabalho a visita às escolas, sabendo delas por intermédio dos documentos que eram enviados à secretaria de instrução pública. A sua visão passou a ser filtrada pelo olhar dos inspetores paroquiais, professores, moradores que enviavam abaixo assinados pedindo escolas, enfim, uma atuação que dependia do outro, uma ação compartilhada.

É interessante perceber que havia semelhanças entre o que foi instituído para o Conselho Diretor da Corte, pela reforma Couto Ferraz (1854), e o que foi proposto para os Conselhos Literários, no Regulamento de Inspeção do Paraná (1857), atendo-se ao fato de que a formulação dessas legislações se deu em um curto espaço de tempo entre elas, sendo

contemporâneas. A circulação da reforma da Corte poderia ter servido como um modelo a ser acompanhado, porém não imitado.

O decreto nº 1331 A, de 17 de fevereiro de 1854 aprovou o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário da Corte, que ficou conhecida como Reforma Couto Ferraz, em homenagem ao ministro do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Segundo o regulamento, a inspeção no município da Corte era de competência do ministro do império, inspetor geral, conselho diretor e delegados de distrito (art.1º), sendo o Conselho Diretor composto por Inspetor Geral que servirá de presidente, reitor do colégio Pedro II, dois professores públicos e um particular de instrução primária ou secundária, que se distingam no exercício do magistério e forem pelo governo designados no fim de cada ano. E de mais dois membros nomeados anualmente também pelo governo (DECRETO 1331A, 1854, art.8º).

Em sua composição, os Conselhos Literários do Paraná não seguiram a estrutura anunciada na Corte. Mesmo considerando as adaptações possíveis de uma região para a outra, o Conselho paranaense não incorporou a presença de professores como membros frequentes e nem tampouco tinha o inspetor geral como presidente. O presidente Zacarias Goes e Vasconcellos, no primeiro relatório de governo na província paranaense, indica a existência de conselhos em outros locais: “na capital da província de São Paulo, e na Corte há conselhos de instrução, mui próprios a auxiliar com suas luzes o governo em todos os negócios relativos ao ensino” (VASCONCELLOS, 1854a, p.14). Essa fala pode ter servido como recomendação de um modelo a ser seguido e, em maio de 1856, o governo provincial paranaense escreve ao ministério do império “solicitando exemplares dos regulamentos e ordens expedidos pelo ministério acerca do ensino com a finalidade de sua implantação na província para promover o melhoramento e uniformização do ensino primário e secundário” (HORYLKA, 1973, p.180).

Todavia, quando formula o regulamento e envia para o presidente da província, o inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta não aponta a reforma Couto Ferraz como exemplo, mas cita o Regulamento de Instrução Pública (1851) e a lei de 16 de março de 1846, de São Paulo, que ainda estavam em vigor na província paranaense, mesmo após a emancipação<sup>238</sup>. Segundo o Regulamento de Instrução Pública da província de São Paulo, o

---

<sup>238</sup> Joaquim Ignácio Silveira da Motta escreve ao presidente uma pequena apresentação do regulamento por ele escrito e cita a legislação paulista: “O Regulamento de 8 de novembro de 1854, no artigo 5º impõe-me o dever de organizar e propor a V.Exa. o Regulamento de que trata a lei de 16 de março de 1846 em que considero esse trabalho de indeclinável necessidade desde que se queira dar impulso benéfico a instrução na província e que se considere a falta de sistema no ensino, de normas que devam guardar e de caracteres definidos para

Conselho de Instrução seria composto por cinco pessoas e presidido pelo presidente da província, sendo as reuniões aos sábados ou todas as vezes que o presidente assim deliberar (art. 8º e 9º) e sua função era:

Consultar a respeito de todos os negócios relativos à instrução pública sobre os quais for ouvido pelo presidente da província. Discutir e propor o plano normal do ensino, sua forma e distribuição, método das lições, divisão de classes, forma da matrícula, exames, prêmios e atestações honrosas, disciplina e política interna das escolas, e em geral todas as reformas e melhoramentos de que carece a instrução pública nesta província. Propor também: 1º os livros e compêndios que devem servir para o uso das aulas e escolas. 2º a proibição dos livros e compêndios usados nos colégios e aulas particulares que forem nocivos à instrução pública. 3º um plano para a reorganização definitiva da Escola Normal, liceus e seminários da província. 4º o regimento interno do Conselho (RIPSP, 1851, art.10º).

No cotejamento desse com o regulamento paranaense, notamos que os Conselhos tinham a mesma característica: auxiliar a inspetoria e o presidente da província nos assuntos concernentes à instrução pública. Porém, o que em São Paulo e na Corte se identificava como um Conselho geral para toda a província e que, aparentemente, tinha o mesmo peso de proposição para a instrução pública que era do inspetor geral, no Paraná essa iniciativa era dividida em três regiões (distritos), sem a presença do presidente da província e do inspetor geral, sendo que as formulações feitas nas reuniões eram organizadas de forma a *prestar informação e conselho* à inspetoria. A função e estrutura do Conselho de Instrução de São Paulo têm maior semelhança com o Conselho Literário do Paraná, de 1876. Quando enviou o projeto de regulamento, o inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta (1856) justificou a existência do Conselho Literário

em auxílio do inspetor de distrito deve haver alguma comissão que interessada na educação nacional, preste-lhe conselho e informação sobre a organização e modo de executar-se esse serviço público, é incontestável o benefício que prestam as discussões e opiniões que ao denominarem deverão, por via de regra, acharem-se revestidos do cunho de verdadeiras, quando é certo que não podendo obrigar, só com tal caráter se farão impor. Julguei pois conveniente criar um Conselho Literário composto de elementos de que mais abaixo me ocuparei (IIP238.22, 04/12/1856).

O inspetor não esclarece porque escolheu essa nomenclatura — Conselho Literário — e não Conselho de Instrução ou Conselho Diretor, como utilizado em outras províncias. Cury (2000), ao discorrer sobre os conselhos de educação, buscou a origem da palavra conselho no latim (*consilium*), que provém do verbo *consulo/consulere*, “significando tanto ouvir alguém quanto submeter algo a uma deliberação de alguém, após uma ponderação refletida, prudente e de bom senso” (CURY, 2000, p.47). Seguindo o significado etimológico,

---

habilitação ao professorado, não devo deixar de empregar algum esforço em prol desse ramo de serviço público” (IIP237.22, 09/12/1856).



o adjetivo literário deriva de literatura, que no latim é *littera* (letra). Em dicionário da língua portuguesa do século XIX (FONSECA, 1833; PINTO, 1832), literatura era o mesmo que doutrina, erudição, saber, e literário era concernente às letras, às ciências. Seguindo esses significados e contrapondo com o que o inspetor geral traçou como Conselho Literário, pode-se aferir que este foi pensado como uma junta de sujeitos/conselheiros eruditos, com o mínimo de conhecimentos adquiridos pelo estudo, que emitiriam pareceres à inspetoria, que após analisados seriam considerados ou não.

Para além de entender a organização do Conselho Literário pelo significado etimológico, a sua função pode ter sido pensada à luz do pensamento de Condorcet (2008), no sentido das *companhias científicas* que, segundo o autor, “é essencial, enfim, para o progresso das luzes e mesmo para o estabelecimento de um sistema bem combinado de instrução, que exista uma sociedade de sábios em cada primeira divisão de um grande Estado” (CONDORCET, 2008, p.128). Na França, essa companhia estaria em cada departamento e “o fim dessas sociedades é o de descobrir verdades, aperfeiçoar teorias, multiplicar as observações, ampliar os métodos” (CONDORCET, 2008, p.133). O nome escolhido — Conselhos Literários — pode aqui ser tomado como uma apropriação desse pensamento e da divisão da instrução na província, ou “divisão literária”, que havia sido proposta pelo primeiro Inspetor Geral, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, em 1854, totalizando em vinte os “distritos literários” (IIP53.6, 05/10/1854).

Segurando o fio que levaria aos possíveis antecedentes para a nomenclatura poderíamos chegar a outros tempos e lugares<sup>239</sup>, mas perderíamos o foco que aqui se atém às propostas desses sujeitos enquanto inspetores de instrução pública. Desse lugar que lhes foi dado e que por eles foi apropriado, teve origem uma estrutura que permaneceu, com algumas mudanças quanto à função, por quase três décadas. Esta permanência não significou total aceitação: os Conselhos Literários também sofreram críticas.

Nos primeiros anos após a sua proposição em regulamento, o Conselho Literário de cada distrito não teve uma participação ativa nas questões concernentes à instrução pública e isso acabou contribuindo para que o mesmo fosse tomado como objeto de análise no relatório do presidente José Francisco Cardoso (1860). O trecho é um pouco longo, mas é pertinente tomá-lo na íntegra:

---

<sup>239</sup> Como o nome do tributo cobrado de mercadorias/animais que se vinculava à manutenção do ensino público, para o pagamento de mestres, chamado de subsídio literário, criado pelo decreto de 26/07/1827 (Coleção das Leis do Império, 1878) ou a divisão territorial dos delegados literários da província de Minas Gerais, conhecida como Círculo Literário (VIANA, 2006).

no que respeita aos conselhos literários asseguro-vos, Senhores, que nenhum proveito vem desta instituição à província e nem tão cedo virá. Compostos pelos vigários presidentes de câmaras e subinspetores de paróquia, eu vejo em criação tal uma instituição raquítica ou sem vida. Estudai nossa organização municipal ou policial, que absorve um pessoal superior as forças locais; atendei ao ônus a que se obriga sem retribuição alguma; juntai a repugnância que se vota ao exercício de qualquer função pública e dizei-me se o restará idôneo, para os conselhos de distrito. Lembro-me de que, a propósito de instituições tais, o Exmo. Conselheiro Zacarias qualificava judiciosamente de “absurdo procurar três, onde muitas vezes com dificuldade se acha um”. Minha opinião é que elimineis todo esse cortejo de inspetores e conselhos, deixando os das paróquias, sob imediata direção do digno inspetor geral. Na apurada escolha de indivíduos junto às escolas, antevejo a verdadeira e natural inspeção. *Nas diferentes hierarquias existentes, noto o mais das vezes um entrave lançado à nação da autoridade superior, que cumpre se reflita enérgica e instantaneamente tenho fé que assim disposto o maquinismo da inspeção, todas as molas funcionarão com acerto e o expediente guardará a celebridade precisa.* Mas quando resolvêsseis criar *algum auxiliar*, na crença de imprimir com ele mais regularidade ao ensino, bastava na capital da província a existência de um conselho, do qual participasse, além do inspetor geral, um ou dois cidadãos qualificados em graus científicos e igual número de professores hábeis (CARDOSO, 1860, p.43 – grifos da fonte e grifos meus).

Para emitir sua opinião sobre o Conselho Literário, o presidente percorre um caminho: acusa que o mesmo não funciona da forma como foi pensado; compara com outras instituições da província que não tem pessoal suficiente e que não recebe remuneração, tal como ocorre no Conselho; cita o primeiro presidente da província paranaense para corroborar a sua fala de que os Conselhos não são presentes e, por fim, propõe o corte do referido, deixando somente o da Capital, apontando uma estrutura semelhante a dos Conselhos da Corte e de São Paulo. O interessante é perceber a permanência do papel dos Conselhos Literários como um suporte da inspetoria de instrução pública, que pelo inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta foi apontado como “complemento da reforma proposta” e que pelo presidente é tomado como um “auxiliar”. Isso não ocorre com o Conselho Literário de 1876, como poderemos observar no próximo item.

## 2. REUNIÕES DO CONSELHO LITERÁRIO: ACORDOS EM TORNO DO ENSINO

A distância de quinze dias separa a publicação do Regulamento de 1876 do início das reuniões, dispostas em livro ata, feitas pelo Conselho Literário. A partir de julho de 1876, evidenciam-se fragmentos da atuação da inspetoria de instrução pública primária e secundária<sup>240</sup> na província em questões como: aulas que deveriam ser fechadas, abertas ou conservadas; pedidos de vitaliciedade para professores; exames de professores e alunos;

---

<sup>240</sup> Como este estudo se detém no papel da Inspetoria de Instrução Pública Primária, fica a sugestão de que outra pesquisa aborde a inspeção pelo viés da instrução secundária.

materialidade escolar; obrigatoriedade do ensino e outros assuntos mais específicos, como veremos ao longo desta leitura.

Nos sete anos em que esse grupo se reuniu como Conselho Literário<sup>241</sup>, a presença de João Pereira Lagos Júnior foi uma constante. Mesmo quando não estava à frente como diretor geral de instrução pública, participava como professor do Instituto Paranaense. Pelo tempo em que estava no cargo de diretor geral<sup>242</sup>, pode-se até aventar a hipótese de que João Pereira Lagos Júnior tenha contribuído na formulação da legislação que instituiu o Conselho Literário, como o fez Joaquim Ignácio Silveira da Motta anteriormente. Porém, ainda não podemos assim afirmar. O que sabemos é que foi grande o seu tempo de atuação nas questões concernentes a instrução pública, que eram discutidas pelo Conselho Literário.

Segundo o Regulamento de 1876, as sessões do Conselho Literário aconteceriam no último dia do mês, com exceção para os dias santos (art.128), podendo o Diretor Geral convocar reuniões extraordinárias quando achar conveniente. Considerando que deveriam se reunir com o mínimo de 12 vezes ao ano, apenas em 1882 essa prescrição foi cumprida a regra.

O início de registro das reuniões em livro ata ocorre em 1876, com duas sessões: uma em 31/07 e outra em 06/09, sendo deliberado sobre assuntos do Instituto Paranaense. No ano seguinte, com apenas 10 reuniões, as deliberações já começaram a envolver a instrução da província como um todo, com os seguintes temas: listagem de professores da instrução primária; deliberação sobre pedidos de remoção de cadeiras, vitaliciedade, gratificações por tempo de serviço e organização de uma lista de cadeiras que deveriam ser conservadas na província. Nos anos posteriores (1878: com 24 sessões; 1879: com 19 sessões; 1880: com 16 sessões e 1881: com 16 sessões), os temas destacados são, praticamente, os mesmos listados anteriormente, em maior ou menor quantidade e intensidade. O quadro abaixo evidencia os partícipes destas sessões, durante os anos:

Ano	Presidente do Conselho	Membros
1876	João Pereira Lagos Júnior	Justiniano de Mello e Silva Otto Finkensicper
	Justiniano de Mello e Silva	Tertuliano Teixeira de Freitas

<sup>241</sup> No Regulamento de Instrução Pública, de 13/05/1871, o capítulo II, DA CONGREGAÇÃO, dispõe sobre as reuniões dos professores do Liceu para organizarem as questões específicas da instituição. Os livros com as atas das reuniões do Conselho Literário (Livro nº 87 e 88) a nomenclatura do conselho perdura, porém, a partir de 1884, a ênfase nas discussões se direciona somente para os assuntos do Instituto Paranaense e Escola Normal, com os membros da Congregação.

<sup>242</sup> Assumiu em 19/04/1875, mas saiu várias vezes em licença, como a de 06 de dezembro de 1876, “para tratar de saúde e buscar sua família na província de Pernambuco” (CODICE 0949, p.43, 06/11/1876).

	(substituto)	José Justino de Mello
1877	João Pereira Lagos Júnior	Antonio Pires de Carvalho Padre Antonio Joaquim Ribeiro Justiniano de Mello e Silva Otto Finkensicper Previsto Gonçalves da Fonseca Columbia Tertuliano Teixeira de Freitas
1878	João Pereira Lagos Júnior Constante Afonso Coelho (DGI)	Padre Antonio Joaquim Ribeiro Antonio Pires de Carvalho Justiniano de Mello e Silva Otto Finkensicper Previsto Gonçalves da Fonseca Columbia Antonio Joaquim Ribeiro Tertuliano Teixeira de Freitas Euclides Francisco de Moura Constante Afonso Coelho Generoso Marques dos Santos
1879	João Pereira Lagos Júnior Euclides Francisco de Moura Pedro Ribeiro Moreira	Generoso Marques dos Santos Antonio Pires de Carvalho Otto Finkensicper Padre Antonio Joaquim Ribeiro Euclides Francisco de Moura Constante Afonso Coelho José Joaquim Franco Valle João Pereira Lagos Júnior Carlos Viana da Costa
1880	Euclides Francisco de Moura Francisco Alves Guimarães	Antonio Pires de Carvalho Otto Finkensicper Rodolpho Euclides Francisco de Moura Constante Afonso Coelho José Joaquim Franco Valle João Pereira Lagos Júnior Tertuliano Teixeira de Freitas
1881	Francisco Alves Guimarães	Antonio Pires de Carvalho Otto Finkensicper ilegível Euclides Francisco de Moura Pedro Ribeiro Moreira José Joaquim Franco Valle João Pereira Lagos Júnior Tertuliano Teixeira de Freitas
1882	Francisco Alves Guimarães José Joaquim Franco Valle Moysés Marcondes de Oliveira e Sá	Antonio Pires de Carvalho Otto Finkensicper Vicente Machado Euclides Francisco de Moura José Joaquim Franco Valle João Pereira Lagos Júnior Tertuliano Teixeira de Freitas

QUADRO 29 : OS SUJEITOS QUE INTEGRAVAM O CONSELHO LITERÁRIO  
(FONTE: Livros com as Atas do Conselho Literário)

Ao tomar as atas das reuniões como fonte para entender a atuação desse Conselho Literário, percebi, entrecruzando com as correspondências de governo encontradas nos livros A.P.s, que havia uma seleção prévia dos assuntos que iriam para o Conselho, pois nem todos

os ofícios encaminhados à secretaria de instrução pública — por professores, inspetores, câmaras municipais, moradores — foram apresentados nas reuniões. É óbvio que isso se fez evidente pelo acúmulo de correspondências e pelo curto espaço de tempo das reuniões, sendo necessário selecionar somente aquilo que o Conselho podia deliberar, mantendo certa agilidade. Essa seleção prévia devia ser realizada ou pelo diretor geral ou pelo secretário de instrução pública, seguindo as funções esperadas pelo Conselho Literário, dispostas em regulamento.

Mais de uma centena de vezes o Conselho se reuniu para deliberar e o assunto com maior recorrência nas pautas envolvia professores. A dinâmica seguida pelos conselheiros era: ler a pauta do dia ou os documentos, elencando os assuntos e solicitações, analisar a documentação quando era enviada por professores e inspetores, emitir o parecer do Conselho Literário e depois encaminhá-lo ao presidente da província. Entre os anos de 1878 e 1882 foram quatorze reuniões que discutiram os pedidos de subvenção de escolas, enviado por professores, moradores/pais e inspetores paroquiais (Quadro 30).

<b>Data</b>	<b>Professor que pediu</b>	<b>Local</b>	<b>Decisão do Conselho</b>
21/08/1878	Felinto Elysio Cordeiro	Freguesia de Conchas	Propõe ao presidente a necessidade de conceder a subvenção
01/12/1879	Moradores	Tranqueira	Pedido aprovado
31/03/1880	João Domingues Moreira Constança Perpétua Borges	Carrapato Batel	Os dois pedidos foram aprovados
31/07/1880	João Barbosa Cardos	Rio Negro	Proponha a concessão ao presidente
31/08/1880	Professor Particular	Itaioca	Ouvir o inspetor paroquial
30/10/1880	Jeremias Alves dos Santos Júnior	Rio dos Patos	Ouvir o inspetor paroquial
30/11/1880	Antonio Joaquim Padilha	Imbituva	Proponha a concessão ao presidente
01/04/1881	João Eloy dos Santos Silva Pedro Antunes de Almeida Jeremias Alves dos Santos Júnior	Castro Maioca Rio dos Patos	Os três pedidos foram aprovados
01/07/1881	João Agostinho Ferreira	ilegível	Pedido negado
30/04/1882	Professor Particular	Guaraquessava	Pedido negado
31/05/1882	Moradores em favor do professor Nicolau Morinski	Colônia Abranches	Pede lista de alunos que frequentam
30/06/1882	José Marcelino da Rosa	Quarteirão dos Veados	Ouvir o inspetor paroquial de Arraial Queimado
	Herculano A. dos Santos	Ahu	Pedido negado
	Moradores	Quarteirão do Alto	Pedido negado
31/07/1882	José da Costa	Campina Grande	Pede aumento de subvenção, o que é negado
	José Marcelino da Rosa	Quarteirão dos Veados	Pedido aprovado

10/11/1882	Moradores em favor do professor Francisco de Pomba Dias	Itiberê	Ouvir o inspetor paroquial
------------	---	---------	----------------------------

QUADRO 30: PEDIDOS DE SUBVENÇÃO (1878 a 1882)  
(FONTE: Livros com as Atas do Conselho Literário)

Esses senhores, também representados pelos moradores que pediam a seu favor, eram professores particulares de instrução primária que, como tal, cobravam dos pais e tutores uma quantia para ensinar seus filhos e tutelados. Dependendo da quantidade de alunos em sua aula ou do valor que os responsáveis podiam dispor para a instrução, o salário desses professores não era suficiente para prover o seu sustento. Receber uma subvenção do governo, um auxílio de custo, ajudava a administrar melhor essa situação financeira.

Aline Limeira (2011) enfatiza que o processo de subvenção, durante o século XIX, era um instrumento que resultou da associação entre o público (políticas públicas) e o privado (iniciativas particulares da instrução) e que a partir dessas subvenções o Estado imperial “garantia financeiramente o atendimento de meninos e meninas pobres nos colégios particulares ou sociedades filantrópicas, mediante o pagamento de suas mensalidades” ou como acontecia em outros casos, a “concessão de espaços, doação de materiais, livros, compêndios, vestuário, etc.”, caracterizando estas escolas que recebiam o auxílio como espaços mistos de atuação a instrução pública e particular (LIMEIRA, 2011, p.106).

A primeira tensão entre a inspetoria do ensino (na forma do Conselho Literário) e os professores já é delineado nesses pedidos expostos no quadro. Dos vinte pedidos de subvenção analisados que foram enviados por escrito<sup>243</sup> ao Conselho Literário, ficou acordado entre os conselheiros que sete poderiam ser aprovados, três deveriam passar pelo crivo do presidente da província, quatro dependiam da análise feita pelo inspetor paroquial, um foi enviado de volta, com pedido de lista de frequência dos alunos, e cinco foram negados.

Ser uma escola subvencionada significava receber auxílio do governo provincial para a sua manutenção. Porém, isso dependia de alguns critérios objetivos — se a escola particular estivesse em um lugar em que o número de meninos fosse inferior a 40, o que não permitiria a organização de uma escola pública, podia ser auxiliada com metade dos vencimentos a que tivessem direito os professores do local, sob proposta do Conselho Literário<sup>244</sup> — e subjetivos — não ter em sua história profissional e pessoal nada que o desabonasse. Ser professor

<sup>243</sup> Segundo o art.25º do Regulamento do Ensino Obrigatório, de 06/07/1877, as decisões do Conselho Literário se basearão nas informações tomadas por escritas (CDPR, 2004, p.290).

<sup>244</sup> Segundo consta no art.8º do Regulamento Orgânico da Instrução Pública, de 16/07/1876 (CDPR, 2004, p.265).

significava se adequar a uma representação que circulava na sociedade oitocentista que tratava o mestre como aquele que disciplina o aluno por meio da moral e da ciência e que deveria ser morigerado, o que basicamente significava ser educado moralmente e cumpridor de seus deveres.

Os pedidos de subvenção que foram aprovados pelo Conselho Literário se adequavam a duas exigências: não ter instrução pública primária no local — como no caso dos professores de Castro, Maioca, Rio dos Patos e Quarteirão dos Veados (esse último porque cumpriu também com o requisito feito anteriormente de apresentar o atestado do inspetor paroquial) — e atender a alunos pobres, sendo reforçado para os moradores de Tranqueira que o professor, “para gozar desse favor”, tinha que “compensar o trabalho do ensino à pobreza” (LIVRO 87, 1879, p.38) e aos professores João Eloy (Castro), Pedro (Maioca) e Jeremias (Rio dos Patos) que recebiam o benefício “como indenização ao ensino gratuito de alunos pobres que na matrícula deverão ser admitidos” (LIVRO 88, 1881, p.03).

Ao negar as solicitações de subvenção, os representantes do Conselho Literário várias vezes citam artigos de regulamentos, como uma tentativa de dar a ver que se baseiam na legislação em vigor na província e não em outras possíveis elucubrações. Na seção do dia 30 de abril de 1882, o Conselho decide em não dar a subvenção ao professor de Guaraqueçaba, mesmo esse tendo apresentado atestados do inspetor paroquial, do subdelegado e do inspetor de quarteirão a seu favor. Segundo disposto em ata, isso se deu porque não era suficiente o número de 14 alunos matriculados — “inferior em excesso ao de 40 alunos” (citando o art.8º do regulamento) — e por isso a frequência efetiva deveria ser menor, concluindo que o Conselho Literário “acredita que não haveria vantagem alguma para a instrução popular essa concessão solicitada” (LIVRO 88, 1882, p.13).

O texto legal, assim como qualquer outro, é passível da interpretação feita pelo leitor. E os três integrantes do Conselho Literário nesse dia — José Joaquim Franco Valle (Diretor Geral), João Pereira Lagos (secretário), Tertuliano Teixeira de Freitas e Antônio Pires de Carvalho — usaram do disposto no regulamento para negar o pedido de subvenção. Citam o artigo 8º, mas talvez tivessem se referindo ao anterior:

Art.7º Haverá em cada povoado em que verificar-se a existência de 40 meninos em condições de aprender, uma cadeira pública de ensino elementar a qual poderá ser provisoriamente criada pelo governo sob proposta do Conselho Literário, ficando dependente da aprovação do corpo legislativo provincial.

Art.8º Naqueles lugares em que o número de meninos for inferior ao do que trata o artigo anterior, poderá ser auxiliada a escola particular que existir com uma subvenção correspondente à metade dos vencimentos a que tiverem direito os professores de povoados, sob proposta do Conselho Literário (ROIPPR, 1876, p.265).

O total de 40 meninos era condição para criação de uma cadeira pública e não para subvenção, que era dada para a aula particular que funcionasse em local que não houvesse aula pública, mas que tivesse número de meninos, mesmo que menor de 40, para frequentá-la. Dessa forma, mesmo com 14 meninos matriculados, o professor poderia receber a subvenção. Outro fator interessante é o Conselho lidar com a suposição de falta de frequência como um dos argumentos que justificaram a negação do pedido. A presença do aluno era o maior depoimento em favor da solicitação de subvenção que um professor poderia ter. Não aparece nas outras reuniões se os conselheiros perceberam a contradição na justificativa dada para vetar o pedido de subvenção, e o professor não voltou a solicitar, apesar de ter tido o apoio do inspetor paroquial.

Ainda sobre a prática de manter escolas subvencionadas na província paranaense, o diretor geral interino Euclides Francisco de Moura (1879) escreve:

A iniciativa particular entre nós se tem manifestado em mui pequena escala, amuquinhada pela especulação, e visando quase sempre o lucro das subvenções, e em condições tais que nada ou pouco há que esperar-se desse poderoso elemento do progresso para as letras nesta província. Não devemos acusar o legislador quando no artigo 8º do Regulamento em vigor facilitou a subvenção às escolas particulares, no louvável intuito de animar a instrução (...) (AP 0582, 1879, p.75).

Na opinião do diretor geral interino a verba destinada ao pagamento de subvenções não contribuía para o desenvolvimento do ensino na província. Há um posicionamento, individual, contra esse procedimento, mesmo que tenha sido pensado com o objetivo de expandir a instrução a um maior número de crianças nas localidades em que não houvesse escola pública. Contrapondo o relatório de Euclides Francisco de Moura (1879) com a sua atuação no Conselho Literário (cinco anos<sup>245</sup>), é possível identificar algumas semelhanças quanto aos assuntos escolhidos para a discussão. Dos quatro tópicos de seu relato (estatística, subvenção, vitaliciedade e escola normal), os três últimos estavam presentes em quase todas as reuniões do Conselho. Ele falava da subvenção de um lugar social que lhe permitia, na prática, verificar esse processo. Não só tinha acesso aos pedidos de subvenção por ser diretor geral, mas também por ser integrante do Conselho Literário e, nesse último, tinha a oportunidade de dividir e ouvir opiniões, moldando suas ideias ao mesmo tempo em que tentava moldar a instrução pública e a condição das escolas subvencionadas. O que sugere em seu relatório é revelador desse *lugar* que ocupava.

---

<sup>245</sup> Até o momento que redigiu o relatório, Euclides Francisco de Moura já detinha mais de um ano de experiência no Conselho Literário, desde 08/07/1878, e já havia presenciado, em quase todas as reuniões, pedidos de exames de professores, organização dos lentes do Instituto Paranaense e Escola Normal, subvenção, vitaliciedade.



Voltemos ao primeiro professor que pediu subvenção ao Conselho Literário: Felinto Elysio Cordeiro, da freguesia de Conchas (Ponta Grossa). Sua solicitação foi encaminhada ao presidente, um procedimento que indicava a aprovação do Conselho, mas que ainda necessitava do referendo presidencial. Seu pedido foi aceito e consta na ata da reunião do Conselho do mês seguinte, entretanto, em 1879, o Conselho Literário propôs a restauração da cadeira de instrução pública da freguesia supracitada e o provimento nela do professor particular, o que foi aceito pelo presidente e consta na ata do dia 01/03/1879. Assim, em dezembro do mesmo ano, já como professor público, elabora um relatório para o inspetor paroquial, José Antônio Gonçalves:

Não tenho alunos preparados para exames finais, pretendia que os houvesse parciais; mas, assim como para o primeiro caso haviam-se retirado da escola alguns alunos mais adiantados e que poderia tê-los aprontado; para o segundo obstou a ausência de diversos meninos que se achavam então nas fazendas. Esta falta não se reproduzirá nos anos subsequentes, continuando estas cadeiras a meu cargo. (...) Muitos meninos são filhos de pobres, e os pais precisam deles frequentes vezes, para os ajudar em seus trabalhos; outros que não estão nestas condições, costumam, frequentes vezes também, irem passar dias no seio das respectivas famílias, os quais residem fora da povoação; e, finalmente, o pouco apreço que relativamente ainda se dá a instrução por estes lugares. (...) é notório que os meninos que frequentam esta escola aproveitam, isto sem emprego de castigos corporais (AP0579, 01/12/1879).

O tom do relato do professor é de justificativa e segue uma estrutura: primeiro informa que não tem alunos preparados, então ressalta o porquê dessa situação e deixa um elogio implícito a si próprio, de que não dava castigos aos alunos e mesmo assim o ensino era proveitoso. Toda essa explicação visava à continuidade da manutenção da cadeira, pois o professor que não apresentasse alunos para os exames — que aconteciam no mês de novembro<sup>246</sup> — poderiam sofrer sanções e até perder o direito de dar aulas naquela escola. Em seu relato, Felinto Elysio Cordeiro se eximia da responsabilidade de não ter a frequência desejada, nem dos alunos mais abastados e nem dos pobres.

Outro momento de pedidos feitos por professores, que dependiam da aprovação do Conselho Literário e, também, do número de alunos que frequentaram a aula e prestaram exame, era a vitaliciedade. Segundo o disposto no Regulamento Orgânico da Instrução Pública, de 16/07/1876, art. 73º, “os professores poderiam<sup>247</sup> obter o seu provimento vitalício, se provarem ter preparado pelo menos um quinto dos alunos que frequentaram suas aulas” para exames; e segundo o art. 76º, cabia ao professor que requisitasse o título de vitalício

<sup>246</sup> Conta no art.33, do Regulamento Orgânico de Instrução Pública (1876): exames no mês de novembro. Um mês antes será dirigida na Capital ao Diretor da Instrução nas cidades, vilas e paróquias, aos inspetores paroquiais, uma relação dos que se acharem nestas circunstancias (CDPR, 2004, p.265).

<sup>247</sup> No título original estava escrito poderão; aqui modificado para permitir a concordância no parágrafo.

provar ao presidente da província, ouvido o Conselho Literário, quatro ações: que durante cinco anos foi assíduo em sua função, com proveito dos alunos; que era conceituado e que dava provas de sua materialidade; que teve dedicação e zelo ao ensino e que não exerceu outra função incompatível com o magistério e que não sofreu condenação por crimes (CDPR, 2004, p.265).

Em 1879, a lei nº 541, abarcou a vitaliciedade para professores no art.1º: “os professores de um e outro sexo que tiverem exercido durante cinco anos o magistério público sem que fossem suspensos ou multados, em virtude de decisão do Conselho Literário legalmente proferidos, são vitalícios...” (CDPR, 2004, p.307). Entre os anos de 1877 a 1879, em doze reuniões do Conselho Literário tratou-se de solicitações de vitaliciedade e de gratificação — dada aos professores, sob proposta do Conselho Literário, “que se houverem distinguido do ensino por mais de 15 anos de serviço público efetivo” (art.65) — enviadas por professores (Quadro 30).

<b>Data</b>	<b>Professor que pediu</b>	<b>Decisão do Conselho</b>
01/10/1877	João Baptista Pereira Andrade	Não aprovada; só depois que completar o curso Normal
	Leocádia da Rocha	Não aprovada; porque não preencheu as condições do art.73º do Regulamento
22/10/1877	Prisciliana (ilegível)	Não aprovada; porque não preencheu o tempo exigido no Regulamento
05/06/1878	Domingos Carneiro da Silva Braga	Ficou para a próxima reunião
01/07/1878	Domingos Carneiro da Silva Braga	Aprovada
06/09/1878	Gonçalves Cordeiro de Couto José Cleto da Silva	Em aberto
01/10/1878	José Cleto da Silva Aminda Gonçalves Cordeiro	Aprovada Não aprovada; não atende ao art. 73º do Regulamento
15/10/1878	Leonidia Ferreira das Neves	Aprovada depois do exame dos mapas de frequência
02/01/1879	Maria Júlia da Costa Gomes Leocádia Maria da Rocha Alves	Não aprovadas, porque não satisfazem o art.73º do Regulamento
	Emília Erichsen	Aprovada a gratificação pelo Conselho
01/02/1879	Lindolpho de Siqueira Bastos	Não aprovada; porque não atingiu o art. 73º do Regulamento
	Leocádia M. R. Alves	Não aprovada
19/02/1879	Honório Décio da Costa Lobo	Aprovada a gratificação pelo Conselho
01/03/1879	Emília Erichsen Honório Décio da Costa Lobo	Aprovada a gratificação pelo presidente da província
17/03/1879	Alzira Paula da Costa Lobo	Aprovada; com informação ao presidente de que “ela está no caso de ser atendida”
01/04/1879	Pedro Saturnino de Oliveira Mascarenhas	Necessário examinar os documentos
	José Ferreira das Neves	Adiada a gratificação

QUADRO 31: PROFESSORES E OS PEDIDOS DE VITALICIEDADE AO CONSELHO LITERÁRIO  
(FONTE: Livros com as Atas do Conselho Literário)

O que fica evidente é que o Conselho Literário não aprovava ou negava os pedidos de vitaliciedade e gratificação sem que se remetessem à legislação. É ela que embasa suas decisões. Isso indica um movimento estratégico: usar da legislação para cercar as deliberações de forma que os professores não tivessem meios de discordar das mesmas. Os dados apresentados pelos professores ao realizarem os pedidos, aliados à interpretação da legislação, falavam por si só, não precisavam do Conselho para aprová-los, uma vez que, se eram condizentes com o normatizado, poderiam ser aprovados. Assim, Leonídia Ferreira das Neves teve o pedido de vitaliciedade aprovado depois do exame dos mapas de frequência que comprovou “que ela deu exame definitivo a 52 alunas dentre 185 que frequentavam a escola, por conseguinte 15 além do quinto exigido por lei” (LIVRO 87, 15/10/1878). Os mapas de frequência funcionavam como uma ferramenta de verificação da prática escolar.

Mas isso não configura uma unanimidade, pois houve casos em que o Conselho Literário vetou o pedido, o solicitante reclamou — como o fez Domingos Carneiro da Silva Braga, que no registro do Conselho: “se julga ofendido em seus direitos por não achar-se classificado como professor vitalício” (LIVRO 87, 05/06/1878) — e, um mês depois, o Conselho o nomeou professor vitalício, porém com o cuidado de citar todos os regulamentos que tratavam da vitaliciedade na província. Seria uma forma de se prevenir de outros professores e professoras que poderiam seguir o mesmo passo de Domingos Carneiro da Silva Braga?

Contrapondo as documentações, encontramos um pedido de vitaliciedade feito pelo professor Pedro Saturnino de Oliveira Mascarenhas, em dezembro de 1876, ao inspetor geral de instrução. Ele dizia que enviava a solicitação uma vez que já tinha “seis anos e nove meses de efetivo exercício de seu magistério” (AP0510, 02/12/1876, p.204). No mesmo documento, é registrada a seguinte resposta: “em vista da informação não tem lugar o que requer. Palácio do Presidente da Província, 24/03/1877” (Ibidem). Nota-se uma recusa ao pedido, feita diretamente pelo governo provincial. Todavia, apesar desta rejeição, o professor escreve ao Conselho Literário, dois anos depois, com o mesmo pedido. A *tática* do professor — aqui entendida no sentido certauniano, como uma ação muitas vezes anônima e silenciosa e operação utilizada pelos mais fracos (mas não menos criadores) — foi mudar o trajeto do pedido: ao invés de escrever diretamente ao inspetor geral optou por remeter-se ao conselho, talvez por entender que sendo este formado por um grupo, houvesse uma chance maior de ser

aprovada. Situações como essas nos permitem aventar que o Conselho de Instrução não era compreendido somente como um braço da inspeção ou do inspetor geral. Sua ação também era compreendida pelos sujeitos da educação como diversa da que era feita pelo inspetor/diretor geral de instrução pública.

Apesar de seguir um roteiro legislativo para aprovar ou negar as solicitações, os assuntos mais melindrosos discutidos nas reuniões eram aqueles que não se encaixavam de forma perfeita no que determinava a lei. Acompanhemos um desses casos, envolvendo a professora Isabel Maria do Nascimento, da escola promíscua de Guaraqueçaba.

Na primeira reunião do ano de 1877, convocada pelo diretor geral João Pereira Lagos Júnior “para fim especial de confeccionar a lista de professores da instrução primária que se achavam nas condições de serem supridas para as cadeiras de 2ª e 3ª entrância<sup>248</sup>” (LIVRO 87, 24/03/1877), ocorreu um registro feito às pressas. Depois que todos assinaram a conclusão da ata, uma pequena observação ao final:

a tempo declaro que nesta ocasião foi apresentado um requerimento de D. Isabel Maria do Nascimento, no qual pedia que queria exhibir-se em exame para assim habilitar-se a reger qualquer cadeira, e unanimemente o Conselho Literário determinou o dia para ver as habilitações da suplicante (LIVRO 87, 24/03/1877).

Talvez mexendo nos maços de correspondências e ofícios enviados à secretaria de instrução pública, já no final da reunião do Conselho Literário, João Pereira Lagos Júnior tenha batido o olho nesse ofício, enviado há algum tempo por Isabel Maria do Nascimento. Nessa pequena nota, não é possível identificar nada mais além do nome da requerente.

Procurando nos documentos indícios das escolas existentes em Guaraqueçaba, encontrei um dos muitos relatórios do professor Antônio Ferreira da Costa, de 1862, onde escreve sobre o estado da instrução e pontua: “creio que há necessidade de criação de uma escola para o sexo feminino”. O que nos indica que existia uma demanda de meninas que não frequentavam a escola, quinze anos antes de Isabel Maria do Nascimento assumir a cadeira. O professor, que dava aulas desde 1851, provavelmente a conhecia, mas não como aluna. Sobre o lugar da escola, o professor descreve:

a margem esquerda da foz do seu rio, e no centro da qual está a escola, cujo magistério me é confiado, consiste em 33 casas espalhadas pela extensão de meia légua, com perto de 200 pessoas, das quais só vinte e tantas sabem ler: naquele número há 26 meninos capazes de instrução, dos quais 12 a recebem, embora deles hajam 20 matriculados. A falta de vias limpas, e de passos que comuniquem os moradores, os quais a suprem com o uso de canoas, produz um considerável número de faltas quando mau tempo (AP0141, 1862, p.03).

---

<sup>248</sup> Essa era a divisão usada para classificar os locais em que ficavam as escolas: 1ª entrância (povoados e bairros); 2ª entrância (vilas e freguesias) e 3ª entrância (cidades) (CDPR, 2004, p. 265).

Em 1873 o professor Antônio Ferreira da Costa se aposentou (CDPR, 2004, p.215), o que pode ter contribuído para que Isabel Maria do Nascimento, quatro anos depois, pedisse ao Conselho Literário a oportunidade de prestar exame. Passado um pouco mais de um ano, seu nome volta a compor a ata da reunião do Conselho Literário, agora não mais por sua petição, mas por solicitação de afastamento feita pelo inspetor paroquial, com o seguinte registro: “resolveu o mesmo Conselho que se reclamasse da presidência da província a providência pedida por aquele inspetor”, ressaltando que as famílias não enviavam os filhos para a escola porque não tinham confiança na professora “em razão de sua pouca idade” (LIVRO 87, 01/04/1878).

Sabendo do envolvimento do inspetor paroquial é possível identificar que esse assunto já havia sido contemplado pelo Conselho meses antes, sendo concluído que “ficasse para ser resolvido em conselho pleno a reclamação do doutor inspetor de Guaraqueçaba sobre a inconveniência da conservação da professora da cadeira promiscua daquela freguesia” (LIVRO 87, 31/01/1878). Com essa manobra, o Conselho Literário ganhou mais tempo para encontrar uma solução. A leitura cruzada de documentos permitiu encontrar o mencionado relatório do inspetor paroquial de Guaraqueçaba, Luis Ramos Figueiras, que morava próximo à escola regida pela professora Isabel Maria do Nascimento:

Encontrei o limitado número de sete alunos e uma aluna, sendo a matrícula de 17 alunos, informando com a professora que haviam se retirado três ou quatro, o que reduz ainda o número constante da matrícula. Interrogando a professora acerca do reduzido número de alunos com uma aula para ambos os sexos, respondeu-me que alguns pais de família, por indisposições injustas, às quais nenhum motivo deixam de trazer seus filhos e filhas, e que embora sempre parecia-lhe ter a aula deserta. Convém ponderar que não há muito tempo a aula do sexo masculino contava perto de 30 alunos e existia uma aula do sexo feminino regularmente frequentada. Passeia a indagar de alguns cidadãos residentes nas circunvizinhanças da escola, sobre os motivos da retirada dos filhos da mesma, e vários responderam-me que *a professora não lhe inspirava a necessária confiança por ser muito jovem, e não poder por isso manter o devido respeito e autoridade no ensino de meninos, confundidos na mesma aula com meninas*. Informaram-me mais que, a não ser a escola regida por um homem ou por uma senhora de idade própria a infundir respeito por parte dos alunos de diferente sexo, não mandariam seus filhos à escola. Conhecedor do lugar e das circunstâncias que contrariam o ensino na única escola da povoação, sou forçado a confessar que os pais de família tem sobeja razão para ter escrúpulos, e a duvidar da boa e conveniente instrução de grande número de meninos a não ser ela ministrada por um homem (AP0535, 1878, p.155 – *grifos meus*).

O inspetor paroquial não diz a idade da professora, mas se atendo ao disposto legalmente, não poderia ter menos de 18 anos<sup>249</sup>. Ele constrói em sua narrativa um panorama

---

<sup>249</sup> No Regulamento de Ordem Geral para as escolas, de 08/04/1857, era necessário ter a idade de 18 anos (certidão de batismo ou justificação), ter moralidade (apresentar ao inspetor geral a “folha corrida dos lugares aonde haja residido nos últimos 3 anos e atestação dos párocos e inspetores de distrito”) e ter capacidade

de que existiam muitas crianças em idade escolar, de ambos os sexos. Mas, devido à idade, decorrem-se a falta de autoridade com os meninos e as indisposições com as famílias. Apesar de ser a única escola da região e de conhecer a professora, o inspetor não vai em defesa da mesma, mas a favor dos pais. Ele não pede a remoção da professora, apenas enfatiza ao Diretor Geral João Pereira Lagos Júnior: “dada esta opinião, peço a V.S. se digne a providenciar a respeito” (Ibiden, ibidem).

O Conselho Literário não emite sua posição, mas delega ao presidente da província a providência em *remover* ou não a professora. É nessa sugestão que notamos um posicionamento, pois até então o inspetor paroquial não havia dado a solução para o caso no relatório que enviou ao diretor geral. Como o Conselho Literário pautava as suas ações na legislação em vigor, essa podia ser uma manobra para resolver o problema exposto pelo inspetor paroquial, pois, segundo o art.17º da lei nº 290, de 15/04/1871:

poderão ser removidos os professores de uma localidade para outra sem prejuízo de seus direitos, com sua prévia audiência, quando praticarem atos que lhes tirem a força moral para com os alunos ou família destes, de maneira a não poder exercer o magistério no lugar (CDPR, 2004, p.180).

Mas, se o problema com as famílias era consequência do fato de ser a professora nova e, pelo que tudo indica, solteira, essa remoção não seria algo fácil, pois provavelmente Isabel Maria do Nascimento morava com os pais. Removê-la significava fazer a mudança de toda a possível família. Uma interpretação para esse envio do problema ao presidente da província, sem uma solução clara de parte do Conselho, pode ser visto também como uma omissão. Talvez essa supressão de atitude tenha acontecido pelo fato dos conselheiros terem indicado Isabel Maria do Nascimento para o exame do magistério no ano anterior e, dessa forma, não cairiam em contradição. O fato é que o Conselho não volta a tratar dessa solicitação em nenhuma reunião, nem mesmo para citar qual desfecho tinha sido dado pelo presidente, como faziam em outras questões. Esse assunto, aparentemente, foi um impasse para o Conselho.

O relatório da professora, pouco mais de um ano depois da indicação de remoção feita pelo Conselho Literário, nos dá pistas para o desdobramento desse impasse. Antes de

---

profissional (artigos 67 a 69). As candidatas a professoras deveriam apresentar certidão de casamento ou de óbito; se divorciadas, apresentar a sentença que julgou o divórcio e as solteiras (a partir de 25 anos) tinham que apresentar o consentimento paterno (art. 70) (CDPR, 2004,p.53). A lei nº 290, de 15/04/1871 dispõe, no art. 5º, que para ser professor era necessário ter 18 anos, boa conduta moral, professar o candidato a religião do Estado, ter um diploma de habilitação obtido por meio de exame nas matérias do ensino (CDPR, 2004, p.178). No Regulamento Orgânico de Instrução Pública, de 16/07/1876, art.45º, os candidatos a magistério deveriam ser maiores de 18 anos; apresentar moralidade e isenção de culpa por meio de certidão do pároco e folha corrida, bem como ter capacidade profissional (CDPR, 2004, p.265).

escrever sobre a sala de aula (“bastante espaçosa”), método utilizado (“simultâneo por classes e simultâneo pessoal”) e pedir material, ela tratou dos problemas enfrentados para manter a aula. Em suas palavras:

A escola que por título de 09 de julho do ano de 1877 me foi confiada, e que foi instalada a 04 de agosto seguinte, consta apenas 2 anos e meses de existência e apesar de algumas faltas palpáveis que vão de encontro a boa ordem e regularidade do ensino, e que tenho procurado suprir de conformidade com os exíguos recursos de que posso dispor; caminha regularmente aos fins a que se destina. (...) alguma vantagem se tem obtido, e tanto mais quanto as dificuldades contra que teria de lutar necessariamente uma professora nova, contrariada constantemente: o desleixo, desprezo pelo ensino, a repugnância manifesta à promiscuidade, mais ainda a crença que o povo nutre de que a mulher não pode vantajosamente educar dois sexos. Estas contrariedades, porém, que se justificam através da civilização de um povo quase estacionário; vou lentamente vencendo não só com a persuasão, mas procurando solidificar o ensino com a boa vontade e perseverança, paciência e algumas vezes com o sacrifício da própria saúde. (...) Da instalação da escola até essa data foram matriculados 25 alunos e 8 alunas; cujas faltas, notadas na coluna competente, são na maioria de casos involuntários. (...) A pouca prática que tenho do preenchimento dos árduos deveres do sublime sacerdócio que tenho a honra de exercer, é a circunstância única que me faz incorrer em faltas, pelas quais conto com a benevolência de V.S. (AP0578, 1879, p.38).

Estar ainda no cargo e no mesmo lugar indica que o presidente da província não decretou que a professora deveria ser removida. Os problemas com as famílias talvez não tenham sido resolvidos, mas a frequência dos alunos não foi afetada, segundo o que ela aponta<sup>250</sup>. Mas se a tensão sobre a sua idade e ao fato de ensinar meninos e meninas continuava, por que as famílias ainda mandavam os filhos para a escola? Talvez por ser essa a única escola da vizinhança, mas essa situação não havia mudado também, desde que o inspetor paroquial relatou os acontecimentos ao Conselho Literário. A provável explicação dessa mudança no quadro da frequência pode ser encontrada ao final de seu relatório, em sua assinatura: Isabel Maria do Nascimento Teixeira. O acréscimo do último sobrenome (Teixeira) não deve ser casual, provavelmente ela se casou e seu novo status contribuiu para reconfigurar sua autoridade com os alunos do sexo masculino, além de fazer desnecessária a remoção. Fim dos impedimentos contra a sua atuação como professora e, conseqüentemente, fim do problema para o Conselho Literário.

Entre as funções do Conselho Literário estava decidir que livros seriam adotados, tanto para a instrução pública primária quanto para a secundária, na província. Esse era outro assunto melindroso para o Conselho, pois não havia uma legislação que orientasse critérios a ser conferidos ao analisar um livro. Nas primeiras solicitações de adoção de um compêndio, o

---

<sup>250</sup> Nos relatórios de presidentes de 1879 a frequência em sua aula apareceu assim discriminada: Meninos matriculados 17 e frequentando 15; Meninas matriculadas 08 e frequentando 08 (FILHO, 1879; MENEZES, 1879).

Conselho Literário analisava a obra e lançava seu parecer. Com o passar do tempo, o Conselho passou a indicar uma comissão (formada por lentes) ou um dos conselheiros para analisar a obra. Esse seria mais um jeito encontrado de se cercar de opiniões seguras antes de emitir um parecer definitivo: trocava-se a legislação pelo julgamento de sujeitos que detinham um *know-how* na estrutura do ensino na província. Em três anos foram dez as reuniões que citaram compêndios.

Data da Reunião	Pedido/Parecer do Conselho Literário
15/07/1879	João Köpke pediu para ser adotado para o Instituto o livro Primeiros Elementos de História Natural, traduzido do francês por Tavares Bastos.
01/09/1879	O pedido de João Köpke é negado pelo Conselho.
01/12/1879	João José Alves propõe o Compêndio de Gramática Portuguesa de Manoel Olympio Rodrigues da Costa. Negado pelo Conselho.
31/08/1880	Professor da colônia de Novo Tyrol pede auxílio para impressão de silabário. Negado pelo Conselho.
01/10/1880	Adoção da obra Tabuada Moderna, de Lindolpho Siqueira Bastos. Negado pelo Conselho.
31/12/1880	Cathecismo Político Moral Baiano e Rudimentos da Doutrina Moral. O Conselho indicou comissão para análise das obras.
31/08/1882	Curso Elementar de Desenho Linear, de Paulino Martins Pacheco. O Conselho indicou um lente para analisar a obra.
04/02/1882	Professor Lindolpho Siqueira Bastos queria saber que livro adotar em sua aula.
31/08/1882	Curso de Desenho Linear. O Conselho indicou comissão para análise da obra.
03/10/1882	Carlos Pinto Corrêa solicitou aprovação dos livros: 1º, 2º, 3º e 4º Livros de Leitura; Gramática Portuguesa Lição no Lar; Compêndio de Cosmografia e de Aritmética. O Conselho indicou comissão para análise das obras.

QUADRO 32: COMPÊNDIOS INDICADOS PARA A APROVAÇÃO DO CONSELHO LITERÁRIO  
(FONTE: Livros com as Atas do Conselho Literário)

Uma olhada rápida pelo quadro acima permite visualizar a circulação de obras que, se aceitas, aumentariam o comércio de uma indústria que se voltava, cada vez mais, para os livros e materiais utilizados nas escolas. O interesse aqui não é pela história do livro<sup>251</sup> e sim por essa estrutura pública que determinava a permanência de certas obras na escola, em detrimento de outras. Giselle Teixeira (2008) chamou esse percurso de elaboração de um livro pelo autor, aprovação pelo Conselho para depois ser encaminhado para a impressão pelas tipografias, editoras e livrarias de “liturgia do poder” (TEIXEIRA, 2008, p.28), ou seja, um ritual seguido que definia não somente um livro a ser utilizado, mas toda a decorrência disso para a instrução pública na província, desde a verba disponibilizada para essa aquisição até a forma como seria distribuído entre as escolas.

<sup>251</sup> Sobre a história do livro ver trabalhos de: BITTENCOURT, 1993; CHARTIER, 1999; CHOPPIN, 2004; GALVÃO, 2005; entre outros.



De dez solicitações, o Conselho Literário negou quatro, deixou duas em aberto e indicou para análise as outras quatro restantes. Esse equilíbrio nas ações pode ser observado também nos motivos que o Conselho aponta para não aprovar a utilização dos livros. Das quatro negativas, três tinham por base a utilização, na província, dos livros de Abílio César Borges e uma — da obra *Tabuada Moderna*, do professor Lindolpho Siqueira Bastos, de Morretes — a análise feita pelo Conselho, que concluiu “que em vista dos seus defeitos capitais, não se podia adotar nas escolas da província” (LIVRO 88, 01/10/1880).

Não há, nas atas das reuniões, nenhuma contestação ao que foi deliberado pelo Conselho, porém, dois anos depois, o professor Lindolpho Siqueira Bastos envia um ofício ao inspetor paroquial e esse encaminha para o Conselho Literário (esse era o procedimento padrão, respeitando as hierarquias), perguntando que livro adotaria em sua escola. Ele não menciona o seu livro que foi negado pelo Conselho, mas isso fica velado. Não podia trabalhar em sua aula com o livro por ele elaborado, então, qual usar? A resposta é clara: “manda adotar os livros do Dr. Abílio” (LIVRO 88, 04/02/1882).

Para o livro *Curso de Desenho Linear*, de Paulino Martins Pacheco<sup>252</sup>, foi organizada uma comissão de avaliação composta por dois integrantes do Conselho: Vicente Machado e Euclides Francisco de Moura. Dois meses depois a mesma emitiu o parecer:

(...) entende que dita obra presta-se perfeitamente ao ensino desta matéria; porém que, havendo em igualdade de circunstâncias o compêndio do Dr. Abílio serve bem para a província; não há necessidade de se fazer a aquisição dele (LIVRO 88, 03/10/1882).

Quando o Conselho Literário negou a solicitação do professor João Köpke<sup>253</sup>, do Rio de Janeiro, reconheceu as vantagens da obra, mas deu como exemplo o livro *Syllabario*, de Ribeiro de Almeida, que foi “aceito para o ensino público da província”, mas que “não foi posto em prática nas escolas por não permitirem os cofres provinciais o dispêndio relativo a sua requisição” (LIVRO 87, 01/09/1879). Apesar de ter um papel crucial nas decisões dos compêndios, dependia-se da verba disponibilizada para aquisição de utensílios escolares para a concretização da compra. E o Conselho continua com a explicação do porque não aprovou a obra supracitada:

Acuse ainda que, atendendo-se à que o Dr. Abílio por mais de uma vez e por pura espontaneidade filantrópica ofereceu mais de sete mil volumes de seus 1º, 2º e 3º

---

<sup>252</sup> Paulino Martins Pacheco era professor da Escola Normal de Niterói, no Rio de Janeiro, “engenheiro, foi delegado de Instrução Pública, diretor dos cursos mantidos pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, professor do Colégio Pedro II e do Instituto Comercial” (SOARES, 2011, p.08).

<sup>253</sup> Para saber mais sobre a produção de João Köpke (1852-1926) ver o trabalho de Cláudia Panizzolo (2006).

livros de leitura, com os quais têm sido provido as escolas, o Conselho pensa que é mais razoável, quando o permitirem os cofres, officiar-se aquele préstimo (ilegível) a fim de se obter para compra os seus livros, que são os que têm conseguido bons resultados em todo o Império (LIVRO 87, 01/09/1879).

Mesmo com todo o mérito que fazia com que os livros do senhor Abílio César Borges fossem referência no plano escolar, é possível perceber que a sua utilização na província paranaense atrelava-se a outros fatores. A parceria com o *Dr. Abílio*, que já vinha acontecendo há alguns anos, era mais vantajosa para os cofres provinciais e, naquele momento, o Conselho Literário mostrou-se fiel a essa condição, indicando que quando houvesse verba, comprariam, sim, mais livros, só que do *Dr. Abílio*. As relações em torno da solicitação, aquisição e distribuição de uma obra na estrutura de ensino paranaense eram muito mais complexas do que ser este ou aquele livro/autor bom ou ruim, ou de ser lucrativo ou não para o governo provincial, pois também eram nuançadas por acordos políticos e pessoais. Em seu relatório, o presidente Sancho de Barros Pimentel (1882) informa que a instrução pública recebeu uma doação do Visconde de Guarapuava e complementa:

tendo notícia de que havia sido traduzida e adaptada aos nossos usos e instituições por pessoa de maior competência, o dr. Ruy Barbosa, a excelente obra de Colkins sobre *lições de cousas*, destinava esse donativo a compra de um certo número de volumes que seriam distribuídos pelos professores primários e por meninos pobres. Para esse fim mandei pedir um exemplar do livro afim de ser sujeito à aprovação do Conselho Literário (PIMENTEL, 1882, p.25 – grifos meus).

Nas atas do Conselho Literário não foi feita menção a esse pedido do presidente e nem do livro *Primeiras Lições de Coisas*, de Norman Allison, publicado nos Estados Unidos em 1861. Mas esta contraposição de fontes nos permite aventar a hipótese da existência de uma rede complexa para a indicação e aceitação dos livros, rede esta que passava pela opinião direta dos integrantes do Conselho. É plausível apontar que o Conselho Literário, apesar de pautar a grande maioria de suas ações na legislação, deixa entrever sua atuação nas questões que fogem ao que estava normatizado, como na aprovação dos livros. E são nesses momentos que podemos observar que o Conselho é uma parte da teia de ações em prol da inspeção e instrução pública que detinha um poder considerável. Se até a sua organização os Conselhos na província podem ser comparados como “braços da inspeção”, nessas questões o Conselho Literário se permite ver como o grande articulador dessa estrutura, cuja ação pode ser compreendida se entrecruzada com a própria instrução.

### **3. OS INSPETORES PENSAM A ESTRUTURA DA INSTRUÇÃO E A QUEM SE DESTINA A ESCOLA**

Durante todo o período aqui estudado, os inspetores gerais foram os responsáveis diretos, depois do presidente, pela instrução primária na província, recebendo em maior ou menor grau o auxílio de inspetores de distrito/paroquiais, subinspetores e Conselhos. A toda esta estrutura montada em prol e em conjunto com a instrução pública cabia a escolha de métodos de ensino, material e mobília para as escolas, controle de matrícula e frequência de aluno, organização de exame e concurso para o magistério público, exame de alunos, delimitação do tempo de duração das aulas e multas a pais e professores. Enfim, era responsável pelo desenvolvimento do ensino na província. Seja no centro, nas margens ou entrelaçada nas ações, a criança estava presente nessa organização, mesmo que não tenha deixado *relatórios* ou *termos de visita*, ela se relacionava com essa estrutura diretamente.

É por essa razão que se faz pertinente tentar perceber, nos discursos dos inspetores e professores, qual a representação de infância que circulava e o que era pensado para a população que frequentava os bancos escolares na província paranaense. Como pontua Mirian Warde (2007), “afigura-se fértil pensar a infância e a adolescência na história e compreender as concepções que delas se fizeram e que delas se fazem no processo histórico” (WARDE, 2007, p.27).

A criança que frequentava a escola de primeiras letras estava em relação com os demais integrantes dessa estrutura, em uma recíproca dependência, como é observado em uma sociedade. Como sustenta Elias (1993), “a coexistência de pessoas, o emaranhamento de suas intenções e planos, os laços com que se prendem mutuamente, tudo isso, muito longe de destruir a individualidade, proporciona o meio no qual ela poderia desenvolver-se” (ELIAS, 1993, p.288). Muito longe de deixar essa criança de lado na investigação sobre a prática da inspeção no Paraná, a observação dessa *ordem social*, desses *anelos humanos entrelaçados* (Ibidem, p.194), acaba por nos impulsionar para o sujeito final, mas não por isso menos importante: o aluno.

Anjos (2011b), em investigação sobre instrução pública primária na Lapa, Paraná, questiona-se se não seria exagero pensar uma função para a criança que estava inserida na escola. Como o autor reforça,

As perguntas feitas nesse sentido costumam encontrar a resposta de que muito pouco ela poderia ter feito, a partir do pouco espaço e da pouca voz que lhe era concedida na sociedade daquele tempo. E, no entanto, a criança estava lá: nascia em uma família, chorava, se alimentava, crescia e (nem sempre) ia para a escola. E tudo isso antes de sair da infância e tornar-se adulta. Seriam esses anos do tempo da infância de absoluta inércia e insignificância? Proponho pensar que não, pelo simples fato de que essa criança “sem lugar”, “sem voz” e “sem vez” foi, antes de tudo, um indivíduo em relação com outros grupos sociais e que, independente de sua vontade

e da vontade de qualquer outro indivíduo, mesmo adulto, estava em relação com os demais pelo simples fato de ter vindo ao mundo no interior de uma sociedade (ANJOS, 2011, p.01).

Veiga (2009) destaca que a difusão dos saberes elementares para toda a população durante o período imperial pode ser considerada como a extensão de um projeto de civilização e de construção de uma nação, sendo a modelação social dos indivíduos o modo como se alcançaria esse objetivo. E dentro dessa análise, a autora evidencia como os hábitos civilizados foram se constituindo na relação entre professor e alunos, em Minas Gerais, durante um longo período (1827-1927). Segundo explica a autora, “podemos refletir em que medida as mudanças no comportamento social dos adultos e um melhor conhecimento sobre a infância pode ter interferido na alteração das relações de interdependência entre as duas gerações” (VEIGA, 2009, p.69).

O caminho percorrido até agora por diferentes estudos, no que concerne ao possível papel da criança dentro do modelo escolarizado, abarcou a relação entre o professor e o aluno; o que era esperado desses sujeitos enquanto integrantes da dinâmica da instrução pública. Valdez (2006), ao estudar a vida e obra de Abílio César Borges, se propôs a discutir como a infância era representada nos seus escritos que, como já vimos, circulavam também aqui no Paraná, durante o século XIX. A autora demarca que a escola era o ambiente onde a criança aprendia as regras de boa convivência e que “seu papel estava definido, ela deveria amar os estudos, ser aplicada e absorver os conhecimentos das ciências e da moral para ser uma pessoa ilustrada, cortês e útil para a formação do estado moderno” (VALDEZ, 2006, p.308).

Se seguíssemos os passos de Anjos (2011), dessa vez abarcando todo o território paranaense, talvez chegássemos a semelhantes percepções desse papel da criança, percebido na relação direta de suas ações com os professores. Todavia, a lente se desvia um pouco para o lado (ou seria acima?) e encontra, no centro de sua visão, a figura do inspetor de instrução pública primária. Como a criança aparece representada em suas deliberações para o ensino? Em suas propostas deixa entrever um papel esperado para esta criança? Ao decidir investigar a representação da infância nas propostas pedagógicas, relatórios, ofícios, palestras e cartas de inspetores, tenho também por objetivo perceber se havia um lugar reservado à criança dentro da instrução pública primária paranaense, na visão da inspeção. Nesse sentido, os conceitos de representação e apropriação, pensados sob o prisma de Chartier (1998), acabam retornando, auxiliando na composição dessa narrativa. A noção de representação, como pontua o autor, possibilita-nos entender como o *mundo social* vai se constituindo, se categorizando, vai delimitando a sua percepção e apreciação do real por meio dos contatos entre diferentes

grupos e “são estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1998, p.17).

O alvo das ações propostas pela inspetoria do ensino no Paraná era a escolarização da infância. Porém, essa infância não é monolítica e compactada em uma característica ou faixa etária, é uma construção social, carregada já de uma concepção histórica. E era essa etapa da vida do ser humano que aparece como foco na *operação escriturística*<sup>254</sup> da inspeção paranaense. Se atendo a legislação durante o período aqui estudado, é possível identificar a idade em que as crianças deveriam ser encaminhadas à escola.

<b>Regulamento</b>	<b>Idade</b>
Regulamento de 08/04/1857	6 a 14
Regulamento de 24/04/1857	7 a 14
Regulamento de 13/05/1871	6 a 14
Regulamento de 01/09/1874	6 a 14
	Obrigatório
	7 a 12 (meninos) 7 a 10 (meninas)
Regulamento de 16/07/1876	6 a 15
Regulamento de 06/07/1877	6 a 15
	Obrigatório 6 a 10
Regulamento de 03/12/1883	6 a 15
	Obrigatório
	7 a 14 (meninos) 7 a 12 (meninas)

QUADRO 33: A IDADE QUE DETERMINAVA O INGRESSO À ESCOLA  
(FONTE: Coletânea da Documentação Paranaense [1854-1889])

Nessa distinção de idades, como demarca Anjos (2011), apreende-se duas categorias de infância que frequentaria a escola: uma cuja matrícula era permitida voluntariamente e outra que era obrigada (ANJOS, 2011, p.87). A obrigatoriedade do ensino, mesmo circunscrita a determinados territórios, diminuiu a idade necessária para a escolarização, aumentou a população escolar e, concordando com Veiga (2005), criou uma identidade para esta infância: aluno (VEIGA, 2005, p.80).

Esse aluno, que na legislação era representado como menino/menina (quanto a matrícula) e filho (quando os pais/tutores não o enviavam à escola), passou a ser também denominado como criança, a partir do regulamento de 1877. Não são apenas *meninos do sexo*

<sup>254</sup> Segundo Michel de Certeau, o jogo escriturístico, produção de um sistema, espaço de formalização, tem como ‘sentido’ remeter à realidade de que se distinguiu *em vista de muda-la*. Tem como alvo uma eficácia social. Atua sobre a sua exterioridade. (CERTEAU, 1994, p.226).

*masculino e do sexo feminino*, como muitas vezes aparecia na legislação, mas são *crianças* que desde os seis anos deviam “frequentar regularmente as escolas primária” (Art.1º) e que não podiam trabalhar sem o prévio consentimento das *autoridades escolares* (Art.7º). Sobre essas duas situações, o inspetor paroquial de Guarapuava, Francisco Manoel Assis França, fez o seguinte comentário:

não fiquei satisfeito com o diminuto número de alunos do sexo masculino que foram examinados, porém, por experiência própria, tenho conhecido que a pouca influência dos pais de família para a frequência dos alunos nas escolas concorre para este mau resultado, pois a maior parte do tempo deixam os alunos de comparecer na escola, por mais que eu esteja sempre a pedir a cessação deste mal não tenho podido conseguir o desaparecimento dele (AP0640, 1881, p.140).

Inspetores da instrução pública e professores, durante todo o período, faziam coro quando o assunto era a frequência dos alunos e trabalho infantil. Os artigos do regulamento de 1877 atenderam a essas reclamações, num movimento bumerangue, onde a legislação acompanha as questões que são apontadas pelos partícipes da educação<sup>255</sup>, sendo reformuladas por suas proposições e pelos legisladores, para se transformar em regra e ser seguida pelos sujeitos envolvidos com a instrução pública primária.

Nas atas das reuniões do Conselho Literário era a criança pobre, representada como os “menos favorecidos da fortuna” (LIVRO 87, 20/03/1878), “alunos pobres” (LIVRO 88, 01/07/1881) e aqueles cuja pobreza seria compensada pelo ensino (LIVRO 87, 01/12/1879), que deveria receber auxílio para permanecer na escola. Essa forma de denominar a criança é semelhante com a encontrada por Veiga (2005), ao analisar os documentos da administração do ensino elementar na província de Minas Gerais, no século XIX. Segundo a autora: “no conjunto das correspondências destacar-se-á aqui o problema da pobreza e do trabalho infantil nas diferentes formas de sua apresentação” (VEIGA, 2005, p.88).

No grupo de crianças pobres que receberiam ajuda provavelmente estavam incluídos os ingênuos, que desde a Lei do Ventre Livre (1871) estavam libertos, mesmo podendo o senhor “escolher entre receber do governo o valor de seu escravo em título de renda ou usar seus serviços até os 21 anos de idade. Esta última opção era a mais escolhida entre os senhores” (DEAP-PR, 2005, p.17). Os vigários, desde a referida lei, enviavam ao governo provincial muitos quadros ou ofícios informando sobre “os filhos de mulheres escravas

---

<sup>255</sup> Desde a instalação da província paranaense que a não frequência dos alunos era justificada por professores e inspetores como sendo causadas pelo descaso dos pais ou porque as crianças tinham que ajudar a família em algum ofício, como o fez o professor de Palmeiras, Manoel José Dias Costas, que escreveu diretamente ao presidente Zacarias Goes e Vasconcellos para encaminhar os mapas dos alunos que frequentavam a sua aula e justificou: “sendo um número pequeno, havendo muito maior número fora da aula, por ignorância de muitos pais; ignorarem o dever que tenham e são obrigados...” (IIP123.6, 05/03/1855).

nascidos após a Lei do Ventre Livre” (DEAP-PR, 2005, p.63/64). A essas crianças, como já vimos anteriormente, não era vetado a matrícula nas escolas elementares, somente aos escravos, apesar das contradições nas interpretações feitas por professores e inspetores. Em 1882, o professor de Castro, Pedro Saturnino de Oliveira Mascarenhas, envia o mapa de sua escola para o inspetor/diretor geral, pede um exemplar do regulamento de instrução (“a fim de poder pôr-se em prática com mais regularidade”) e complementa:

existindo nesta cidade crescido número de ingênuos e libertos, nas condições de frequentarem a escola pública de menores, e que por desleixo dos pais e tutores acham-se nas trevas, rogo respeitosamente a V.S.<sup>a</sup>, como digno chefe da Instrução Pública, para que se digne representar por intermédio do Delegado de Polícia serem avisados seus pais e tutores, para matriculem-os, sob pena de desobediência e multa (AP0662, 01/07/1882, p.241).

Não sabemos (ainda) qual foi a resposta do inspetor geral ao professor e nem se as crianças fizeram matrícula na escola primária. Contudo, esse pequeno trecho do relatório do professor traz uma importante comprovação: as crianças filhas de escravas (ingênuas) eram requisitadas como alunos pelos partícipes da instrução na província. A elas também se destinava a escola pública primária e não somente a escola noturna, para onde iam os escravos e operários<sup>256</sup>.

A infância ‘obrigada’ a frequentar também era alvo das resoluções do Conselho que, em 1879, acordou: “que seja posto em execução o ensino obrigatório nas cidades, observando o regulamento respectivo de 1877” (LIVRO 87, 01/09/1879). A faixa etária traçada pelos regulamentos de instrução podia ser ponto de partida para a organização da escolarização da infância, mas não necessariamente era seguida à risca. Se o professor tivesse dúvidas ou burlasse o registro de matrícula e/ou o inspetor de distrito/paroquial fosse conivente, crianças maiores ou menores da idade delimitada poderiam estar presentes na escola.

Em 1874 o professor de Tibagi, Jerônimo Oliveira escreveu ao inspetor geral João Franco de Oliveira Sousa com o intuito de tirar uma dúvida: “se sou obrigado a receber na minha aula maiores de 12 anos; visto que vários pais estão querendo matricular nesta escola filhos de 12, 14, 15 e 16 anos de idade, e eu não sei se sou obrigado a recebê-los” (AP0439, 1874, p.220). Pelo regulamento que estava em vigor, de 1874, o professor poderia aceitar os de 12 anos (idade limite da obrigatoriedade) e os de 14 anos (idade limite de permissão de

---

<sup>256</sup> O professor José Cleto da Silva, de Paranaguá, escreve ao inspetor geral solicitando permissão para abrir uma escola destinada aos escravos (AP0385, 10/08/1872). Dois anos depois, Damaso Correia Bittencourt informa ao presidente Abranches que abriu uma aula noturna, de instrução primária, com vinte e três alunos, entre escravos e operários (AP0447, 22/10/1874, p.93/94).

matrícula). Contudo, se esses limites de distinção não eram claros para os mestres, para os pais, que sabiam da obrigação de mandar os filhos à escola, talvez não fizesse muito sentido.

Alguns anos depois, em 1881, o professor de Campo Largo comunicou ao Conselho Literário a expulsão do aluno de 16 anos de idade, Estanislau Ferreira Paulista, de sua escola. O registro do Conselho foi: “ouvido o inspetor paroquial a respeito informou, em ofício de 10/01/1881 ser aquele aluno insubordinado e de má índole; e em vista do que o conselho aprovou a pena imposta, tanto mais que tem esse aluno a idade de 16 anos” (LIVRO 88, 01/04/1881). Será que o aluno seria denunciado pelo inspetor paroquial e pelo professor se não tivesse desrespeitado o segundo? A resposta oscila entre o sim e não. Porém, sua idade já ultrapassava em dois anos a faixa etária permitida e em quatro a obrigada a frequentar a escola, o que nos permite dizer que, em alguns casos, a infância escolarizada se estendia um pouco mais do que o esperado.

Recuemos alguns anos, a 1863, e voltemos a nossa atenção ao primeiro inspetor geral, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Agora o encontramos um pouco mais velho e já sem a obrigação do cargo, com uma escrita mais íntima, dirigida à família. Longe de casa há alguns meses, ele *visita e fiscaliza* a educação dos filhos. Em um trecho de sua missiva, quase ao final, pergunta: “Como vai a nossa cara Emília? Que travessuras, que preguiças não irão por lá, no meio de tantas crianças? Se eu não a achar adiantada assim como Nhasinha, dou todas as bonecas e brinquedos à Maria Rosa e Zulmira” (JESUÍNO MARCONDES, 26/06/1863).

Essa carta era endereçada a sua esposa e sua filha, Emília Marcondes de Oliveira e Sá, devia ter por volta de 7 a 8 anos<sup>257</sup>. Notamos que as crianças de sua casa lhe são *caras*, fazem travessuras, ganham *bonecas* e *brinquedos*, ficam sem fazer nada, em momentos de *preguiça* e convivem com outras de sua idade. Tudo isso poderia nos indicar que, em sua visão familiar, a infância é um momento de total desobrigação, sem maiores preocupações. Porém, o pai fez uma ressalva: se ela não estivesse *adiantada assim como Nhasinha*, os presentes seriam distribuídos a outras crianças.

O que seria esse *adiantada*? Pela idade de Emília, ela já poderia estar frequentando a escola ou ter uma preceptora particular, como o faziam muitas crianças cujos pais eram fazendeiros ou comerciantes. Visto sua preocupação com a instrução de outros integrantes da família — como a do seu filho Moysés Marcondes de Oliveira e Sá que estava em companhia

---

<sup>257</sup> Segundo dados de nascimento retirados da Genealogia Paranaense.



de seu compadre Mano Pacheco em Santos para poder estudar, desde muito pequeno — podemos entender esta ressalva como um aviso sobre a situação da menina nos estudos.

A preocupação de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá com os estudos das meninas de sua casa já havia sido ressaltada em carta do dia 18 de junho de 1863, quando aquele estava em Sorocaba: “estimarei que já tenhas o piano do Zeca e é preciso que as meninas se dediquem particularmente à este estudo, mesmo com algum sacrifício dos outros, porque o piano é longo de aprender. Mando uma cartinha de Moysés, nosso filhinho querido” (MARCONDES, 18/06/1863). Nessa carta, identificamos que as meninas da casa estudavam, então: Emília era uma delas<sup>258</sup>. Também percebemos a preocupação com a iniciação na música e o tratamento carinhoso ao se referir ao outro filho<sup>259</sup> com palavras no diminutivo, mostrando um cuidado diferenciado ao falar dos assuntos referentes às crianças. Outro ponto pertinente é que para esse ex-inspetor e pai, os estudos escolares femininos poderiam sofrer *algum sacrifício*, caso estivessem tendo aula de piano. Com essas duas cartas percebemos duas formulações para a educação da criança (menina): não poderia estar atrasada nos estudos, mas, caso isso acontecesse, só se fosse devido ao aprendizado do piano.

Como pai, a preocupação com a instrução dos filhos (menino é enviado para estudar fora e as meninas são tuteladas pela família, recebem instrução e noções de música) pode nos mostrar que aquilo que ele desejava para os filhos talvez não fosse muito diferente do que era proposto pelo governo da província paranaense para a instrução da infância. A legislação do período indica que os pais deveriam enviar à escola os meninos maiores de 7 e menores de 15 anos; a frequência de meninas na escola era um *plus* na sua educação e não uma obrigação. Todo esse apuro com a educação dos filhos pode ter contribuído para que os mesmos dele se apropriassem<sup>260</sup> e tenham se tornado mais uma linha na teia de ações voltadas para a escolarização na província: Moysés foi inspetor geral em 1881 e superintendente do ensino obrigatório em 1883, enquanto Emília, além de educar seus filhos<sup>261</sup>, como era o papel de

---

<sup>258</sup> Não tenho ainda a informação se as outras meninas que Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá cita na carta eram suas sobrinhas ou possíveis filhas de escravas, criadas em sua casa.

<sup>259</sup> Moysés tinha por volta de 4 anos de idade.

<sup>260</sup> Chartier (1998) demarca que “a apropriação, tal como a entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas que as produzem” (CHARTIER, 1996, p.26). Para o autor a apropriação é um salto, um plus, na relação passiva do ato de recepção. Entendo, assim como o autor, que, que os sujeitos se apropriam de ideias, de leituras, mas que não são um espelhamento do outro, que essa apropriação são “formas diferenciadas de interpretação” (Ibidem, ibidem, p.28).

<sup>261</sup> Teve nove filhos, mas três faleceram (1 ao nascer e 2 ainda na infância). Rocha Pombo (1900) ao escrever sobre a instrução no Paraná relata: “Hypólita Alves de Araújo e sua irmã Domitília, filhas do capitão Hypólito Alves de Araújo, estão aprendendo música e o toque deste instrumento” – piano. (POMBO, 1900, p.274). As

uma boa mãe e moça educada, casou-se com Hipólito Alves de Araújo, que exerceu o cargo de inspetor paroquial de Palmeira, em 1877. Podemos dizer que os dois cumpriram com o que era almejado pelo pai.

O inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta, em uma de suas conferências sobre instrução pública<sup>262</sup>, escreveu que a criança deveria ser disciplinada por meio da escola para que se tornasse um cidadão de opinião, com o poder da palavra e com a força da moral, para ser um integrante ativo na política de sua cidade, construindo um governo representativo. Segundo suas palavras: “governo representativo quer dizer o concurso de todos no governo da sociedade, tomando parte nas leis políticas e da municipalidade e julgando como jurados”, cabendo à escola “ver o homem no infante” (MOTTA, 1878, p.14 -15). O pensamento do inspetor evidencia não só o papel esperado para escola (formar esse cidadão político) e para criança (ser esse futuro cidadão), mas deixa também perceber que a infância era tomada como uma massa que tudo aceita, de bom e de ruim, cabendo à escola moldá-la.

À criança que frequentava a escola era dada a missão de ser balizadora da prática docente. Ela era que mostrava aos inspetores e sociedade o caminho pedagógico e moral que o professor tinha percorrido. Em termos de visita de inspetores distintos, isso aparece com bastante recorrência. O subinspetor de Paranaguá, Ricardo Augusto da Silva Rego, escreveu em termo de visita à escola do professor Francisco Antunes Teixeira que chamou alguns dos alunos da 3ª classe e que “interrogando-os diversamente sobre as matérias de que consta o ensino primário, conheci que eles têm aproveitado o zelo e perícia que o seu digno professor tem empregado para cultivar-lhes a inteligência” (AP0145, 1861, p.211). Três meses depois, o subinspetor Padre Albino José da Cruz, em visita a mesma escola, também chama alunos da 3ª classe, dessa vez foram nove. Ele relata:

(...) que sendo perguntados pelos princípios gerais da Aritmética e da Gramática Nacional, responderam satisfatoriamente: por isso convido o Sr. Professor da 1ª cadeira de 1ª letras continue a empregar sua boa vontade e solicitude a fim de incutir no espírito de seus alunos a verdadeira educação e progresso nos estudos primários, para cujo magistério se acha encarregado pelo Exmo. Governo da Província (AP0145, 1861, p.213)

O papel do professor, segundo o subinspetor, era *incutir a verdadeira educação* nos alunos e cabia a estes mostrar a eficácia dos ensinamentos ministrados pelo professor. Essa interdependência também aparece quando chega a época dos exames. Se o aluno não aparecesse para realizar o exame, ou se o professor não oferecesse alunos para o exame, a

---

filhas de Emília seguiam os passos da mãe, também estudando piano e provavelmente se preparando, em conjunto, para ser uma boa mãe de família.

inspetoria lançava mão de sua função punitiva, emitindo multas aos professores. E essas multas ou suspensões muitas vezes eram publicadas no jornal, o que permitia que não somente os envolvidos tomassem conhecimento sobre o ato quanto demais integrantes da sociedade. E foi em uma dessas publicações que vários professores tomaram ciência de terem sido multados, com suspensão de quinze dias de seus vencimentos, “visto que não deram alunos a exames, como lhes foi determinado em portaria nº22 de 20/02/1867 do corrente ano, como também nem ao menos explicaram os motivos dessa omissão” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1867, p.03).

Estar na escola, matriculado, frequentando, respondendo corretamente às perguntas feitas pelos inspetores e indo prestar exames era o que se esperava do aluno e, ao término desse processo, ele estaria apto a servir a nação. Os exames eram públicos, sendo, geralmente, três examinadores: o inspetor geral e dois professores, ou dois inspetores ou membros das câmaras municipais<sup>263</sup>. Ao final da avaliação, era dado um espaço para as autoridades presentes dizerem breves palavras. Geralmente, o professor se dirigia aos alunos aprovados e foi assim que conseguimos o registro das palavras do professor Antônio Ferreira da Costa, após terem sido aprovados os seis alunos da 2ª cadeira de instrução primária de Curitiba, que prestaram exame:

Meus filhos, as provas que depusestes perante a comissão examinadora, testemunham assaz a vossa aplicação e amor ao estudo. (...) *A sociedade desde já vos considera como firmes alicerces, e verdadeiros sustentáculos de seu grandioso edifício.* Meus filhos, a pedra preciosa, que não está lapidada, encobre em seu volume todo o seu brilho. Assim, *vossa tenra idade, vosso espírito pouco desenvolvido*, necessita de uma cultura mais elevada, que complete uma boa educação (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1867, p.04 – *grifos meus*).

Para além da presença esperada nos exames e nas escolas, a escolarização da infância, representada como *espírito pouco desenvolvido*, contribuía para o desenvolvimento da província. Ela “é parte de várias outras estratégias desenvolvidas para produzir a infância como tempo geracional distinto do adulto, condição essa necessária para o estabelecimento da

<sup>262</sup> “Importância da educação e instrução popular no regimen do governo representativo” (MOTTA, 1878, p.05).

<sup>263</sup> Em 1868 os exames das escolas de Morretes também são publicados no jornal, com ênfase para o exame da professora D. Mariquinha Mangin (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1868, p.03). O Conselho de Instrução também presidia os exames de colégios particulares, como, por exemplo, o realizado no Colégio Particular Paranaguense, em 26 de novembro de 1875, registrado em ata: “aos vinte e seis dias do mês de novembro de mil oitocentos e setenta e cinco, na sala do colégio particular Paranaguense, estando aí presente o Conselho de Instrução composto dos senhores Dr. José Arthur de Marinelly e Major José Leandro da Costa, sendo examinadores os senhores Leocádio José Corrêa, Luiz Ramos Figueira e professor José Cleto da Silva, por designação do mesmo Conselho, na forma do Regulamento da Instrução Pública, de 01/09/1874 e mais instruções em vigor ...” (AP0655, 29/04/1882, p.159).

civilização” (VEIGA, 2005, p.77). O diretor geral João Franco de Oliveira Souza (1873) escreveu em seu relatório:

o entendimento das crianças é como a terra fértil que semeada em estação imprópria e por mão inábil, mostra-se estéril e não deixa frutificar a semente lançada. (...) A falta do ensino obrigatório é ainda um embaraço que dificulta os progressos da instrução pública (SOUZA, 1873, p.02).

A metáfora da terra e do semeador era utilizada para caracterizar uma criança maleável, sem conhecimentos e pronta para ser instruída. Narodowski (2001) observa que a infância, para Comenius, “implica maior capacidade para aprender porque nada ainda aprendeu” (NARODOWSKI, 2001, p.44), devendo, assim, ser conduzida até o conhecimento, cabendo ao semeador/professor assumir essa tarefa (que só não conseguia atingir seus objetivos devido a falhas na obrigatoriedade do ensino, alvo das discussões das autoridades da instrução pública paranaense desde a sua emancipação). O primeiro inspetor geral da província, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, já apontava em sua gestão a situação das escolas e da obrigatoriedade em Paranaguá:

*Notei que em certos estabelecimentos mal tocava um palmo de banco à cada menino para pensar-se; e considerando que o ensino obrigatório deve trazer para estas escolas muito mais concorrência, sendo desde já quase impossível nestas um eficaz aproveitamento, visto que seja o melhor imperfeitos, mal consentem que um mestre seja útil à mais de 30 alunos (IIPP 127, 13/04/1855, p.15.104 – grifos meus).*

Há uma preocupação com o desenvolvimento do ensino obrigatório. Porém, a fala do inspetor geral evidencia um cuidado com o menino/aluno que frequentava essa escola. Não era só a sua presença nas aulas o foco primeiro do olhar da inspeção, como também a forma como essa criança seria recebida nesse lugar. O diretor geral João Manuel da Cunha (1875) também levanta a bandeira de ter na província uma escola pública primária que se atente para o bem estar da criança em seu espaço, citando circulares dos ministérios da instrução pública da França, Bélgica, Alemanha e Estados Unidos como modelos de iniciativas na construção desses locais. Segundo ele,

são estes mais ou menos os preceitos seguidos quanto ao edifício material; e é preciso que a nação, assim como tem quartéis para seus soldados, hospitais para seus enfermos, tribunais para suas justiças, institutos para suas ciências, levante em cada cidade ao menos, e por enquanto, *um edifício público risonho e hospitaleiro e que se chame de escola pública*. Mas esse edifício carece ser decorado, não por fausto e luxo, mas para que surta o salutar efeito de *atrair a mente infantil do menino e levá-la como pela mão na senda do ensinamento*: e essa decoração não é o ouro, o fausto da arquitetura, nem os portentos da pintura e da estatuaría. Esse ornamento de que falo, são: cartas, murais, mapas, quadros, régua, compassos, lousas, livros, compêndios, papel, tinta, lápis, bancos, carteiras, mesas – que são as máquinas de centuplicar as forças da inteligência, de suavizar os processos do trabalho mental e de fazê-lo expandir-se em abençoados produtos. E comparando este ligeiro esboço com o aspecto triste de nossas escolas, verdadeiros ergástulos, em que encarceram o corpo e o espírito do menino, enervando um e aniquilando o outro (CUNHA, 1875, p.03 – grifos meus).

O diretor geral chamou a atenção para a distinção da criança do adulto, da condição que o aluno precisava ter para conseguir se concentrar e aprender. Novamente é possível identificar o zelo para com essa criança, que abrangia o seu bem estar físico e mental. Havia ainda a necessidade da presença obrigatória, porém com o reforço de prestar atenção à forma como isso estava acontecendo. Os inspetores gerais não somente fiscalizavam e ditavam suas propostas para a instrução pública. Esses senhores pensavam também nas condições em que a criança, alçada à função de aluno, teria para desenvolver seu aprendizado, desde o espaço das salas de aula até as condições materiais.

Quando a criança não cumpria com a sua função — ir para a escola — prejudicava o controle da frequência e, impunha nova reorganização da inspeção, que tinha de enviar um inspetor para saber dos pais ou responsáveis o que estava acontecendo e, conseqüentemente, acarretava problemas para o professor, que podia ser repreendido e até multado. O diretor geral Ernesto Francisco de Moura analisava o mapa trimestral dos alunos matriculados na escola de Botiatuvinha quando fez uma observação sobre a frequência:

Não se pode considerar frequência regular a do aluno que tem faltas excedentes à metade do mês escolar letivo. Portanto, verifica-se deste mapa que a frequência regular no 1º trimestre (janeiro, fevereiro e março) foi de dezesseis alunos sobre vinte e quatro matriculados (...). Se engano houve do Sr. Professor, recomendo-lhe mais atenção e por isso o admoesto (MOURA, 1880, p.15).

A presença da criança na escola estava atrelada à frequência. Se ela não comparecia e isso aparecia nos mapas feitos pelos professores, acabava por acarretar em admoestações ou multas para os mesmos. As multas aos pais que não enviassem os filhos à escola também estavam previstas no regulamento, mas não foi encontrado nenhum ofício da inspetoria localizando se estas aconteceram efetivamente. Quanto aos professores, é possível localizar repreensões tanto por não terem enviado alunos para exames, quanto não terem cumprido com seus deveres. O presidente da província Polidoro Cesar Burlamaque escreve ao inspetor geral, no livro interno de correspondências, que aprovou a multa que este impôs à professora de Campo Largo, Geraldina da Motta Bandeira Silva Bello, de 30\$000 réis “pela negligência e má vontade com que tem exercido o magistério, segundo foi por V.M. verificado por ocasião da visita a que procedeu na respectiva escola” (CODICE 0951, 24/10/1866, p.93). O mesmo aconteceu com os professores Francisco Antunes Teixeira, Joaquim Vicente da Silva Montepoliciano e Manoel da Cunha Vianna (CODICE 0951, 14/11/1866, p.93).

A matrícula e frequência de alunos são alvo do olhar dos inspetores durante todo o período. Os números eram apontados pela inspetoria e justificados pelos professores, quando não condiziam com o que era lançado nos livros de matrícula e mapas de frequência.

Exercendo sua função, o inspetor visitava a escola, se acercava dos referidos mapas para, de posse desses dados e da presença constatada no dia, escrever o seu relatório. Em julho de 1862, o professor de Guaraqueçaba, Antônio Ferreira da Costa<sup>264</sup>, envia a cópia do trecho do relatório do subinspetor, comentando o conteúdo. No trecho destacado, o assunto era o mapa trimestral enviado pelo professor:

Desde a instalação desta escola até a presente data matricularam-se vinte e quatro alunos dos quais retiraram-se quinze, uns para diversos ofícios, e outros para o comércio, não havendo porém participação oficial de semelhantes retiradas, disso se tem prevalecido o professor para charquear a boa fé dos subinspetores dando como frequentada a escola pelo avultado número de meninos, que continua consignar nos mapas trimensais (AP0141, 1862, p.02).

Há uma denúncia, feita pelo subinspetor, de que o professor não estaria lançando a real frequência de sua turma (9 alunos) no mapa, como também há uma acusação de que isso era intencional, que o referido havia feito isso para *charquear a boa fé dos subinspetores*. Charquear era salgar a carne de boi para provocar o processo de desidratação e produzir o charque, a carne seca. Nesse caso, a palavra foi utilizada com o intuito de mostrar que o professor tinha más intenções, usava da falsidade, abusando da boa vontade dos subinspetores.

O professor informa, logo abaixo do relato do subinspetor: “a escola a meu cargo, instalada em 02/01/1851, com 13 alunos, matriculando-se até a presente data 59 alunos, dos quais saíram 39, e existem 20 com frequência de 13 (...)”. Não nos cabe apontar quem está certo ou errado quanto aos números, nem dizer se os fatos são ou não verdadeiros. Esse ir e vir de informações possibilita que observemos o comportamento tático do professor, no sentido certauniano. Primeiro, ele escreve diretamente à Inspetoria de Instrução Pública, o que o coloca em um terreno que, em tese, lhe é estranho uma vez que é o espaço do subinspetor. Depois, ele expõe desde quando dá aula, como que reforçando que não é novo na profissão e nem seriam os mapas mencionados os primeiros que fez. E, quando traz o trecho do subinspetor para depois se justificar, ele mostra astúcia e um encadeamento em suas explicações, o que poderia servir para evidenciar a sua verdade, em detrimento do que disse o subinspetor. Mas toda essa alteração também nos permite perceber que a não frequência da criança, mesmo quando justificada, acabava por denegrir a imagem do professor, ao ponto dele se sentir ameaçado quando um inspetor escreve sobre isso em seu relatório ou no termo de visita.

---

<sup>264</sup> O professor foi aposentado em 1873, sendo publicado na lei nº350, de 09/04/1873 (CDPR, 2004, p.215).

## A TEIA QUE SE FECHA NO ÚLTIMO CORRER DA PENA

*Assim, pois: os fatos não existem isoladamente, mas têm ligações objetivas; a escolha de um assunto de história é livre, porém, dentro do assunto escolhido, os fatos e suas ligações são o que são e nada poderá mudá-los; a verdade histórica não é nem relativa, nem inacessível como uma extraordinária extrapolação de todos os pontos de vista, como uma “geométral”.*

(Paul Veyne [1982:42])

Ao longo da pesquisa, escrita e conclusão deste trabalho, pude perceber que a inspeção da instrução pública no Paraná pode ser compreendida como uma *trama* de fatos elencados, “de uma mistura muito humana e muito pouco ‘científica’ de causas materiais, de fins e de casos” (VEYNE, 1982, p.42) que se relaciona e assemelha, em alguns momentos, com o conjunto das experiências voltadas para o ensino brasileiro na segunda metade do século XIX. A trama da inspeção paranaense foi uma fatia selecionada para este estudo e as interpretações feitas tentaram tornar visível a forma como essa inspeção foi sendo constituída por seus sujeitos (presidentes, inspetores e professores), de modo a aparecer, também, como uma teia da *dinâmica social*, com característica simples e pontual, como aponta Norbert Elias (1993): “planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil”. Segundo o mesmo autor, “esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isolados, pode dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou” (ELIAS, 1993, p.194).

Do objetivo geral, a pesquisa se desdobrou em três grandes eixos para a discussão: organização da inspeção e legislação, os relatos das dificuldades enfrentadas pelos inspetores e as referências que os mesmos citavam. Utilizando do *fio do nome* (GINZBURG, 1991) foi possível identificar que, ao longo dos vinte e nove anos investigados, mesmo com a troca de cargos na inspeção, muitos sujeitos envolvidos com ela e com a instrução pública primária na província continuavam acompanhando os seus desdobramentos ao longo dos anos. Foi assim que encontramos Joaquim Ignácio Silveira da Motta escrevendo as Conferências sobre Instrução Pública muitos anos depois de ter exercido a função de inspetor geral no Paraná. Ser referência para discursar sobre a instrução, mesmo não atuando mais nela, estava ligado também ao percurso que o sujeito havia percorrido nos meandros dos setores administrativos da província e dos vínculos que estabelecia, tanto na política quanto os pessoais.

No que concerne às conexões mais próximas, encontramos pai e filho — Jesuíno e Moysés Marcondes de Oliveira e Sá — como inspetores gerais, em momentos díspares. Os seus relatórios permitem observar que havia uma continuidade de pensamento e orientações entre pai e filho quanto à organização de uma estrutura para a inspeção do ensino na província, mesmo que esta proposição fosse diferente. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá foi o primeiro Inspetor Geral à frente da reorganização da inspeção — quando foram excluídas as comissões de inspeção e criados os cargos de inspetor geral e inspetores de distrito — enquanto Moysés Marcondes de Oliveira e Sá reforçou em seu relatório a necessidade de criar uma “comissão local de fiscalização, composta de três membros, um dos quais será o inspetor paroquial o presidente da comissão” (MOYSÉS MARCONDES, 1882, p.4-5).

Moysés inicia o seu relatório enfatizando o poder da estatística do ensino, a importância de refletir sobre o sistema escolar e de se pensar de modo diverso às ações empreendidas pelos antepassados, reforçando sua fala com a citação de outra pessoa (Buckle): “entre tudo que se tem servido a imaginação para desfigurar a verdade, nada tem produzido maiores males que o respeito exagerado que nós temos aos tempos passados” (MOYSÉS MARCONDES, 1882, p.03). Todavia, apesar dessa oposição em “marchar sobre as pegadas dos nossos avós” (Ibidem), ele propõe uma estrutura de apoio à inspeção muito semelhante à que existia antes e algum tempo depois da emancipação do Paraná como comarca da província de São Paulo. O fato de ser pai e filho não assegura a continuidade de um pensamento. As experiências dentro da Inspetoria, trocadas ao longo dos anos e de ações de inspetores gerais, é que foram demonstrando o que poderia ser retomado, reformulado ou modificado.

Esses três inspetores gerais supracitados compõem o quadro de vinte e cinco sujeitos que, entre os anos de 1854 a 1883, foram responsáveis pela inspeção da instrução pública na província paranaense. Alguns deixaram marcas mais fortes de sua atuação por meio dos relatórios dirigidos ao presidente da província, outros por meio de ofícios e correspondências de governo trocados com professores, presidentes e secretários de governo. O interessante foi perceber que esses senhores, com todas as dificuldades e tensões encontradas, foram moldando a instrução pública primária na província por meio de suas propostas e fiscalizações.

As dificuldades no exercício da função, relatadas pelos sujeitos da Inspetoria, podem ser aqui divididas também em três setores que se complementavam: recursos humanos, materiais e financeiros. Entre os problemas enfrentados no primeiro grupo estava o déficit de funcionários, tanto professores para abertura de novas cadeiras quanto número de inspetores



suficientes para visitar as escolas. Diante disso, tinha-se o acúmulo de cargos e funções para aqueles que eram inspetores do ensino e também a contribuição de outros sujeitos e instituições que eram chamados a colaborar, em determinados momentos, com a inspeção da instrução pública primária, como chefes e subdelegados de polícia, inspetores de quarteirão e câmaras municipais. Quanto aos recursos materiais, foi intensa a troca de correspondências, ofícios, listas e pedidos que enviavam, solicitavam ou informavam a existência de objetos que compunham a cultura material escolar durante o período (mobília, utensílios da escrita, livros e revistas escolares, organização/escrituração da escolar).

O último setor, recursos financeiros, foi responsável por momentos de tensão entre os integrantes da inspeção e instrução pública primária na província, se lembrarmos as discussões na Assembleia Provincial (1857), presidida pelo inspetor/deputado/presidente Joaquim Ignácio Silveira da Motta, envolvendo o aumento de verba para a instrução. O acréscimo monetário nas contas da instrução permitiu que se gratificasse o professor que comprovasse, em exame, sua habilitação para o cargo — uma estratégia para a qualificação do magistério. Porém, como concluiu Oliveira (1983) em seu estudo, “a má remuneração do professorado foi fator importante na desmotivação para a escolha da carreira” (OLIVEIRA, 1983, p.285). Houve um esforço legislativo em manter uma verba destinada ao aparelhamento material das escolas durante todo o período estudado, contudo, não conseguiu suprir todas as demandas, sendo recorrentes os pedidos de professores e inspetores por material, mobília e objetos para as escolas. Mas mesmo esta condição muitas vezes precária, de falta, nos permite perceber a preocupação constante com a composição da escola primária durante o período. A ausência dessa cultura material escolar nas aulas, retratada nas fontes, é indicativa da presença de uma postura de enfrentamento por parte de professores e inspetores de distrito/paroquiais que exigiam que seus pedidos fossem aceitos. Gizele de Souza e Eliane Peres (2011) retratam, em trabalho recente, essa dicotomia entre a necessidade de ter materiais escolares de um lado e a escassez em fornecê-los de outro, expressando, assim, “um intrincado e complexo jogo de poder no qual o projeto de escolarização da população e as condições materiais para efetivação desse projeto estavam diretamente associadas” (SOUZA e PERES, 2011, p.63). Outro problema foi a oscilação nos recursos destinados ao pagamento do salário de inspetores de distrito/paroquiais. Somente o Inspetor Geral teve o salário mantido durante todo o período.

Pensar, propor e orientar reformas para a instrução pública foi a função dos Inspetores Gerais e o papel assumido por diferentes sujeitos envolvidos, de alguma forma, com a instrução na província. Olhar a si próprio foi também olhar e ser visto pelo outro. Assim, as

propostas, as legislações, ideias, métodos, materiais, sistemas de ensino não eram simplesmente transplantados, reformulados, como também, poderiam ser a origem desse trânsito, uma vez que os sujeitos responsáveis pela instrução também circulavam, frequentavam lugares e países distintos, participavam de conferências pedagógicas, publicavam em jornais no exterior. Enfim, estavam na condição de colocar em movimento também as suas ideias, não somente se apropriar das propostas alheias. Como pondera Vidal (2007), a circulação de objetos, pessoas, modelos culturais pode ser melhor interpretada quando tomada à luz do conceito de histórias conectadas, proposto por Sanjay Subrahmanyam (1999). Haveria uma troca e não uma transposição oriunda de uma hierarquia entre os modelos e aqueles que os referenciam, um esforço em captar o que estava sendo feito, porém sem o absorver. Ainda tomando a síntese feita pela autora, tal abordagem

amplia a reflexão sobre história comparada, abrindo-se ao entendimento das conexões continentais e intercontinentais que as histórias nacionais estabelecem em múltiplas escalas, matizando, assim, a vertente da difusão, que frequentemente estabelece uma direção unívoca para a transmissão cultural, pouco se indagando sobre as múltiplas apropriações realizadas aos objetos e modelos distribuídos (VIDAL, 2007, p.217).

Foi possível identificar, ao lidar com os relatórios de inspetores gerais e presidentes de província do Paraná, que esses mencionavam a instrução em outros países, na maioria das vezes para reforçar sua importância para o desenvolvimento daquela nação. Numa tentativa de justificar porque suas ideias para a reforma da inspeção ou da instrução pública na província deveria ser considerada: pelo benefício que dela seria tirado em um plano maior e a longo tempo, dentro do processo civilizador. Assim, vimos o Inspetor Geral João Manuel da Cunha (1875) chamar a atenção para a instrução pública como a grande questão do século XIX e citar a Alemanha como exemplo de nação que se reergueu após a valorização da instrução. Como também identificamos o Inspetor Moysés Marcondes de Oliveira e Sá (1882) representar a França como um país estabelecido porque construiu escolas e instruiu as crianças.

Essas crianças, ou melhor, os alunos, deveriam estar matriculados e frequentando as escolas. Essa foi uma questão importante para a efetivação da inspeção na província. Inspeccionavam os professores (se registravam a matrícula e frequência), os pais, os tutores/responsáveis pelo aluno (se os enviavam para a escola e porque não o faziam) e os alunos (vestimenta, arguição dos saberes, frequência). A inspeção foi o órgão que deteve os direcionamentos das propostas para a escolarização da infância no Paraná — da criança que frequentava o ensino público primário. Sua estrutura, formada pelo tripé inspetor/diretor

geral, inspetores de distrito/paroquiais e conselhos formava uma grande rede na e para a instrução pública primária.

Os conselhos, em especial o Conselho Literário de 1876, aparecem como importantes articuladores das ações da Inspetoria, aprovando livros, subvenções, pedidos de vitaliciedade dos professores e de materiais para os alunos mais necessitados. E que crianças eram essas que frequentaram as cadeiras de instrução elementar na província? Eram meninos e meninas, inicialmente entre os 6/14 anos (meninos) e, ao final do período, 7/14 (meninos) e 7/12 (meninas). Alguns de família abastada (como as filhas de fazendeiros, registradas pela professora Emília Erichsen, 1861) e outros nem tanto, como mostram os ofícios de inspetores que mencionam alunos pobres e/ou trabalhadores, a presença dos ingênuos e os regulamentos que deliberam sobre materiais para auxiliar alunos pobres. No cotejamento dos escritos deixados pela Inspetoria de Instrução Pública é possível aferir que, apesar do ensino ser direcionado a todas as crianças paranaenses, dentro da faixa etária demarcada, havia um reforço maior para a criança pobre, uma vez que o filho ou filha de fazendeiros, comerciantes e funcionários do governo não necessariamente estava matriculado ou frequentando uma escola pública, podendo ter suas lições em uma escola particular ou por um(a) professor(a). Mas como manter estas crianças na escola? O ensino obrigatório, mesmo circunscrito a um território previamente demarcado — até o Regulamento do Ensino Obrigatório, de 1883 — foi alçado tanto nos relatos de inspetores gerais como de outros responsáveis pela instrução, como uma solução.

Essa responsabilidade pela inspeção das escolas foi, em muitos momentos, compartilhada ou invertida. Vimos professores, pais, agentes policiais, câmaras municipais, presidentes da província e até o Imperador exercendo esse papel de visitar as escolas e emitir um relato sobre o que observou. Como já ressaltado ao longo do texto, mas pertinente que aqui seja retomado, ser inspetor era ter um papel social. É claro que não devem ser desconsideradas as *relações de poder*<sup>265</sup> que se instauram nessas trocas de lugares sociais, afinal, toda relação humana é de poder. Contudo, entendo que essa formação de diferentes sujeitos e olhares acabou contribuindo para o desenvolvimento de um inspetor da instrução definido não somente pela ocupação do cargo ou pela intensidade na fiscalização, mas sim

---

<sup>265</sup> Como evidencia Michel de Foucault (1979) as relações de poder não são necessariamente repressivas e devem ser pensadas enquanto relações de força. O autor reforça: “a ideia do que existe, em um determinado lugar, ou emanado de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (FOUCAULT, 1979, p.248).

pelo seu pertencimento em um rede maior de relações e proposições que se voltavam para as necessidades da instrução pública.

Penso que agora, depois de elencar algumas respostas que consegui obter, é pertinente retomar a minha hipótese inicial de que seria possível discutir o papel da inspeção da instrução pública primária paranaense por meio dos seus sujeitos, focando nas práticas por eles traçadas e não necessariamente e exclusivamente no seu caráter repressivo, representada como um mecanismo de governo. Essa fiscalização, registrada por diferentes olhares, existia não somente no quesito vigilância (de professores, pais, alunos, espaço, material, mobília, matrícula e frequência) e punição (de professores e pais/responsáveis pelo aluno), mas que, dentro de seu papel de vistoriar, ganhava destaque também o de opinar e propor mudanças, métodos, compêndios, mobília e objetos para o ensino. A inspeção da instrução pública não só fiscalizava como orientava as ações voltadas para instrução da criança/aluno que frequentava as escolas na província.

Em trabalho recente sobre a inspeção do ensino primário mineiro, Irlen Gonçalves e Vera Nogueira (2012) também demonstraram uma inspeção fora do enquadramento da vigilância e do poder, concluindo: “o que a documentação nos possibilitou perceber é que o serviço da inspeção passou de uma fase fiscalizadora para outra, voltada mais para as questões pedagógicas” (GONÇALVES e NOGUEIRA, 2012, p.194). O marco apontado pelos autores como um dos propulsores dessa mudança foi a reforma da legislação, em 1906, e pode ser percebido em confronto com os relatórios dos secretários e inspetores do ensino. Todavia, esse marco de passagem da tônica da vigilância para a da orientação, traçado pelos autores, poderia sugerir que a tese de mudanças de função se dá na virada do século XX. Talvez tal assertiva valha para Minas. Mas, pela documentação localizada e examinada neste trabalho, talvez seja necessário apontar que já no século XIX, no Paraná, havia um refinamento do papel da inspeção. Por meio dos relatos deixados pelos inspetores é possível identificar uma inspeção que se preocupava com todo o processo do ensino na província (fiscalização; organização de documentos; punição; proposição de métodos, materiais e mobília; concurso de professores e exames de alunos) e com o bem estar da criança/aluno que frequentava a escola, com o cuidado de indicar que o espaço e materiais que compunham o universo escolar deveriam ser pensados de acordo com as especificidades da faixa etária atendida. Essas ações permitem indicar que havia no Paraná uma inspeção que norteava as práticas educativas, que não tinha apenas a função de ser mediadora entre o governo provincial e a escola, fazendo relatórios do que foi observado. As funções dos integrantes da Inspetoria de Instrução Pública do Paraná (1854 -1883) são muito mais complexas do que a passagem do vigilante para o

promotor da educação. A inspeção esteve a serviço de uma coletividade de questões, com uma atuação de intervenção no campo das políticas, das normatizações, sendo, na maioria das vezes, a protagonista das mesmas.

José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler (2008) chamam atenção para o fato de que, durante muito tempo a historiografia da educação clássica tratou a educação no Oitocentos sob “o signo do atraso e das trevas”. Todavia, estudos mais contemporâneos têm evidenciado que a instrução durante o Império “mobilizou agentes e estratégias diversas”, sendo um “período fértil de debates, iniciativas e práticas educativas” (GONDRA e SCHUELER, 2008, p.13 e 19). Nos relatórios dos inspetores da instrução pública primária paranaense e dos presidentes de província identificamos intensas discussões e elaborações de propostas para o ensino. Nos vestígios das ações desses senhores na administração pública, foi possível reafirmar que existia, no século XIX, uma estrutura complexa voltada para a escolarização elementar — mesmo com toda a precariedade de recursos humanos e materiais aqui já elencados — que fazia circular entre as províncias várias ideias, sujeitos, materiais e livros com o intuito de desenvolver a instrução no país. Dessa forma, tomar a Primeira República “como *marco zero*, lugar de origem da escolarização elementar e das políticas de institucionalização, disseminação e democratização da educação escolar no Brasil” (SCHUELER e MAGALDI, 2009, p.33) é desconsiderar ou deixar de investigar todo esse movimento feito pelos responsáveis pela inspeção e instrução pública.

Termino algumas reflexões e deixo outras em aberto, para futuras pesquisas e problematizações, como a sugestão de que uma investigação que tomasse os pedidos e envios de materiais sobre e para a instrução pública primária entre as províncias, durante o século XIX, ajudaria a compreender o trânsito desses documentos e de suas ideias, aliado às proposições e ao lugar ocupado pelos seus remetentes e destinatários. Do que era enviado ou recebido, o que era utilizado e descartado? Encontrei muitos desses documentos trocados entre inspetores gerais e presidentes de província durante a segunda metade do século XIX, mas não me debrucei em suas demandas e sujeitos. Seria pertinente também para a história da educação um estudo que tivesse como objeto as ações da Inspetoria de Instrução Pública voltadas para o ensino secundário e para a educação dos ingênuos. Cada um desses temas colaboraria para uma revisita à inspeção durante o período e, consequentemente, para uma melhor compreensão dessa rede de atuação em torno da instrução pública no Paraná.

A inspeção foi aqui representada como uma TEIA porque ela se constituiu a partir da construção de cada FIO dentro da estrutura do ensino. A materialidade da instituição escolar, o método utilizado pelos professores, o controle da frequência e do tempo, concursos e

exames de professores, vão se unindo e tecendo aquilo que deu corpo às ações da Inspetoria. A inspeção alimentava a instrução ao mesmo tempo que recebia a justificativa de sua existência. Instituições que tinham um *modus operandi* muito engendrado. Largo agora a pena e a deixo ao lado do tinteiro e de um bom maço de papéis (que com certeza será utilizado na íntegra) para que outro a tome e (re)comece o trabalho. Convite lançado.

## **FONTES**

APMCM. Litographia de J.H.Elliot. Revista do Paranã, 1887, p.04.

APMCM. GUIMARÃES, Francisco Alves. Subscrição para a revista Instrução Pública, 24/10/1872, caixa 13.

APMCM. POMBO, Rocha. O Paraná no Centenário – 1500-1900. Rio de Janeiro, 03/05/1900. Tombo: 981.62/R672.

APMCM. Relação de prefeitos de Curitiba (1835 a 2004).

BCEB. Livro Contábil de José Fernandes Loureiro e Companhia. Livro de Cartas, p.54.

BCEB. Livro do relatório de Celestin Hippeau passou a integrar o acervo da Biblioteca Pública do Paraná. In: jornal Gazeta Paranaense, 19/04/1886.

BCEPR. Actas do Conselho Literário (1876-1880) - LIVRO 87.

BCEPR. Actas do Conselho Literário (1880-1889) - LIVRO 88.

BCEPR. 1º Assentamentos dos Funcionários da Instrução Pública (1854). Localização: Colégio Estadual do Paraná. - Livro nº 124.

BCEPR. MARCONDES, Moysés de Oliveira e Sá. Pai e Patrono: Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, 1927.

BCEPR. MARCONDES, Moysés de Oliveira e Sá. Pai e Patrono: Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Adaptação e revisão de Rodrigo Augusto Kovalski; organização de Rogério Schnell. Ponta Grossa, Gráfica Vila Velha, 2009. 140 p.

BCEPR. NEGRÃO, Francisco. Memória sobre o ensino e a educação no Paraná, de 1690 a 1933. In: Cinquentenário da Estrada de Ferro do Paraná (1885 – 5 de fevereiro – 1935). Publicação comemorativa da Rede de Viação Paraná - Santa Catarina. Acervo do Colégio Estadual do Paraná.

BHEA/UFPR. CARVALHAES, José Antonio Vaz. Assembleia Legislativa. Presidente explica a altercação entre os deputados da Assembleia ao governo imperial. Data: 11/03/1857. In: HORYLKA, Claury. Correspondência do presidente da província do Paraná com o Ministério do Império (1853-1860). In: Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, volume XVIII, 1973.

BHEA/UFPR. CARVALHAES, José Antonio Vaz. Registro do Rio Negro. Natureza do documento: reservado. Data: 25/03/1857. In: HORYLKA, Claury. Correspondência do presidente da província do Paraná com o Ministério do Império (1853-1860). In: Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, volume XVIII, 1973.

BHEA/UFPR. CARVALHAES, José Antonio Vaz. Assembleia Legislativa. Presidente volta a tratar da altercação entre os deputados da Assembleia. Data: 25/03/1857. In: HORYLKA, Claury. Correspondência do presidente da província do Paraná com o Ministério do Império

(1853-1860). In: Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, volume XVIII, 1973.

BHEA/UFPR. MATTOS, Francisco Liberatto de. ENSINO – REGULAMENTAÇÃO DO ENSINO, estabelecimentos de estatística. O presidente envia ao governo imperial o quadro dos sujeitos que compõem os Conselhos Literários da província. Data: 14/02/1859. In: HORYLKA, Claury. Correspondência do presidente da província do Paraná com o Ministério do Império (1853-1860). In: Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, volume XVIII, 1973.

BMP. Gazeta Paranaense, 19 de abril de 1886. Livros para a Biblioteca Pública do Paraná.

BMP. Mapa Geral da Província do Paraná – os caminhos de ferro estudados e projetados (1876) *[disponível online]*.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 01 de abril de 1854. Primeira edição do jornal, com anúncio do programa de sua publicação, p.02.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 10 de junho de 1854. O governo da província pagava à Tipografia de Candido Martins Lopes 60 mil réis por mês para impressão dos atos oficiais no jornal, p.03.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 28 de outubro de 1854. O Diretor Geral de Estudos da Bahia pede a documentação sobre instrução pública ao presidente da província paranaense, p.02.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 04 de novembro de 1854. ALBUQUERQUE, João Lopes Barbosa e Albuquerque. Ofício do professor interino de 1ª letras, de 13/10/1854, em resposta a circular do IGIP, p.05.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 04 de novembro de 1854. MARCONDES, Jesuíno de Oliveira e Sá. Ofício dirigido ao presidente da província, Zacarias Goes e Vasconcellos, no dia 19/10/1854, reclamando do professor de 1ª letras de Castro, p.06.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 04 de novembro de 1854. MARCONDES, Jesuíno de Oliveira e Sá. Ofício dirigido ao presidente da província, Zacarias Goes e Vasconcellos, no dia 19/10/1854, reclamando que o inspetor de Palmeira não quis receber sua circular, p.06.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 04 de novembro de 1854. BORGES, Manoel José de França – Ofício dirigido pelo agente do Correio ao presidente da província, Zacarias Goes e Vasconcellos, no dia 16/10/1854, p.06.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 04 de novembro de 1854. Comissão “composta por cidadãos bacharéis” para organizar o regulamento. In: Jornal Dezenove de Dezembro, 04/11/1854, p.02.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 04 de novembro de 1854. Indicação de inspetores de distrito, p.02 e 03.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 04 de novembro de 1854. Informação de que foi elevado o número de distritos de instrução na província para 20, de acordo com a proposta do IGIP, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, p.02.



BMP. O Dezenove de Dezembro, 22 de agosto de 1855. Variação de preços de mercadorias/alimentos entre os anos de 1853 e 1855 (galinha, feijão, toucinho, charque, frango, etc.), p.03.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 07 de maio de 1856. Discurso do Vigário Damaso José Correa à Assembleia Legislativa, em 30/04/1856, sobre a gratificação de 100 a 300\$000 para professores particulares com a obrigação de ensinarem gratuitamente meninos pobres, p.02.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 21 de maio de 1856. Ao correr da pena. Elogio a escolha de Joaquim Ignácio Silveira da Motta para o cargo de IGIP, p.01.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 28 de maio de 1856. A quantia dada para subvenção de colégio particular em Curitiba (1:200\$000), p.03.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 06 de agosto de 1856. Publicação do ofício do Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta, enviado ao presidente Vicente Pires da Motta, p.01.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 01 de outubro de 1856. Os professores públicos. Transcrição do jornal Diário do Rio, p.02.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 25 de fevereiro de 1857. Vencimento dos professores é aprovado em 3ª discussão na Assembleia Legislativa, p.05.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 04 de março de 1857. Discussão sobre orçamento para instrução pública na Assembleia Legislativa Provincial, p.07.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 08 de abril de 1857. Salário do secretário da Inspetoria de Instrução Pública (600\$000), p.01.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 20 de junho de 1857. Termo de Visita do subinspetor Bento Fernandes de Barros à aula do professor Brandão, p.04.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 08 de agosto de 1857. BUENO, Vicente Ferreira da Silva Bueno. Relatório do inspetor responsável pela fiscalização do ensino na cidade de Castro, p.03.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 19 de agosto de 1857. Vigário Francisco Xavier Pimenta recebe 300\$000 para dar aulas, p.02.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 25 de fevereiro de 1857. Relatório do vice-presidente, José Antonio Vaz Carvalhaes, de 07/01/1857 a 11/11/1857, p.01.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 26 de março de 1864. Semana Santa. Noticiário, p.3.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 26 de março de 1864. Exoneração do secretário Joaquim José do Amaral, p.3.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 04 de dezembro de 1867. “EXAMES” – Exame dos alunos da 2ª cadeira de instrução pública primária da capital, com discurso proferido pelo professor Antonio Ferreira da Costa, p.04.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 18 de dezembro de 1867. “INSTRUÇÃO PÚBLICA” – Professores ficam 15 dias sem salário por não terem dado alunos para exame, p.03.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 18 de janeiro de 1868. “COMUNICADO” – Fala dos exames das escolas de Morretes e cita, com mais ênfase, o da professora Mariquinha Mangin, p.03.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 05 de fevereiro de 1868. A instrução primária. Transcrições, p.03.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 22 de fevereiro de 1868. Professor de Curitiba, Ricardo de Menezes, recebe 13\$700 para concerto e aquisição de móveis para a sua escola, p.02.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 11 de março de 1868. “VIAGEM” – Presidente José Feliciano Horta de Araújo foi para Palmeira. In: Jornal Dezenove de Dezembro, p.03.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 15 e 22 de maio de 1869. Propagandas da Revista Ilustração Americana, publicadas no jornal. In: Jornal Dezenove de Dezembro, p.04.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 12 de abril de 1871. O presidente envia ao inspetor geral 38 exemplares do método de língua portuguesa escrita para surdos-mudos, p.02.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 14 de setembro de 1871. A Imprensa, p.04.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 17 de março de 1875. Relatório do inspetor geral João Manuel da Cunha apresentado ao presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches. In: Jornal Dezenove de Dezembro, p.03.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 05 de janeiro de 1876. A Exposição de 1875, p.02.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 08 de março de 1876. Relatório do presidente Adolpho Lamenha Lins à Assembleia Legislativa, p.02.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 15 de março de 1876. Relatório do presidente à Assembleia Legislativa, em 15/02/1876, p.01.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 12 de abril de 1876. Reforma da Instrução Pública, p.04.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 22 de abril de 1876. Lei nº 446, de 12/04/1876, p.02.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 13 de fevereiro de 1879. A Instrução Primária – carta sobre o presidente de Mato Grosso, João José Pedrosa, p.03.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 28 de agosto de 1879. O presidente Rodrigo Octávio de Oliveira Menezes visitou todas as colônias e suas escolas.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 04 de setembro de 1879. O presidente Rodrigo Octávio de Oliveira Menezes visitou todas as colônias e suas escolas.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 20 e 24 de abril de 1881. Ofício que João José Pedrosa enviou ao Diretor Geral de Instrução Pública, Francisco Alves Guimarães, solicitando que

apurasse juntamente dos professores medidas necessárias para reformar o regulamento na província, p.02.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 20 de agosto de 1881. Viagem do Sr. Conselheiro Marcondes à Marinha no Paraná, p.03.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 21 de dezembro de 1881. O Engenheiro Francisco Antonio Monteiro Tourinho envia a distância de diferentes cidades até a Capital, tanto em quilômetros quanto em léguas, em 07/12/1881.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 10 de janeiro de 1883. Instrução Primária. Notícia sobre o Congresso na Corte, RJ, p.03.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 13 de janeiro de 1883. Retorno de viagem ao litoral do presidente Carlos Augusto de Carvalho, p.03.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 17 de janeiro de 1883. Construção de casas escolares em Antonina e Paranaguá, segundo o presidente Carlos Augusto de Carvalho, p.03 e 04.

BMP. O Dezenove de Dezembro, 23 de abril de 1883. Visita as escolas, feita pelo presidente Luiz Alves de Oliveira Bello, p.04.

BMP. Pintores da Paisagem Paranaense. Newton Carneiro (org). Curitiba: SECE, 1982.

BMP. Província do Paraná, 26 de março de 1876. Crítica à contratação de inspetores paroquiais feita pelo governo provincial, p.03.

BN. Annaes do Senado do Império do Brasil, de 01 a 31 de agosto de 1867. 13ª Legislatura. Volume IV. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil, 1867.

BN. A instrução pública. In: O Domingo – jornal literário e recreativo. Rio de Janeiro, anno I, nº 05, de 21 de dezembro de 1873. Biblioteca Nacional.

BN. BARÃO DE GÉRANDO, Joseph-Marie. *Curso Normal para professores de primeiras letras ou direções relativas à educação física, moral e intelectual nas escolas primárias*. João Candido de Deos e Silva (tradução). Typographia Nictheroy de M.G. de S. Rego, 1839.

BN. BELLO, Luiz Alves de Oliveira. Espírito do Século XIX. In: Revista A Instrução Pública, 29/03/1874.

BN. FRIAS, D.C. Sanches. A mulher, sua infância, educação e influência na sociedade. Artigo publicado em outubro de 1879 no jornal A Província do Pará. Editores: Tavares Cardoso & C. Livraria Universal, Pará.

BN. Jornal Cruzeiro do Sul, 02/03/1858, p.02.

BN. Jornal Echo do Paraná, 28/02/1879 – ano I – nº08. Instrução Pública no Paraná II.

BN. BARÃO DE GÉRANDO, Joseph-Marie. O visitador do pobre. Florensa: C. Torti, 1846

BN. LORD BOUGHAM. Livro publicado e suas viagens. In: Jornal Diário do Rio de Janeiro, nº 246, 05/11/1843, p.01.

BN. LORD BOUGHAM. Cartas sobre a Inglaterra. LordBougham. A Reforma da Legislação. In: Jornal Diário do Rio de Janeiro, nº6590, 09/04/1844, p.01.

BN. MOTTA, Joaquim Ignácio Silveira da. Conferências Oficiais sobre Instrução Pública. Rio de Janeiro. Dias da Silva Júnior (Typographo Editor), 1878.

BN. Quadro com o nome dos participantes e assuntos que apresentaram nas Conferências Literárias, no Rio de Janeiro. Revista A Instrução Pública, 13/12/1874.

BPPR. COUTO FERRAZ, Luis Pedreira – Relato do ministro, em 1857. In: MOACYR, Primitivo. A instrução e o Império: subsídios para a História da Educação no Brasil, 1823-1853. 2º volume. São Paulo: Companhia Nacional, 1936, p.7-614.

BPPR. Maço de Cartas do Barão de Antonina. Remetente: Barão de Antonina. Destinatário: Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. São Paulo, 18/08/1853.

BPPR. Maço de Cartas de Jesuíno para o Mano Pacheco. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá escreve de Mogi Mirim para sua esposa, Domitila, em 28/06/1863.

BPPR. Maço de Cartas de Jesuíno para Mano Pacheco. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá escreve para Mano Pacheco. Palmeira, 05/ilegível/1863.

BPPR. Maço de Cartas para Emília. De Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá para Emília e Zulmira. São Paulo, 18/04/1890.

BPPR. Maço de Cartas para Moysés. De Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá para Moysés. Nice, 24/02/1894.

BPPR. Maço de Cartas para Jesuíno. De José Caetano de Oliveira para seu filho, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Palmeira, 20/12/1848.

BPPR. PEDRO II. Diário da visita à Província do Paraná. In: Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Curitiba, 1975.

BPPR. POMBO, Rocha. O Paraná no Centenário (1500-1900). TypographiaLeuzinger: Rio de Janeiro: 03/05/1900.

BRASIL. Decreto nº 1331A, de 17/02/1854 (aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte). Coleção de Leis do Império do Brasil, tomo 17, parte 2ª, secção 12ª, 1854.

BRASIL. Decreto de 26/07/1827. Coleção das Leis do Império, 1878.

BRASIL. Lei Imperial de nº 40 de 03 de outubro de 1834. “Dá Regimento ao presidente da província e extingue o Conselho da Presidência”. Coleção de Leis do Império de 1834.

DEAP-PR. AP0016, 1855, p.124. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá escreve ao presidente que falta professores com habilitação na província.

DEAP-PR. AP0025, 1856, p.05. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá deixou a função de procurador fiscal.

DEAP-PR. AP0075, 1859, p.129. Joaquim Ignácio Silveira da Motta comunica ao presidente que sairá em visita as escolas da província.

DEAP-PR. AP0122, 1861, p.114. Relatório de Emília Erichsen, professora da 2ª cadeira de Castro, para o inspetor de distrito Victor de Asambuja Cidade.

DEAP-PR. AP0145, 19/06/1861, p.213 – Termo de visita do subinspetor Padre Albino José da Cruz.

DEAP-PR. AP0141, 27/07/1862, s/p – Subinspetor de Guaraqueçaba, Antonio Manoel Baptista, pede esclarecimentos ao professor de primeiras letras.

DEAP-PR. AP0141, 31/07/1862, p.02 – Professor Antonio Ferreira da Costa escreve à Inspetoria Geral e transcreve trechos do relatório do subinspetor, referente a sua escola.

DEAP-PR. AP0141, 31/07/1862, s/p. Relatório do professor de Guaraqueçaba, Antônio Ferreira da Costa.

DEAP-PR. AP0141, 16/10/1862. O professor Antonio Ferreira da Costa envia o mapa dos meninos que moram no círculo da escola para a Inspetoria de Instrução Publica.

DEAP-PR. AP0145, 06/03/1861, p.211. Termo de visita do subinspetor Ricardo Augusto da Silva Rego.

DEAP-PR. AP0145, 17/03/1862, p.210. O professor de Paranaguá Francisco Antunes Teixeira escreve ao inspetor de distrito Francisco Ferreira Correa.

DEAP-PR. AP0145, 31/03/1862, p.213. O inspetor de distrito Francisco Ferreira Correa responde ao professor Francisco Antunes Teixeira.

DEAP-PR. AP0145, 03/04/1862, p.214. O professor Francisco Antunes Teixeira responde ao inspetor de distrito.

DEAP-PR, AP0145, 03/04/1862, p.214. O inspetor Francisco Ferreira Correa responde ao professor.

DEAP-PR, AP0182, 02/04/1864, p.184. O IGIP interino, Joaquim José do Amaral escreve ao presidente solicitando os regulamentos de 1857 e 1858.

DEAP-PR. AP0182, 20/04/1864, p.168. O IGIP interino, Joaquim José do Amaral propõe exoneração do subinspetor Manoel Gonçalves Marques, de Porto de Cima.

DEAP-PR. AP0182, p.169 a 175. O IGIP interino, Joaquim José do Amaral “caça” licença de professor.

DEAP-PR, AP0182, p.176. O IGIP interino, Joaquim José do Amaral informa falta de alunos no Liceu da capital.

DEAP-PR. AP0182, 13/04/1864, p. 121. Subinspetor de Príncipe, Firmino José dos Santos Lima pede exoneração, em 13/04/1864.

DEAP-PR. AP0182, 15/04/1864, p. 182. O IGIP interino, Joaquim José do Amaral pede esclarecimentos sobre férias escolares para o presidente.

DEAP-PR. AP0182, 18/04/1864, p.206. O presidente da província envia a coleção de regulamentos para o IGIP.

DEAP-PR. AP0189, 23/08/1864, p.154. O inspetor geral Joaquim Dias da Rocha solicita aumento de verba para a despesa com móveis fornecidos às escolas.

DEAP-PR. AP0385, 10/08/1872, p.123. Professor José Cleto, de Paranaguá, solicita permissão para abrir uma escola noturna destinada aos escravos.

DEAP-PR. AP0436, 04/02/1874, p.77. Inspetor geral João Franco de Oliveira Sousa escreve ao presidente respondendo a denúncia feita contra dois professores de Triumpho pelo subdelegado.

DEAP-PR. AP0436, 1874, p.78. Inspetor de distrito Francisco Alves Guimarães escreve ao inspetor geral respondendo a denúncia feita contra dois professores de Triumpho pelo subdelegado.

DEAP-PR, AP0436, 1874, p.79. Inspetor paroquial Carlos José de Oliveira e Sousa escreve ao inspetor geral respondendo a denúncia feita contra dois professores de Triumpho pelo subdelegado.

DEAP-PR. AP0435, 26/03/1874, p.114. Inspetor Geral José Franco de Oliveira Valle envia os pedidos de material e livros, feitos por professores e inspetores.

DEAP-PR. AP0438, 01/04/1874, p.321. Mapa de frequência da professora Maria Clara Barbosa Gama.

DEAP-PR. AP0439, 06/05/1874, p.220. Professor de Tibagi, Jeronimo Augusto de Oliveira C, pergunta ao inspetor geral sobre matrícula de alunos.

DEAP-PR. AP0439, 15/05/1874, p.08. Inspetor paroquial Antonio Manoel Baptista responde ao inspetor geral sobre denúncia anônima feita contra a professora de Guaratuba.

DEAP-PR. AP0441, 02/06/1874, p.14. Inspetor Paroquial de Paranaguá, Padre Albino José da Cruz, solicita exoneração.

DEAP-PR. AP0441, 28/06/1874, p.16. Professora Amélia Maria de Nascimento responde ao ofício enviado pelo secretário de instrução pública, Pedro Schleder.

DEAP-PR. AP0441, 28/06/1874, p.142. Inspetor paroquial que participava de diligências policiais pede demissão do cargo da inspetoria do ensino.

DEAP-PR. AP0442, 03/07/1874, p.03. Inspetor Paroquial de Paranaguá, Padre Albino José da Cruz, solicita exoneração.

DEAP-PR. AP0443, 30/06/1874, p.181. Mapa de frequência do professor Nivaldo Teixeira Braga.

DEAP-PR. AP0444, 12/08/1874, p.155. O professor José Ferreira das Neves solicita material para sua escola.

DEAP-PR. AP0447, 15/10/1874, p. 278. Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, Manoel Antônio Guimarães, informa ao inspetor geral que fornece atestado de frequência aos professores de sua cidade.

DEAP-PR. AP0447, 22/10/1874, p.93/94. Damaso José Correia Bittencourt informa ao presidente Abranches que abriu uma aula noturna em Curitiba.

DEAP-PR. AP0447, 28/10/1874, p.277 – Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, Manoel Antônio Guimarães, pede esclarecimento sobre o ato de continuar fornecendo atestado a professores, mesmo depois do regulamento de instrução (1874).

DEAP-PR. AP0448, 09/11/1874, p.82. Paço da Câmara Municipal de Morretes envia a circunscrição do ensino obrigatório para o presidente da província.

DEAP-PR. AP0449, 04/12/1874, p.195. Inspetor geral João Manuel da Cunha submete ao presidente a relação dos sujeitos que deverão fazer parte dos Conselhos de Instrução.

DEAP-PR. AP0450, 16/12/1874, p.65. Relatório do inspetor paroquial Manoel José de Souza, da cidade de Antonina, para o inspetor geral João Manoel da Cunha.

DEAP-PR. AP0450, 04/12/1874, p.169. Membros dos Conselhos de Instrução de 14 paróquias da província.

DEAP-PR. AP0449, 08/12/1874, p.173. O professor Jerônimo Dursky solicita material para a sua escola.

DEAP-PR. AP0464, 29/05/1875, p.160. Presidente da Câmara e do Conselho de Instrução, Manoel Antônio Guimarães, informa sobre substituição de um membro do Conselho.

DEAP-PR. AP0467, 05/07/1875, p.16. Conselho de Instrução da Lapa envia mapa dos alunos de abril a junho.

DEAP-PR. AP0471, 13/10/1875, p.10. Antônio Oliveira envia ao inspetor geral mapa dos professores pertencentes ao 1º trimestre.

DEAP-PR. AP0473, 29/11/1875, p.164 a 174. José Arthur de Murinelly, do Conselho de Instrução de Paranaguá, remete ao inspetor geral termo de visita e ata do exame final do Colégio de Paranaguá.

DEAP-PR. AP0475, 1875, p.01. Aroldo Manoel Erichsen comunica ao inspetor geral porque o Conselho Literário não se reuniu.

DEAP-PR. AP0475, 01/12/1875. Professor José Cleto da Silva pede ao inspetor geral para divulgar na imprensa trechos do termo de visita a sua aula.

DEAP-PR. AP0475, 31/12/1875, p.37. Conselho de Instrução de Paranaguá envia relação de menores ao presidente Adolpho Lamenha Lins.

DEAP-PR. AP0476, 09/12/1875, p.219 a 221. Pedido de demissão do inspetor paroquial de Antonina, Manoel José de Souza.

DEAP-PR. AP0476, 19/12/1875, p.55. Joaquim Ferreira Pinto, subdelegado do bairro de Conchas, informa ao inspetor geral que realizou os exames dos alunos de sua paróquia.

DEAP-PR. AP0476, 26/12/1875 – Subinspetor de Morretes, José Celestino de Oliveira, relata ao inspetor geral o estado das escolas e escreve o valor de um livro de Abílio César Borges.

DEAP-PR. AP0484, 16/07/1875, p.07. Elogio ao professor de Morretes.

DEAP-PR. AP0510, 02/12/1876, p.204. Pedido de vitaliciedade feito pelo professor Pedro Saturnino de Oliveira Mascarenhas ao inspetor geral.

DEAP-PR. AP0527, 10/11/1877, p.16. Abílio César Borges envia doação de seus livros para a província do Paraná.

DEAP-PR. AP0535, 14/01/1878, p.155. Inspetor paroquial Luis Ramos Figueiras relata a visita feita à escola da professora Isabel Maria do Nascimento.

DEAP-PR. AP 0543, em 01/09/1878, p. 124. MASCARENHAS, Pedro Saturnino de Oliveira. Relatório do professor sobre o estado do ensino em Castro.

DEAP-PR. AP0545, 01/12/1878, p.64. Relatório do professor Pedro Saturnino de Oliveira Mascarenhas.

DEAP-PR. AP0564, 1879, p.12. Ofício do professor José Agostinho, de Palmeira.

DEAP-PR. AP0578, 30/11/1879, p.55-57. Relatório do Inspetor Paroquial Caetano Conrado Erichsen.

DEAP-PR. AP0579, 01/12/1879, s/p. O professor do bairro Conchas, Felinto Elysio Cordeiro, envia relatório ao inspetor paroquial.

DEAP-PR. AP0578, 10/12/1879, p.38. Relatório da professora Isabel Maria do Nascimento Teixeira.

DEAP-PR. AP0582, 31/12/1879, p.75 a 108. Relatório do Diretor Geral Interino Euclides Francisco de Moura.

DEAP-PR. AP0594, 1880, p.227 a 236. MOURA, Euclides Francisco de. Relatório sobre o estado da instrução.

DEAP-PR. AP0598, 03/05/1880. Ofício do Palácio da Presidência de Pernambuco enviado ao presidente do Paraná.

DEAP-PR. AP0602, 03/04/1880, p.15. MOURA, Euclides Francisco de. Mapa trimestral dos alunos matriculados na escola de Botiatuvinha.

DEAP-PR. AP0602, 03/04/1880. Mapa de frequência do professor João Antonio Xavier.

DEAP-PR. AP0640, 10/12/1881, p.140. Inspetor paroquial de Guarapuava, Francisco Manoel de Assis França, envia mapas e termos de visita.

DEAP-PR. AP0641, 28/01/1881, p.179. Termo de Visita do Inspetor Paroquial da escola do bairro de Itaquí, Luiz Ramos Figueira.



DEAP-PR. AP0655, 22/04/1882, p.214. Instituto de Surdos Mudos do Rio de Janeiro envia livros para serem distribuídos entre os alunos surdos.

DEAP-PR. AP0655, 29/04/1882, p.159. Ata de exames do Colégio Particular Paranaguense, de 26/11/1875.

DEAP-PR. AP0658, 23/06/1882, p.148. Termo de visita do vigário Achilles Saporiti.

DEAP-PR. AP0659, 22/05/1882, p.65. Termo de visita do inspetor paroquial da cidade de Rio Negro, João Bley.

DEAP-PR. AP0659, 29/05/1882, p.58. Inspeção à escola do professor José Cleto da Silva, de Paranaguá.

DEAP-PR. AP0659, 29/05/1882, p.59. Termo de visita do inspetor paroquial José Gonçalves de Moraes, de Morretes.

DEAP-PR. AP0659, 26/06/1882, p.52. Padre Jorge Stuneho, da Vila de Santo Antonio de Imbituva, escreve ao presidente sobre a falta de inspetores de ensino.

DEAP-PR. AP0662, 01/07/1882, p.240/241. Relatório do professor Pedro Saturnino de Oliveira Mascarenhas.

DEAP-PR. AP0660, 04/07/1882, p.178. Professora Dulcia da Costa Saldanha, da cidade de São José da Boa Vista, informa ao inspetor geral Moysés Marcondes de Oliveira e Sá que sua escola não foi visitada pelo inspetor paroquial.

DEAP-PR. AP0662, 27/06/1882, p.12. Elogio ao professor Salvador Assioli Freire, de vila do Tibagi.

DEAP-PR. AP0662, 28/06/1882, p.21. Termo de visita do padre e inspetor paroquial Celso Cézar da Cunha, de Serro Azul.

DEAP-PR. AP0662, 31/07/1882, p.119. Professora Luiza da Costa Netto, de Paranaguá, informa ao inspetor geral Moysés Marcondes de Oliveira e Sá que sua escola não foi visitada pelo inspetor paroquial.

DEAP-PR. AP0662, 31/07/1882, p.160. Professora Maria Olympia de Miranda Cercal, da cidade de Campo Largo, informa ao inspetor geral Moysés Marcondes de Oliveira e Sá que sua escola não foi visitada pelo inspetor paroquial.

DEAP-PR. AP0662, 31/07/1882, p.179. Elogio a professora Maria Clara Barbosa da Gama, de Campina Grande.

DEAP-PR. AP0666, 31/07/1882, p.16. Termo de visita de Joaquim Antonio dos Santos Souza.

DEAP-PR. AP0670, 1882, p.10. Mapa de frequência do professor Alfredo Luis de Oliveira.

DEAP-PR. CODICE 0121. Envio de relatórios de instrução pública de outras províncias, p.11, 23/02/1857.

DEAP-PR. CODICE 0121. Envio de relatórios de instrução pública de outras províncias, p.04, 27/04/1857.

DEAP-PR. CODICE 0121. Envio de relatórios de instrução pública de outras províncias, p. 11, 23/02/1858.

DEAP-PR. CODICE 0121. Joaquim Ignácio Silveira da Motta encomenda materiais para escola à Casa Comercial do Rio de Janeiro, de Adriano Correa Bandeira C., p.05, 09/06/1857.

DEAP-PR. CODICE 0121. Joaquim Ignácio Silveira da Motta encomenda materiais para escola à Casa Comercial do Rio de Janeiro, de Adriano Correa Bandeira C., p.06, 07/10/1857.

DEAP-PR. CODICE 0121. Joaquim Ignácio Silveira da Motta escreve ao Inspetor da Tesouraria, João Cesário de Abreu, p.05, 10/06/1857.

DEAP-PR. CODICE 0606. Comissões organizadas em 1854. Arquivo Público do Paraná.

DEAP-PR. CODICE 0606. Títulos de Padres da Religião Protestante.

DEAP-PR. CODICE 0949. O diretor geral de instrução pública, João Pereira Lagos Júnior, pede licença para tratar de saúde e buscar família, p.43, em 06/11/1876.

DEAP-PR. CODICE 0951. Autorização do uso da palmatória, em 17/09/1859, p.18, nº43.

DEAP-PR. CODICE 0951. Inspetor de distrito Francisco Ferreira Correa pede demissão do cargo e esta é concedida, em 03/11/1862, p.50.

DEAP-PR. CODICE 0951. Multa a professora da capital, D. Maria de Carmo de Moraes Martins, em 25/08/1858, p.11, nº46.

DEAP-PR. CODICE 0951. Multas a professores: Geraldina da Motta Bandeira Silva Bello (24/10/1866) e Francisco Antunes Teixeira, Joaquim Vicente da Silva Montepoliciano e Manoel da Cunha Vianna (14/11/1866), p.93.

DEAP-PR. CODICE 0951. Ofício do presidente da província ao inspetor geral, p.81, 1866.

DEAP-PR. CODICE 0951. O presidente Polidoro Cezar Burlamaque envia exemplares do compêndio de Candido Baptista de Oliveira ao inspetor geral, p. 95, em 26/11/1866.

DEAP-PR. IIP12.6, 04/02/1854. Ofício enviado ao presidente Zacarias Goes de Vasconcellos pelo vigário Antonio Braga Júnior.

DEAP-PR. IIP19.6, 18/03/1854. Inspetor Padre Antonio Braga Araújo, de vila de Guarapuava, dá informações ao presidente da província.

DEAP-PR. IIP21.16, 22/04/1854. Professor Francisco Manoel Assis França se queixa com o presidente da província de divergências políticas com o inspetor.

DEAP-PR. IIP53.6, 05/10/1854. O inspetor geral Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá propõe ao presidente o aumento de 20 distritos literários na província.

DEAP-PR. IIP54.6, 07/10/1854. Ofício enviado ao presidente da província pelo IG Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá.

DEAP-PR. IIP57.6, 14/10/1854. Ofício enviado ao presidente da província pelo Padre Agostinho Machado Lima.

DEAP-PR. IIP113.6, 11/05/1855. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá informa o pedido de demissão do inspetor de Palmas, Antonio de Oliveira Ribas.

DEAP-PR. IIP118.6, p.81, 13/02/1855. João Baptista Brandão de Proença, pedido de utensílios que faltam na sua escola.

DEAP-PR. IIP119.6, p.82, 16/02/1855. João Baptista Brandão de Proença informa ao presidente Zacarias Goés de Vasconcellos que comprou os utensílios que faltavam na sua escola.

DEAP-PR. IIP119.6, de 16/04/1855. Portaria homologada pelo presidente, atende a solicitação de material feita pelo professor João Baptista Brandão de Proença.

DEAP-PR. IIP119.6, s/d, 1855. João Baptista Brandão de Proença, ofício ao vice presidente comunicando compra de material para sua escola.

DEAP-PR. IIP122.6, de 04/03/1855 . Padre Antonio Braga de Araújo reclama que a província estava sem Inspetor Geral.

DEAP-PR. IIP123.6, 05/03/1855. Professor de Palmeiras, Manoel José Dias Costas, envia mapa dos alunos que frequentam sua aula.

DEAP-PR. IIPP127, 13/04/1855, p.15.104. Ofício enviado pelo IGIP Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá ao presidente sobre o ensino em Paranaguá.

DEAP-PR. IIP139.6, 21/05/1855. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá informa nomes para inspetores de distrito em Palmeira e Castro.

DEAP-PR. IIP140.22, 04/06/1855. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá escreve ao presidente solicitando ajuda da polícia para inspecionar escolas particulares.

DEAP-PR. IIP173.22, 31/12/1855. Presidente elogia a professora Alzira Paula da Costa Lobo.

DEAP-PR. IIP188.22, 26/05/1856. O Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta escreve ao presidente pedindo o Regulamento da Corte.

DEAP-PR. IIP201.22, 29/07/1856. O Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta escreve ao presidente sobre os exames para professores particulares.

DEAP-PR. IIP210.22, 1856. O Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta escreve ao presidente sobre a situação material das escolas da província.

DEAP-PR. IIP238.22, 04/12/1856. O Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta envia a proposta de Regulamento de Inspeção ao presidente da província.

DEAP-PR. IIP237.22, 09/12/1856. O Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta envia a proposta de Regulamento para a Instrução Pública ao presidente da província.

DEAP-PR. IIP242.22, 24/12/1856. Joaquim Ignácio Silveira da Motta, envio das instruções para a instrução pública primária ao vice presidente da província do Paraná.

DEAP-PR. IIP243.22, 24/12/1856. O Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta escreve ao presidente comunicando que comprou 200 exemplares de Aritmética de Manoel Augusto de Figueiredo.

DEAP-PR. IIP237.22, 09/12/1857. Joaquim envia a proposta de regulamento ao presidente.

DEAP-PR. IIP249.22, 27/12/1856. O Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta escreve ao presidente comunicando que mandou vir da Corte a nova gramática do Sr. Castro Lopes.

DEAP-PR. IIP 252.22, 07/01/1857. Ofício enviado pelo IGIP ao presidente solicitando a sua substituição no cargo de IGIP porque era membro da Assembleia Legislativa.

DEAP-PR. IIP 307.22, 29/06/1857. Professor de Palmeira, Manoel José Dias Costa, pede aumento ao presidente da província.

DEAP-PR. IIP334.22, 28/08/1857. Vigário Antonio Braga de Araújo, inspetor de Guarapuava, pede ao vice presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes exoneração do cargo.

DEAP-PR. IIP442.46, 1858. Multa a professora da 1ª cadeira da capital, Maria do Carmo Moraes Martins.

DEAP-PR. IIP449.46, 08/11/1858. Multa ao professor da capital devido os “castigos corporais”.

DEAP-PR. IIP506.46, 18/08/1859. Os inspetores da instrução de Castro são indicados pelo Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta, sendo o juiz de direito ou o promotor da cidade.

DEAP-PR. IIP512.46, maio, 1858. Joaquim escreve sobre os castigos utilizados nas escolas.

DEAP-PR. IIP591.67, 08/01/1861. Professora da capital escreve ao IGIP José Lourenço de Sá Ribas em resposta à circular que informou a nomeação do referido inspetor.

DEAP-PR. IIP714.67, 30/09/1861. Inspetor de Distrito Francisco Ferreira Correa pede que seu termo de visita, após ser copiado pelo professor, seja remetido à ele.

DEAP-PR. IIP718.67, 11/09/1861. Termo de visita do inspetor de distrito Francisco Ferreira Corrêa da aula do professor Honório Décio da Costa Lobo, da cidade de Paranaguá, que tinha como professor adjunto Antonio Ferreira da Costa. Elogios ao professor.

DEAP-PR. IIP726.67, 13/09/1861. Termo de visita do inspetor de distrito Francisco Ferreira Corrêa da aula da professora Alzira Paula da Costa Lobo, da cidade de Paranaguá. Elogios a professora.

DEAP-PR. IIP727.67, 11/10/1861. Elogio ao professor Antonio Ferreira da Costa.

DEAP-PR. IIP745.57, 10/03/1860. Joaquim Anacleto da Fonseca, resposta ao ofício encaminhado pela professora Maria Candida de Oliveira Mascarenhas.

DEAP-PR. IIP745.57, 10/03/1860. Maria Candida de Oliveira Mascarenhas, ofício enviado para o inspetor de distrito Joaquim Anacleto Fonseca.

DEAP-PR. IIP745.57, 18/03/1860. Maria Candida de Oliveira Mascarenhas, ofício dirigido ao Inspetor Geral Joaquim Ignácio Silveira da Motta.

DEAP-PR. IIP767.57, 18/06/1860. Inspetor Geral interino, Joaquim Dias da Rocha, escreve ao presidente dando informações sobre a conduta do professor.

DEAP-PR. IIP769.57, 18/06/1860. Subinspetor Joaquim Dias da Rocha pede ao presidente para ser consentido o uso de castigos físicos “moderadamente”.

DEAP-PR. Relatório de governo. ABRANCHES, Frederico José Cardoso de Araújo. Relatório para a Assembleia Legislativa Provincial, de 15/02/1874. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1874.

DEAP-PR. Relatório de governo. ABRANCHES, Frederico José Cardoso de Araújo. Relatório para a Assembleia Legislativa Provincial, de 15/02/1875. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1875.

DEAP-PR. Relatório de governo. ARAUJO, José Feliciano Horta. Relatório do vice-presidente para a Assembleia Legislativa, de 15/02/1868. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1868.

DEAP-PR. Relatório de governo. BELLO, Luiz Alves de Oliveira. Relatório para a Assembleia Legislativa Provincial, de 01/10/1883. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1883.

DEAP-PR. Relatório de governo. BELLO, Luiz Alves de Oliveira. Relatório para Brazílio Augusto Machado de Oliveira (entrega de administração), de 22/08/1884. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Lopes, 1884.

DEAP-PR. Relatório de governo. BURLAMAQUE, Polidoro Cesar. Relatório do presidente para a Assembleia Legislativa Provincial, em 15/03/1867. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1867, (a).

DEAP-PR. Relatório de governo. CARDOSO, José Francisco. Relatório na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, de 01/03/1860. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1860.

DEAP-PR. Relatório de governo. CARMO, José Joaquim do. Relatório para André Augusto de Pádua Fleury na entrega da administração, de 18/11/1864. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1864.

DEAP-PR. Relatório de governo. CARVALHAES, José Antonio Vaz. Relatório do vice-presidente para a Assembleia Legislativa Provincial, em 07/01/1857. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1857.

DEAP-PR. Relatório de governo. CARVALHAES, José Antonio Vaz. Relatório do vice-presidente para Francisco Liberato de Mattos na entrega da administração, sem data, referente ao ano de 1857 mas publicado em 1858. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1858.

DEAP-PR. Relatório de governo. CARVALHO, Carlos Augusto de. Relatório do presidente para a Assembleia Legislativa Provincial, de 01/10/1882. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1882.

DEAP-PR. Relatório de governo. FILHO, Manuel Pinto de Souza Dantas. Relatório do presidente para a Assembleia Legislativa Provincial, de 04/06/1879. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1879.

DEAP-PR. Relatório de governo. FLEURY, André Augusto de Pádua. Relatório do vice-presidente para a Assembleia Legislativa Provincial, em 21/03/1865. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1865.

DEAP-PR. Relatório de governo. FLEURY, André Augusto de Pádua. Relatório do vice-presidente para a Assembleia Legislativa Provincial, em 15/02/1866. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1866.

DEAP-PR. Relatório de governo. FONSECA, Antonio Augusto da. Relatório do vice-presidente para a Assembleia Legislativa, de 06/04/1869. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1869.

DEAP-PR. Relatório de governo. GUIMARÃES, Manoel Antonio. Relatório do presidente para a Assembleia Legislativa Provincial, em 17/02/1873. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1873.

DEAP-PR. Relatório de governo. LEÃO, Agostinho Ermelino de. Relatório do vice-presidente para o presidente Polidoro Cesar Burlamaque na entrega da administração, de 06/11/1866. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1866.

DEAP-PR. Relatório de governo. LINS, Adolpho Lamenha. Relatório do presidente para a Assembleia Legislativa Provincial, de 15/02/1876. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1876.

DEAP-PR. Relatório de governo. LISBOA, Venâncio José. Relatório do presidente para a Assembleia Legislativa Provincial, em 15/02/1871. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1871.

DEAP-PR. Relatório de governo. LISBOA, Venâncio José. Relatório do presidente para a Assembleia Legislativa Provincial, em 15/02/1872. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1872.

DEAP-PR. Relatório de governo. LISBOA, Venâncio José. Relatório do presidente para o vice-presidente Manoel Antonio Guimarães, na passagem da administração, em 15/02/1873. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1873.

DEAP-PR. Relatório de governo. MATTOS, Francisco Liberato de. Relatório na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, de 07/01/1858. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1858.

DEAP-PR. Relatório de governo. MENEZES, Rodrigo Octávio de O. Relatório do presidente para o vice-presidente Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, de 31/03/1879. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1879.

DEAP-PR. Relatório de governo. NOGUEIRA, Antonio Barbosa Gomes. Relatório do vice-presidente para a Assembleia Legislativa Provincial, em 15/02/1862. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1862.

DEAP-PR. Relatório de governo. NOGUEIRA, Antonio Barbosa Gomes. Relatório do vice-presidente para a Assembleia Legislativa Provincial, em 15/02/1863. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1863.

DEAP-PR. Relatório de governo. PEDROSA, João José. Relatório do presidente para a Assembleia Legislativa Provincial, de 16/02/1881. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1881.

DEAP-PR. Relatório de governo. PIMENTEL, Sancho de Barros. Relatório com que passou a administração da província para o Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, de 26/01/1882. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1882.

DEAP-PR. Relatório de governo. REZENDE, Theófilo Ribeiro de. Relatório do vice-presidente para Henrique de BeaurepaireRohan (entrega de administração), de 06/09/1854. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Lopes, 1854.

DEAP-PR. Relatório de governo. ROHAN, Henrique de Beaurepaire. Relatório do vice-presidente para a Assembleia Legislativa Provincial, em 01/03/1856. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1856.

DEAP-PR. Relatório de governo. SILVA, Sebastião Gonçalves da. Relatório do vice-presidente para a Assembleia Legislativa Provincial, em 21/02/1864. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1864.

DEAP-PR. Relatório de governo. VASCONCELLOS, Zacarias de Goes – Relatório na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, de 19/12/1853 a 15/07/1854. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854, (a).

DEAP-PR. Relatório de governo. VASCONELLOS, Zacharias Goés e. Relatório do presidente na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, de 08/02/1855. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Lopes, 1855.

DEAP-PR. Relatório de inspeção. BARROS, Bento Fernandes de. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1871.

DEAP-PR. Relatório de inspeção. CUNHA, João Manuel da. In: relatório de Frederico José Cardoso de Araújo, em 15/02/1875. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1875.

DEAP-PR. Relatório de inspeção. MOTTA, Joaquim Ignácio Silveira da. Relatório do Inspetor Geral em 31/12/1856. In: Relatório “documentos a que se refere o vice presidente da província José Antonio Vaz de Carvalhaes na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 07/01/1857. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1857.

DEAP-PR. Relatório de inspeção. MOTTA, Joaquim Ignácio Silveira da. Relatório do Inspetor Geral em 07/11/1857. In: Relatório do vice presidente da província José Antonio Vaz de Carvalhaes para o presidente Francisco Liberato de Mattos, de 07/01 a aproximadamente 11/11/1857. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1857.

DEAP-PR. Relatório de inspeção. MOTTA, Joaquim Ignácio Silveira da. Relatório do Inspetor Geral para o presidente Francisco Liberato de Mattos. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1858.

DEAP-PR. Relatório de inspeção. MOTTA, Joaquim Ignácio Silveira da. Relatório do Inspetor Geral para o presidente Francisco Liberato de Mattos. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1859.

DEAP-PR. Relatório de inspeção. MOYSÉS MARCONDES. Relatório do Diretor Geral de Instrução Pública Moysés Marcondes de Oliveira e Sá. AP 0666, p.85 a 107, em 18/09/1882.

DEAP-PR. Relatório de inspeção. RIBAS, José Lourenço de Sá. Relatório de 31/12/1861. In: relatório de Antonio Barbosa Gomes Nogueira, em 15/02/1862. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1862.

DEAP-PR. Relatório de inspeção. RIBAS, José Lourenço de Sá. Relatório do Inspetor Geral de Instrução Pública José Lourenço de Sá Ribas para o presidente André A. Pádua Fleury. In: Arquivo Público do Paraná, AP0183, p. 01 a 37, 1864.

DEAP-PR. Relatório de inspeção. SANTOS, Ernesto Francisco da Lima. Relatório de 31/01/1867. In: Relatório de Polidoro César Burlamaque para a Assembleia Legislativa, em 15/03/1867. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1867.

DEAP-PR. Relatório de inspeção. SANTOS, João Franco de Oliveira. Relatório de 31/12/1872. In: Relatório do vice presidente Coronel Manoel Antonio Guimarães para a Assembleia Provincial do Paraná, em 17/02/1873. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1873.

DEAP-PR. PROENÇA, João Baptista Brandão de. O ensino primário em 1854. In: Boletim do Arquivo Público, ano IV, 04, 1979 – p.47 a 50.

FONSECA, José da. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Paris, Em Casa de J.P. Aillaud, 1833.

FRANÇA, Lei Guizot – Lei da Instrução Primária, de 28 de junho de 1833. Disponível em: [http://dcalin.fr/textoff/loi\\_guizot.html](http://dcalin.fr/textoff/loi_guizot.html). Acessado em 10/11/2010.

GARRET, J.B. da S.L. de Almeida. Da Educação. Livro primeiro. Londres, MDCCCXXIX (1830).

MLFC. BUISSON, Ferdinand Édouard. Dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire. Paris : Alcan, 1929.

PARANÁ. Lei nº 17, de 14 de setembro de 1854 – p. 34. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. *Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889* (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

PARANÁ. INSTRUÇÃO GERAL – de 27 de dezembro de 1856 – Instrução contendo o plano e divisão do ensino nas escolas – p.44. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. *Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889* (CDPR).



Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

PARANÁ. Lei nº 17, de 12 de fevereiro de 1857 – p.47. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. *Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889* (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

PARANÁ. Lei nº 21, de 02 de março de 1857 – p.48. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. *Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889* (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

PARANÁ. Regulamento de Ordem Geral para as escolas da Instrução Primária, preparação, organização do professorado, condições e normas para o Ensino Particular, primário e secundário, de 08 de abril de 1857 – p.53. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. *Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889* (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

PARANÁ. Regulamento de Inspeção da Instrução Pública da Província do Paraná, de 24 de abril de 1857 – p.67. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. *Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889* (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

PARANÁ. Regulamento para a Secretaria da Inspeção Geral da Instrução Pública do Paraná, de 30 de outubro de 1857 – p.76. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. *Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889* (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

PARANÁ. Proposta de Instrução para execução dos artigos 33, 34 e 35 do Regulamento de 08 de abril de 1857, de 31 de dezembro de 1857 – p.80. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. *Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889* (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

PARANÁ. Regulamento nº 5, de 07 de junho de 1859 – p. 105. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. *Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889* (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

PARANÁ. Lei nº 286, de 15 de abril de 1871 – p.178. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. *Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889* (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

PARANÁ. Regulamento da Instrução Pública Primária, de 13 de maio de 1871 – p.184. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. *Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889* (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin

(organizadoras). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

PARANÁ. Lei nº 350, de 09 de abril de 1873 – p.215. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. *Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889* (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

PARANÁ. Lei nº 381, de 06 de abril de 1874 – p.224. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. *Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889* (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

PARANÁ. Regulamento da Instrução Primária, de 01 de setembro de 1874 – p.233. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. *Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889* (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

PARANÁ. Lei nº 456, de 12 de abril de 1876 – p.261. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. *Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889* (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

PARANÁ. Regulamento Orgânico da Instrução Pública do Paraná, de 16 de julho de 1876 – p.265. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. *Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889* (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

PARANÁ. Regulamento para o Ensino Obrigatório da Província, de 06 de julho de 1877 – p.290. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. *Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889* (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

PARANÁ. Lei nº 541, de 07 de agosto de 1879 – p.307. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. *Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889* (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

PARANÁ. Regulamento para o Ensino Obrigatório da Província, de 03 de dezembro de 1883 – p.290. In: Coleção de Documentos da Educação Brasileira. *Coletânea da Documentação Paranaense no período de 1854 a 1889* (CDPR). Maria Elisabeth Blanck Miguel e Sonia Dorotea Martin (organizadoras). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionário da Língua Brasileira. Ouro Preto, Typ. De Silva, 1832.

SÃO PAULO. Regulamento de Instrução Pública da Província de São Paulo, de 08/11/1851 – Coleção Leis Provinciais de São Paulo (1844-1849), FFCHL-USP.

SÃO PAULO. Lei nº 310 de 16 de março de 1846 (Lei nº 34 de 16 de março de 1846).  
Coleção Leis Provinciais de São Paulo (1844-1849), FFCHL-USP.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGASSIZ, Jean Louis Rodolf, 1807-1873. **Viagem ao Brasil 1865-1866/ Louis e Elisabeth Cary Agassiz**; tradução e notas de Edgar Sussekind de Mendonça – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. 516p. – (Coleção O Brasil visto por estrangeiros)

ALMEIDA, Cíntia Borges. **Análise do discurso: a obrigatoriedade do ensino primário nos relatórios dos presidentes da província de Minas Gerais**. In: 34ª reunião anual da ANPED, Natal, 2011.

ALMEIDA, Cíntia Borges; NEVES, Dimas Santana Souza. GONDRA, José Gonçalves. **Ensino obrigatório: “prudente é esperar-se do tempo o preciso remédio”**. In: Revista História da Educação (RHE), Porto Alegre, v.16, nº38, p.126-148, set/dez 2012.

ALMEIDA, Cíntia Borges; SILVA, Marcelo Gomes da. **A compulsoriedade da instrução primária nos oitocentistas e início republicano: experiências e estudos de caso**. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)**. Tradução de Antonio Chizzotti. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.

ALMEIDA, Renato C.F. **História da Música Brasileira**. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1942.

ALMEIDA, Vasti de Souza. **Bazílio Itiberê da Cunha: diplomata músico**. Curitiba: Editora UFPR, 2001, 72 p.

ALVES, Elaine Maria de Oliveira; TUBINO, Paulo Juvêncio Gomes. **Medicina pós-hipocrática**. Disponível em: [www.veterinariosnativa.com.br/books/9-medicina\\_pos\\_hipocratica.pdf](http://www.veterinariosnativa.com.br/books/9-medicina_pos_hipocratica.pdf). Acessado em 30 de maio de 2012.

AMATO, Cláudio. NEVES, Irlei. RUSSO, Arnaldo. **Livro das Moedas do Brasil**. São Paulo, 11ª edição, 2004.

\_\_\_\_\_. **Cédulas do Brasil**. São Paulo, 4ª edição, 2007.

ANDREAZZA, Maria Luiza; TRINDADE, Etelvina M.C. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

ANJOS, José Tuchinski dos. **Os conhecimentos úteis à vida: fragmentos da construção social do currículo primário da província do Paraná (1856-1857)**. UFPR, 2010 (mimeo).

\_\_\_\_\_. **Uma trama na História: a criança no processo de escolarização nas últimas décadas do Período Imperial (Lapa, Província do Paraná, 1866-1886)**, Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

\_\_\_\_\_. **A criança no processo de escolarização primária na província do Paraná (1867-1885): uma história ao rés do chão**. In: 34ª Reunião Anual da ANPED, GT02 de História da Educação. Natal, 2011.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução Dora Flakman, 2ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. **Serviço de inspeção da instrução pública na província paulista (1827-1851)**. Guanicuns. Rev. Faculdade de Educação e Ciências Humanas Anicuns. FECHA/FEA. Goiás, 01, 171-187, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Serviço de Inspeção Escolar Paulista e a Gestão da “falta” de professores (1885-1889)**. In: VI Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação, Uberlândia, 2006.

BALL, Stephen J. **Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justice social, pesquisa e política educacional**. Entrevistadores: Jefferson Mainardes e Maria Inês Marcondes. Educ. Soc., Campinas, vol.30, nº16, jan./abr, 2009, p.303-318.

BALHANA, Altiva Pilatti. MACHADO, Brasil Pinheiro. WESTPHALEN, Cecília. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

BASTOS, Maria Helena Camara. A Formação de Professores para o Ensino Mútuo no Brasil – o Curso Normal para professores de primeiras letras do barão de Gérando. In: BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO Luciano Mendes de (org). **A Escola Elementar no século XIX. O método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

\_\_\_\_\_. **Leituras da Ilustração Brasileira: Celestin Hippeau (1803-1883)**. In: Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), nº 03, janeiro/junho, 2002.

\_\_\_\_\_. **Manuais Escolares Franceses no Imperial Colégio de D. Pedro II (1856-1892)**. In: História da Educação. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v.12, nº26, p.39-58, set/dez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Laicidade. Dictionnaire de Pédagogie et d’Instruction Primaire publié sous la direction de Ferdinand Buisson (1878-1887 – p.1469-1474)**. In: História da Educação. ASPHE/Fae/UFPel, Pelotas, v.14, nº32, p.267-276, set/dez, 2010.

BECCHI, Egle. **Il mondodell’infanzia – Storia, cultura, problemi**. Laterza&Figli, Roma-Bari, prima edizione, 1998.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução de Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo. Companhia das Letras, 2007.

BITTENCURT, Circe Maria F. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: tese de doutorado, 1993.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Angélica. **Ordem no ensino: a inspeção de professores primários na capital do Império Brasileiro (1854-1855)**. Dissertação - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BORGES, Angélica. NEVES, Dimas Santana Souza. **Dispositivos na Corte Imperial e em Mato Grosso: a inspeção escolar como aparato de modelagem docente (1852-1856)**. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, eixo 7 (Políticas, Sistemas e Instituições Educacionais e Científicas). Minas Gerais: Uberlândia, 2006.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Tradução: J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRITO, José Gabriel de Lemos. **Medidas e pesos durante o regime colonial**. In: Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil. José Gabriel de Lemos Brito. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. **Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná (1853-1953)**. Tese (Doutorado em História) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Unesp, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARNASCIALI, Juril. **O que se passa na sociedade**. In: Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 25/07/1965.

CARNEIRO, David. **História do período provincial do Paraná**. Galeria de Presidentes (1853-1889). Curitiba: Tipografia Max Roesner, 1960.

CARNEIRO, Newton. **Iconografia Paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1950.

\_\_\_\_\_. **As artes gráficas em Curitiba (Surto e desenvolvimento dos processos tipográfico e litográfico, arte editorial e comércio de livros na capital paranaense)**. Curitiba: Edições Paiol, 1975, 74p.

CARULA, Karoline. **Carlos Costa e A Mãe de Família**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH: São Paulo, julho de 2011.

CARVALHO, José Luiz de. **Entre Pinheiras, Novelas e Aquarelas – o viajante John Henry Elliot e a Vila de Curitiba no século XIX**. História do Brasil do Centro de Pós-graduação e extensão das Faculdades Integradas Espírita, Paraná, 2010 – monografia.

CASTANHA, André Paula. **O Ato Adicional de 1834 e a instrução elementar no Império: descentralização ou centralização?** Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira**. In: Revista Brasileira de Educação, nº11, jan/jun, 2006.

CASTANHA, André Paula; BITTAR, Marisa. **Os professores e seu papel na Sociedade Imperial**. In: Anais do VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas. Evento HISTDBR. Universidade Estadual de Campinas, 2009.

CASTANHA, André Paula; GUARNIERI, Marta Camilo da Silva. **A organização da Educação no Paraná Provincial (1853-1889)**. In: Revista Educere et Educare. Revista de Educação. vol.1, n. 2, julho/dezembro de 2006. p. 57-71.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes, revisão de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Os mitos da Abolição**. In: Trabalhadores – escravos. Campinas, 1989, p. 36-40.

\_\_\_\_\_. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CHAMON, Carla Simone; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A educação como problema, a América como destino: a experiência de Maria Guilhermina. In: **Viagens Pedagógicas**. MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; GONDRA, José Gonçalves (org.) São Paulo: Cortez, 2007.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1988.

\_\_\_\_\_. **O mundo como representação**. In: Revista de Estudos Avançados n. 11, vol5, São Paulo, IEA, 1991, pp. 173-191.

\_\_\_\_\_. Textos, Impressão, Leituras. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. Tradução: Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

\_\_\_\_\_. **A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol7 n. 13, 1994, p. 97-113.

\_\_\_\_\_. **A ordem dos livros: livros, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XVI e XVIII**. Brasília (DF): UNB, 1999.

\_\_\_\_\_. **El mundo como representación: estudios sobre historia cultural**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2002.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas sobre o estado da arte**. São Paulo: Educação e Pesquisa, v.30, nº 3, set/dez, 2004.

COMENIUS, Jean Amos. **Didática Magna**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat, Marquis de, 1743-1794. **Cinco Memórias sobre a instrução pública/Condorcet**; tradução e apresentação Maria das Graças de Souza – São Paulo: Editora UNESP, 2008.

COSTA, Rui Afonso da. Contribuição para a História da Inspeção Permanente da Escola Primária (1878-1953). In: PINTASSILGO, Joaquim *et al* (org.) **História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos**. Lisboa: Edições Colibri: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Os Conselhos de Educação e a gestão dos sistemas. In: FERREIRA, Naura Syria; AGUIAR, Márcia Angela da (orgs). *Gestão da Educação*. São Paulo: Cortez, 2000.

DAREMBERG, Carolus. **Aulus Cornelius Celsus**. De Medicina, 1859. Disponível em: <http://archive.org/stream/acorneliicelsid02celsgoog>. Acessado em 06 de junho de 2012.

DARTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DALCIN, Talita Bank. **Em nome da disciplinarização e da ordem: os castigos corporais nas escolas domésticas do Paraná (1857-1882)**. Universidade Federal do Paraná, Mestrado em Educação, 2005.

DEAP-PR. **Catálogo Seletivo de documentos referentes aos africanos e afrodescendentes livres e escravos**. Curitiba, 2005.

DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: **História das Crianças no Brasil**. DEL PRIORE, Mary (org.). 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. **Ata da reunião do departamento de história da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 02/12/1964** [Registrando sua constituição em princípios de maio de 1958]. História: Questões & Debates, Curitiba: Editora UFPR, nº 50, p. 285-315, jan/jun. 2009.

DUARTE, Sergio Guerra. **Dicionário Brasileiro de Educação**. Rio de Janeiro: Edição Antares: NOBEL, 1986.

DUMASPERE. Alexandre Dumas. Disponível em: [www.dumaspere.com](http://www.dumaspere.com), acessado em 20/05/2012.

DURÃES, Sarah Jane Alves. **Acerca do valor de ser professor – remuneração do trabalho docente em Minas Gerais (1859-1900)**. In: Revista Brasileira de História da Educação, nº14, maio/agosto, 2007.

EGIDIO, Saracino. **Ed. Tutti libretti di Donizetti**. Milan: Garzanti, 1993.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador**. Tradução da versão inglesa, Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 2v.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, **Refeencesuite**. VERNET, Émile-Jean Horace (verbete). Chicago: Encyclopedia Britannica, 2009.



FARGE, Arlette. **O sabor do Arquivo**. Tradução: Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O Processo de Escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise. In: VEIGA, Cynthia; FONSECA, Thais N. de L., (orgs). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. **O processo de escolarização e obrigatoriedade escolar o caso de Minas Gerais (1820-1940)**. In: V Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Évora, 2004.

\_\_\_\_\_. GONÇALVES, Irlen Antônio. Processo de escolarização e obrigatoriedade escolar: o caso de Minas Gerais (1835-1911). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **A infância e sua educação: materiais, práticas e representações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. NEVES, Leonardo Santos. CALDEIRA, Sandra Maria. A estatística educacional e a instrução pública no Brasil: aproximações. In: CALDEIAS, Antonio (coord). **Modernidade, educação e estatística na Ibero-América dos séculos XIX e XX: estudos sobre Portugal, Brasil e Galiza**. Lisboa: Educa, 2005, p.219-238.

\_\_\_\_\_. Os projetos de Brasis e a questão da instrução no nascimento do Império. In: **Intelectuais e Escola Pública no Brasil: séculos XIX e XX**. VAGO, Tarcísio Mauro *et. al* (org.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

FONSECA, José da. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Paris, J.P.Allaud, 1833.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 25ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. A Arqueologia do Saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. ISBN.978-85-218-0344-7.

\_\_\_\_\_. Dits et écrits. In: MARINHO, Ernandes Reis. **As relações de poder segundo Michel Foucault**. e-Revista Facitec (on-line), v.02, nº02, dez. 2008.

FURET, François; OZOUF, Mona. **Dicionário Crítico da Revolução Francesa**. Prefácio da edição brasileira: José Guilherme Merquior. Tradução: Henrique de Araújo Mesquita. Editora Nova Fronteira, 1989.

GALVÃO, Ana Maria de O. **A circulação do livro escolar no Brasil oitocentista**. In: Anais da 28ª reunião anual da ANPED, Caxambu, 2005.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território Plural: a pesquisa em história da Educação**. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2010.

GAERTNER, Lisandro. **A História das Notas de Rodapé**. Rio de Janeiro: 2002. Disponível em: <http://www.digestivocultural.com>. Acessado em março de 2012.

GÉLIS, Jacques. **A individualização da Criança. História da Vida Privada.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GIARD, Luce. Introdução. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. Artes de Fazer.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GIGLIO, Célia Maria Benedicto. A civilização pelo olhar: práticas e discursos da inspeção na província de São Paulo no século XIX. In: PINTASSILGO, Joaquim *et. Al.* **História da Escola em Portugal: circulação e apropriação de modelos culturais.** Edições Colibri: Lisboa, 2006, p.347-364.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício.** Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história.** 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GONÇALVES, Rosemeri Conti. **Inspeção Escolar, civilidade e progresso.** In: 27ª Reunião da ANPED, GT nº02 (História da Educação). Caxambu, 2007.

\_\_\_\_\_. **Artes de Civilizar – Medicina, Higiene e Educação nas Escolas na Corte Imperial.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação. FEUSP, São Paulo, 2000.

GONDRA, José Gonçalves; SACRAMENTO, Winston. GARCIA, Inara. **Estado Imperial e educação escolar. Rediscutindo a reforma Couto Ferraz. 1854.** In: I Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE): Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. **Olhos na América: Uma leitura dos relatórios de C. Hippeau.** In: Revista Educar: Curitiba, nº 19, p.161-185. Editora UFPR, 2002.

\_\_\_\_\_. Cronologias da vida e formas da escola. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos.** São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_.; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Instrução, Intelectualidade, Império: Apontamentos a partir do caso brasileiro. In: VAGO, Tarcísio Mauro *et. Al* (org.). **Intelectuais e Escola Pública no Brasil: séculos XIX e XX.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

\_\_\_\_\_. **Viagens de educadores, circulação e modelos pedagógicos. Apresentação do Dossiê.** In: Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), nº22, jan/abril, 2010.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; JINZENJI, Mônica Yumi. **Escolarizar para moralizar: discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850).** In: Revista Brasileira de Educação. São Paulo, v. 11 n. 31, p. 114 – 132, jan/abr 2006.

\_\_\_\_\_. **Tempos de aprender. A produção histórica da idade escolar.** In: Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), nº08, julh/dez, 2004.

\_\_\_\_\_. Disciplinas e saberes na formação docente: estudo das avaliações nas Escolas Normais mineiras (1870-1889). In: ROCHA, Heloísa Helena Pimenta (Org.) **Personagens, estratégias e saberes na construção da escola brasileira (séculos XIX e XX).** Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2006.

GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição – pequeno tratado sobre a nota de rodapé.** Ed. Papiros, Campinas, 1998.

GURGEL, J.B. Serra e. **Evolução Histórica da Previdência Social. Pesquisa cronológica de dispositivos constitucionais, leis complementares, leis, decretos, decretos-lei, medidas provisórias, legislação constitucional e infraconstitucional.** Brasília: FUNPREV Fundação ANASPS, 2008, 304p.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade.** Lisboa: Dom Quixote, 1990.

HARTMANN, José Augusto. **Clero Secular e Elite Local: o caso do vigário Lourenço Justiniano Ferreira Bello.** Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Monografia, 2009.

HARVEY, David. **Passagem da Modernidade à Pós-modernidade.** Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1992.

HEYWOOD, Colin. **Uma História da Infância.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. Ensino mútuo na província de São Paulo: primeiros apontamentos. In: BASTOS, Maria Helena Câmara. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org.). **A Escola Elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo.** Passo Fundo: Ediupf, 1999.

\_\_\_\_\_. Construindo a escolarização em São Paulo (1820-1840). In: **À Margem dos 500 Anos: Reflexões Irreverentes.** PRADO, Maria Lígia Coelho; VIDAL, Diana Gonçalves (orgs). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pensando a educação nos tempos modernos.** 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2005.

HOBBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções.** Tradução de Maria L. Teixeira e Marcos Penchel. 25ª edição. Editora Paz e Terra, 2009.

HORTA, José Silvério Baia. **Direito à educação e obrigatoriedade escolar.** Cadernos de Pesquisa, nº104, p.5-34, julho, 1998.

HORYLKA, Clary. **Correspondência do presidente da província do Paraná com o Ministério do Império – 1853-1860.** In: Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, vol. XVIII, Curitiba, PR, 1973.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural (O Homem e a História).** Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

INÁCIO, Marcilaine Soares *et al.* **Escola, política e cultura: a instrução elementar nos anos iniciais do império brasileiro.** Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2006.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico.** In: Revista Brasileira de História da Educação. Tradução: Gizele de Souza. São Paulo: Autores Associados/SBHE, nº 01, 2001, p.09-43.

KUBO, Elvira Mari. **A legislação e a instrução pública de Primeiras Letras na 5ª Comarca da Província de São Paulo (Paraná) – 1827-1853.** – Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, SP, 1982.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

\_\_\_\_\_. **As grandes festas didáticas. A educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922).** São Paulo, CDAPH, 2001.

\_\_\_\_\_. KOSELLECK, Reinhart. Modernidade – sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade. In: **Futuro passado: contribuição dos tempos históricos.** Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

\_\_\_\_\_. Os Intelectuais na Educação da Infância. In: **A educação e seus sujeitos na história.** NEPOMUCENO, Maria de Araújo; TIBALI, Elianda Figueiredo Arantes (org). Belo Horizonte, Minas Gerais: ARGUMENTVM, 2007.

\_\_\_\_\_. Infância e educação (1820-1950): comparação e classificação. In: LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; FERNANDES, Rogério (orgs). **Para a compreensão histórica da infância.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

\_\_\_\_\_. Relações sociais, intelectuais e educação da infância na História. In: SOUZA, Gizele (org). **Educar na infância: perspectivas histórico-sociais.** São Paulo: Contexto, 2010.

LACERDA, Maria Thereza. **Subsídios para a história do teatro no Paraná.** In: Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, v.37, Curitiba, 1980.

LAVALLE, Ailda Mansani. **Análise quantitativa das tropas passadas no registro do Rio Negro (1830-1854).** Universidade Federal do Paraná. Tese de livre docência, 1974.

LAVALLE, Ailda Mansani. **“Nos tempos da Província”: Emília Ericksen e o ensino em Castro.** Castro: Arquivo Público Municipal de Castro, 1992.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. **História e Memória.** 5ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

\_\_\_\_\_. CHARTIER, Roger, REVEL, Jacques. **A História Nova.** Tradução de Eduardo Brandão. 5ª Ed. São Paulo: Martin Fontes, 2005.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Prefácio de Jacques Revel. Tradução Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMEIRA, Aline de Moraes. **Espaços mistos: o público e o privado na instrução do século XIX**. RBHE, v.11, nº 3 (27), set/dez, 2011. p.99-129.

LISPECTOR, Clarice. 1925-1977. Menino a Bico de Pena. In: LISPECTOR, Clarice. **Felicidade Clandestina: contos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOCKE, John. **Pensamientos sobre La educación**. Madri: Akal, 1986.

MACEDO, Heitor Borges de. **O Lídimio Varão**. Curitiba: Editora UFPR, 1984.

MACHADO, Roberto. Introdução. In: FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MACHADO, Elton Licério Rodrigues. **Os presidentes da província e os discursos da modernidade: um embate entre idéias modernizadoras e cultura tradicional na província paranaense**. Dissertação - Universidade Severino Sombra, 2006.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001. 122p. (Coleção História do Paraná; textos introdutórios).

MARCÍLIO, Elaine Cristina. **A ação da Inspetoria Geral da Instrução Pública na Província de Santa Catarina no período de 1874 a 1888: a precariedade da inspeção escolar como instrumento para a uniformização do ensino**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da Escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

\_\_\_\_\_. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

MARTINS, Romário. **Origens de Curitiba**. In: Curitiba. Curitiba: Habitat, 1982.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das Crianças no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MENDES, Maria Isabel de Souza. **Mens sana in corpore sano. Compreensões de corpo, saúde e educação física**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; SAIZ, Paula Geron. **A organização da escola primária pública no Paraná: período provincial**. In: Revista HISTEDRR online, Campinas, nº 22, p. 39-53, junho, 2006.

McFARLAINE, James; BRADBURY, Malcolm. O nome e a natureza do modernismo. In: BRADBURY, Malcolm; McFARLAINE, James. **Modernismo**. Guia Geral. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. (p.13-41).

MONARCHA, Carlos. **A Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas: Ed UNICAMP, 1999.

MOREIRA, Júlio Estrela. **Caminhos das comarcas de Curitiba e Paranaguá**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1975. V.3.

MORSE, Richard. **O Espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MOSSÉ, Claude. **As instituições gregas**. Tradução de António Imanuel Dias. Lisboa: Edições 70, 1985. 214p.

MUNHOZ, Fabiana Garcia. **Experiência Docente no século XIX – Trajetória de professores de primeiras letras da 5ª Comarca da província de São Paulo e da província do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2012.

NARODOWSKI, Mariano. **Infância e Poder: a conformação da Pedagogia Moderna**. Tradução de Mustafá Yasbek. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001.

NASCIMENTO, Cláudia Terra do. BRANCHER, Vandoir Roberto. OLIVEIRA, Valeska Fortes de. **A construção social do conceito de infância: uma tentativa de reconstrução historiográfica**. LINHAS, Florianópolis, v.09, nº1, p.04-18, janeiro/junho, 2008.

NETO, Reinaldo Parisi. **Práticas Educativas envolvendo desvalidas e ingênuas: a institucionalização da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, no Brasil Império (1864-1889)**. In: 14º Congresso de Leitura do Brasil e II Congresso de História do Livro e da Leitura no Brasil, Campinas: Unicamp, 22 a 25 de julho de 2003.

NEVES, Dimas Santana Souza. **Razões de Estado: as reformas da instituição pública em Mato Grosso, Minas Gerais e Corte Imperial (1851-1859)**. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação - UERJ, 2009.

NICOLAS, Maria. **Cem Anos de Vida Parlamentar... Deputados provinciais e estaduais do Paraná. Assembleias Legislativas e Constituintes (1854-1954)**. Assembleia Legislativa: Curitiba, Paraná, 1954.

NICOLAS, Maria. **Vultos Paranaenses**. V. 4, Curitiba: IP, 1966

NÓVOA, António. Formação de professores e formação docente. In: NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação, do mesmo autor**. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1992, p. 15-33.

\_\_\_\_\_. **Tempos de Escola no Espaço Portugal-Brasil-Moçambique**. In: NÓVOA, António; SCHRIENER, José. **A difusão mundial da escola**. Lisboa: Educa, 2000.

\_\_\_\_\_. SCHRIEWER, Jürgen. **A Difusão Mundial da Escola – alunos – professores – currículo e pedagogia**. Lisboa: Educa, 2000.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. RAMOS, Vanessa Carnielo. **Que vença o melhor argumento: as notas de rodapé como artifício argumentativo em Casa Grande e Senzala**. In: Revista de Teoria da História, Universidade Federal de Goiás, ano 1, nº03, junho de 2010.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins. **O ensino primário na Província do Paraná (1853 – 1889)**. Biblioteca Pública do Paraná: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte: Curitiba, PR, 1986.

\_\_\_\_\_. **Fiscalização e controle nas escolas do Paraná**Província: origem, organização e processo de desenvolvimento. 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. 13 a 15 de outubro. UNIOESTE, Cascavel, 2005.

PASTRE, Marcelo. **O Clube Curitibano: representações do “plus” de educação**. In: X Simpósio Internacional Processo Civilizador, Campinas, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Clube Curitibano**: representações de lazer na formação da sociedade curitibana. Tese (Doutorado) Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba: São Paulo, 2009.

PENA, Eduardo S. **O jogo da face. A astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial**. Dissertação (Mestrado em História) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1990.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso**: (ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889). Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

PERES, Eliane. **“Sob(re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais”**. In: Revista Brasileira de História da Educação, n. 4, jul/dez, 2002, 75-102

PESAVENTO, Sandra J. **Em busca de um método**: as estratégias do fazer História. In: História & História Cultural. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.63-68.

PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de Imprensa no Paraná**. Estante Paranista, ano I, nº01, 1976.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. CURY, Cláudia Engler. ANANIAS, Mauricéia. **As primeiras letras e a instrução secundária na província da Parahyba do Norte: ordenamentos e a construção da nação**. Revista HISTDBR On-line, Campinas, nº37, p.238-252, mar.2010.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**: Trajetória de um exorcista no Piemonte do Século XVII. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

RODRÍGEZ, Ricardo Vélez. **François Guizot e a sua influência no Brasil**. Centro de Pesquisas Estratégicas Paulino Soares de Sousa. Universidade Federal de Juiz de Fora.

Carta Mensal. Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio: Rio de Janeiro, v.44, nº528, p.47-78, 1999.

ROSALVO, Florentino. **Retrospecto do ensino em São Paulo** (através de revistas e jornais). In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v.21, nº 54, ap.159-176, abr./jun. 1954. Revista Faculdade SCHLA – UFPR.

SÁ, Nicanor Palhares. SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Leis e regulamentos da instrução pública do império em Mato Grosso**. Campinas, SP: Autores Associados; SBHE, 2000.

SARMENTO, Manuel. GOUVEA, Maria Cristina Soares de. **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Coleção Ciências Sociais da Educação.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **De La Educacion Popular**. Santiago: Imprenta de JulioBelin i Compañia, 1849.

SAVIANI, Demerval. **Sistema Nacional de Educação: conceito, papel histórico e obstáculos para sua construção no Brasil**. In: 31ª reunião da ANPED, GT05 (Estado e Política Educacional), Caxambu, 2008.

SCHELBAUER, Anaete Regina. **A constituição do método de Ensino Intuitivo na Província de São Paulo (1870-1889)**. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, Curitiba, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Sociedade Brasileira de História da Educação, 3, 2004.

\_\_\_\_\_. Método Intuitivo e Lições de Coisas: saberes em curso nas conferências pedagógicas do século XIX. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs). **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas: Gráfica FE, HISTEDBR, 2006.

SCHNEIDER, Omar. Educação e Instrução na província do Espírito Santo. In: GONDRA, José Gonçalves; SCHNEIDER, Omar (orgs). **Educação e Instrução nas províncias e na Corte Imperial (Brasil, 1822-1889)**. – Vitória: EDUFES, 2011. 488 p.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v.26, 32-55, 2009.

SERBIN, Kenneth P. **Padres, Celibato e Conflito Social: uma história da Igreja Católica no Brasil**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Diana de Cássia. **Escolas públicas para civilizar o povo de Mariana e seu termo nas primeiras décadas do século XIX**. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, UFMG, 2006.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. O Projeto Prussiano de Império Alemão. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidnei J. (coordenadores). **Império na História**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2009.

SILVA, Noemi Santos da. **O Batismo na instrução: projetos e práticas de escolarização para escravos, libertos e ingênuos no Paraná (1853-1888)**. Monografia em História na UFPR, 2010.



SILVA, Paulo Vinícios B. SOUZA, Gizele. Notas sobre história e historiografia da Infância. In: SILVA, Paulo Vinícios B; CARVALHO, Jandicleide Evangelista (orgs). **Por uma escola que proteja: a educação e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2008.

SIQUEIRA, Luis. **De La Salle a Lancaster: os métodos de ensino na escola de primeiras letras sergipana (1825-1877)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2006.

SLEMIAN, Andréa. **Sob o Império das Leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)**. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **“Delegados do chefe da nação”: a função dos presidentes de província na formação do Império do Brasil (1823-1834)**. Almanack Braziliense, nº 06, São Paulo, nov. 2007.

SOARES, Flávia dos Santos. **Por dentro da Escola Normal da Corte: programas, compêndios e professores de Matemática**. In: Anais da 34ª reunião anual da ANPED, GT 19 (Educação Matemática), 2011.

SOUZA, Gizele. **Instrução, o talher para o banquete da civilização: cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929**. Tese (doutorado). PUC/SP, 2004.

\_\_\_\_\_. A educação de crianças pequenas: a busca pela emancipação. In: SOUZA, Gizele (org). **A criança em perspectiva: olhares do mundo sobre o tempo infância**. 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006, v.1, p.390-405.

SOUZA, Gizele. PERES, Eliane. Aspectos teóricos-metodológicos da pesquisa sobre cultura material escolar: (im)possibilidades de investigação. In: CASTRO, César Augusto (org). **Cultura Material Escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS)**. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2011.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da Educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa; ALMEIDA, Jane Soares de. (org). **O Legado Educacional do Século XIX**. Araraquara: UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, 1998.

SOUZA, S.D. **Cédulas Brasileiras**, São Paulo, 7ª edição, 1994.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia. In: LIEBERMAN, Victor (Ed). **Beyond Binary Histories**. Re-imagining Eurasia to c. 1830. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1999.

SUPRINYAK, Eduardo. **O mercado de animais de carga no centro-sul do Brasil Imperial: novas evidências**. Estud. Econ. São Paulo, v.38, nº02, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612008000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612008000200005&script=sci_arttext). Acessado em: 13/07/2012.

TEIXEIRA, Giselle Baptista. **Compêndios autorizados, saberes prescritos: uma análise da trajetória dos livros nas escolas da Corte Imperial**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional (FBN/MinC), 2008.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRINDADE, Etelvina. **Clotildes ou Marias**. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

TUBINO, Paulo Juvêncio Gomes. ALVES, Eliane Maria de Oliveira. **Medicina Pós-Hipocrática**. (2009). Disponível em: [www.veterinariosnativa.com.br/books/9-medicina\\_pos-hipocratica.pdf](http://www.veterinariosnativa.com.br/books/9-medicina_pos-hipocratica.pdf). Acessado em: 26/05/2012.

VALDEZ, Diane. **A representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abílio César Borges: o Barão de Macahubas (1856-1891)**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2006.

VECHIA, Ariclê. **O plano de estudos das escolas públicas elementares na Província do Paraná: ler e escrever, para Deus e o Estado**. Revista Brasileira de História da Educação, nº 7, janeiro/junho de 2004.

VEIGA, Cynthia Greive. **A produção da infância nas operações escriturísticas da administração elementar no século XIX**. In: Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), Campinas, nº 9, p.73-108, jan/junho, 2005.

\_\_\_\_\_. Educação e Identidade Nacional no século XIX. In: ROCHA, Heloísa Helena Pimenta (org). **Personagens, estratégias e saberes na construção da escola brasileira (séculos XIX e XX)**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2006.

\_\_\_\_\_. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007. 328p.

\_\_\_\_\_. (b) A tessitura das relações de interdependência entre alunos e professores na dinâmica da experiência escolar. In: NEPOMUCENO, Maria de Araújo, TIBALI, Elianda Figueiredo Arantes (org). **A educação e seus sujeitos na história**. Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2007. 208p.

\_\_\_\_\_. **Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial**. Revista Brasileira de Educação (RBE) [online], Rio de Janeiro, vol.13, nº39, sept/dec, 2008.

\_\_\_\_\_. **Elaboração de hábitos civilizados na constituição das relações entre professores e alunos (1827-1927)**. Revista Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), Editora Autores Associados, São Paulo: Campinas, nº21, setembro/dezembro 2009.

\_\_\_\_\_. As crianças na história da educação. In: SOUZA, Gizele (org). **Educar na infância: perspectivas histórico-sociais**. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. (b) **Conflitos e tensões na produção da inclusão escolar de crianças pobres, negras e mestiças, Brasil, século XIX**. Educação em Revista [online]. Belo Horizonte, vol.26, nº01, abril, 2010.

\_\_\_\_\_. Educação e Instrução na Província de Minas Gerais. In: GONDRA, José Gonçalves; SCHNEIDER, Omar (orgs). **Educação e Instrução nas províncias e na Corte Imperial (Brasil, 1822-1889)**. Vitória: EDUFES, 2011.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

VIANA, Fabiana da Silva. **Relações entre governo, escola e família no processo de institucionalização da instrução pública elementar em Minas Gerais (1830-1840)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e Prática Escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (ogs). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.

\_\_\_\_\_. O Museu Escolar Brasileiro: Brasil, Portugal e a França no âmbito de uma história conectada (final do século XIX). In: LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; FERNANDES, Rogério (orgs). **Para a compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

\_\_\_\_\_. **Mapas de frequência a escolas de primeiras letras – fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX**. In: Revista Brasileira de Educação, nº17, p. 41-67, maio/agosto de 2008.

\_\_\_\_\_. A docência como uma experiência coletiva: questões para debate. In: DALBEN, Ângela; DINIZ, Júlio; LEAL, Leiva e SANTOS, Lucíola (orgs). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: didática, formação de professores e trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

\_\_\_\_\_. SILVA, Vera Lucia Gaspar. Por uma história sensorial da escola e da escolarização. In: CASTRO, César Augusto (org). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS) – 1870/1925**. São Luís: EDUFMA: Café&Lápis, 2011.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelectuais e o discurso da modernidade na I Conferência Nacional de Educação (Curitiba – 1927). In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Autobiografías, memorías y diarios como fuente histórico-educativa: tipología y usos**. In: BERRIO, JulioPuiz (ed) *La Cultura Escolar de Europa*. Tendencias históricas emergentes. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.

\_\_\_\_\_. Viajes que educan. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; GONDRA, José Gonçalves (orgs). **Viagens Pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

VINCENT, Guy. LAHIRE, Bernard. THIN, Daniel. **Sobre a história e a teoria da forma escolar**. Educação em Revista: Belo Horizonte, nº 33, junho, 2001.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

WACHOWICZ, Lilian Anna. **A relação professor/Estado no Paraná tradicional**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984. Estudos Regionais, 1.

WARDE, Mirian Jorge. **Americanismo e educação: um ensaio no espelho**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v.14, nº2, 37-43, 2000.

\_\_\_\_\_. **Repensando os Estudos Sociais de história da infância no Brasil**. Florianópolis: Perspectiva, v.25, nº1, jan/junho, 2007. p. 21 – 39.

WERLE, Flávia Obino Correa. **Políticas de instrução pública no século XIX como eco de experiências internacionais**. Revista PUC Educação: Porto Alegre, v.31, nº2, 2008. p.173-181.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Política Paranaense do século XIX**. Revista Paraná Desenvolv. Curitiba, nº 87, jan/abril, 1996, p51-63.

**APENDICE****APENDICE 1 - RELAÇÃO DOS INSPETORES/DIRETORES GERAIS DE INSTRUÇÃO (1854-1883)**

<b>ANO</b>	<b>INSPETOR/DIRETOR GERAL</b>	<b>INDICAÇÃO</b>
1854	Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá	Nomeado em 20/09/1854
1855	Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá	-
1856	Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá José Lourenço de Sá Ribas Joaquim Ignácio Silveira da Motta	- Nomeado em 12/01/1856 Nomeado em 17/05/1856
1857	Joaquim Ignácio Silveira da Motta Augusto Lobo de Moura	- Substituto de 07/01 a 20/03/1857
1858	Joaquim Ignácio Silveira da Motta Bento Fernandes de Barros	- Substituto de 08/01 a 15/03/1858
1859	Joaquim Ignácio Silveira da Motta Bento Fernandes de Barros José Lourenço de Sá Ribas	- Substituto de 07/01 a 14/03/1859 Deixa o cargo em 02/07/1859
1860	Joaquim Ignácio Silveira da Motta José Candido da Silva Muricy Joaquim Dias da Rocha Bento Fernandes de Barros José Lourenço de Sá Ribas	Assume assento na Assembleia em 01/03/1860 Substituto em 05/05/1860 Substituto em 12/07/1860 Substituto em 06/10/1860 Nomeado em 18/12/1860
1861	José Lourenço de Sá Ribas Augusto Lobo de Moura	- Substituto de 03/05 a 03/07/1861
1862	José Lourenço de Sá Ribas	-
1863	José Lourenço de Sá Ribas	-
1864	José Lourenço de Sá Ribas Joaquim José do Amaral	- Substituto de 20/02 a 22/04/1864
1865	José Lourenço de Sá Ribas Laurindo Abelardo de Britto Bruno Henrique de Almeida Seabra Ernesto Dias Laranjeira Sérgio Francisco de Souza Castro	- Não assumiu Substituto em 10/02/1865 Substituto em 24/03/1865 Nomeado em 21/07/1865
1866	Sérgio Francisco de Souza Castro Ernesto Francisco da Lima Santos	- Nomeado em 19/09/1866
1867	Ernesto Francisco da Lima Santos	-
1868	Ernesto Francisco da Lima Santos	-
1869	Ernesto Francisco da Lima Santos	-
1870	Ernesto Francisco da Lima Santos Gustavo Augusto de Castro Bento Fernandes de Barros	- Substituto de 14/02 a 22/04/1870

		Nomeado em 14/07/1870
1871	Bento Fernandes de Barros João Francisco de Oliveira e Sousa Tertuliano Teixeira de Freitas	- Nomeado em 04/07/1871 Substituto em 04/07/1871
1872	João Francisco de Oliveira e Souza	-
1873	João Francisco de Oliveira e Souza	-
1874	João Francisco de Oliveira e Souza Tertuliano Teixeira de Freitas João Manuel da Cunha	- Substituto em 25/03/1874 Substituto em 11/08/1874
1875	João Manuel da Cunha João Pereira Lagos Júnior	- Nomeado em 19/04/1875
1876	João Pereira Lagos Júnior João Francisco de Oliveira e Souza Justiniano de Mello e Silva	- Substituto em 16/04/1876 Substituto em 20/10/1876
1877	João Pereira Lagos Júnior	-
1878	João Pereira Lagos Júnior Euclides Francisco de Moura Constante Affonso Coelho	- Substituto em 26/08/1878 Substituto em 04/11/1878
1879	João Pereira Lagos Júnior Euclides Francisco de Moura Pedro Ribeiro Moreira Euclides Francisco de Moura	- Substituto em 04/01/1879 Substituto em 02/05/1879 Substituto em 15/07/1879
1880	João Pereira Lagos Júnior Euclides Francisco de Moura Francisco Alves Guimarães	- Substituto em 31/01/1880 Nomeado em 22/07/1880
1881	Francisco Alves Guimarães Euclides Francisco de Moura	- Substituto em 14/01/1881
1882	Francisco Alves Guimarães José Joaquim Franco do Valle Moysés Marcondes de Oliveira e Sá	- Nomeado em 14/04/1882 Nomeado em 19/07/1882
1883	Moysés Marcondes de Oliveira e Sá João Pereira Lagos Júnior José Joaquim Franco do Valle	- Substituto em 26/03/1883 Nomeado em 21/05/1882

(FONTE: Livro nº124 [Assentamentos dos Funcionários da Instrução Pública]; Jornal *Dezenove de Dezembro* e Correspondências de Governo [APs e CODICES])